



RELATÓRIO ANUAL 2019



economus

Sobre o Relatório Anual de Informações Edição 2019

Este é o nosso Relatório Anual de Informações – RAI 2019.

Nele, apresentamos a você, participante/beneficiário, todas as ações desenvolvidas pelo Instituto no ano de 2019, bem como os resultados alcançados, ratificando nosso compromisso com a **ÉTICA** e com a **EXCELÊNCIA** na gestão dos recursos do Economus.

Mais do que uma prestação de contas, o RAI é um olhar para o futuro, pois o trabalho realizado hoje influenciará no amanhã. Por isso, reforçamos que todas as nossas ações e decisões são embasadas na busca pela **SUSTENTABILIDADE** de seus planos de previdência e saúde.

Você encontrará, a seguir, um resumo de nossa história, conhecerá nossa estrutura de Governança, suas responsabilidades e atividades, e entenderá como nos preparamos para mitigar os riscos envolvidos em nosso negócio, a fim de garantir a **TRANSPARÊNCIA** perante nossos públicos de interesse.

Mostraremos ainda nossas iniciativas e projetos, que visam a **EFICIÊNCIA** de nossa gestão administrativa, e o aperfeiçoamento contínuo de nosso relacionamento e comunicação, para aproximar, cada vez mais, o Economus de você.

Mostraremos os desafios e resultados dos investimentos e dos planos de previdência e saúde assegurando a **CREDIBILIDADE** de nossas ações.

Cientes da complexidade e da quantidade de informações, buscamos desenvolver um material com linguagem acessível, para que você tenha uma experiência agradável.

Construímos e disponibilizamos o RAI 2019 em dois formatos, sendo um em PDF interativo e o outro em uma página exclusiva, cuja navegação é simples e intuitiva.

Reiteramos nossa missão de “oferecer soluções sustentáveis, eficientes e seguras em previdência e assistência à saúde”.



Índice

Sobre o Relatório Anual de Informações

Edição 2019 2

Mensagem da Diretoria 8

1. Perfil Organizacional **10**

Conheça mais sobre nossa cultura e os valores que norteiam a nossa existência.

- _ Quem somos? 11
- _ O que fazemos? 11
- _ Como fazemos? 12
- _ Nossos Grandes Números 15

2. Governança Corporativa **16**

Veja os detalhes da nossa governança corporativa, estrutura e instrumentos que orientam as nossas tomadas de decisões.

- _ Estrutura 17
- _ Instrumentos 22
- _ Lei Geral de Proteção de Dados 24



3. Gestão Estratégica e Administrativa 26

Saiba como atuamos no âmbito jurídico, conheça quem trabalha para você e veja os projetos e estruturas de áreas internas.

_Gestão Estratégica	27
_Gestão Administrativa	34

4. Riscos, Conformidade e Controles Internos 38

Entenda as responsabilidades da área de Riscos e Controles Internos, os projetos e os riscos que monitoramos permanentemente.

_Você sabe o que é risco?	39
_Responsabilidades	39
_Instrumentos	39
_Como atuamos	40
_O que fizemos em 2019	44
_Definições, atuação e classificações	46

5. Investimentos: Cenários, Gestão e Desempenho Consolidado 50

Uma análise dos cenários econômicos nacional e mundial, e as estratégias que adotamos para alocação dos recursos, abordando, ainda, como estes fatores impactaram em nossos investimentos. Em seguida, apresentamos o desempenho consolidado e as Políticas de Investimentos.

_Cenários	51
_Gestão	52
_Desempenho consolidado	53
_Indicadores	56
_Políticas de Investimentos	58



6. Planos de Benefícios: Gestão,

Avaliação Atuarial e Resultados 60

Informações dos quatro planos de benefícios que administramos, Avaliação Atuarial, os cenários com a Reforma da Previdência e os resultados de cada plano.

_Números	61
_Gestão - Consolidado	62
_Avaliação atuarial - Consolidado	64
_Grupo A	68
_Grupo B	79
_Grupo C	90
_PrevMais	106

7. Planos de Saúde - Gestão,

Rede Credenciada e Resultados 122

Os avanços e as ações realizadas durante o ano de 2019, os desafios para 2020 e os resultados dos nove planos de saúde que administramos.

_Números	123
_Planos administrados	124
_Gestão	126
_Rede Credenciada	130
_Resultados Consolidados	132
_Planos Básico, Pamc, Plus e Plus II	135
_Planos Feas Básico, Feas Pamc e Novo Feas	138
_Plano Economus Família	142
_Plano Ecosaúde II	145



8. Comunicação, Relacionamento

e Ouvidoria 148

Comunicação personalizada, além de atendimento tempestivo e qualificado em cada canal de contato. Veja como fazemos com que estas premissas atendam aos nossos públicos.

_Pesquisa de Satisfação	149
_Comunicação	152
_Relacionamento	156
_Ouvidoria	161

9. Responsabilidade Socioambiental 164

Ações de educação financeira, prevenção e promoção à saúde, e cuidados com o meio ambiente fazem parte do nosso Instituto.

_Educonomus: Educação Financeira e Previdenciária	165
_Programa #MinhaSaúde	170
_Cuidado com o meio ambiente	172

10. Demonstrações Contábeis 174

11. Pareceres e Auditoria 176



Mensagem da Diretoria



Temos, como ponto de partida de nossa atuação, a missão de oferecer soluções sustentáveis, eficientes e seguras em previdência e assistência à saúde, conscientes da importância de nosso trabalho, desenvolvido há 43 anos, na complementação da renda familiar e na saúde de todos os participantes. Assim, a Diretoria Executiva tem, em todas as ações, diariamente, envidado os esforços necessários para assegurar o propósito de nossa existência.

O ano de 2019 foi muito positivo na gestão dos recursos que asseguram o cumprimento das obrigações previdenciárias e também na assistência à saúde, fato ratificado pelas pesquisas de satisfação com os participantes. Sabemos que os desafios são recorrentes, mas buscaremos, mesmo diante das adversidades que os cenários trazem, colocar em prática, além da missão, a visão de sermos referência em gestão de previdência e assistência à saúde, sempre embasados nos valores que nos norteiam: **ÉTICA; TRANSPARÊNCIA; EFICIÊNCIA; CREDIBILIDADE; SUSTENTABILIDADE; E EXCELÊNCIA.**

Foi um ano de grandes mudanças na diretoria, com as saídas do Diretor Superintendente, Adilson Ferreira, e do Diretor de Seguridade, Mauricio Mesias, que muito contribuíram com essa construção coletiva. Saiba que nós, que atualmente estamos à frente da gestão do Economus, temos plena consciência de nosso papel e responsabilidade em levarmos adiante essa história que já dura quase meio século.

Estamos em constante busca da melhoria na eficiência, automação de processos, redução de custos, otimização de recursos financeiros, renegociação de contratos, bem como dando sequência ao projeto de reestruturação organizacional, iniciado em 2018.

O processo de comunicação assume um papel decisivo, tendo em vista que nossos participantes precisam estar bem informados sobre tudo que fazemos. Por isso, a edição 2019 de nosso Relatório Anual de Informações – RAI é uma homenagem àqueles que são a verdadeira razão pela qual existimos e trabalhamos.

Este relatório tem como objetivo prestar contas, razão pela qual convidamos a todos a uma leitura detalhada de seu conteúdo.



Perfil Organizacional

Rodrigo Cristiano Machado, participante do Economus desde 01/02/1993



Quem somos?

O Economus Instituto de Seguridade Social, cujo nome tem origem no Latim, “oekonomus”, que significa “administrador de uma instituição particular ou pública”, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com autogestão em saúde e sem fins lucrativos, constituída em setembro de 1977, com a finalidade inicial de administrar planos de benefícios previdenciários para os funcionários da Caixa Econômica do Estado de São Paulo - CEESP.

Posteriormente, passou também a prestar serviços relacionados à gestão da assistência social e médica para o Departamento de Recursos Humanos da CEESP que, em março de 1990, foi transformada em banco múltiplo, com a denominação de Banco Nossa Caixa S.A – BNC. Em 2009, o Banco do Brasil incorporou o BNC e se tornou patrocinador dos planos previdenciários do Economus.

O que fazemos?

Administramos quatro **Planos de Previdência** para funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil, egressos do Banco Nossa Caixa, e empregados do Economus, proporcionando uma renda complementar na aposentadoria de nossos participantes.

Somos também uma autogestão em **Saúde**, isto é, administramos a assistência médica dos beneficiários e empregados, bem como de seus dependentes, por meio de nove planos, sendo que, destes, três estão abertos a novas adesões, de acordo com o regulamento de cada um deles.

Possuímos uma carteira de empréstimos, disponibilizada de acordo com a reserva constituída dos planos, cujas taxas de juros são mais atrativas do que as praticadas pelo mercado. Ao todo são mais de **R\$ 234 milhões** concedidos, sendo cerca de **R\$ 187 milhões** em 2019, entre novas concessões e renovações, com um total de **7.010** contratos ativos.

Contamos ainda com um Clube de Benefícios para participantes e empregados, com mais de **20 empresas** de diversos segmentos, que oferece descontos exclusivos em medicamentos, tratamentos odontológicos, seguros, educação, vestuário, móveis, eletrodomésticos, viagens, entre outros.



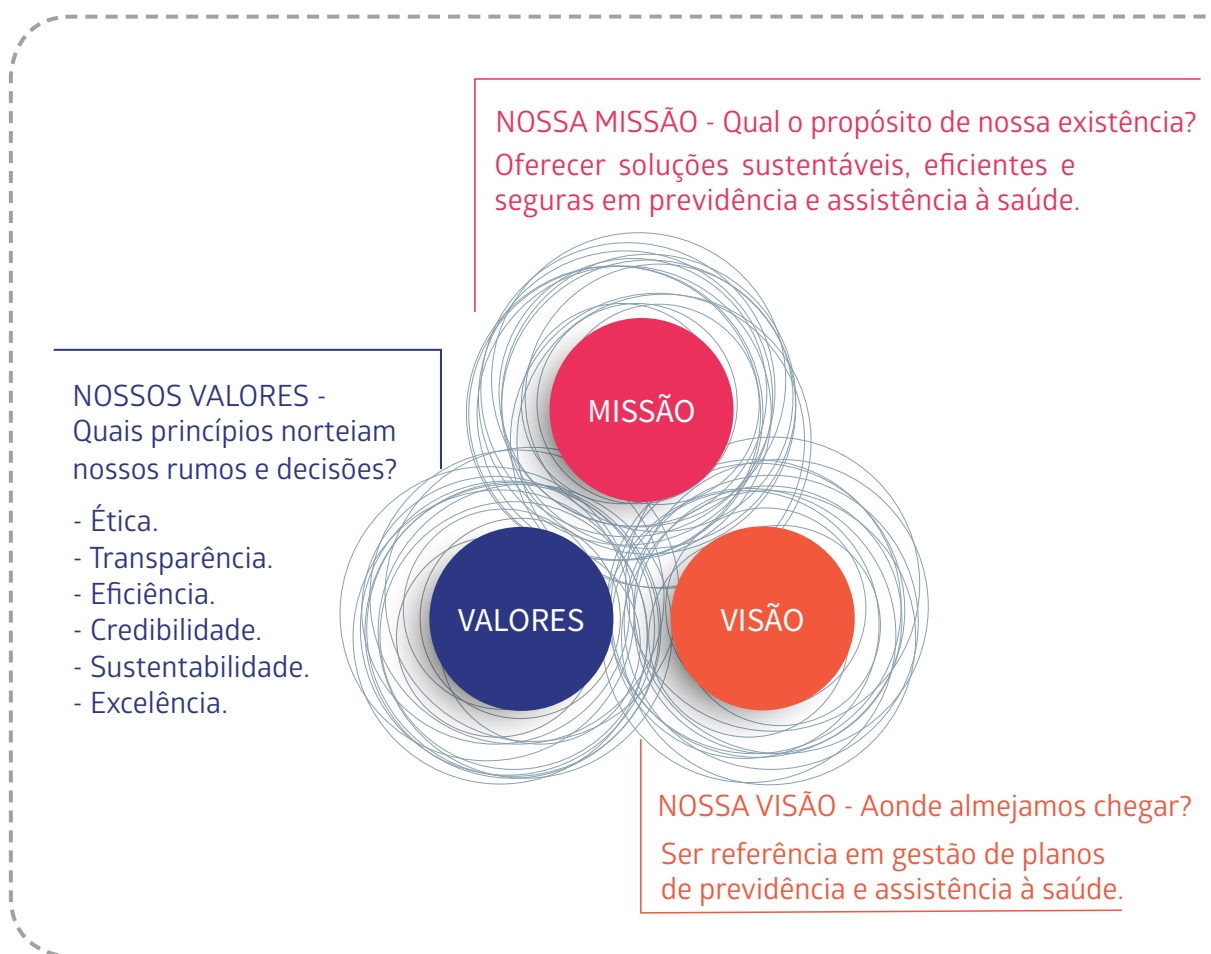
Como fazemos?

O Planejamento Estratégico do Economus, aprovado para o triênio 2019-2021, é o principal direcionador das ações do Instituto. Na prática, o que isso significa?

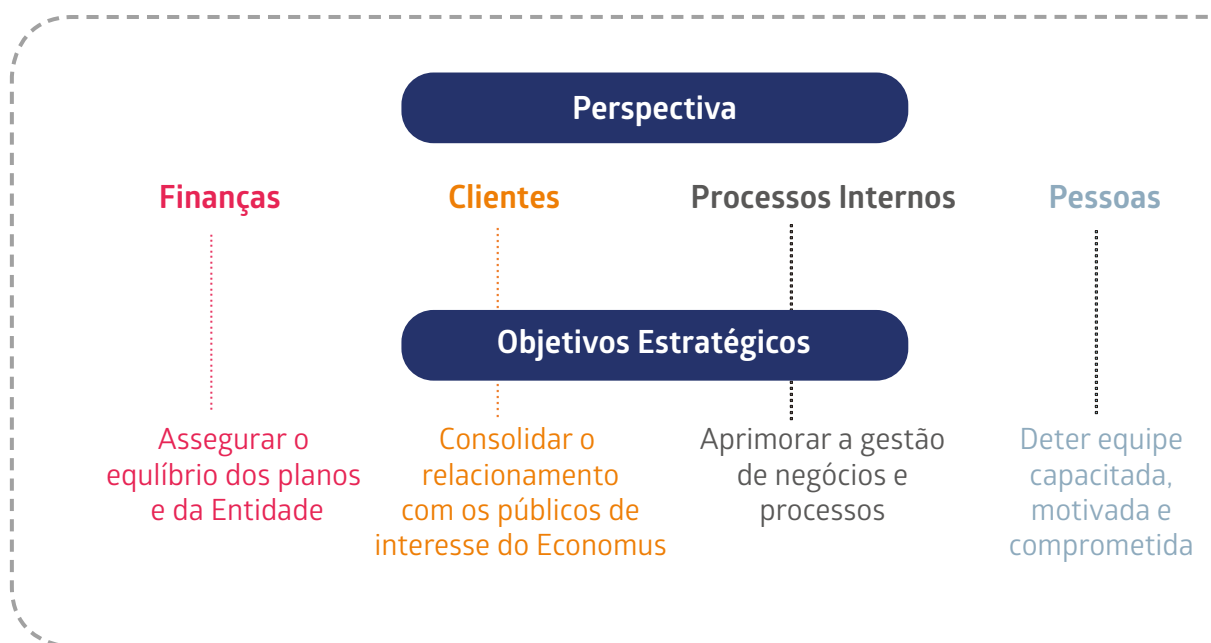
Significa que, inicialmente, foi feita uma minuciosa análise de cenário, a fim de identificar:



Em seguida, com base nos resultados deste estudo, foram definidos caminhos que vêm servindo como norteadores do Economus no período e que estão representados em nosso Posicionamento Estratégico, composto por Missão, Visão e Valores:



Na construção dos objetivos estratégicos, foram levadas em consideração quatro perspectivas fundamentais:



Para que os objetivos estratégicos possam ser perseguidos, foi desenvolvido um detalhado plano de ações, iniciado em janeiro/2019, focado na eficiência operacional e na busca pelo equilíbrio e sustentabilidade dos planos de previdência e saúde.

E o trabalho não termina aí: para validar a estratégia inicialmente planejada e aperfeiçoar os rumos para 2020, em dezembro/2019, foi realizada a revisão completa do Planejamento Estratégico, na qual projetos foram ajustados e novas ações foram criadas, enquanto que Missão, Visão e Valores, bem como objetivos e direcionadores estratégicos, foram mantidos.



Nossos Grandes Números



R\$ 7,4 bilhões
de patrimônio social
consolidado

25° posição
no ranking da
ABRAPP**



Quatro planos
de previdência,
com **24.048***
participantes, entre
ativos, assistidos e
pensionistas



R\$ 600 milhões
em benefícios pagos



Nove planos de
Saúde, com **42.076**
beneficiários,
entre titulares e
dependentes

Posicionado
entre **três
melhores**
Autogestões,
na modalidade
“Operadora de
planos ambulatoriais
e hospitalares de
20.000 a 99.999
beneficiários”

* Destes, 5.030 possuem dois planos de previdência.

** Segundo última atualização do ranking da Abrapp, em outubro/2019.



2. Governança Corporativa

Maria Augusta Paes de Souza (esquerda), participante do Economus desde 03/09/1984;
Virginia Lucia A. C. de Cristo (centro), participante do Economus desde 01/08/2006
e Rosana Rossi Cascapera (direita), participante do Economus desde 01/01/1985



Temos investido na construção de uma sólida estrutura de Governança, com a finalidade de nortear e regular a forma como o Economus é administrado, bem como garantir que todas as decisões tomadas estejam pautadas em nossos valores e adequadas às legislações vigentes.

Para isso, além dos regulamentos que regem os planos de previdência e saúde, e de nosso [Estatuto Social](#), possuímos ainda um conjunto de instrumentos como regimentos, regulamentos, políticas, códigos, normas, processos e procedimentos internos, que guiam atividades e relacionamentos com nossos variados públicos de interesse.

Estrutura

CONSELHO DELIBERATIVO - CD ■ é o nosso órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe, dentro dos objetivos sociais, fixar a política de funcionamento e estabelecer diretrizes e normas gerais para organização e administração do Economus e de nossos planos de benefícios e de saúde.

Ao longo de 2019, o Conselho Deliberativo se reuniu 14 vezes.

CONSELHO DELIBERATIVO

Titular	Representação	Suplente	Mandato até
Américo Antonio Cosentino	Participantes	Antonio Alberto Giangiacomo	Maió/2022
José Carlos de Oliveira	Participantes	Levi Gomes de Oliveira	Maió/2020
Max Freddy Frauendorf	Participantes	Francisco Vianna de Oliveira Junior	Maió/2020
Priscila Requejo Simões de Araújo	Patrocinador	Maurício Aparecido Lopes	Maió/2022
Vitor Paulo Camargo Gonçalves	Patrocinador	Marcos Edmundo Magno Pinheiro	Maió/2022
Fábio Cristiano Danin Euzébio (*)	Patrocinador	Carlos Henrique dos Santos	Maió/2020

(*) Presidente do Conselho

Posição do CD em dezembro/19



CONSELHO FISCAL - CF ■ é o nosso órgão de controle interno, responsável por zelar pela gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança.

Em 2019, foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

CONSELHO FISCAL

Titular	Representação	Suplente	Mandato até
Edgar Cândido Ferreira	Participantes	Ricardo Aparecido da Silva	Maio/2022
Paulo Leite Julião (*)	Participantes	Jair Aquiles Bautto	Maio/2020
João Leocir Dal Rosso Frescura	Patrocinador	Clovis de Castro Júnior	Maio/2022
Daniel André Stieler	Patrocinador	Márcia Regina de Sousa	Maio/2020

(*) Presidente do Conselho

Posição do CF em dezembro/19

Nas reuniões de Conselho Deliberativo realizadas em 2019, foram decididos diversos temas importantes, tais como:

- Alteração da taxa mínima atuarial - Plano Regulamento Geral (Grupo C);
- Políticas de Investimentos Previdencial e Assistencial - 2020 -2024;
- Hipóteses e premissas atuariais para a Avaliação Atuarial 2019;
- Plano anual de custeio, com redução da contribuição para cobertura dos benefícios de riscos;
- Melhorias nas condições para contratação de empréstimos;
- Alteração no custeio dos planos Feas;
- Reajuste do plano Economus Família;
- Aprovação do regulamento eleitoral;



DIRETORIA EXECUTIVA ■ é o nosso órgão de administração geral, responsável por executar todos os atos necessários ao bom funcionamento do Economus, atuando de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto, e das definições, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

AMAURI AGUIAR DE VASCONCELOS assumiu, em novembro/2019, o cargo de Diretor Superintendente, em substituição a Adilson Nascimento Ferreira.

Amauri é Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Ceará e possui diversas formações complementares, tais como: MBA em Gestão Pública; Especialização em Estratégia e Gestão Empresarial; MBA em Formação Geral de Altos Executivos; Formação de Executivos pelo Insper, dentro do Programa de Identificação e Desenvolvimento do Banco do Brasil.

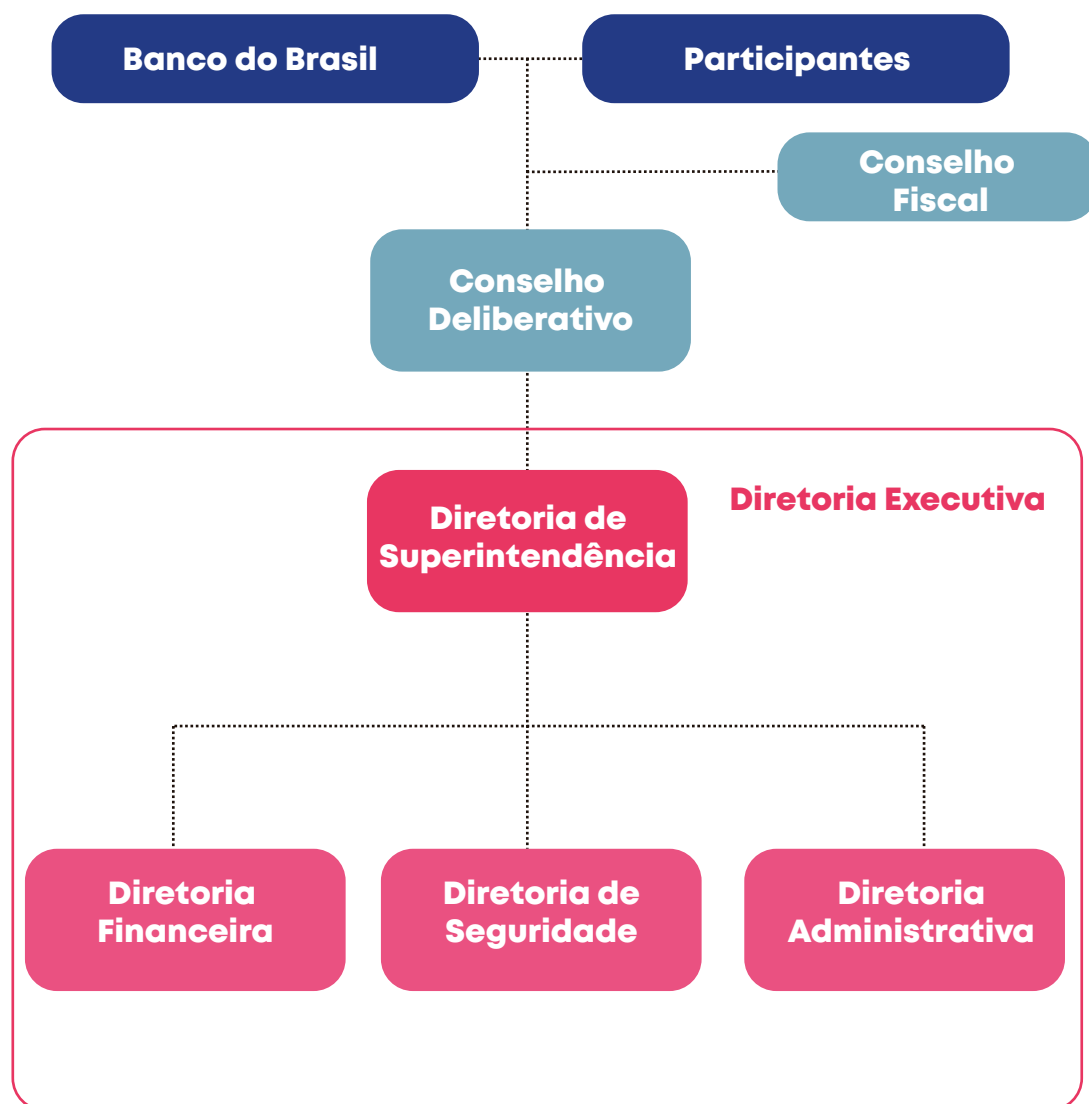


A Diretoria Financeira foi assumida, em março/2019, por **JÚLIO CEZAR TOZZO MENDES PEREIRA**, graduado em Administração de Empresas, com MBA em Finanças (FIA/USP) e Governança Corporativa (FGV), e que concluiu o Advanced Management Program (AMP), pela Booth School of Business, da Universidade de Chicago (Estados Unidos).



MAURICIO MESSIAS foi o Diretor de Seguridade do Economus até o final de novembro/2019, quando comunicou sua aposentadoria.

Desta forma, a Governança do Economus conta com a seguinte estrutura:



DIRETORIA EXECUTIVA

Posição em janeiro/19

Diretoria de Superintendência	Diretoria de Seguridade	Diretoria Financeira
Adilson Nascimento Ferreira	Mauricio Messias	Aroldo Salgado de Medeiros Filho

DIRETORIA EXECUTIVA

Posição em dezembro/19

Diretoria de Superintendência	Diretoria de Seguridade	Diretoria Financeira
Amauri Aguiar de Vasconcelos	Vago	Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira



Para auxiliar nossos órgãos de Governança a desempenhar suas funções e responsabilidades, contamos ainda com os seguintes comitês:

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Reúne-se ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que necessário, para avaliar e deliberar sobre as propostas de investimentos e alocações dos recursos, realizadas pela Gerência de Investimentos. Também define as estratégias de macro alocação dos investimentos, de acordo com as premissas atuariais dos planos de benefícios que administramos.

COMITÊ EXECUTIVO

Reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, com a finalidade de zelar pelo alcance de nossos objetivos, além de apresentar soluções e ações integradas e estratégicas entre as diversas áreas que compõem nossa estrutura organizacional.

COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS

Aprovado em novembro/2019 e será instituído em janeiro/2020. Reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, para tomar conhecimento, analisar e garantir que as decisões tomadas pela Governança estejam alinhadas às legislações vigentes, bem como mitigar potenciais riscos aos quais podemos estar expostos.

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

Reúne-se ordinariamente a cada dois meses, e extraordinariamente sempre que necessário, a fim de promover o alinhamento das ações de TI às nossas diretrizes estratégicas, bem como fornecer todo o suporte às necessidades identificadas.

COMITÊ DE ÉTICA

Reúne-se mediante demanda, com o objetivo de orientar e aconselhar empregados e dirigentes sobre ética profissional no relacionamento com participantes ou qualquer público que tenha vínculo formal ou informal conosco. Além disso, é o colegiado responsável por gerir e atualizar nossos Códigos de Ética e de Conduta, e pela resolução de denúncias, quando acionado pela Ouvidoria.

Instrumentos

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

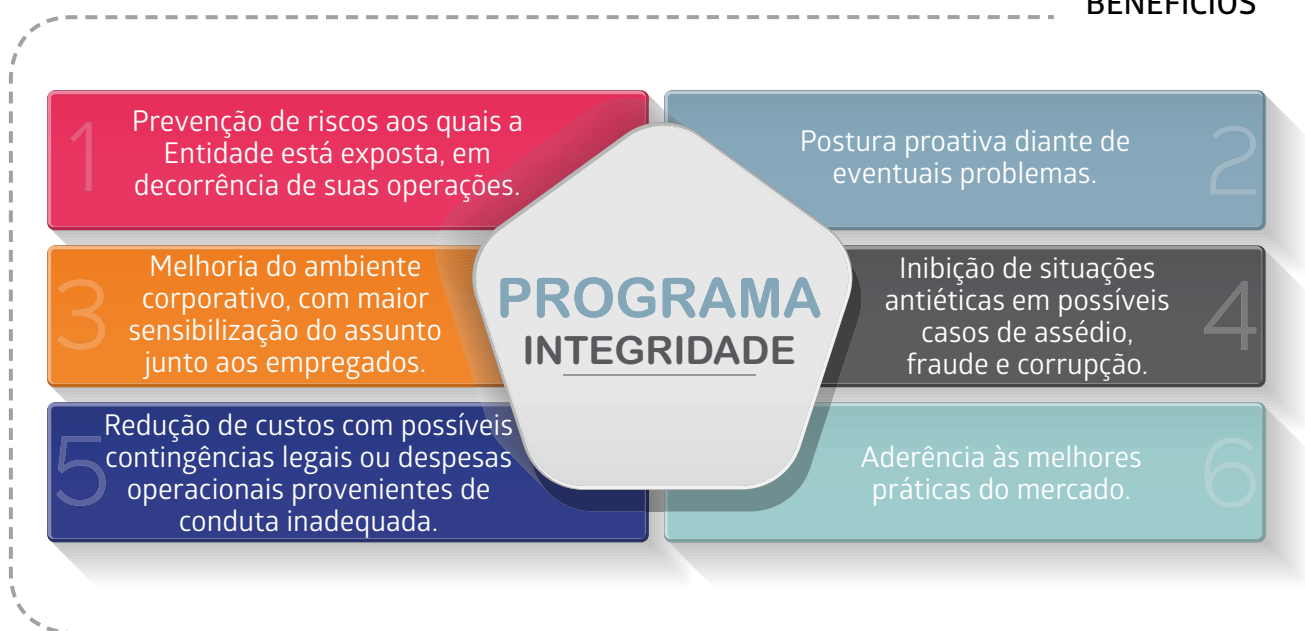
Nosso Programa de Integridade, lançado em março/2019, demonstra o comprometimento da Governança com os mais elevados padrões éticos e de integridade, estando alinhado à nossa Missão, Visão, Valores e objetivos estratégicos, e à legislação anticorrupção.

O Programa de Integridade consiste em um conjunto de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa Governança.

[Clique aqui e conheça nosso Programa de Integridade.](#)

AÇÕES





Código de Ética ■ documento que contém o conjunto de princípios e valores que declaramos, difundimos, respeitamos e praticamos nas relações em que estamos inseridos. O Código de Ética abrange conselheiros, dirigentes, empregados próprios e terceirizados, além de fornecedores e prestadores de serviços.

[Clique aqui e acesse nosso Código de Ética.](#)

Código de Conduta ■ documento que estabelece as condutas que o Economus, seus empregados e demais colaboradores difundem, respeitam e praticam nas relações entre si e o universo em que se inserem.

[Clique aqui e acesse o nosso Código de Conduta.](#)

Políticas de Investimentos (Previdencial e Assistencial) ■ reavaliadas anualmente, reúnem as diretrizes estratégicas que norteiam a alocação dos investimentos ao longo do tempo, objetivando atingir as expectativas dos participantes e patrocinadores dos planos previdenciários e assistenciais.

Em dezembro/2019, a Governança aprovou as Políticas de Investimentos dos planos de previdência e saúde, para o período 2020-2024.

[Clique aqui e acesse nossas Políticas de Investimentos.](#)

Política de Gestão de Riscos ■ estabelece um conjunto de princípios e diretrizes a serem observados na Gestão de Riscos, com o objetivo de promover uma atuação proativa na identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos em suas operações, de forma a minimizar as ameaças e incertezas, bem como assegurar o cumprimento de nossos objetivos estratégicos.

[Clique aqui e acesse nossa Política de Gestão de Riscos.](#)

Política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo e à corrupção ■ determina as diretrizes para o cumprimento dos procedimentos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção.

[Clique aqui e acesse nossa Política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo e à corrupção.](#)



Política de Comunicação e Relacionamento ■ orienta nossa comunicação institucional e o relacionamento com públicos internos e externos, visando garantir a transparência e a qualidade das informações, bem como uma atuação alinhada às nossas estratégias e planejamentos. Além disso, visa preservar e fortalecer nossa imagem perante nossos públicos de interesse.

[Clique aqui e acesse nossa Política de Comunicação e Relacionamento.](#)

Política de Relacionamento com Fornecedores ■ determina as diretrizes a serem observadas em nossas relações comerciais com atuais ou potenciais parceiros.

[Clique aqui e acesse nossa Política de Relacionamento com Fornecedores.](#)

Canal de Denúncias ■ para acolhimento das denúncias, que podem ser anônimas, possuímos um canal específico em nosso site.

Código de Autorregulação da Abrapp, Sindapp e ICSS ■ em 2017, aderimos ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp, Sindapp e ICSS, que tem o propósito de colaborar com o aperfeiçoamento das práticas de governança de investimentos, mitigar a percepção de riscos existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Previdência Complementar Fechada do país, beneficiando, sobretudo, participantes, assistidos, instituidores e patrocinadores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs.

[Clique aqui e veja o Código de Autorregulação.](#)

Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados LGPD (Lei 13.709/18)

Sancionada em 14 de agosto de 2018, a Lei número 13.709/18, também conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados, ou simplesmente LGPD, entrará em vigor em agosto/2020 e tem como principal objetivo regular a coleta e o processamento de dados pessoais, para evitar violações à privacidade das pessoas.

Com a criação da Lei, o Brasil segue uma tendência mundial, colocando-se em posição de igualdade a muitos países que já possuem marco legal definido sobre o tema, como a *General Data Protection Regulation*, ou GDPR, da União Europeia, que entrou em vigor em maio de 2018.

Os dados considerados na LGPD são quaisquer informações que possam levar à identificação de uma pessoa, de maneira direta ou indireta, conforme descrito abaixo:

- dados cadastrais: nome, e-mail, CPF, telefone, endereço, entre outros;
- dados sensíveis: são aqueles relacionados à religião, preferências políticas, comportamento sexual, situação de saúde; ou ainda
- dados biométricos.



Apesar de a LGPD passar a vigorar apenas em agosto/2020, nossa estratégia foi de antecipar a implementação das ações, iniciando a preparação ainda em 2019.

Para isso, construímos um grupo de trabalho e contamos com o auxílio da consultoria especializada Linhares Advogados Associados, de Salvador, fundada em 2006 e que atende mais de 30 entidades.

Em dezembro/2019, a Linhares Advogados Associados ministrou curso preparatório para todos os empregados, com o objetivo de destacar a importância do envolvimento de todos na adequação à LGPD. Para isso, foram explicados conceitos, apresentados os cronogramas e detalhados os trabalhos a serem realizados.



Ainda, desenvolvemos e disponibilizamos no Portal de Educação Economus, nosso canal interno de treinamentos e desenvolvimento, um curso, composto por cinco vídeos explicativos, cuja realização é obrigatória por todos os empregados.



3

Gestão Estratégica e Administrativa

Participantes Rodrigo Cristiano Machado e Maria Augusta Paes de Souza em uma sala de reunião do Economus



149
colaboradores



1.642 horas
de treinamentos
e capacitações



1,7%
de redução
nas despesas



R\$ 903 mil
de redução
nas propostas comerciais

Gestão Estratégica

ACOMPANHAMENTO E ATUAÇÃO NAS ESFERAS JUDICIAIS

Em razão das ações judiciais ajuizadas em nosso nome, muitas medidas estão sendo adotadas para minimizar os riscos financeiros e atuariais nos planos previdenciários e assistenciais.

Em dezembro/2019, existiam 550 ações cíveis, e 1.128 ações trabalhistas cujo objeto é a revisão do benefício de complementação de aposentadoria do plano Regulamento Geral (Grupo C) em razão de ações trabalhistas, ajuizadas em face do Empregador, buscando diferenças salariais, mas que refletem no plano de benefícios, já que o valor do salário influencia no cálculo. Ações desta natureza, quando julgadas de forma desfavorável ao Economus, geram impacto financeiro e atuarial no plano, visto que não há o custeio necessário para fazer frente à majoração dos benefícios.

Nesse cenário, destacamos a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, que ao julgar o Tema 955 (REesp 1.312.736/RS), determinou que a revisão do benefício de previdência complementar deve ser realizada mediante prévia formação da reserva matemática por parte do patrocinador e do participante, tese que sempre defendemos. Esta decisão do STJ tem afetado positivamente as ações cíveis em andamento, pois vincula todos os processos que estão tramitando na justiça comum.

Em relação a ações que tramitam da Justiça do Trabalho, que pedem a revisão do benefício em razão do reflexo de verbas obtidas em reclamações trabalhistas em face do patrocinador, continuamos adotando as medidas processuais cabíveis para que os benefícios não sejam alterados, ou, quando os



juízes assim não entendem, para que seja garantido o aporte necessário pelo participante beneficiado e pelo patrocinador, de modo a evitar a imputação do ônus ao mútuo.

Na assistência à saúde, as ações que causam maior impacto se referem aos planos Feas Pamc e Feas Básico. São ações ajuizadas na Justiça do Trabalho, que pedem, basicamente, a manutenção das condições originais do Feas, onde não existia custeio dos beneficiários e do empregador, além de solicitar a devolução das mensalidades pagas.

Em relação à ação coletiva, ajuizada por associação de aposentados, desde fevereiro/2017, estamos autorizados pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 2ª Região a cobrar as mensalidades vencidas e, em relação à recuperação das mensalidades pretéritas, o Tribunal determinou que se espere a decisão final do processo. Após discussão sobre a competência da Justiça do Trabalho para julgar a ação, em que o STF não acolheu nossos recursos, que impugnam a competência do referido Tribunal para apreciar a questão, o processo retornou ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo para julgar o mérito da ação, ou seja, para decidir se os beneficiários têm direito às condições originárias do plano de saúde, ou não.

Dos 3.420 beneficiários dos planos Feas Pamc e Feas Básico, 80% possuíam ações judiciais vigentes ao término de 2019. Ao final do ano, 1.320 beneficiários (titulares e dependentes) estavam com as contribuições suspensas por força de liminar e 131 (titulares e dependentes) pagando 40% das contribuições. Em relação à ação coletiva, caso seja julgada procedente, 1.337 beneficiários estariam abrangidos pela sentença e deixariam de pagar o plano.

Existem também ações judiciais que pleiteiam autorizações de procedimentos de cobertura não obrigatória e não previstos no Rol de procedimentos obrigatórios da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, bem como, outras que visam discutir o custeio do Plano Novo Feas e a implementação do piso estabelecido em 2019, as quais também

contestamos, até a última instância cabível, com o intuito de preservar os recursos dos planos.

Há outra ação relevante ajuizada também por associação de participantes, que tem como pedido a recomposição do patrimônio de plano de saúde do valor que foi retirado para realização de depósito judicial em ação anulatória de débito visando o cancelamento de autos de infração do PIS e da COFINS lavrados em 2001 e 2002 pela Receita Federal. Esta ação teve, inicialmente, julgamento desfavorável em primeira e segunda instância, porém, após ingresso de recurso ao Superior Tribunal de Justiça, a Corte acolheu parcialmente as razões recursais do Economus e determinou o retorno do processo à 2ª instância para que o Tribunal de Justiça de São Paulo volte a julgar a matéria.

■ AÇÕES EM QUE O ECONOMUS É AUTOR

OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

O Economus é credor de valor a receber perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, gerido pelo BNDES, em razão de ação judicial ajuizada pela Abrapp, na condição de substituta processual de suas Associadas, em face da União Federal, do BNDES e contra o FND. Essa ação abrange as Entidades que possuíam títulos de OFNDs à época.

Essa obrigação foi criada por Decreto, em 1986, e estabelecia a obrigação das entidades fechadas de previdência privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas nas "Obrigações" desse Fundo (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN - Obrigação do Tesouro Nacional.

Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, a OTN foi extinta e adotado o Índice de Preços ao Consumidor - IPC como parâmetro de atualização monetária.

Apesar disso, em 1990, o BNDES emitiu comunicado de que o rendimento das OFND's, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação



mensal do IPC. Então, a Abrapp ingressou com ação judicial, com o objetivo de que as referidas OFND's fossem atualizadas pelo IPC ao invés do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento, às filiadas da Abrapp, dos valores resultantes de novo cálculo, devidamente corrigidos e acrescidos dos juros cabíveis.

Na primeira instância, a ação foi julgada improcedente, tendo o Tribunal Regional Federal da 2ª Região reformado a sentença para determinar que as OFND's adquiridas pelos filiados da Abrapp deverão ser corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo os valores resgatados serem monetariamente corrigidos e acrescidos de juros.

Depois do trânsito em julgado do mérito, em 2008, a União Federal ajuizou ação rescisória, em 2012, em face da Abrapp, mas a ação foi julgada improcedente. A União recorreu do mérito e a Abrapp da condenação em honorários de sucumbência, porém os recursos das partes não foram acolhidos pelo Superior Tribunal de Justiça. Então, o processo foi remetido ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do recurso extraordinário, mas não foi conhecido, tendo a União ingressado com novo recurso, que está pendente de julgamento.

Após o julgamento do mérito da ação, no final de novembro de 2015, foram distribuídos 13 processos de liquidação da sentença, os quais foram desmembrados para 38 ações, e o Economus está no Grupo G-1, de nº. 0145854.31.2015.4.02.5101, juntamente com mais 9 entidades (Previ, Fusesc, PreviBep, entre outras).

Atualmente, a execução ainda está em fase de instrução e após a discussão final sobre cálculos, que ainda deve levar anos, a expectativa é de que o Economus receba pagamento da condenação devida pela União Federal.

■ AMBEV

Em abril de 2003, o Economus ajuizou ação contra a Ambev, visto que, em 14 de fevereiro de 1996, a companhia, então Brahma, ofertou a seus acio-

nistas um bônus de subscrição, assegurando-lhes, através de uma "cláusula de ajuste", o direito de, no mês de abril de 2003, adquirir ações da companhia por um preço prefixado, ou, pelo preço ajustado ao menor valor verificado em "aumentos de capital por subscrição pública ou privada" ocorridos entre a data do lançamento, 14 de fevereiro de 1996, e 30 de março de 2003, atualizados para esta data. O bônus de subscrição foi lançado a título oneroso aos acionistas da companhia, que assegurou, quando da oferta, que tal cláusula prevaleceria.

O Economus, na qualidade de acionista minoritário e baseando-se nos termos e condições estipuladas unilateralmente pela Ambev, adquiriu um lote desses títulos, em abril de 1996, e os manteve em carteira.

Durante esses sete anos, a Ambev, por meio de seus Boletins de Informações Anuais - IANs, elencou todos os aumentos de seu capital, dois dos quais (um de 20 de junho de 1997 e outro de 10 de outubro de 1996) gerariam 5 preços de subscrição, que atualizado em abril de 2003, ficaria abaixo daquele prefixado. Ambos (um decorrente de um plano e opção e outro de outros bônus) sempre foram divulgados pela Brahma e, depois de 2000, pela Ambev, sob a classificação de "aumentos de capital por subscrição privada em dinheiro", conforme o parâmetro adotado pela própria.

Contudo, próximo ao período no qual o Economus iria exercer o direito de compra, a Ambev desconsiderou tais aumentos, por meio de uma informação ao mercado (Fato Relevante), dizendo que eram "de natureza toda especial" e estranhos ao negócio, expurgando do critério de preço os patamares obtidos a partir daqueles dois aumentos de capital.

Assim como outros investidores, o Economus busca que a justiça reconheça que a Ambev deve respeitar as condições que ela própria divulgou ao mercado em 1996, quando os Bônus foram lançados, até porque ela também informou a todo mercado que todos os aumentos de capital mencionados se perfizeram por subscrições privadas, em dinheiro, entre 1996 e 2003.



A tese jurídica defendida pelo Economus se assenta nos princípios do dever de informação e da boa-fé, que se exige de toda companhia aberta na captação de recursos, e na segurança jurídica que as empresas devem se empenhar em buscar no dia a dia da divulgação de dados essenciais ao mercado de ações.

Diante da resistência da Ambev, resta ao Superior Tribunal de Justiça – STJ decidir se, à luz de tais princípios, os aumentos de 1996 e 1997 poderiam ser por ela desconsiderados na formação do preço de exercício estipulado em favor dos acionistas minoritários que lhe compraram os bônus.

No primeiro julgamento realizado no STJ, a Ambev venceu a ação, tendo três Ministros votado a favor da companhia e outros dois a favor do Economus.

Desta forma, o Economus ingressou com novo recurso, junto à Corte Especial (formada por 15 Ministros), denominado Embargos de Divergência, apoiado em parecer de importante jurista.

A Corte Especial do STJ iniciou o julgamento desse recurso no dia 05/06/2019 e o que temos até o momento é um voto contrário ao Economus em relação ao mérito (tema central do recurso), e dois votos que entendem que a questão da admissibilidade deve ser discutida no âmbito da Seção de Direito Privado do STJ, que reúne os dez Ministros da terceira e quarta turmas. Contudo, ambos sinalizaram que tendem, se julgarem o mérito, a dar razão à Ambev.

O Economus está engajado em obter ganho nessa crucial causa, não apenas visto que contribuiria economicamente para diminuir o seu deficit atuarial, mas, principalmente, para que, na composição de sua carteira de investimentos, não se sujeite a riscos que não aqueles decorrentes da própria oscilação do mercado, como deve ser nas economias dos países desenvolvidos.

Por fim, informamos que a Abrapp requereu seu ingresso no processo, na condição de *amicus curiae* (com a finalidade de fornecer subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo-lhes melhor base para questões relevantes e de grande impacto).

AVANÇOS

EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para dar suporte às demandas dos processos ligados aos nossos planos de previdência e saúde, contidos em nosso Planejamento Estratégico, e sustentar as necessidades operacionais, existe o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – Peti.

Por meio dele, buscamos a integração e o aperfeiçoamento de sistemas e funcionalidades que atendam aos processos de negócios e à sedimentação do modelo e de procedimentos de Governança de TI.

Ao longo de 2019, tivemos a implantação de diversos projetos, tais como:

Automação do processo de atualização de sistemas ■ mais agilidade para atualização dos sistemas que utilizamos e que eliminou a atualização manual, mitigando possíveis erros;

Lançamento do aplicativo Economus ■ mais uma opção para consulta sobre nossos serviços e produtos, sendo que, na primeira fase, foram contempladas funcionalidades relacionadas aos planos de saúde, como carteirinha virtual, busca da rede credenciada, entre outras. Para 2020, está previsto o lançamento da segunda fase que, desta vez, abrangerá serviços ligados aos planos de previdência. O App Economus encerrou 2019 com 5.493 instalações realizadas, nas plataformas Android e iOS;

Melhoria no processamento de contas ■ digitalização da documentação dos prestadores da Rede Credenciada, reduzindo a utilização de papel;

Gestão de Recursos Humanos ■ soluções tecnológicas aos nossos empregados, como o Aplicativo de Gestão de Pessoas e a modernização do Portal do Colaborador;

Unidade de Resposta Audível - URA Saúde ■ com esta nova implantação, foram 1.036 atendimentos resolvidos diretamente na URA, sem a necessidade de efetivar a ligação para a Central de Relacionamento, diminuindo o tempo de espera;



Simulador de aposentadoria ■ mais um serviço de previdência disponível no autoatendimento de nosso site;

Versão responsiva do autoatendimento ■ possibilita o acesso por qualquer dispositivo móvel, como celulares e *tablets*.

MAIS SEGURANÇA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS

Em janeiro de 2019, foi aprovada a Política de Relacionamento com Fornecedores, a fim de estabelecer diretrizes a serem observadas em nossas relações comerciais com atuais ou potenciais parceiros comerciais.

Nesse sentido, os novos contratos são formalizados com cláusulas contratuais que tratam sobre

assuntos relacionados à:

- Lei anticorrupção;
- Conflito de interesses;
- Responsabilidade ética e social;
- Confidencialidade das informações; e
- Proteção de dados.

Ainda, nossa Unidade de Compras e Contratações revisita os contratos antigos quando da necessidade de eventual aditamento ou renovação da parceria, a fim de que os fornecedores formalizem o seu compromisso com o que dispõe a referida Política e com outros tópicos sensíveis e importantes para nós.

Além disso, quando a contratação é formalizada via ordem de serviço, e/ou quando o contrato padrão do fornecedor não permite alteração, adotamos como rotina o envio de declarações com o teor das disposições contratuais relacionadas aos citados temas.

QUEM TRABALHA PARA VOCÊ

Encerramos 2019 com **149 empregados**, sendo 147 do quadro próprio, todos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e dois diretores cedidos pelo patrocinador:

Faixa Etária		Masculino	Raças				
			Branca	Negra	Parda	Amarela	Indígena
Quadro de empregados	Abaixo de 30 anos	6	3	0	3	0	0
	Entre 30 e 49 anos	45	32	4	7	2	0
	Acima de 50 anos	14	13	1	0	0	0
	Total	65					

Faixa Etária		Feminino	Raças				
			Branca	Negra	Parda	Amarela	Indígena
Quadro de empregados	Abaixo de 30 anos	15	9	1	5	0	0
	Entre 30 e 49 anos	53	35	8	9	1	0
	Acima de 50 anos	16	10	5	1	0	0
	Total	84					

*Dados referentes ao quadro de empregados próprios e diretoria.

Contamos ainda com um convênio com a Associação Nossa Senhora Achiropita para contratação e orientação de seis jovens aprendizes, distribuídos em quatro homens e duas mulheres.



ESTIMULANDO E ALAVANCANDO O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL

Em outubro/2018, lançamos internamente nossa ferramenta de desenvolvimento profissional e pessoal, o “Portal de Educação Economus”, que conta com design moderno e intuitivo, e diversos cursos relacionados aos mais variados temas. Em 2019, iniciamos um forte trabalho de estímulo aos empregados para a utilização do Portal, destacando a importância do autodesenvolvimento e capacitação pessoal e profissional, o que possibilitou, ao final do exercício, um grande avanço em nossa educação corporativa, trazendo dinamismo e equidade nas oportunidades de desenvolvimento.

O formato interativo e dinâmico possibilitou a criação de trilhas de aprendizagem voltadas às necessidades institucionais, inclusive, levando ao conhecimento de todos, temas extremamente relevantes como: Ética, Lei Anticorrupção e, ainda, um formato atual de *gamification* (jogos que

possibilitam a construção de um ambiente livre e estimulante para o aprendizado) que, na oportunidade, tratou sobre a Segurança da Informação, de forma personalizada.

Ainda em 2019, foi instituído um indicador de horas de treinamento para cada empregado, visando medir e acompanhar o processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, gerar engajamento e comprometimento com o processo.

Além do acesso ao Portal, também foram disponibilizados treinamentos presenciais, alguns inclusive, desenvolvidos internamente, e que também contribuíram bastante neste processo. Nas ações presenciais, estivemos atentos, também, a temas legais, como a aplicação da Lei Geral Proteção de Dados – LGPD, que contou com a participação de todos os empregados.

Modalidade de Treinamento	Quantidade de Participações	Carga horária
Congressos e Seminários	57	220h
Treinamento Institucional / técnico departamental	662	626h
Portal de Educação Economus	5.512	60h
Palestras	263	14h
Protagonismo (Autodesenvolvimento/ autopatrocínio)	177	722h
Total	6.671	1.642h



CERTIFICAÇÕES E RECERTIFICAÇÕES

Além do programa de treinamento, foram certificadas e recertificadas 13 pessoas, entre empregados, diretores e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, sendo:

- 1 certificação em ouvidoria (ABO)
- 1 certificação por capacitação (ICSS)
- 3 certificações por experiência (ICSS)
- 1 certificação por experiência (IBGC)
- 1 certificação por experiência com ênfase em investimentos (ICSS)
- 2 certificações por prova (CPA 20)
- 1 certificação por prova (ICSS)
- 3 recertificações por experiência (ICSS)

INVESTINDO NA QUALIDADE DE VIDA

Pensando no bem-estar dos empregados, criamos, em 2019, nosso programa de qualidade de vida. Durante o ano, tivemos diversas palestras, em parceria com o Hospital Santa Catarina, além de campanha de vacinação e a semana de qualidade de vida, com ações voltadas à conscientização e à alimentação saudável.

TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO

Em continuidade ao planejamento para melhoria das condições físicas do ambiente de trabalho, iniciado em 2018, no ano de 2019, foi realizada a revitalização do espaço de treinamentos e a criação de um espaço preparado para a realização de refeições e convivência dos empregados, proporcionando um ambiente mais agradável e organizado a todos.

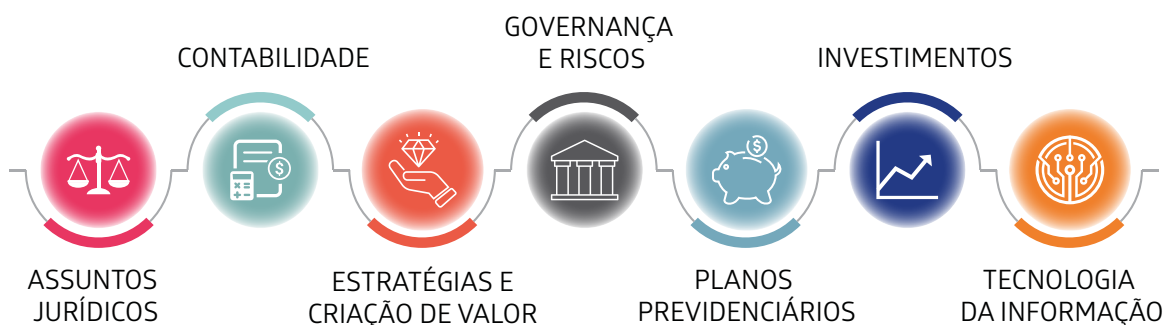
PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES DA UNIÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES AUTOGESTÃO EM SAÚDE – UNIDAS

- Comissão Técnica Mista de Autogestão em Saúde Mista (Unidas e Abrapp);
- Comissão de Assuntos Jurídicos.

UNIÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE

O Economus é sócio fundador da Abrapp e, desde então, vem desempenhando papel relevante nas atividades desenvolvidas pela Associação, em prol do desenvolvimento do setor. Desta forma, participamos ativamente de comissões organizadas pela Entidade:

COMISSÕES



OBJETIVOS

CARÁTER CONSULTIVO



Entrega de opiniões formais, estudos, pareceres, pesquisas, entre outros, alinhados ao Plano Estratégico e/ou por solicitação da Abrapp.

DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO



Elaboração de guias, manuais, publicações, artigos; criação de conteúdo técnico para eventos.

COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS E IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES



Troca de experiências entre os membros da Comissão, bem como trazer para o ambiente associativo eventuais problemas e demandas das entidades de uma região ou grupo de entidades, contribuindo, assim, para a representatividade e missão da Abrapp.

NETWORKING

Relacionamento e aprendizado intrínseco a esse ambiente de grupos.



Gestão Administrativa

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA E OTIMIZAÇÃO OPERACIONAL

Em junho de 2018, a Governança do Economus aprovou o Programa de Eficiência e Otimização Operacional, com o principal objetivo de aumentar a eficiência e o rendimento da organização, visan-

do a mitigação de riscos e a redução das despesas operacionais.

O Programa foi estruturado a partir de quatro frentes de transformação, sendo:



Evolução Organizacional

Transformação da estrutura organizacional, buscando a sinergia de funções e readequação dos recursos de gestão, bem como imprimir maior agilidade na organização.



Transformação Tecnológica

Implantação de soluções que permitam capturar ganhos de escala e eficiência nos processos e aprimorar as capacidades de gestão e controle operacional no Economus.



Excelência operacional

Revisão e melhoria de processos para redução da exposição a riscos e aumento de produtividade e eficiência operacional.



PMO e Gestão da Mudança

Suporte aos esforços de transformação e realização das iniciativas de gestão da mudança para o novo modelo operacional.



A frente “Evolução Organizacional”, concluída em agosto/2018, resultou em uma nova estrutura organizacional, buscando sinergia entre departamentos, de forma que os processos se tornem mais rápidos e eficazes, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão e da Governança.

Já a “Excelência Operacional”, dividida em duas etapas, contempla o desenho e a revisão de todos os nossos processos. Sua primeira fase foi concluída em fevereiro/2019, resultando em 359 processos mapeados e na identificação de pontos de melhoria. A partir daí, em junho/2019, foi iniciada a segunda parte, a de execução, paralelamente à frente “Transformação Tecnológica”, a fim de executar soluções a partir de recursos tecnológicos já existentes no Instituto, que permitam capturar ganhos de escala e eficiência.

Para isso, foi elaborado um plano de ação para condução de todas as ações de implementação dos pontos de melhorias identificados, que é acompanhado pela equipe designada a dar suporte aos esforços de transformação da frente “PMO e Gestão da Mudança”. Há, ainda, uma trilha a ser percorrida

para o alcance de todos os objetivos do Programa, sendo que 47% do total de pontos identificados foram melhorados no 2º semestre de 2019.

DESPEAS ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas administrativas são identificadas e controladas gerencialmente, por centros de custos, e segregadas de acordo com critérios preestabelecidos entre as gestões previdencial, de investimentos e assistencial.

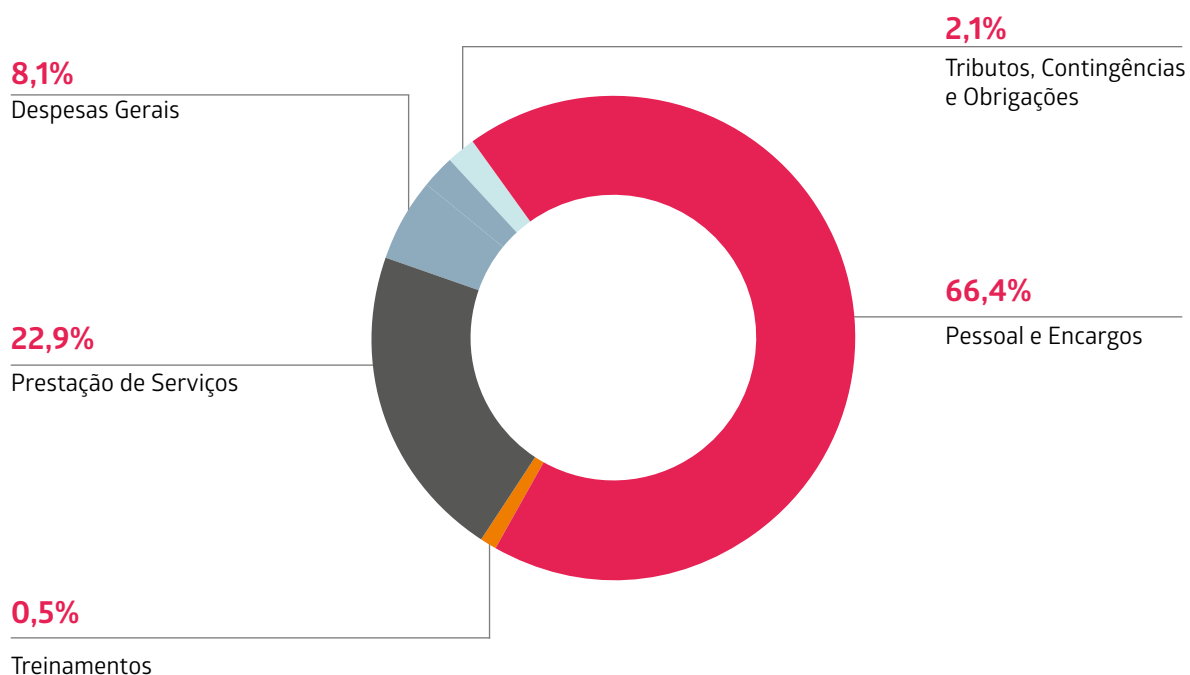
As despesas de nossa estrutura administrativa, na gestão dos planos previdenciários, são cobertas pelos recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA, resultante de contribuições paritárias entre patrocinador e participante. Já as relacionadas à gestão assistencial, são integralmente reembolsadas ao PGA, por meio de recursos dos próprios planos de assistência à saúde e de suas fontes de custeio. Todas as despesas são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo e monitoradas regularmente pelo Conselho Fiscal.

COMPOSIÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO	Exercício 2019	Exercício 2018	Varição(%)
PATRIMÔNIO INICIAL	76.257	93.153	-18,14
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	50.167	28.299	77,28
Custeio Administrativo Previdencial	16.850	20	85375,24
Custeio de Investimentos	7.371	-	100,00
Reembolso do Plano Assistencial	23.972	26.507	-9,56
Taxa Adm. sobre Empréstimos	1.525	1.280	19,19
Outras Receitas	449	492	-8,82
(-) TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	49.739	50.591	-1,68
Pessoal e Encargos	33.005	35.221	-6,29
Treinamentos	270	154	75,32
Prestação de Serviços	11.408	10.277	11,01
Despesas Gerais	4.007	4.259	-5,92
Tributos, Contingências e Obrigações	1.049	680	54,26
(+) RESULTADO FINANCEIRO	3.802	5.396	-29,54
PATRIMÔNIO FINAL	80.487	76.257	5,55



As despesas administrativas estão distribuídas conforme o gráfico abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR GRUPO GERENCIAL

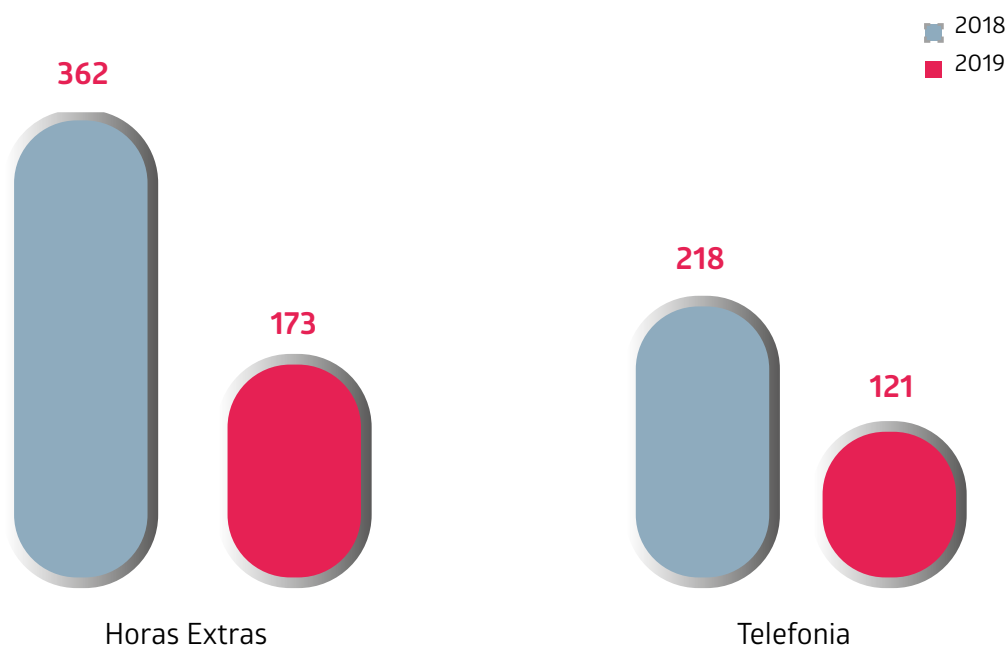


Em 2019, foram realizadas outras ações de melhorias na gestão de despesas, tais como:

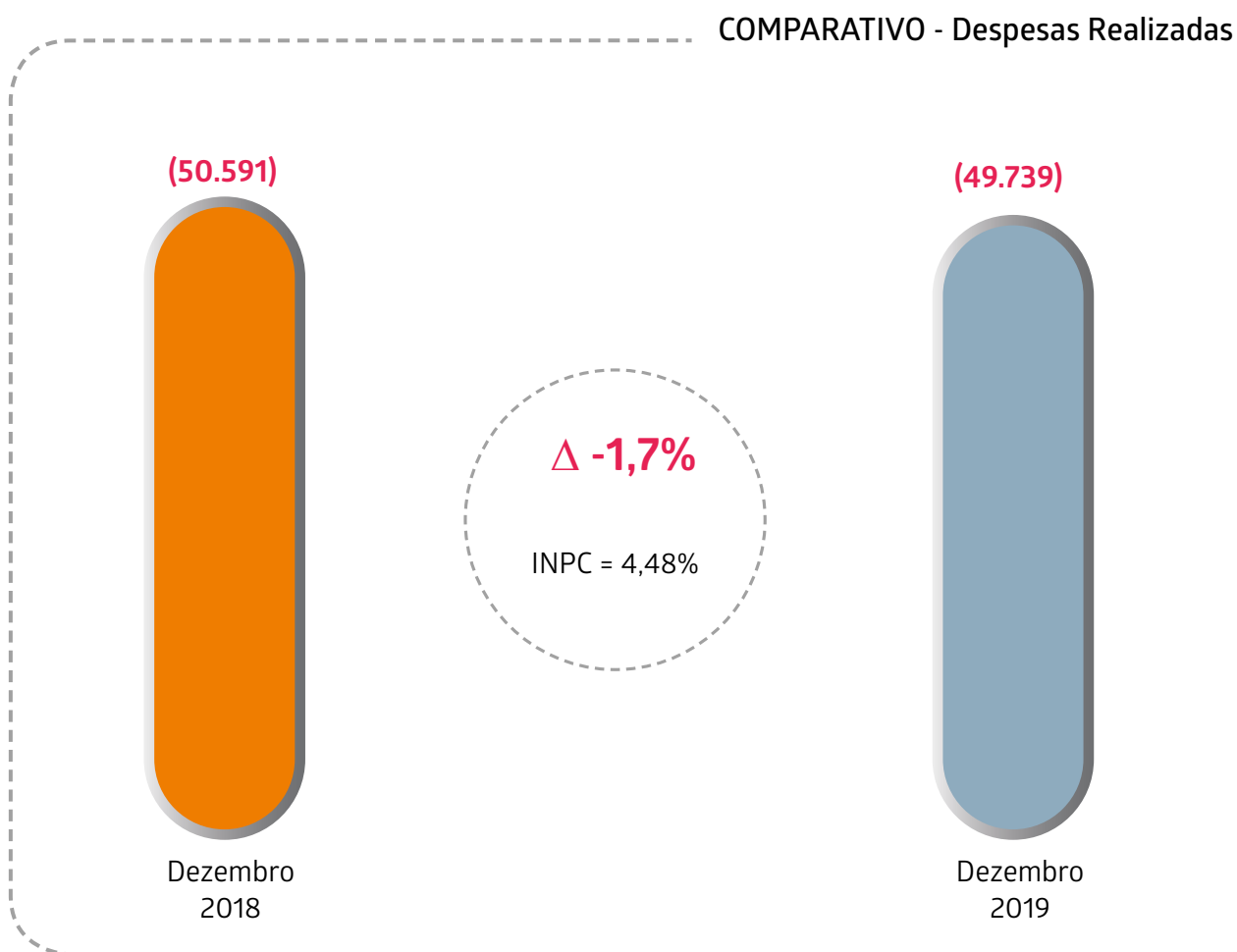
- Implementação de banco de horas para redução de horas extras;
- Renegociação do contrato de telefonia fixa e 0800.

Tais medidas resultaram em economia, conforme demonstrado a seguir:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - Redução das Despesas



O impacto de todas as ações para gestão e redução das despesas administrativas pode ser observado quando comparados os volumes de despesas correntes realizadas em 2018 e em 2019:



ECONOMIA NOS PROCESSOS DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Quanto à melhoria nos resultados econômicos nos processos de compra/contratação, foram traçadas ações para reduzir a periodicidade das renegociações dos contratos.

Nesse sentido, em que pese o contrato tenha a previsão de renovação até o limite de 60 meses, nossa Unidade de Compras e Contratações realiza processo de cotação a cada período (12,24,36 ou 48 meses, dependendo da vigência inicial do contrato) antes de deliberar sobre a possibilidade de prorrogação.

Ademais, a cada aniversário do contrato, o fornecedor é questionado sobre a possibilidade de negociação do reajuste.

Ainda, em relação aos novos contratos, passamos a praticar prazos mais curtos de vigência, a fim de viabilizar:

- Negociações com menor periodicidade; e
- Prospecção de novos fornecedores que ingressam no mercado.

Assim, em 2019, conseguimos alcançar **R\$ 903 mil** de redução nos valores inicialmente indicados nas propostas comerciais encaminhadas pelas empresas.

4 Riscos, Conformidade e Controles Internos

Celso Augusto Meireles, participante do Economus desde 03/05/1991



Você sabe o que é risco?

Segundo a definição da NBR ISO 31000:2018, risco é “um efeito da incerteza nos objetivos”, sendo, assim, um desvio em relação ao esperado. Pode ser positivo, negativo ou ambos, podendo abordar, criar ou resultar em oportunidades e ameaças. O risco é algo com que lidamos diariamente e em diversas atividades ele é intrínseco, ou seja, faz parte do processo. Envolve homem, atividade, ambiente e relações e, se for corretamente administrado, pode ser uma ferramenta valiosa no direcionamento dos esforços da instituição para evitar o insucesso de suas atividades, ou até mesmo explorar uma nova oportunidade. Durante o ano de 2019, nossa área de Riscos e Con-

troles Internos foi aperfeiçoada, visando proporcionar à Governança segurança nas tomadas de decisão, respeitando as características de um segmento altamente regulado, bem como garantir o alinhamento às melhores práticas existentes no mercado.

Esta unidade tem como objetivo ser o agente responsável por monitorar todos os riscos que determinada atividade possui, atuando para manter o Instituto no caminho correto, monitorando e mitigando todos os riscos, de acordo com suas características. Publicamos em nosso site um [Modelo Proprietário de Riscos](#), em dezembro/2019, cujo objetivo é consolidar e declarar as práticas de gestão de riscos que adotamos.

Responsabilidades da área de Riscos e Controles Internos

- Assegurar que o Economus esteja sendo conduzido de acordo com a legislação que afeta seus negócios;
- Garantir que o Economus seja gerido em consonância com o Estatuto, as Políticas, os Regimentos, os Códigos, as estratégias, as Alçadas, as Normas e os procedimentos internos;
- Propor e atualizar políticas relativas ao gerenciamento de riscos e controles internos;
- Identificar, avaliar e monitorar os riscos aos quais a Entidade está exposta;
- Desenvolver e acompanhar os indicadores de riscos e controles internos.

Instrumentos

Possuímos um Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que consiste em um conjunto de instrumentos institucionais para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiar a tomada de decisão, contribuir para o aprimoramento dos processos e mitigar a ocorrência de possíveis desvios.

Fazem parte do Modelo:

- Política de Gestão de Riscos;
- Estrutura de Controles Internos, baseada no modelo das três linhas de defesa; e
- Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.



Como atuamos

Diariamente, monitoramos indicadores, notícias e o ambiente regulatório ao qual estamos submetidos. Para isso, possuímos uma agenda de obrigações legais que visa assegurar o cumprimento de leis, normas e regulamentações dentro de seus prazos.

Assim, atuamos junto às áreas, acompanhando todos os processos e apresentando, mensalmente, ao corpo diretivo, um apanhado das obrigações do

período, acompanhado das evidências que comprovem que estas foram cumpridas. Além disso, arquivamos em nossa base todo este material, em caso de eventuais fiscalizações.

Estabelecemos em nossa estrutura três linhas de defesa, por meio das quais segregamos, delegamos e asseguramos o compartilhamento de responsabilidades em sua estrutura:

1ª LINHA DE DEFESA

É composta pelas unidades organizacionais e sua atuação na execução dos controles que protegem os processos que estão sob sua responsabilidade. Desta forma, atuam para implementar ações preventivas e corretivas que mitiguem fragilidades identificadas nas atividades sob sua gestão. Cabe às unidades o conhecimento de seus processos e procedimentos, a identificação de eventuais exposições a riscos aos quais estes estão submetidos em decorrência de sua operação e a atuação para tratá-los a partir da implementação de controles.

2ª LINHA DE DEFESA

Aqui, encontra-se a área de Riscos e Controles Internos da Entidade. Vinculada à Presidência, ela é responsável pelo monitoramento das ações de riscos, controles internos e *compliance* implementados pela 1ª linha de defesa – as unidades organizacionais –, bem como promover ações de melhorias nos controles já praticados.

3ª LINHA DE DEFESA

A Auditoria Interna do Economus é a 3ª linha de defesa na gestão de riscos da Entidade. Atua de forma independente e está ligada ao Conselho Deliberativo do Instituto. A partir da realização de suas verificações internas, auferir a efetividade das ações de gestão de riscos e a eficácia dos controles internos praticados pelo Economus.



GESTÃO DE RISCOS: MONITORAMENTO E ALINHAMENTO

A gestão de riscos contempla as seguintes atividades: Contextualização, Identificação dos Riscos, Análise dos Riscos, Avaliação dos Riscos e Tratamento.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Primeiramente, é importante avaliar e compreender os contextos externo e interno que permeiam a nossa organização, uma vez que estes podem influenciar significativamente na concepção da nossa estrutura.

No contexto externo podemos verificar:

- Fatores sociais, culturais, políticos, jurídicos, regulatórios, financeiros, tecnológicos, econômicos e ambientais, em âmbito internacional, nacional, regional ou local;
- Fatores-chave e tendências que tenham impacto sobre nossos objetivos; e
- Relações com partes interessadas externas, e suas percepções e valores.

Já no contexto interno, podemos incluir:

- Missão, Visão e Valores;
- Governança, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;
- Estratégias, objetivos e políticas;
- Cultura Organizacional;
- Normas, diretrizes e modelos;
- Recursos e conhecimento: capital, tempo, pessoas, propriedade intelectual, processos, sistemas, tecnologias, entre outros;
- Sistemas e fluxos de informações e processos de tomada de decisão, (formais e informais);
- Relações com partes interessadas internas, e suas percepções e valores;
- Normas, diretrizes e modelos; e
- Forma e extensão das relações contratuais.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Compreende o reconhecimento e a descrição dos riscos relacionados aos objetivos/resultados de gestão de riscos, envolvendo a identificação de possíveis fontes de riscos, de acordo com os seguintes passos:

- Identificar com clareza os objetivos/resultados;
- A definição dos riscos deve ser realizada em um processo de colaboração entre as áreas relacionadas, que dominam o processo, e o gestor de riscos do Instituto, que buscará a sinergia entre o conhecimento e a prática para identificar e catalogar o risco;
- Para isso, poderão ser utilizadas ferramentas que permitam a coleta do maior número de informações para se atribuir os riscos, tais como: *brainstorming*, *brainwriting*, entrevistas, visitas técnicas, pesquisas, etc.;
- Listar os eventos que possam vir a ter impacto negativo no alcance de cada objetivo/resultado; e
- Descrever como cada risco impacta os objetivos/resultados a ele associado.

No Economus, a identificação dos riscos é realizada em ciclos anuais. Há a revisão periódica de estratégias e metodologias, sempre em linha com os modelos e melhores práticas existentes no mercado, e com o auxílio de consultorias especializadas nos segmentos de previdência privada complementar e de saúde. Ainda, realizamos rodízio periódico dos prestadores como boa prática na abordagem de riscos.

ANÁLISE DOS RISCOS

A análise do risco é a primeira etapa na escala de processamento das informações levantadas e se refere ao desenvolvimento da compreensão sobre o risco e à determinação do seu nível, tendo como principal objetivo determinar o impacto sobre os objetivos da Entidade e seu potencial de influência.

A análise dos riscos é feita de acordo com os seguintes passos:



- Avaliar o impacto do risco sobre o objetivo/resultado;
- Avaliar a probabilidade de ocorrência do risco; e
- Definir o nível do risco, com base na matriz probabilidade x impacto.

Com essas informações, será possível criar uma matriz, que define e demonstra os níveis de riscos, a partir da combinação das escalas de probabilidade e de impacto.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

A avaliação dos riscos nos fornece subsídios para a tomada de decisão, não se constituindo em fator determinante para eventual tratamento do risco. Ou seja, cabe ao gestor, diante da lista de riscos ordenados por nível, decidir quais merecerão ações mitigadoras.

A avaliação dos riscos é feita de acordo com os seguintes passos:

- Identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos, cujos níveis estão acima do limite de exposição a risco;

- Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo; e
- Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição.

TRATAMENTO

Compreende o planejamento e a realização de ações para modificar o nível do risco. O tratamento será então feito com o planejamento de ações que busquem diminuir o risco encontrado, com o objetivo de efetuar sua transferência ou eliminação.

O tratamento dos riscos é feito de acordo com os seguintes passos:

- Identificar medidas de resposta ao risco;
- Avaliar a viabilidade da implantação dessas medidas (custo x benefício, viabilidade técnica, tempestividade, efeitos colaterais do tratamento, etc.);
- Decidir quais serão implementadas; e
- Elaborar plano de implementação das medidas para inclusão nos planos institucionais.



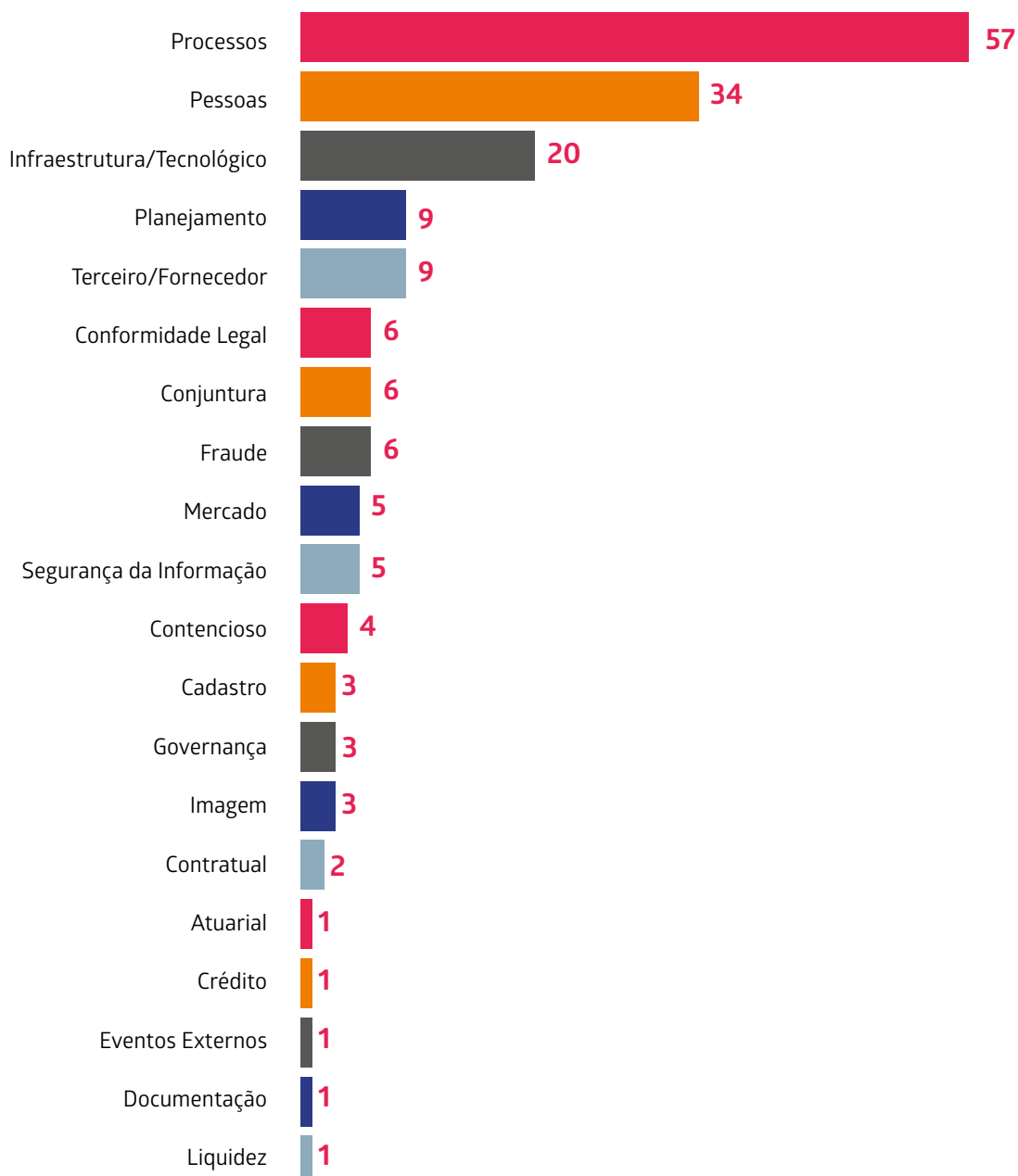
O que fizemos em 2019

Anualmente, redesenhamos nossa Matriz de Risco. Em 2019, passamos pelo oitavo ciclo de avaliação e, nele, mudamos a ênfase de nossas tomadas de dados com as áreas, ampliamos o modelo de entrevistas e aplicamos a metodologia recomendada pelo Coso (*The Comittee of Sponsoring Organizations*), dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa.

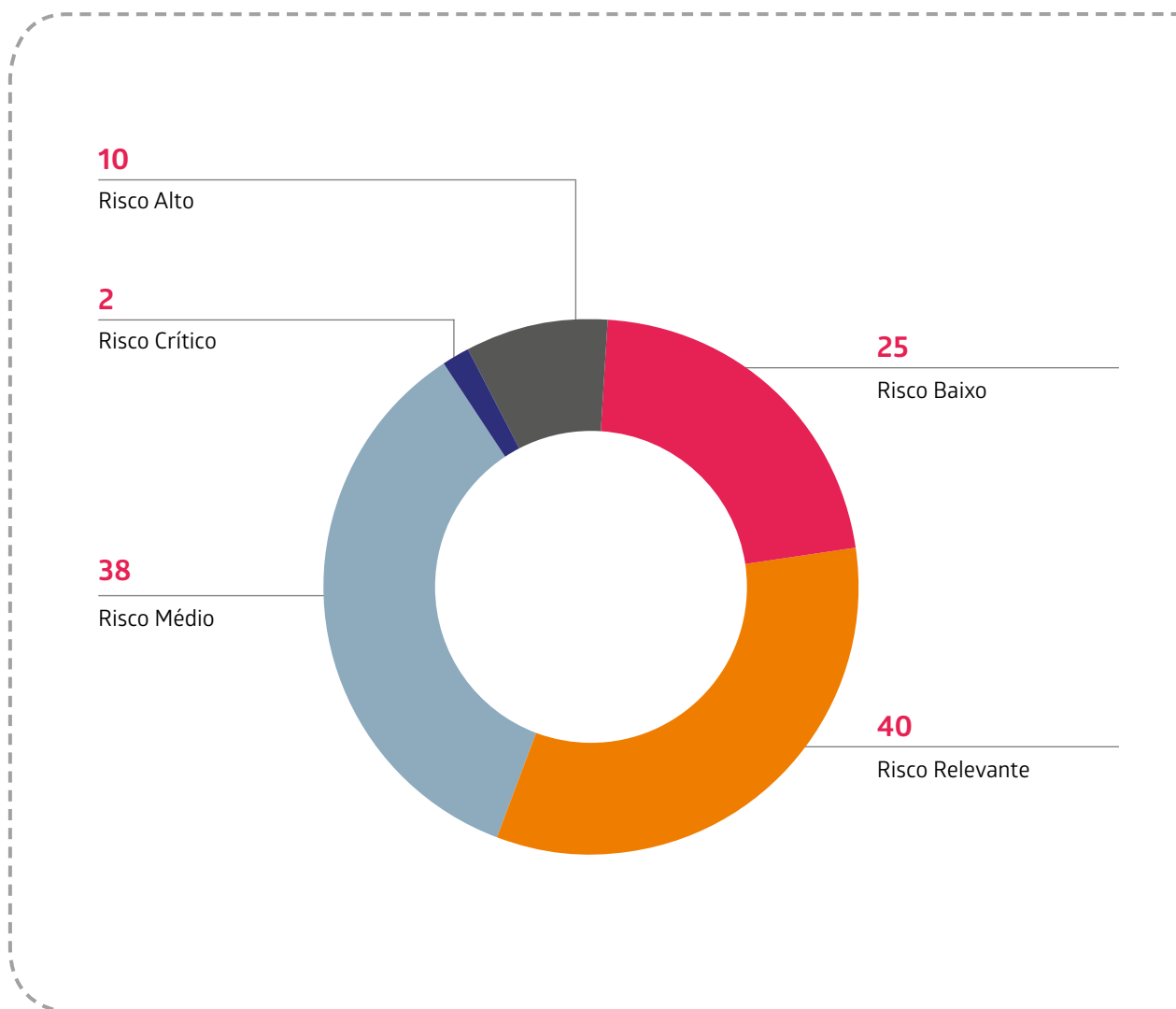
A Matriz do ano de 2019 trouxe o mapeamento de 115 riscos, assim distribuídos:

FATORES DE RISCO

Quantidade de riscos associados



A criticidade dos riscos encontrados foi a seguinte:



Ainda em 2019, atualizamos nossa Política de Gestão de Riscos, a fim de, alinhados às melhores práticas, revermos nossa estratégia de gerenciamento de riscos.

Além disso, foram emitidos mais de 80 pareceres para revisão de Normas, Políticas, Regimentos e Regulamentos.

Durante o ano, também foi implementado o “Risiko Informa”, um boletim de notícias interno, que tem como objetivo direcionar à área envolvida qualquer nova regulamentação, lei, resolução ou matéria a qual o tema seja pertinente, que produza efeitos no seu dia a dia e que exija adequações. Até o final de 2019, tínhamos cadastrado em sistema 179 obrigações legais, sendo que nenhuma deixou de ser cumprida dentro do prazo.



Definições de Riscos, nossas atuações e classificações

RISCO ATUARIAL

DEFINIÇÃO ■ é a possibilidade de certas premissas utilizadas nos cálculos dos passivos e ativos não se confirmarem. A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano de benefícios. Diante dessa perspectiva, o processo de gerenciamento é imprescindível.

NOSSA ATUAÇÃO ■ em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, empregamos um conjunto de ações e processos que, com vias de avaliar quantitativamente e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, podem prover alternativas estratégicas para eliminar ou minimizar seus impactos. Para isso, é necessário realizar o mapeamento e a identificação dos riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado na realidade subjetiva de cada plano de benefícios, dado pelas [hipóteses atuariais](#), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, exigível contingencial, bem como pela precificação de ativo e passivo. Além disso, é preciso fazer a comparação entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores. Por fim, nosso Conselho Fiscal atesta, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

RISCO DE CRÉDITO

DEFINIÇÃO ■ caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de *rating* de um emissor de títulos ou *default*.

NOSSA ATUAÇÃO ■ possuímos controle diferenciado para as aplicações em títulos de créditos, visando a limitação da exposição e proteção de nossos objetivos. A utilização das notas de *rating*, atribuída pelas principais agências classificadoras do mercado, é apenas a base para a composição das métricas que utilizamos.

Para aquisição de títulos e valores mobiliários em carteira própria dos planos, que possuam como característica a exposição a risco de crédito, apresentamos relatório de análise de investimento, avaliando, dentre outras considerações, todos os fatores de risco, e a rentabilidade prospectiva do ativo, apontando sua *duration* e compatibilidade com as carteiras dos planos, além de outros fatores.

Os planos não poderão adquirir títulos e valores mobiliários classificados como de alto risco de crédito e, em caso de desenquadramento passivo dos investimentos, a gestão poderá manter a alocação até o vencimento, ou liquidá-la antecipadamente, se possível, conforme deliberação da alçada competente.



CLASSIFICAÇÃO ■ está como “Baixo”, devido à qualidade do crédito investido (maior peso entre AAA, AA e A), sendo que o único ativo com nota de grau especulativo é o Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE, que possui o fundo garantidor de crédito como lastro.

RISCO ESTRATÉGICO

DEFINIÇÃO ■ é a preocupação com o atingimento das metas estipuladas pela Entidade e com possíveis problemas que possam atrapalhar o alcance delas. A gestão dos riscos estratégicos, que estão vinculados ao negócio ou aos objetivos estratégicos, se concentra no acompanhamento de fatores que podem tornar vulnerável o alcance dos objetivos da Instituição.

NOSSA ATUAÇÃO ■ no Economus, traçamos metas e ações preventivas para evitar a concretização do resultado negativo e suas possíveis consequências. Para isso, estabelecemos estratégias, ordenadas para identificar os eventos capazes de afetar o desempenho e a administração dos riscos, a fim de mantê-los compatíveis quanto ao seu apetite ao risco e possibilitar garantia razoável no cumprimento de nossos objetivos.

RISCO LEGAL OU DE ENQUADRAMENTO

DEFINIÇÃO ■ caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade. Diversas atividades possuem obrigações junto aos órgãos reguladores, que servem como prestação de contas. Além disso, é necessário seguir regras para investir o montante financeiro dos participantes e beneficiários. Assim, o principal objetivo de Gestão de Risco Legal é aferir se a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre suas atividades.

NOSSA ATUAÇÃO ■ controlamos a conformidade legal e o enquadramento por meio de duas abordagens:

- A primeira está ligada aos controles de nossas atividades perante às obrigações legais com as autarquias e órgãos reguladores, por meio de sistema de gestão, no qual são cadastrados e monitorados planos e processos.
- A segunda está ligada ao enquadramento legal de nossos planos de benefícios, cujas regras estão definidas na Política de Investimentos, alinhada às determinações legais de limites de alocação e às estruturas dos investimentos dos setores nos quais atuamos. Com assessoria de empresa especializada, realizamos o monitoramento do atendimento às determinações de nossa Política de Investimentos. Para isso, a consultoria nos fornece insumos, que são utilizados para alimentar controles próprios de risco, visando o monitoramento e o reporte imediato à área de investimentos, caso seja identificado algum ponto de atenção.

CLASSIFICAÇÃO ■ está em “Baixo” para “Neutro” devido a um ponto de atenção para o plano Feas, no qual há um leve desvio da Política de Investimentos, no segmento “outros”. Nos demais planos, não foram apresentados desenquadramentos.

RISCO DE LIQUIDEZ

DEFINIÇÃO ■ caracteriza-se pela possibilidade de perda, decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas, por conta de variações nos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo. Isso pode ocasionar descasamento entre pagamentos e recebimentos, afetando a capacidade de cumprir com as obrigações financeiras. Uma gestão do risco de liquidez busca manter uma posição estrutural de liquidez segura e resiliente aos ambientes de estresse, no curto e médio prazo, sempre monitorando a dependência em relação aos mercados de capitais. Essa gestão prudente é alcançada pela manutenção de reserva com alta liquidez, o que permite à Entidade resistir a grandes fluxos de saída de recursos e rupturas nas fontes de captação.



NOSSA ATUAÇÃO ■ com caráter apenas gerencial, é apresentado, mensalmente, junto ao [Comitê de Investimentos](#), o percentual de liquidez das carteiras dos planos, para um mês, e um ano.

CLASSIFICAÇÃO ■ está em “Baixo”, por termos todos os planos e mandatos com liquidez adequada às necessidades de caixa para a gestão dos pagamentos de benefícios e das demais obrigações dos planos.

RISCO DE MERCADO

DEFINIÇÃO ■ pode se materializar quando houver perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira, em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou *commodities*.

NOSSA ATUAÇÃO ■ para gerenciamento do risco de mercado, são calculadas métricas para todos os fundos, como VaR, e *Tracking Error*. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, como crises e choques econômicos, utilizando cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, agregamos testes de aderência do modelo de VaR (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados. Também é definida a utilização de limites de perda em cenário de estresse para a gestão do risco de mercado. Devido às especificidades existentes nos diversos fundos de investimento, e de forma a fornecer informação adicional à gestão, são adotados, se aplicáveis, outros tipos de limites de risco de mercado. Os controles desenvolvidos buscam capturar da melhor forma possível as variações do nível de risco de cada fundo e visam refletir as mudanças ativas (compra e venda de instrumentos financeiros) e as passivas, decorrentes de mudança no comportamento dos fatores de risco presentes no fundo (movimentos de mercado).

Em atendimento à legislação, realizamos a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento deste tipo de risco. Utilizamos modelo não paramétrico, com horizonte de tempo de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%.

São elaborados controles de risco de mercado para o segmento de renda fixa, divididos por controles sobre carteira própria, fundos de investimentos exclusivos com foco em liquidez, fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos com foco em rentabilidade, fundos de investimento abertos com foco em rentabilidade, fundos de renda fixa com duração baixa, média e livre e fundos de renda fixa com duração alta.

Existe também controle do risco de mercado para o segmento de renda variável, para fundos de investimento exclusivos e/ou abertos de gestão passiva, além dos fundos de investimento abertos ou exclusivos de gestão ativa, fundos de investimento fechados de gestão ativa.

Há ainda controle de risco de mercado para o segmento de investimento estruturado.

Para as aplicações nos segmentos de investimentos imobiliários, operações com participantes e investimentos no exterior não há controle de risco de mercado, apenas controle de alocação.

CLASSIFICAÇÃO ■ está em “Extremamente baixo”, por termos todos os planos e mandatos com VaR (*Value to Risk*) controlados e muito distantes dos limites estipulados em Política de Investimentos.



RISCO OPERACIONAL

DEFINIÇÃO ■ caracteriza-se pela possibilidade de perdas, resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

NOSSA ATUAÇÃO ■ dispomos de um processo dedicado à gestão e monitoramento do risco operacional, por meio de Políticas e ferramentas, implementado de acordo com a natureza e a complexidade dos negócios nos quais atuamos. Para proteger nossos participantes, assistidos, beneficiários e empregados, gerimos o risco operacional, evitando-o, mitigando-o ou transferindo-o.

RISCO SISTÊMICO

DEFINIÇÃO ■ caso o sistema financeiro seja contaminado por eventos externos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa, pode-se incorrer na materialização de riscos sistêmicos. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

NOSSA ATUAÇÃO ■ na alocação dos recursos, levamos em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores e gestores externos, bem como os diferentes indicadores de desempenho para o investimento, visando, desta maneira, mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos planos. A diversificação dos investimentos, em linha com o registrado na Política de Investimentos vigente, é fator determinante em nossa mitigação do risco sistêmico.

CLASSIFICAÇÃO ■ a alocação dos recursos tem levado em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, visando a mitigação da possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise. Por isso, no momento, esse risco está classificado como “Baixo”.

RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO:

DEFINIÇÃO ■ caracteriza-se pela perda decorrente de terceiros/fornecedores não honrarem, total ou parcialmente, seus compromissos contratuais e obrigações acordadas, bem como de situações em que os serviços prestados ou os produtos adquiridos não atinjam os requisitos de qualidade esperados, ou não sejam entregues nas datas previstas.

NOSSA ATUAÇÃO ■ contamos com um processo de compras, que inclui avaliação do preço cobrado pela empresa de terceirização de mão de obra, do cumprimento de obrigações trabalhistas/previdenciárias, assim como da situação financeira da empresa terceirizada, e se ela possui estrutura adequada à realização dos serviços. Todo o procedimento é feito por meio de processo normatizado, que reúne histórico, justificativas e documentação pertinente à seleção e monitoramento de gestores terceirizados.

Ainda, por meio do sistema de *compliance*, promovemos uma gestão eficiente dos documentos que comprovem o pagamento das obrigações trabalhistas pelas empresas terceirizadas.

Por fim, realizamos o acompanhamento dos custos diretos, indiretos, bem como da qualidade dos serviços terceirizados, prestados em relação à decisão, controle, acompanhamento e assessoramento dos processos relacionados à gestão de investimentos, de forma a garantir nível adequado de prestação de serviços e custos aos planos administrados.



5

Investimentos: Cenários, Gestão e Desempenho Consolidado

Participante Virginia Lucia A. C. de Cristo, no “Espaço do Saber”, sala de treinamentos e capacitação do Economus.



Cenários

Neste capítulo, trazemos uma análise dos cenários econômicos nacional e mundial, e as estratégias que adotamos para alocação dos recursos, abordando, ainda, como estes fatores impactaram em nossos investimentos.

Em seguida, apresentamos o desempenho e as Políticas de Investimentos - Consolidado.

NACIONAL

Em relação à economia brasileira, destacou-se a materialização de uma conjuntura econômica benigna, na qual o país avançava para retomar o crescimento de sua atividade, atrelada a níveis de inflação historicamente baixos e controlados, e também a um patamar de taxa de juros reduzido. Isso representa um maior desafio para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs na rentabilização de seus recursos, e aos poupadores em geral, que precisarão considerar um maior nível de risco em suas aplicações para buscarem obter rendimentos que sejam adequados a seus objetivos de médio e longo prazos.

Após anos de contração do Produto Interno Bruto - PIB, a economia brasileira engrenou em recuperação de sua atividade econômica, porém, de forma lenta e irregular desde 2017.

Em 2019, alguns eventos impactaram a economia brasileira e impuseram retração à produção da indústria e ao crescimento da demanda doméstica, tais como:

- O desastre de Brumadinho (MG), no início de 2019, trouxe momentânea turbulência ao mercado financeiro;
- A continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e
- A própria desaceleração da economia e do comércio mundiais.

Com o ritmo moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu elevada, o que se refletiu em inflação em níveis baixos. Diante deste contexto, somado à aprovação da Reforma da Previdência, o Banco Central flexibilizou novamente a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos, tanto em termos reais quanto nominais, com a taxa Selic encerrando 2019 em 4,50% ao ano.

A aprovação da Reforma da Previdência, que tende a evitar a escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu correção.

O impulso monetário, junto à injeção pontual de recursos na economia, por meio de FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família, etc., estimulou a atividade ao final de 2019. Tivemos indicadores positivos no crédito, no comércio e em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de recomposição.

Ainda, destacamos o crescimento da demanda por dólares no mercado à vista, que, além da própria valorização da moeda americana, gerou pressão sobre a cotação do Real e resultou em um patamar de câmbio historicamente elevado



ao fechamento do ano, mas que não foi capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

INTERNACIONAL

Acerca da conjuntura econômica internacional, cabe destacar a continuidade das agendas protecionistas em relação ao comércio global, especialmente advindas dos EUA e da China. As discussões geradas por essa guerra comercial impactaram no desempenho dos ativos financeiros ao longo de todo o ano de 2019, refletindo na assinatura da primeira fase do acordo entre as duas maiores economias do mundo.

Dada a possível redução do fluxo de comércio global, bem como outros desafios já instalados nos países desenvolvidos, como taxas de juros reais negativas, tensões relacionadas à saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e reflexos dos conflitos comerciais entre EUA e China, a economia global, especialmente na Zona do Euro, apresentou evolução de seu nível de atividade em patamar reduzido, por mais um ano.

Destaca-se que até mesmo a China apresentou crescimento de 6,0% no ano, inferior à sua média histórica. No entanto, este ainda representa o vetor mais expressivo para o crescimento do PIB mundial e mantém o posicionamento do país como um dos maiores mercados consumidores do globo, no que diz respeito à extensa gama de produtos e serviços, em especial *commodities*. Nos EUA, destaca-se a redução da taxa de juros pela autoridade monetária, o Federal Reserve, visto que a taxa iniciou o ano de 2019 no patamar de 2,25 – 2,50% ao ano, finalizando o exercício no patamar de 1,50 – 1,75% ao ano. Isso sinalizou o encerramento, por ora, do ciclo de aperto monetário, dada a reação da economia norte-americana, refletida em seus indicadores de emprego, renda e inflação, que tem apresentado variação próxima ao estabelecido pelo Federal Reserve.

Em relação à Zona do Euro, destacou-se a continuidade dos movimentos de política monetária no sentido de prover liquidez à economia, visando o incentivo à aceleração da atividade, os quais têm surtido efeitos ainda tímidos, visto os impactos ao comércio global.

Gestão

No decorrer de 2019, ano em que o cenário nacional apresentou similaridades com 2018, implementamos ações estratégicas, principalmente pautadas no incremento marginal da alocação em Renda Variável e na redução da alocação em Renda Fixa, com o objetivo de buscar maior rentabilidade para as carteiras de investimentos.

Tal estratégia se mostrou exitosa, conforme resultados dos investimentos de nossos planos de benefícios, apresentados no [Capítulo 6 - Planos de Benefícios - Gestão, Resultados e Avaliação Atuarial](#).

Para definir a alocação dos recursos entre as classes de ativos, seguimos os pilares abaixo:

- Avaliação prospectiva de distintos cenários econômicos e de suas probabilidades de ocorrência;
- Aderência dos ativos às necessidades dos passivos administrados, em curto, médio e longo prazos, a qual é apurada por meio de estudos técnicos;
- Gerenciamento da liquidez, com foco no cumprimento das obrigações junto aos participantes, assistidos e beneficiários;
- Avaliação criteriosa de todos os riscos aos quais os investimentos estão sujeitos;
- Otimização do retorno dos portfólios administrados, fazendo uso de alocações dinâmicas e investimentos táticos, sempre em observância às melhores práticas de mercado e às regras de solvência, prudência e segurança que as Políticas de Investimentos e Órgãos Reguladores recomendam.



Desempenho consolidado

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

Em dezembro de 2019, o montante patrimonial consolidado ficou em **R\$ 7.037.922.286**, representando evolução nominal de 8,0% quando comparado a dezembro de 2018.

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2018	%	31/12/2019
Renda Fixa	81,52%	5.312.038.985,24	80,98%	5.698.996.787,99
Títulos Públicos	53,24%	3.469.735.647,81	52,20%	3.673.838.161,24
Títulos Privados	10,58%	689.425.559,52	10,39%	731.235.843,31
Fundos de Investimento	17,69%	1.152.877.777,91	18,39%	1.293.922.783,44
Renda Variável	8,22%	535.651.125,54	10,35%	728.076.074,08
Fundos de Ações	6,48%	422.218.803,42	8,69%	611.335.913,08
Ações à Vista	1,74%	113.432.322,12	1,66%	116.740.161,00
Estruturado	4,46%	290.393.395,98	2,60%	182.751.507,81
FIP (Participações)	4,46%	290.393.395,98	2,60%	182.751.507,81
Imobiliário	2,69%	174.992.925,06	2,76%	194.563.249,67
Aluguéis e Renda	1,86%	121.133.437,72	1,97%	138.785.000,00
FI (Imobiliário)	0,83%	53.859.487,34	0,79%	55.778.249,67
Empréstimos	3,12%	203.473.808,44	3,32%	233.534.666,93
Empréstimos a Participantes	3,12%	203.473.808,44	3,32%	233.534.666,93
Total dos Investimentos	100,00%	6.516.550.240,26	100,00%	7.037.922.286,48
Outros Recursos				
Depósitos Judiciais Contingenciais		346.940.727,35		393.122.299,21
Depósito Judicial - Ambev		3.290.529,35		3.493.482,02
Participação Corseg		370.061,47		10.445,20
Contas a Receber / Pagar		570.052,44		742.864,76
Conta Corrente		105.300,18		688.341,48
Total Geral		6.867.826.911,05		7.435.979.719,15



PATRIMÔNIO CONSOLIDADO PREVIDENCIAL

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada - Previdencial			
	%	31/12/2018	%	31/12/2019
Renda Fixa	81,34%	5.121.109.528,69	80,91%	5.552.279.253,72
Renda Variável	8,51%	535.651.125,54	10,61%	728.076.074,08
Estruturado	4,14%	260.729.052,11	2,25%	154.117.323,21
Imobiliário	2,78%	174.992.925,06	2,84%	194.563.249,67
Empréstimos	3,23%	203.473.808,44	3,40%	233.534.666,93
Total dos Investimentos	100,00%	6.295.956.439,84	100,00%	6.862.570.567,61

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO ASSISTENCIAL

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada - Assistencial			
	%	31/12/2018	%	31/12/2019
Renda Fixa	86,55%	190.929.456,55	83,67%	146.717.534,27
Estruturado	13,45%	29.664.343,87	16,33%	28.634.184,60
Total dos Investimentos	100,00%	220.593.800,42	100,00%	175.351.718,87

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS - PRÓPRIA E TERCEIRIZADA - CONSOLIDADO

Valores em R\$ MM

Gestão dos Investimentos	Posição Consolidada	
	%	31/12/2019
Gestão Própria	69,54%	4.894,1
Gestão Terceirizada	30,46%	2.143,8
Total dos Recursos	100,00%	7.037,9



CUSTOS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS – PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – CONSOLIDADO

Gestão Própria	Total
Custeio Administrativo	7.629.677,13
Taxa de Custódia	399.502,47
Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	361.563,89
Taxa de Corretagem	79.048,28
Total dos Custos com Investimentos	8.469.791,77
Total dos Investimentos	4.894.133.832,48
% dos Custos sobre os Investimentos	0,17%

¹ Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima e afins

Gestão Terceirizada	Total
Taxa de Administração/ Gestão	8.719.977,64
Taxa de Custódia	883.337,22
Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	423.120,91
Custeio Administrativo	-
Outras Despesas	1.025.882,16
Total dos Custos com Investimentos	11.052.317,93
Total dos Investimentos	2.143.788.454,00
% dos Custos sobre os Investimentos	0,52%

¹ Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima e afins



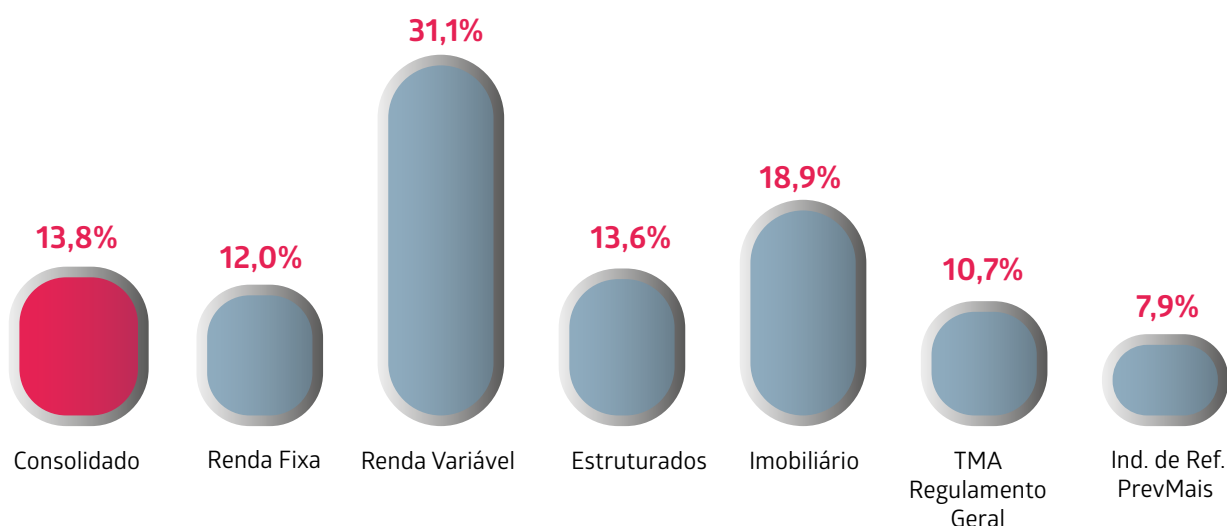
Indicadores de desempenho: Economus x EFPCs

CONSOLIDADO

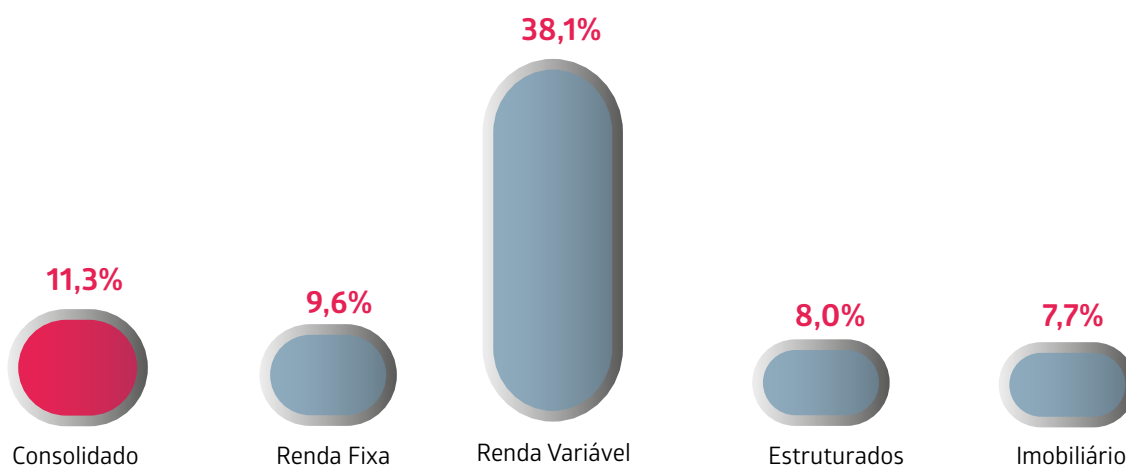
Analisando a mediana dos retornos de investimentos de outros Fundos de Pensão, calculada pela Aditus Consultoria Financeira, verifica-se que os retornos do Economus superaram a mediana nos seguintes segmentos: Renda Fixa, Estruturados, Imobiliário e Consolidado.

Destaca-se que o retorno consolidado fechou o ano em 13,82%, 2,49 pontos percentuais acima da amostra, de 11,33%, e 3,10 pontos percentuais acima da meta de rentabilidade do Regulamento Geral (Grupo C), nosso maior plano, que tem como meta INPC + 6% ao ano.

RETORNO CONSOLIDADO - Investimentos Economus 2019



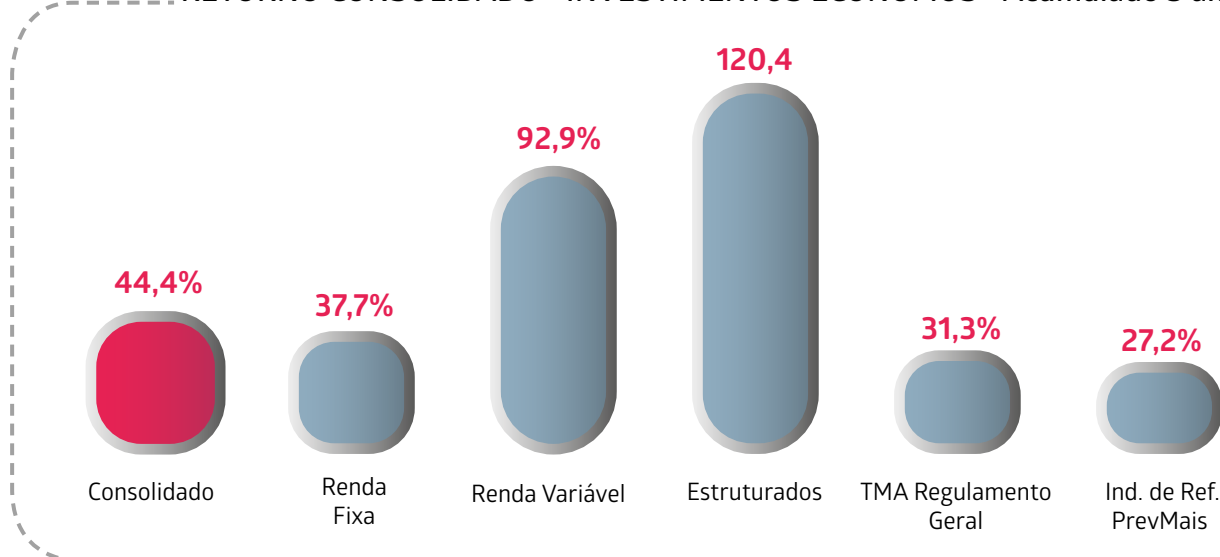
RETORNO ACUMULADO - EFPCs - 2019



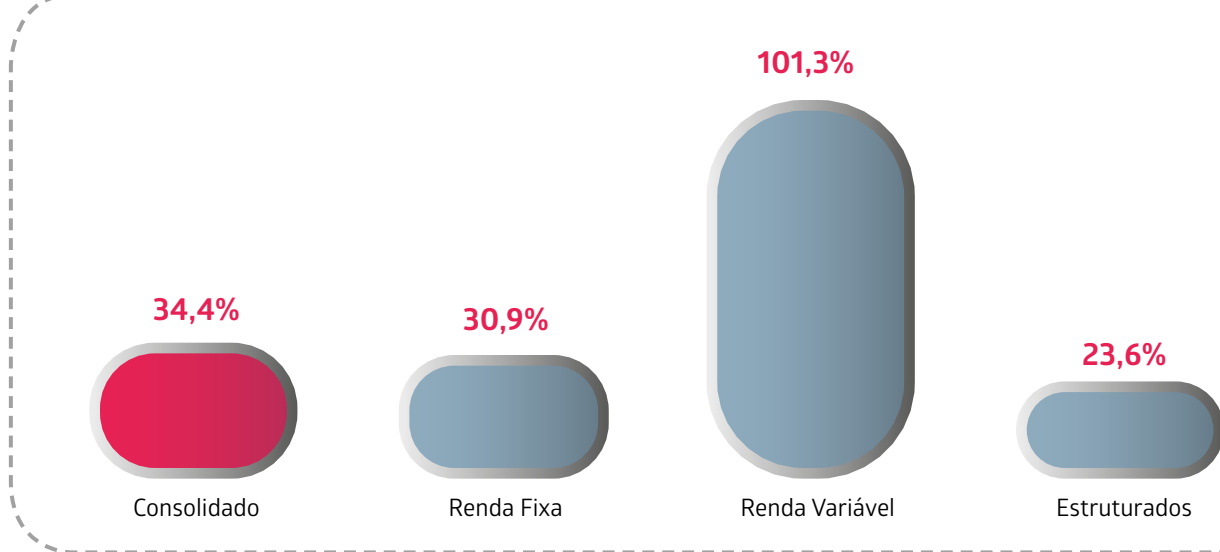
Adicionalmente, apresentamos, a seguir, os mesmos parâmetros comparativos, em relação ao período acumulado dos últimos 36 meses, onde é possível constatar que a rentabilidade consolidada

do Economus foi 10 pontos percentuais superior à obtida pela amostra de EFPCs analisada, bem como superior à meta de rentabilidade do plano Regulamento Geral (Grupo C).

RETORNO CONSOLIDADO - INVESTIMENTOS ECONOMUS - Acumulado 3 anos



RETORNO ACUMULADO - EFPCs - Acumulado 3 anos



RENDA FIXA

O resultado consolidado da Renda Fixa em 2019 foi equivalente a 201% do CDI e a 112% da meta do plano Regulamento Geral (Grupo C). A estratégia de alocação em crédito privado, por meio de fundos de investimentos, correspondeu a aproximadamente 23% da Renda Fixa, garantindo baixo risco e liquidez adequada para as carteiras de investimentos, tendo como parâmetro de retorno a superação do CDI. No exercício, a gestão optou por priorizar o crédito privado via fundos.

A carteira de títulos públicos, que corresponde a aproximadamente 64% da Renda Fixa, apresentou desempenho superior à meta de rentabilidade do plano Regulamento Geral (Grupo C), estabelecida em INPC + 6,0% ao ano, em função do desempenho dos títulos NTN-C e NTN-B em carteira. As NTN-C foram beneficiadas pela variação do IGP-M, de 7,30%, superior à variação do INPC, de 4,45% em 2019. Já as NTN-B em carteira, apresentaram, no



ano, desempenho equivalente à taxa média de IPCA + 6,70% ao ano, superior ao desempenho da meta de rentabilidade do referido plano. Parte da carteira é formada por títulos cujo excedente de rentabilidade nominal foi utilizado para equacionar o déficit em 2006. O plano Regulamento Geral (Grupo C) registrou rentabilidade de 16,62% em 2019 (ou 16,91% considerando o resultado positivo de cerca de 7,5 MM de Resultados a Realizar).

Em relação à nossa carteira proprietária de crédito privado, cabe destacar que, os títulos atrelados à CDI reportaram rentabilidade de 113% do indicador, enquanto que, os títulos atrelados ao IPCA reportaram resultado de IPCA + 7,1% ao ano.

RENDA VARIÁVEL

Em 2019, o resultado da Renda Variável, de 31,09%, apresentou performance 2,9 vezes superior à meta de rentabilidade do plano Regulamento Geral (Grupo C), de 10,72%, beneficiado pelo desempenho do FIC BB Eco Stocks, fundo exclusivo, com gestão realizada pela BB DTVM, sendo o principal veículo de investimento do segmento.

Adicionalmente, destacamos que o desempenho do segmento também foi influenciado pelo retorno das ações da companhia IRB Brasil Resseguros S/A (IRBR3), de 32,43% no ano, sendo que grande parte das ações foram vendidas ao longo de 2019 e outra parte permaneceu em carteira própria do plano Regulamento Geral (Grupo C), em decorrência do encerramento do FIP Caixa Barcelona, em outubro/19, veículo de investimentos no qual o ativo estava alocado.

IMOBILIÁRIO

O segmento imobiliário apresentou desempenho de 18,87% em 2019, equivalente a 1,76 vezes a meta de rentabilidade do plano Regulamento Geral (Grupo C), que é de INPC + 6,0% ao ano. O segmento foi beneficiado, principalmente, pela valorização dos imóveis que compõem a carteira própria do plano, em linha com a recuperação do mercado imobiliário, verificada ao longo do ano.

ESTRUTURADOS

O segmento Estruturado apresentou desempenho de 15,33% no ano, equivalente a 1,43 vezes a meta de rentabilidade do plano Regulamento Geral (Grupo C), que é de INPC + 6,0% ao ano, destacando-se o retorno dos Fundos de Investimento em Participações, que compõem o segmento, os quais, por sua vez, realizam investimentos em empresas, títulos e valores mobiliários diversificados em relação às suas remunerações, riscos e setores econômicos.

Cabe destacar que, nos últimos 36 meses, esta classe de ativos acumula retorno de 120,4%, frente a 31,3% da meta de rentabilidade, de INPC + 6,0% ao ano.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

O segmento de Operações com Participantes, onde estão inseridos os empréstimos, apresentou desempenho de 8,26%, em 2019, equivalente a 138% do CDI, cujo resultado foi de 5,97% no ano. Você encontra mais detalhes sobre os empréstimos no [Capítulo 6 - Planos de Benefícios - Gestão, Resultados e Avaliação Atuarial](#).

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PREVIDENCIAL

Em cumprimento à legislação vigente, a Política de Investimentos Previdencial, aprovada pela Governança, tem o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Gestão de Investimentos nas ações de curto, médio e longo prazos para a alocação dos recursos, fornecendo, inclusive, subsídios para avaliação e monitoramento pelo patrocinador (Banco do Brasil), bem como por participantes e assistidos. Elaborar-se a Política a partir da identificação das necessidades atuariais e definição do conjunto de ativos, descrevendo os objetivos de retorno, tolerância aos riscos e restrições de investimento, como forma de buscar constituir reservas suficientes para o pagamento de benefícios complementares ao longo do tempo. A vigência da Política



de Investimentos Previdencial vai de 01/01/2020 a 31/12/2024, sendo submetida a revisão anual ou em períodos inferiores a este, em decorrência de eventuais alterações na conjuntura econômica, no passivo dos planos, ou na legislação que regula as EFPCs.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – ASSISTENCIAL

Como operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde, classificada na modalidade de Autogestão pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, e conforme determinação da Resolução Normativa nº 410 da ANS, de 17/08/2016, aplica-se a esta Política de Investimento a Resolução CMN Nº 4.444, de 13/12/2015, no que tange aos recursos garantidores do plano, os instrumentos financeiros permitidos, limites de aplicação, condições estipuladas e requisitos de diversificação para aceitação dos ativos correspondentes.

A Política de Investimentos Assistencial, aprovada pela Governança, tem o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Gestão de Investimentos nas ações de curto, médio e longo prazo para a alocação dos recursos da Reserva Técnica do Fundo Economus de Assistência Social - Feas, Economus Família e Administrativo Assistencial, fornecendo, inclusive, subsídios para avaliação e monitoramento pelas partes interessadas. A vigência da Política de Investimentos Assistencial vai de 01/01/2020 até 31/12/2024, sendo submetida a revisão anual ou em períodos inferiores a este, em decorrência de eventuais alterações na conjuntura econômica, nas despesas dos planos ou na legislação que os regula. A Política é construída a partir da definição do conjunto de ativos, descrevendo os objetivos de retorno, tolerância aos riscos e restrições de investimento, conforme as fontes de custeio e de despesas: contribuições dos beneficiários; receitas financeiras oriundas das aplicações; despesas assistenciais.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – CONSOLIDADO - 2020/2024

Código / Nome	Planos de Benefícios / Programas	Meta / Indicador de Referência
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Grupo C	INPC + 5,50% a.a.
CNPB 2006003429	PrevMais	74% (SELIC) + 21% (INPC + 4,25% a.a.) + 5% (IBrX)
	PrevMais - Perfil Conservador	100% do SELIC
	PrevMais - Perfil Moderado	85% do SELIC + 15% do IBrX
	PrevMais - Perfil Agressivo	70% do SELIC + 30% do IBrX
	PrevMais - Perfil Super Agressivo	55% do SELIC + 45% do IBrX
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar Nº 1 - Grupo B	INPC + 4,50% a.a.
	Regulamento Complementar Nº 2 - Grupo A	INPC + 4,50% a.a.
CNPB 9970000000	PGA	100% do SELIC
Planos Assistenciais	Fundo Assistencial Feas	INPC + 4,11% a.a.
	Economus Família e Adm. Assistencial	100% do SELIC

As Políticas de Investimentos completas estão disponíveis em nosso site, nos links abaixo:

[Política de Investimentos Previdencial](#)

[Política de Investimentos Assistencial](#)



6

Planos de benefícios: Gestão, Avaliação Atuarial e Resultados

Claudia Vasconcelos Duchecou, participante do Economus desde 01/01/1994



Grupo A

Grupo B

Grupo C

PrevMais

4 planos

24.048
participantes



R\$ 6,87 bilhões
em recursos administrados

61



R\$ 373,2 milhões
em contribuições previdenciais
no ano



R\$ 600,5 milhões
em benefícios pagos
no ano

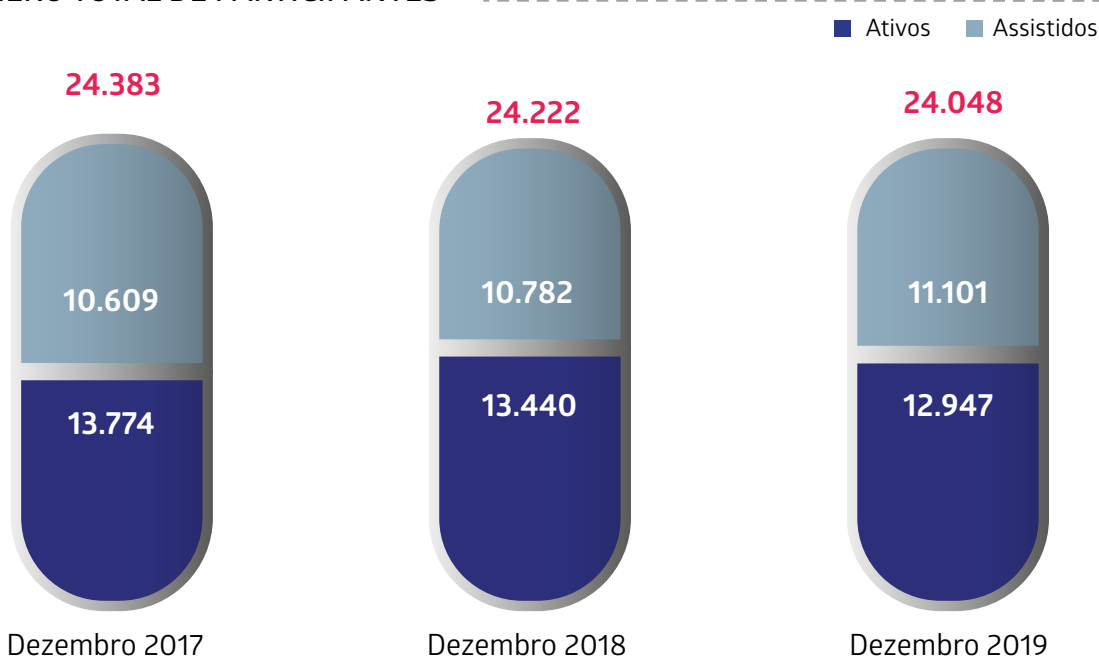
R\$ 234,1 milhões
emprestados



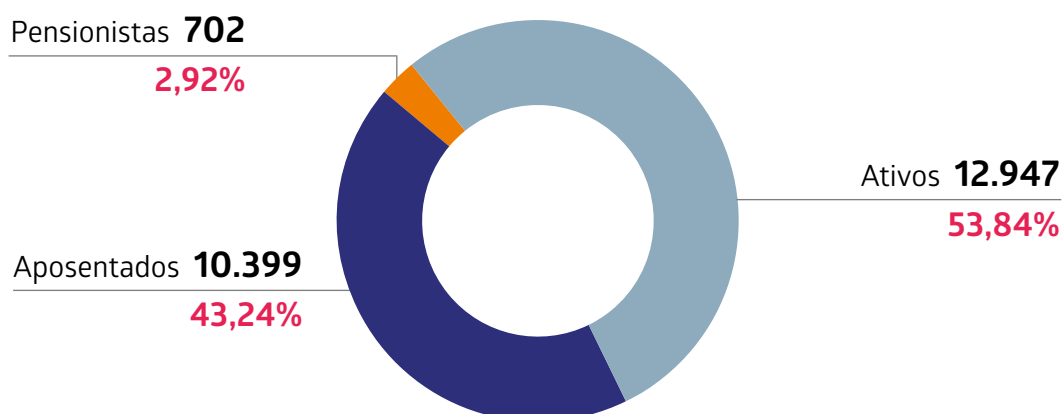
Gestão – Consolidado

Administramos quatro planos de benefícios previdenciários, ligados a dois patrocinadores, Banco do Brasil e o próprio Instituto, sendo três na modalidade de Benefício Definido - BD e um na modalidade de Contribuição Variável - CV, totalizando **24.048 participantes**, dos quais 5.030 estão vinculados a dois planos: Regulamento Geral (Grupo C) e PrevMais.

NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES



PERFIL DO PÚBLICO



Fechamos 2019 com o total de **R\$ 6,87 bilhões** em recursos administrados, o que de acordo com o ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp, nos coloca na 25ª posição entre os maiores fundos de pensão do Brasil*.

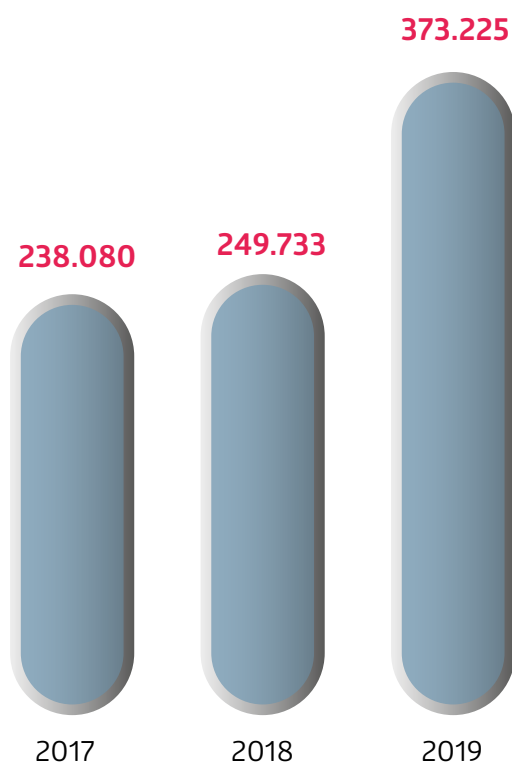
No exercício, foram arrecadados **R\$ 373.225 mil** em contribuições previdenciais e a folha de pagamen-

to de benefícios totalizou **R\$ 600.526 mil**. Comparado ao ano anterior, observa-se um incremento de 49,20% na arrecadação e 5,08% no pagamento de benefícios, conforme demonstrado nos gráficos abaixo. A análise detalhada por plano de benefícios será apresentada mais à frente.

**Informação retirada do [Consolidado Estatístico](#), da Abrapp, referente a outubro/2019. Até o fechamento desta edição, não havia informação mais recente no site da Entidade.*

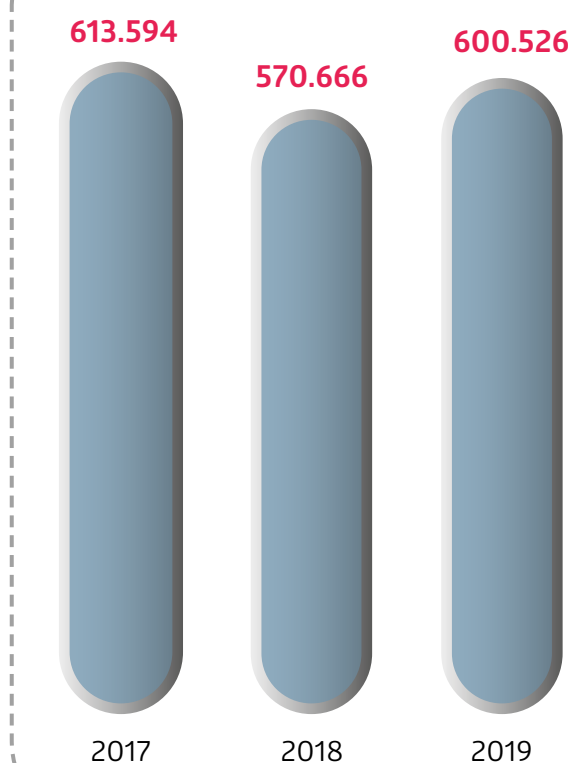
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS

Valores em R\$ mil



PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil



OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMO SIMPLES)

Participantes e assistidos vinculados aos nossos planos de benefícios previdenciários têm acesso a empréstimos com condições diferenciadas, com pagamento em até 120 meses e taxas menores em relação às praticadas pelo mercado.

As carteiras somam um total emprestado de **R\$ 234.160 mil**, segregados em 7.010 contratos ativos, sendo que, deste montante, cerca de R\$ 183.205 mil foram concessões e renovações realizadas no ano de 2019. Isso representa um crescimento de 12,57% em relação ao ano anterior.

Em virtude da segurança de nosso produto, a quantidade de participantes inadimplentes foi reduzida em 11,90%, o que, ao término do exercício, representava apenas 0,27% do volume emprestado.

Em busca de melhorias do produto, promovemos algumas alterações nas regras aplicadas, tais como:

- Redução da taxa de juros, em virtude da alteração da meta atuarial; e
- Aumento do prazo para pagamento.



Avaliação atuarial - Consolidado

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um plano de benefícios, representando um conjunto de estimativas, de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira que, durante o período futuro considerado na avaliação, espera-se que se realizem com bom nível de segurança.

Conheça as hipóteses atuariais:

- Hipóteses Biométricas e Demográficas ([clique aqui para saber mais](#));

- Hipóteses Econômicas e Financeiras ([clique aqui para saber mais](#)).

Para atestar se as hipóteses atuariais utilizadas continuam adequadas às características da massa de participantes dos planos de benefícios, foi realizado estudo técnico de aderência, que apontou a necessidade de revisão de algumas delas.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas para a avaliação atuarial de 2019:

Hipótese	Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)	Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)	Regulamento Geral (Grupo C)	PrevMais
Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT-83 Female	AT-83 Female	AT-2000 M&F (suavizada em 10%)	AT-2000 F
Mortalidade de Inválidos	RP 2000 - Disabled Female	Não aplicável	MI-85 Female	MI - 85 Female
Entrada em Aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	Retirada da tábua	Não aplicável
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável	TASA 1927	TASA 1927
Entrada em Auxílio-Doença	Não aplicável	Não aplicável	EX-ECONOMUS 2012-2018	EX-ECONOMUS 2008-2017
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	GAMA/ROT. EX-ECONOMUS 2007-2016	GAMA/ROT Exp. Economus 2007-2016
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável	0,00% ao ano	1,16% ao ano
Fator de Capacidade	0,9845	0,9845	0,9846	0,9849
Taxa de Juros	4,50% ao ano	4,50% ao ano	5,50% ao ano	4,25% ao ano



Avaliação atuarial é o estudo técnico realizado por atuário, com base em hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, da sua massa de participantes (ativos e assistidos); ao ambiente econômico; e à legislação vigente, bem como à atividade desenvolvida pelo patrocinador ou instituidor.

Em outras palavras, revisa os planos sob os aspectos econômicos e atuariais, estabelecendo os recursos necessários para a garantia dos compromissos futuros, isto é, o pagamento de benefícios.

Conforme descrito no “Guia Previc de Melhores Práticas Atuariais 2019”, o objetivo principal da avaliação atuarial é dimensionar o valor das reservas matemáticas de forma a estabelecer o adequado plano de custeio, sendo um instrumento fundamental para o fornecimento de informações estratégicas sobre o plano de benefícios, permitindo o planejamento de longo prazo das suas obrigações de natureza previdencial.

Na avaliação atuarial, apura-se também a duração do passivo, para que se possa:

- Analisar a taxa de juros do plano;
- Determinar o percentual máximo para constituição de reserva de contingência;
- Calcular o limite de deficit técnico acumulado; e, se necessário,
- Calcular o prazo máximo para amortização de deficit equacionado.

DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SUPERAVIT

De acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018 e com a Instrução nº 10/2018, caso o plano de benefícios apresente superavit, este resultado deve ser alocado como Reserva de Contingência, até o montante calculado em função da duração do passivo do plano e, se for superior ao limite apurado, o excedente será destinado à constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano. Após três exercícios de constituição dessa reser-

va, será obrigatória sua utilização para revisar o plano, empregando, sucessivamente:

- Redução parcial de contribuições;
- Redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições no montante equivalente a, pelo menos, três exercícios; ou
- Melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores aos participantes, aos assistidos e/ou ao patrocinador, de forma parcelada.

EQUACIONAMENTO DE DEFICIT

O Equacionamento de Deficit deve ser elaborado quando o resultado deficitário for superior ao limite apurado em função da duração do passivo do plano, calculado da seguinte forma: Limite de Deficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Para o valor que exceder esse limite é obrigatório seu equacionamento, respeitando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas e caso estejam em curso, simultaneamente, três planos de equacionamento, os novos equacionamentos deverão contemplar no mínimo 2% das provisões matemáticas.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais em carteira, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

A legislação vigente determina que para fins de destinação de superavit ou equacionamento de deficit deverá ser considerado o Equilíbrio Técnico Ajustado, sendo que serão considerados o ajuste do valor dos títulos somente se negativo para destinação de superavit e, no caso de equacionamento de deficit, serão considerados os ajustes positivos e negativos.



RESULTADO CONSOLIDADO

Com base na avaliação atuarial, os planos de benefícios fecharam o ano de 2019 com os seguintes resultados:

Item	Avaliação Atuarial anual (Valores em R\$)			
	Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)	Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)	Regulamento Geral (Grupo C)	PrevMais
A) Benefícios Concedidos	13.111	1.751	6.408.882	533.651
B) Benefícios a Conceder	60.405	46.444	648.444	1.416.889
C) Provisões a Constituir	-14.117	-13.860	-2.228.515	-
D) Total das Provisões Matemáticas (= A + B + C)	59.399	34.334	4.828.812	1.950.541
E) Patrimônio de Cobertura do Plano	56.227	35.570	4.877.973	2.049.319
F) Equilíbrio Técnico (= E - D)	-3.172	1.236	49.162	98.779
F.1) Reserva de Contingência	-	1.236	-	86.299
F.2) Reserva Especial	-	-	-	12.479
F.3) Deficit técnico Acumulado	-3.172	-	-263.306	-
F.4) Resultados a Realizar	-	-	312.467	-
G) Ajuste de Precificação	2.365	940	100.360	43.696
H) Equilíbrio Técnico Ajustado (= F + G)	-806	2.176	149.521	142.475



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em 13 de novembro de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União – DOU, a Emenda Constitucional – E.C. nº 103, que altera o regime de previdência social e estabelece regras de transição. Dentre as alterações aprovadas, destaca-se o benefício de pensão por morte.

Até a publicação da E.C. nº 103, a pensão por morte do INSS era de 100% do valor que o segurado

recebia ou teria direito se fosse aposentado. Com sua aprovação, o valor passa de 100% do benefício, respeitado o teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para 60% do valor do benefício, no caso de haver apenas um dependente, somados a mais 10% para cada dependente adicional, limitado a 100% do benefício.

Entenda:

PENSÃO POR MORTE

Regra Antiga

100%
do valor do benefício*.

Número de dependentes não influencia no cálculo.

*respeitando o teto do RGPS.

Nova Regra

60%
do valor do benefício,
no caso de 1 dependente, mais
10% por dependente adicional.

1 pessoa = 60%
1 pessoa e 1 dependente = 70%
1 pessoa e 2 dependentes = 80%
1 pessoa e 3 dependentes = 90%
1 pessoa e 4 ou mais dependentes = 100%

IMPACTO EM NOSSOS PLANOS

Nos planos Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) e Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) não há impacto, visto que o benefício de pensão por morte é de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Também não há alteração no PrevMais, pois a concessão da pensão por morte não está atrelada aos critérios do INSS.

Contudo, o regulamento do plano Regulamento Geral (Grupo C), em seu artigo 23, parágrafo único, dispõe que *“O valor da Complementação da Pensão por Morte será calculado com a observância das mesmas porcentagens adotadas pelo INSS para a fixação de renda mensal do benefício correspondente...”*. Isso quer dizer que o valor da

complementação da pensão por morte será calculado considerando as mesmas porcentagens adotadas pelo INSS.

Assim, para as concessões de benefício com data de início a partir de 13/11/2019, será adotada a regra aprovada na E.C. nº103, ou seja, o benefício será de 60% do valor, mais 10% por dependente adicional, até o limite de 100%.

Devido a nova regra, acima explicada, o total das provisões matemáticas necessárias para cobrir as futuras pensões por morte foi reduzido em aproximadamente R\$ 343.885 mil, observado em novembro de 2019, tendo em vista que a população deste plano apresenta, em média, menos de dois dependentes por participante.



GRUPO A

Regulamento Complementar nº 2

PARTICIPANTES

828



MODALIDADE

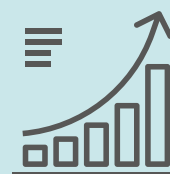
Benefício Definido

PÚBLICO

Empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76.

Patrimônio acumulado

R\$ 35.570 mil



Contribuições no ano

R\$ 3.810 mil



Pagamento de benefícios no ano

R\$ 2.571 mil



Total da carteira de empréstimos

R\$ 4.332 mil



ESTRUTURA E GESTÃO

O plano está estruturado na modalidade Benefício Definido - BD, ou seja, no momento da contratação, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições são ajustadas ao longo do tempo para garantir esse pagamento.

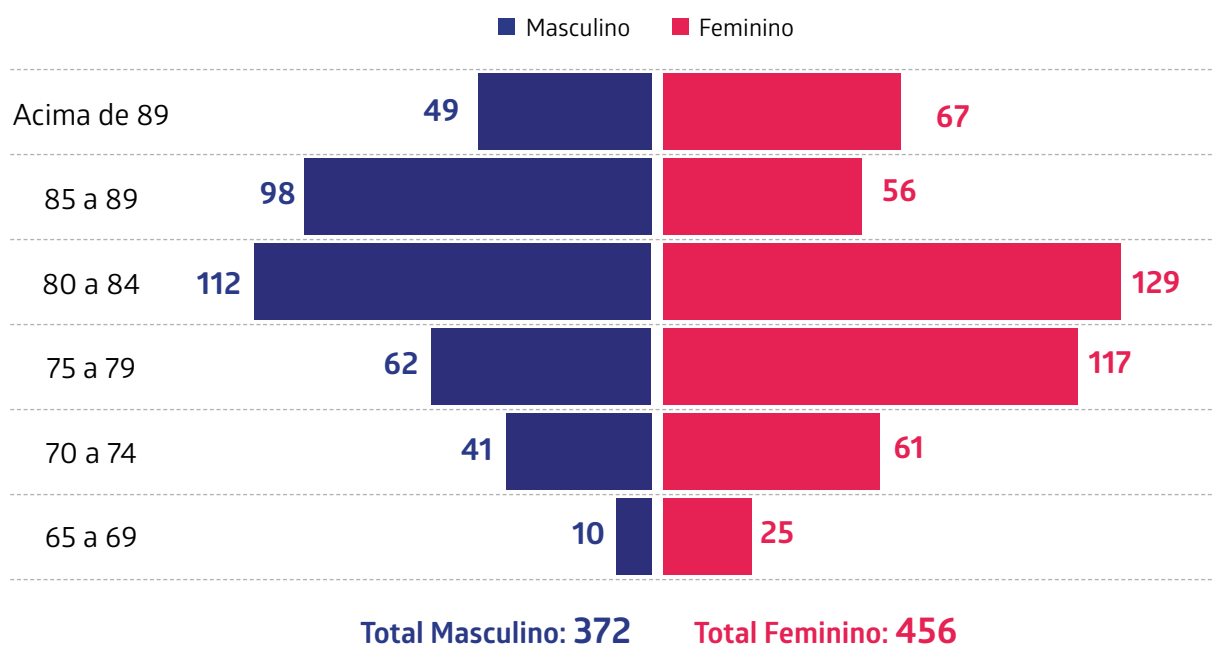
Atualmente, o plano concede apenas pecúlio por morte aos beneficiários dos participantes habilitados

ao recebimento de pensão por morte, visto que os benefícios de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez e pensão por morte são custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Em dezembro/2019, o plano contava com uma população total de **828 participantes**, segregados da seguinte forma:

	Participantes	Pensionistas	Total
Quantidade	825	3	828
Idade média	82,12	80,03	

PIRÂMIDE ETÁRIA



O plano fechou o ano de 2019 com um patrimônio acumulado de **R\$ 35.570 mil**. Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, o total de contribuições arrecadadas foi de **R\$ 3.810 mil** e o dispêndio com a folha de pagamento de benefícios totali-

zou **R\$ 2.571 mil**, sendo que R\$ 2.370 mil se referem à concessão de 20 pecúlios por morte. Além disso, cinco participantes optaram pelo resgate de suas contribuições, totalizando o montante de R\$ 26 mil.



Comparativamente ao ano anterior, nota-se um decréscimo de 0,86% no valor arrecadado e de 19,30% na folha de pagamento de benefícios. A seguir, apresentamos a movimentação financeira dos últimos três anos:

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS

Valores em R\$ mil



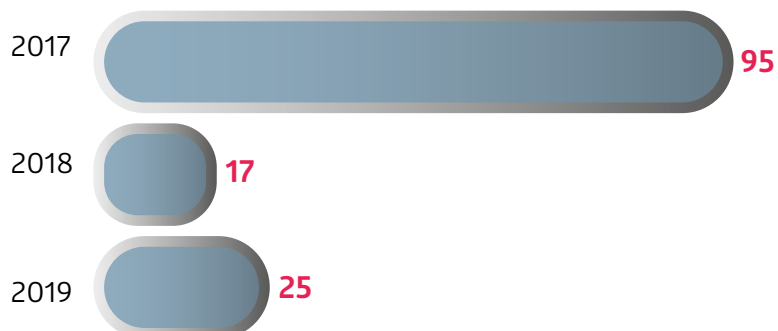
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil



RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES

Valores em R\$ mil



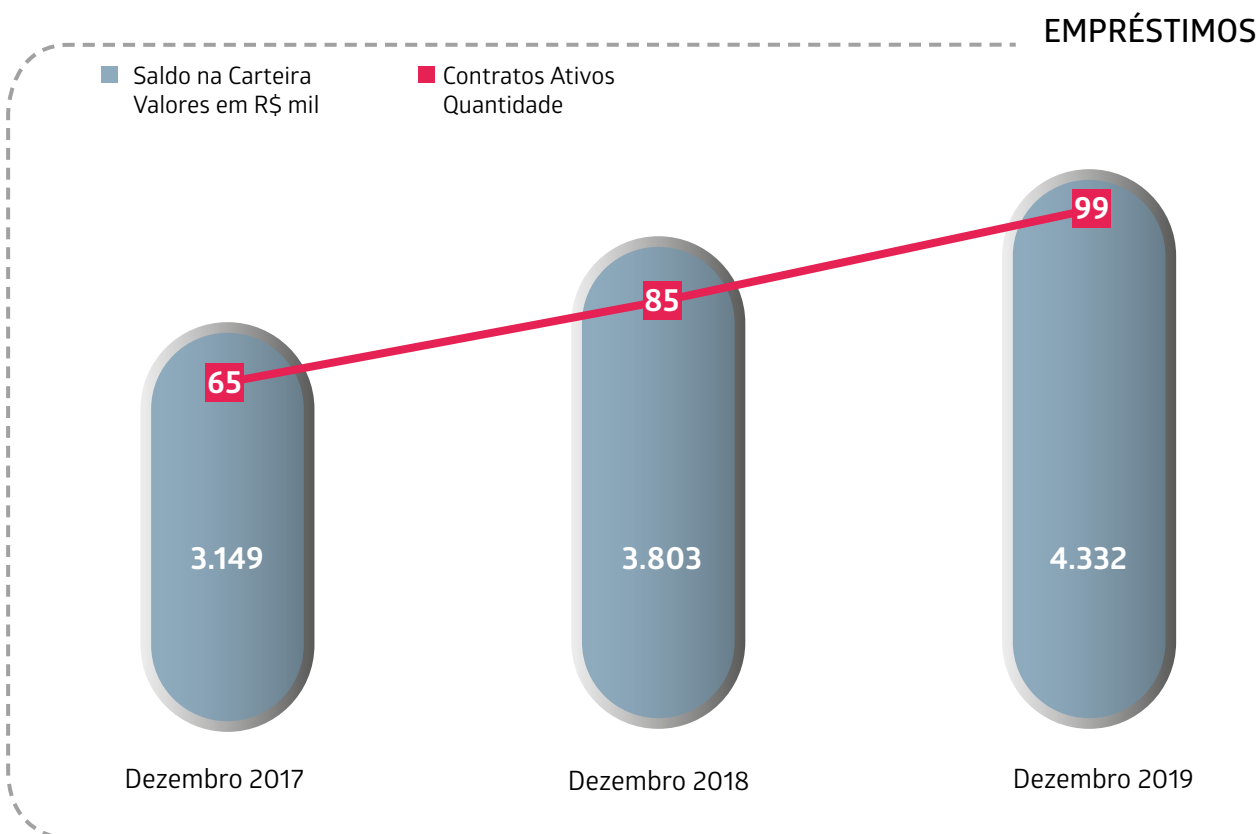
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

A carteira de empréstimos deste plano teve início em 2017, de acordo com as diretrizes de sua Política de Investimentos. Os participantes podem solicitar empréstimos com pagamento em até 96 meses e taxa de juros anual bruta de INPC + 7,56%, sendo que o valor máximo está limitado a R\$ 100 mil.

No final do exercício de 2019, com 99 contra-

tos ativos, o saldo total da carteira representava **R\$ 4.332 mil**, perfazendo um crescimento de 13,89% em relação ao ano anterior.

Importante frisar que, em virtude das regras definidas para concessão de empréstimo, o plano não possui histórico de inadimplência.



HIPÓTESES ATUARIAIS

Para o Plano Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) não houve alteração de tábuas e demais premissas, visto que se mostraram adequadas no estudo técnico de aderência.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de 2019 deste plano, comparativamente às vigentes em 2018:

Hipóteses	De 2018	Para 2019
Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-83 Female	Inalterada
Fator de Capacidade	0,9845	Inalterada
Taxa de Juros	4,50% ao ano	Inalterada



RESULTADO ATUARIAL

O plano Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A) encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) superavitário de R\$ 1.236 mil, conforme demonstrado a seguir:

Item	Avaliação Atuarial Anual (Valores em R\$ mil)		
	Dezembro/2018 (a)	Dezembro/2019 (b)	Variação (b)/(a)-1
A) Benefícios Concedidos	1.828	1.751	-4,23%
B) Benefícios a Conceder	46.507	46.444	-0,14%
C) Provisões a Constituir	-16.319	-13.860	-15,06%
D) Total das Provisões Matemáticas (= A + B + C)	32.017	34.334	7,24%
E) Patrimônio de Cobertura do Plano	31.447	35.570	13,11%
F) Equilíbrio Técnico (= E - D)	-570	1.236	-316,71%
F.1) Reserva de Contingência	0	1.236	100,00%
F.2) Deficit Técnico Acumulado	-570	0	-100,00%
G) Ajuste de Precificação	1.015	940	-7,40%
H) Equilíbrio Técnico Ajustado (= F + G)	445	2.176	388,83%
I) Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% * duração do passivo)] x Provisão Matemática	-	6.293	100,00%



A variação das Provisões Matemáticas (D) deve-se, principalmente, à atualização das reservas pela meta atuarial (INPC 2019, de 4,48%, + taxa de juros de 4,50% ao ano), ao envelhecimento da população e à amortização do deficit equacionado, atenuado pela atualização cadastral (óbitos de participantes sem dependentes e de dependentes) e pela baixa da obrigação em decorrência da concessão de pecúlios.

Por outro lado, a rentabilidade auferida no exercício, de 8,65%, ficou abaixo da meta atuarial no período, de 9,18%, gerando uma perda atuarial de 0,49%.

Assim, tendo em vista o reduzido crescimento das Provisões Matemáticas, o Equilíbrio Técnico (F) deficitário, de R\$ 570 mil em 31/12/2018, passou para R\$ 1.236 mil superavitário em 31/12/2019.

Conforme disposto no art. 15 da Resolução CNPC nº 30/2018, no que diz respeito à destinação e utilização do superavit, considerando a duração do passivo no exercício, calculado em 8,33 anos, o Limite da Reserva de Contingência (I) foi de R\$ 6.293 mil, correspondente a 18,33% das Provisões Matemáticas. Desta forma, não foi constituída Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios.

Ademais, de acordo com a referida resolução, observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 940 mil, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) superavitário de R\$ 2.176 mil. Vale informar que, no caso de destinação de superavit, o equilíbrio técnico ajustado considerará somente o ajuste de títulos negativo.

A seguir, apresentamos a evolução do resultado acumulado do plano nos três últimos exercícios:

Valores em R\$ mil

Exercício	Superavit/ Deficit Acumulado	Superavit/ Deficit no Exercício	Reserva de Contingência	Reserva Especial	Ajuste de Precificação
2017	2.579	2.188	2.579	0	583
2018	(570)	(3.149)	0	0	1.015
2019	1.236	1.806	1.236	0	940

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A maturidade de um plano de benefícios representa a fase em que ele se encontra, isto é, se há predominância de participantes ativos ou de assistidos.

A primeira fase se destaca pela acumulação de recursos, onde o volume de arrecadação é maior

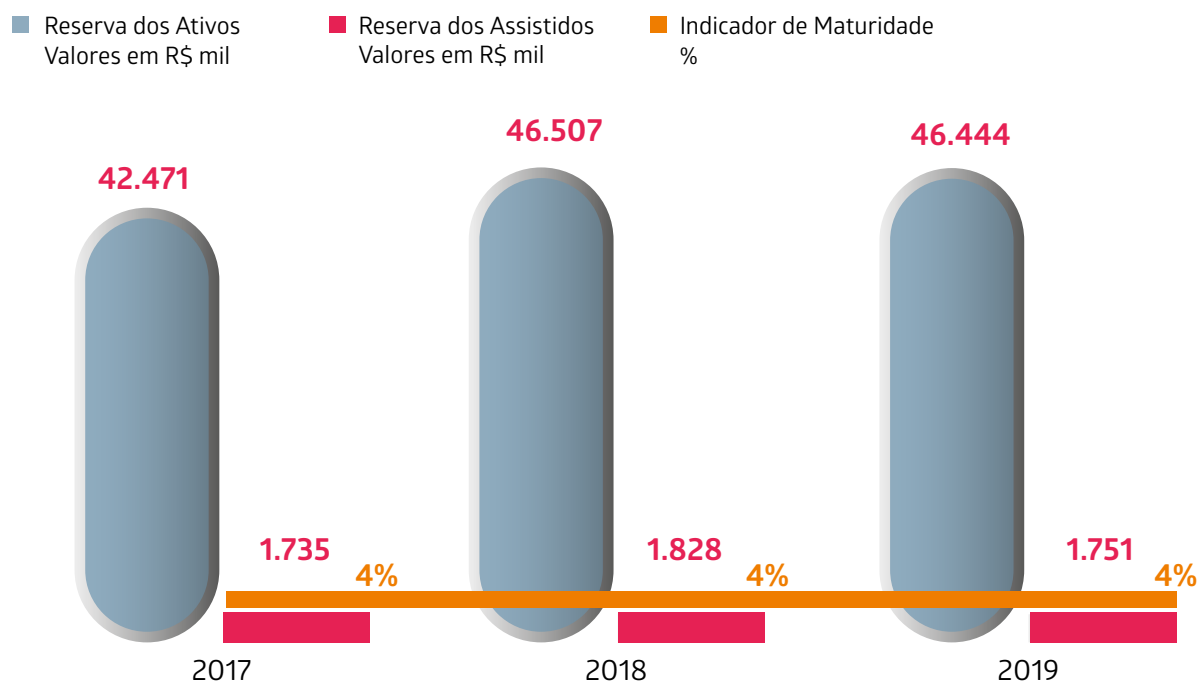
frente aos dispêndios com pagamentos. Ao iniciar a segunda fase, ocorrem os pagamentos de benefícios e, conseqüentemente, o resgate dos recursos acumulados, podendo reduzir o volume dos ativos investidos.



Sob a “Perspectiva Financeira”, o plano Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) apresenta um índice de maturidade de 4%, tendo em vista que,

basicamente, seu compromisso é destinado ao pagamento de pecúlios por morte.

MATURIDADE DO PLANO - Perspectiva Financeira

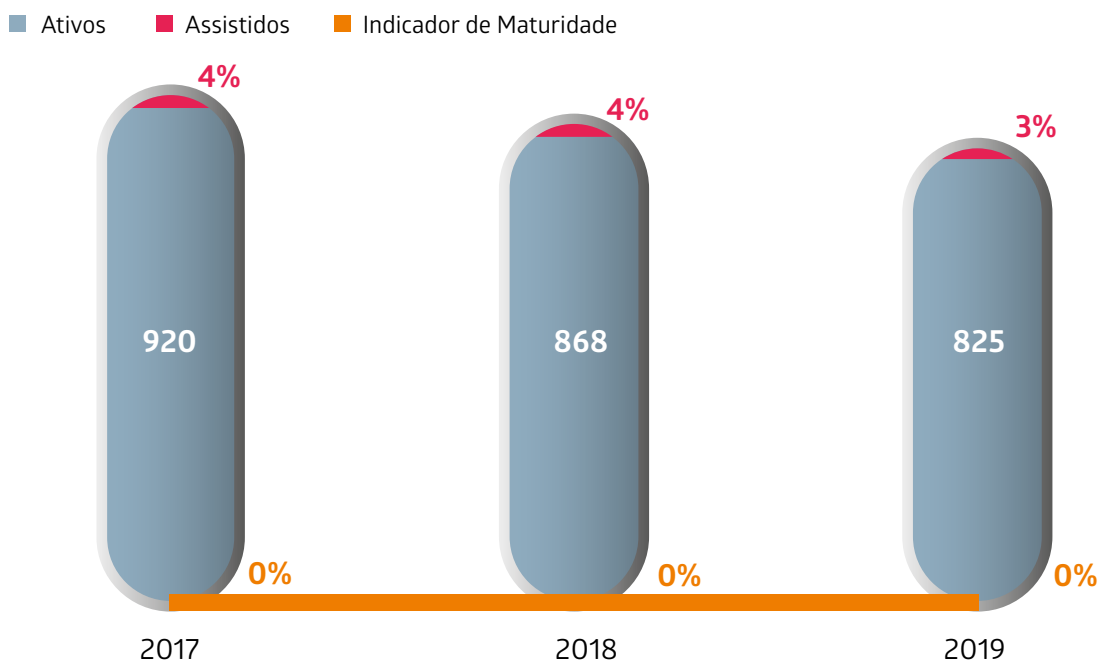


A “Perspectiva Participantes” se refere à comparação entre a quantidade de participantes ativos e assistidos, sendo que, quanto maior o indicador, mais maduro é o plano.

Apesar desse índice corresponder a menos de 1%, cabe salientar que nenhum participante se encontra

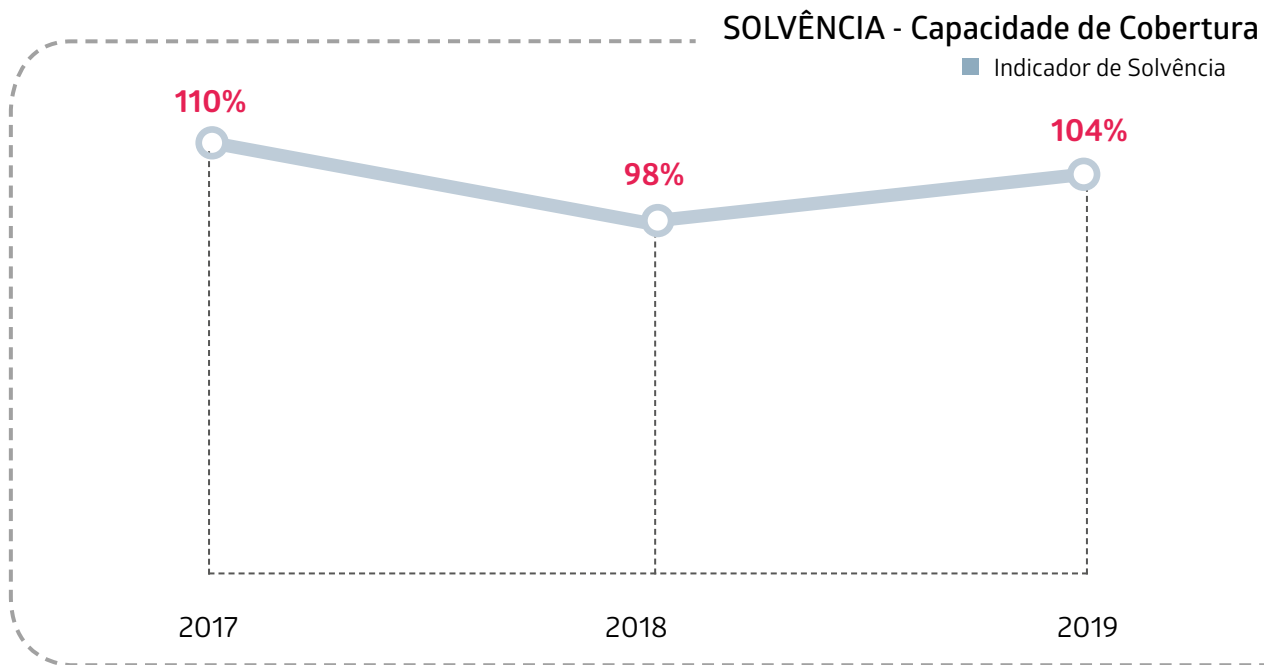
em fase laboral neste plano, visto que os chamados “ativos”, neste caso, são participantes que recebem benefício de aposentadoria custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Banco do Brasil, sendo elegíveis apenas ao pecúlio por morte.

MATURIDADE DO PLANO - Perspectiva Participantes

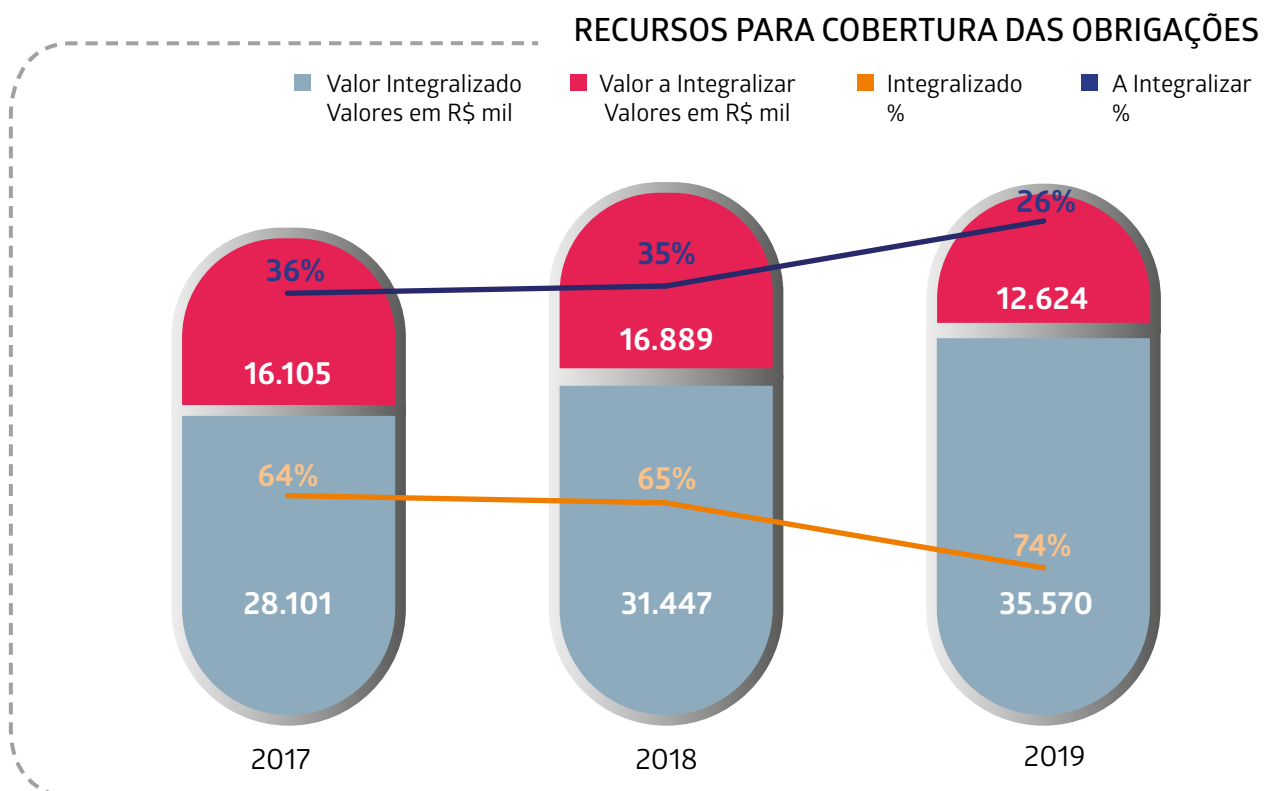


O "Índice de Solvência" ou "Capacidade de Cobertura" representa a relação entre o valor dos ativos do plano e a Provisão Matemática, isto é, quanto maior o índice, mais solvente é o plano.

O plano Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) apresenta 104% de solvência, considerando a provisão matemática total e incluindo, neste caso, a provisão matemática a constituir, ou seja, o deficit equacionado:



Adicionalmente, demonstramos a seguir o percentual de recursos já integralizado e quanto precisa ser integralizado para fazer frente às obrigações totais do plano:



RESULTADOS

Demonstrativo de Investimentos

Valores em R\$

	%	Valor
Renda Fixa	88,01%	31.801.870,29
Títulos Públicos	51,83%	18.728.408,92
Títulos Privados	11,31%	4.085.080,04
Fundos de Investimento	24,88%	8.988.381,33
Empréstimo	11,99%	4.331.736,20
Empréstimos a Participantes	11,99%	4.331.736,20
Total dos Investimentos	100,00%	36.133.606,49

Gestão de carteiras (Própria e Terceirizada)

Valores em R\$ MM

	%	Valor
Gestão Própria	75,12%	27,1
Gestão Terceirizada	24,88%	9,0
Total dos Recursos	100,00%	36,1

Gestão terceirizada

Valores em R\$

Aplicações	%	Valor
BB DTVM	69,65%	6.260.642
BRAM	21,71%	1.950.982
Votorantim Asset Management	8,13%	730.414
Santander Brasil Gestão de Recursos	0,52%	46.304
BTG Pactual	0,00%	40
Total dos Investimentos	100,00%	8.988.381



Custos com administração dos investimentos - valores em R\$

Gestão Direta	Total	Gestão Indireta	Total
Custeio Administrativo	35.868,56	Taxa de Administração/ Gestão	7.804,90
Taxa de Custódia	2.075,83	Taxa de Custódia	3.622,21
		Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	1.014,58
		Outras Despesas	757,23
Total dos Custos com Investimentos	37.944,39	Total dos Custos com Investimentos	13.198,91
Total dos Investimentos	27.145.225,16	Total dos Investimentos	8.988.381,33
% dos Custos sobre os Investimentos	0,14%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,15%

¹ Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima e afins

Enquadramento dos Investimentos

Limites de Alocação	Patrimônio dez/19 valores em R\$	dez/19	Limite Legal	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior
Renda Fixa	31.986.162,61	88,32%	100,00%	65,00%	82,00%	100,00%
Renda variável			70,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Estruturados			20,00%	0,00%	4,00%	10,00%
Segmento Imobiliário			20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	4.228.712,14	11,68%	15,00%	0,00%	14,00%	15,00%
Investimentos no Exterior			10,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Política de Investimentos

Segmento	Alocação Objetivo 2020	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	88,0%	75%	100%	100%
Investimentos Estruturados	0,0%	0%	10%	20%
Operações com Participantes	12,0%	0%	15%	15%
Total	100,0%			

Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	INPC + 4,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 4,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano



Rentabilidade dos Investimentos

Segmento	Part. (%)	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade ¹	Acumulada 2019	
				Meta	Rentabilidade ²
Patrimônio Consolidado	100%	36.134	INPC + 5,00% ao ano	9,67%	8,65%
Renda Fixa	88,0%	31.802	INPC + 5,00% ao ano	9,67%	8,61%
Títulos Públicos	51,8%	18.728			9,63%
Títulos Privados	11,3%	4.085			10,73%
Fundos de Investimento	24,9%	8.988			5,25%
Operações com Participantes ³	12,0%	4.332	INPC + 5,00% ao ano	9,67%	8,88%

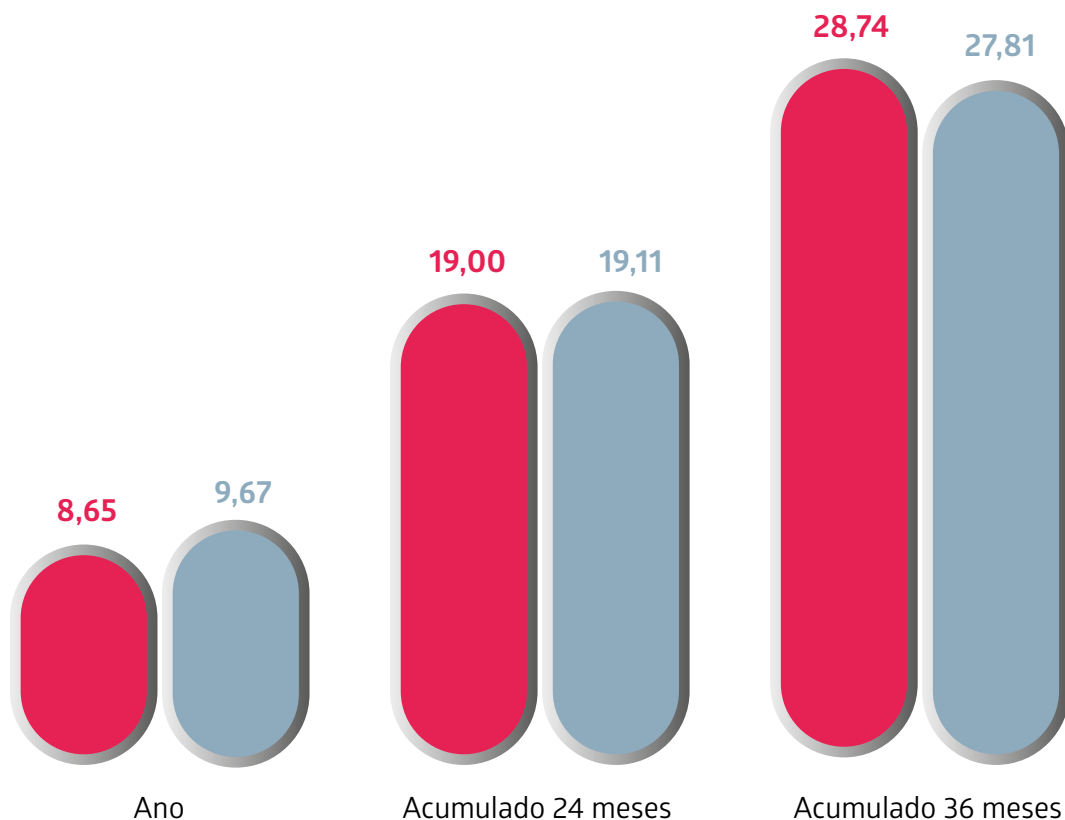
¹ Meta de rentabilidade de cada segmento estabelecida na Política de Investimentos 2019.

² Rentabilidade apurada pela acumulação dos resultados mensais.

³ Início do segmento Operações com Participantes: 06/2017.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

■ Rentabilidade ■ Meta da Rentabilidade



GRUPO B

Regulamento Complementar nº 1

PARTICIPANTES

1.129



MODALIDADE

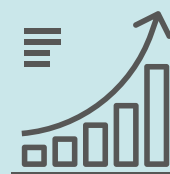
Benefício Definido

PÚBLICO

Empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. admitidos pelo regime CLT, até 13 de maio de 1974, e regulamentado pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58

Patrimônio acumulado

R\$ 56.227 mil



Contribuições no ano

R\$ 2.770 mil



Pagamento de benefícios no ano

R\$ 1.720 mil



Total da carteira de empréstimos

R\$ 8.018 mil



ESTRUTURA E GESTÃO

O plano está estruturado na modalidade Benefício Definido - BD, ou seja, no momento da contratação, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições podem ser ajustadas ao longo do tempo para garantir esse pagamento.

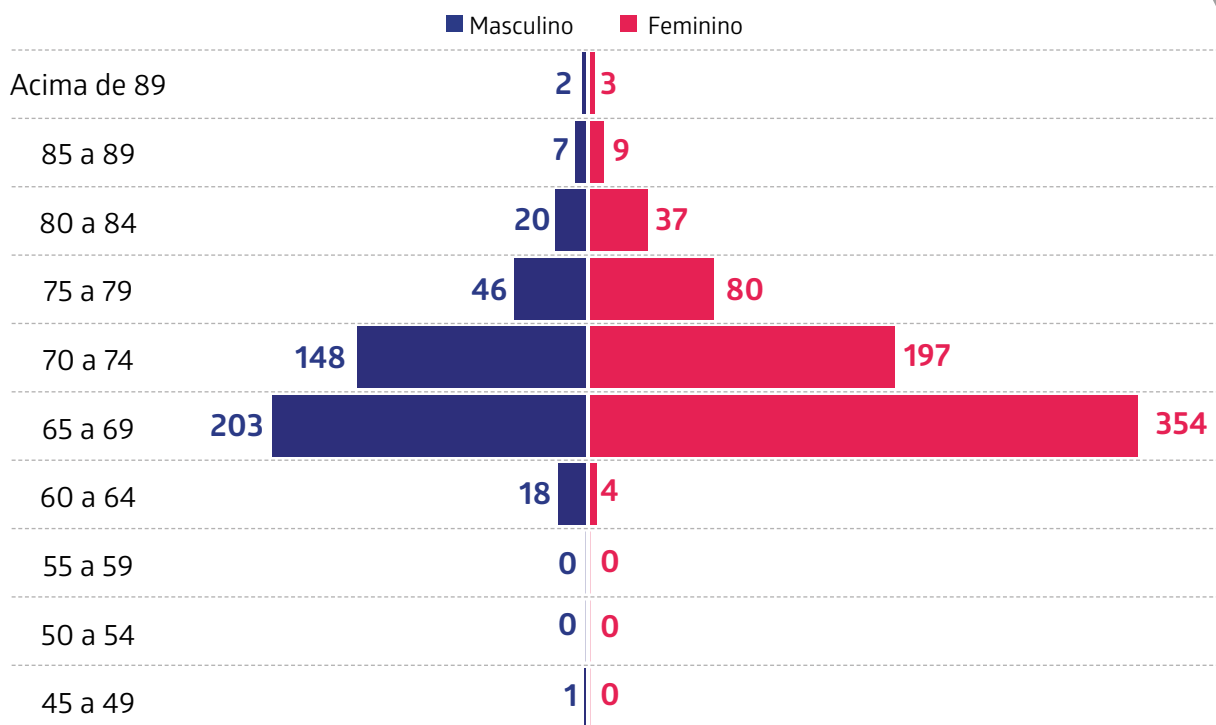
Atualmente, o plano concede apenas pecúlio por morte aos beneficiários dos participantes habilitados ao recebimento de pensão por morte, visto que os be-

nefícios de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez e pensão por morte são custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para admitidos até 22/01/1974, ou pelo Banco do Brasil, para os admitidos de 23/01/1974 até 13/05/1974.

Em dezembro/2019, o plano contava com uma população total de **1.129** participantes, segregados da seguinte forma:

	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Quantidade	1.118	7	4	1.129
Idade média	71,09	75,07	69,38	

PIRÂMIDE ETÁRIA



O plano fechou o ano de 2019 com um patrimônio acumulado de **R\$ 56.227 mil**. Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, o total de contribuições arrecadadas foi de **R\$ 2.770 mil** e o dispêndio com a

folha de pagamento de benefícios totalizou **R\$ 1.720 mil** sendo que R\$ 721 mil se referem à concessão de sete pecúlios por morte.



Comparativamente ao ano anterior, nota-se um acréscimo de 2,65% no valor arrecadado e um decréscimo de 4,13% na folha de pagamento de benefícios. A seguir, apresentamos a movimentação financeira dos últimos três anos:

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS

Valores em R\$ mil



PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil



RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES

Valores em R\$ mil



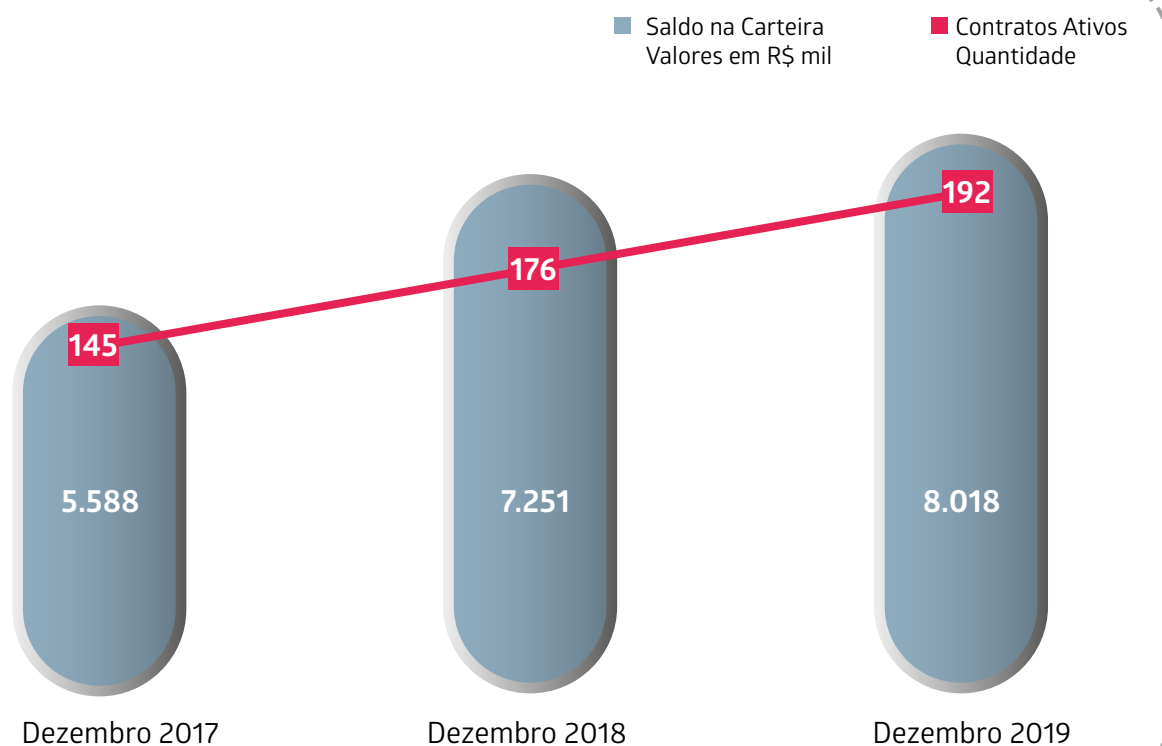
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

A carteira de empréstimos deste plano teve início em 2016, de acordo com as diretrizes de sua Política de Investimentos. Os participantes podem solicitar empréstimos com pagamento em até 96 meses e taxa de juros anual de INPC + 7,56%, sendo que o valor máximo está limitado a R\$ 100 mil.

No final do exercício de 2019, com 192 contratos ativos, o saldo total da carteira representava **R\$ 8.018 mil**, perfazendo um crescimento de 10,58% em relação ao ano anterior.

Importante frisar que, em virtude das regras definidas para concessão de empréstimo, o plano não possui histórico de inadimplência.

EMPRÉSTIMOS



HIPÓTESES ATUARIAIS

Para o Plano Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) não houve alteração de tábuas e demais premissas, visto que se mostraram adequadas no estudo técnico de aderência.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de 2019 deste plano, comparativamente às vigentes em 2018:

Hipóteses	De 2018	Para 2019
Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-83 Female	Inalterada
Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled Female	Inalterada
Fator de Capacidade	0,9845	Inalterada
Taxa de Juros	4,50% ao ano	Inalterada



RESULTADO ATUARIAL

O plano Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) deficitário de R\$ 3.172 mil, conforme demonstrado a seguir:

Item	Avaliação Atuarial Anual (Valores em R\$ mil)		
	Dezembro/2018 (a)	Dezembro/2019 (b)	Variação (b)/(a)-1
A) Benefícios Concedidos	12.612	13.111	3,95%
B) Benefícios a Conceder	57.375	60.405	5,28%
C) Provisões a Constituir	-15.477	-14.117	-8,78%
D) Total das Provisões Matemáticas (= A + B + C)	54.510	59.399	8,97%
E) Patrimônio de Cobertura do Plano	50.383	56.227	11,60%
F) Equilíbrio Técnico (= E - D)	-4.128	-3.172	-23,16%
F.1) Deficit Técnico Acumulado	-4.128	-3.172	-23,16%
G) Ajuste de Precificação	2.498	2.365	-5,32%
H) Equilíbrio Técnico Ajustado (= F + G)	-1.629	-806	-50,51%
I) Limite de Deficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática	-5.767	-5.958	3,30%



O aumento das Provisões Matemáticas (D) deve-se, principalmente, à atualização das reservas pela meta atuarial (INPC 2019, de 4,48%, + taxa de juros de 4,50% ao ano), ao envelhecimento da população, à amortização do deficit equacionado, atenuado pela baixa da obrigação em decorrência da concessão de pecúlios.

Além disso, a rentabilidade auferida no exercício, de 9,23%, superou a meta atuarial no período, de 9,18%, gerando um ganho técnico atuarial de 0,04% e contribuindo com a redução do deficit acumulado.

Assim, o Equilíbrio Técnico (F) Deficitário, de R\$ 4.128 mil em 31/12/2018, passou para R\$ 3.172 mil em 31/12/2019, representando uma redução de 23,16% em relação ao valor apurado na Avaliação Atuarial do ano anterior.

Conforme disposto no art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, no que diz respeito às condições para equacionamento do deficit, considerando a duração do passivo no exercício, calculado em 14,03 anos, o Limite de Deficit Técnico Acumulado (I) foi de R\$ 5.958 mil, correspondente a 10,03% das Provisões Matemáticas.

Ademais, de acordo com a referida resolução, observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 2.365 mil, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) deficitário de R\$ 806 mil. Desta forma, em virtude do deficit ter resultado em valor inferior àquele limite, não é obrigatório seu equacionamento.

A seguir, apresentamos a evolução do resultado acumulado do plano nos três últimos exercícios:

Valores em R\$ mil

Exercício	Superavit/ Deficit Acumulado	Superavit/ Deficit no Exercício	Reserva de Contingência	Reserva Especial	Ajuste de Precificação
2017	871	(324)	871	0	1.686
2018	(4.128)	(4.999)	0	0	2.498
2019	(3.172)	956	0	0	2.365

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

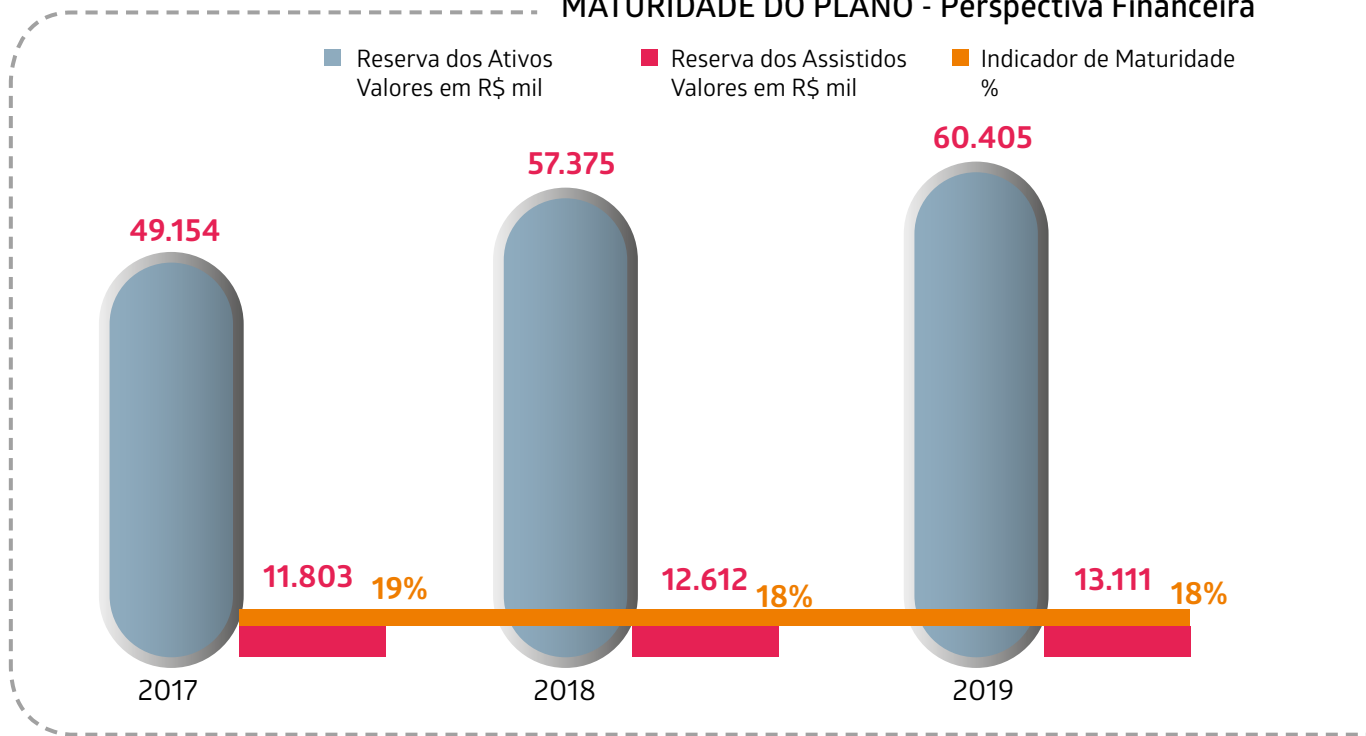
A maturidade de um plano de benefícios representa a fase em que ele se encontra, isto é, se há predominância de participantes ativos ou de assistidos.

A primeira fase se destaca pela acumulação de recursos, onde o volume de arrecadação é maior frente aos dispêndios com pagamentos. Ao iniciar a segunda fase, ocorrem os pagamentos de benefícios e, conseqüentemente, o resgate dos recursos acumulados, podendo reduzir o volume dos ativos investidos.

Sob a “Perspectiva Financeira”, o plano Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) apresenta um índice de maturidade de 18%, tendo em vista que, basicamente, seu compromisso é destinado ao pagamento de pecúlios por morte.



MATURIDADE DO PLANO - Perspectiva Financeira

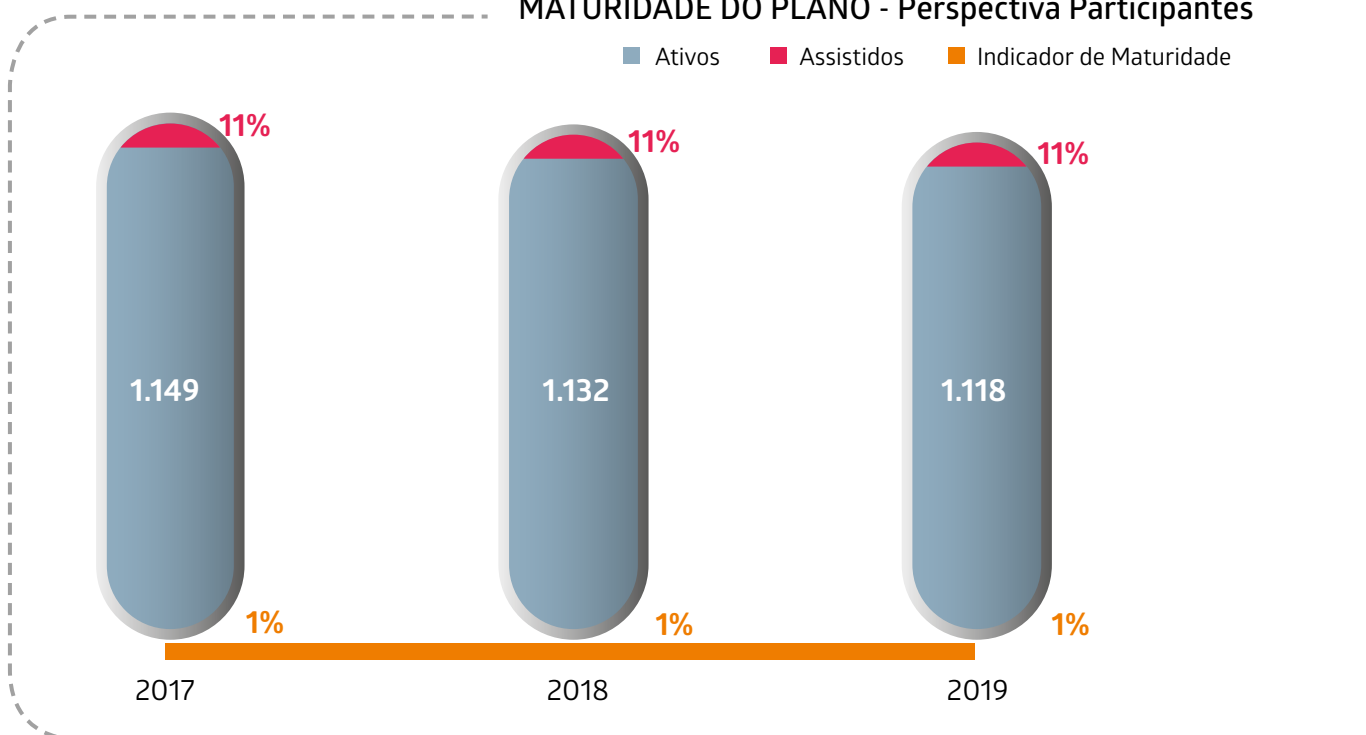


A “Perspectiva Participantes” se refere à comparação entre a quantidade de participantes ativos e assistidos, sendo que, quanto maior o indicador, mais maduro é o plano.

Apesar desse índice corresponder a 1%, cabe salien-

tar que nenhum participante se encontra em fase laboral neste plano, visto que os chamados “ativos”, neste caso, são participantes que recebem benefício de aposentadoria custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Banco do Brasil, sendo elegíveis apenas ao pecúlio por morte.

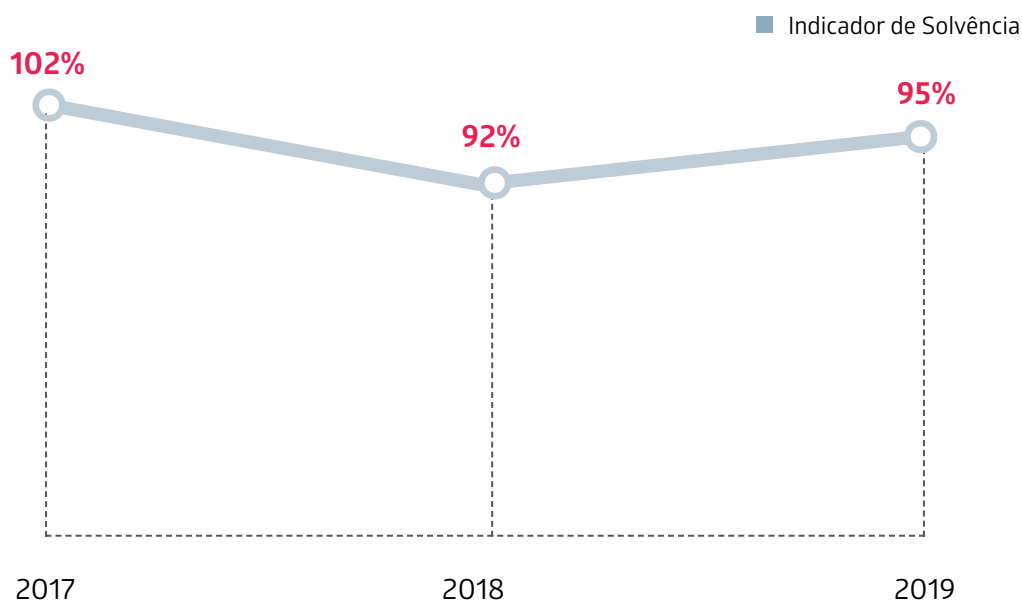
MATURIDADE DO PLANO - Perspectiva Participantes



O “Índice de Solvência” ou “Capacidade de Cobertura” representa a relação entre o valor dos ativos do plano e a Provisão Matemática, isto é, quanto maior o índice, mais solvente é o plano.

O plano Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) apresenta 95% de solvência, considerando a provisão matemática total e incluindo, neste caso, a provisão matemática a constituir, ou seja, o deficit equacionado.

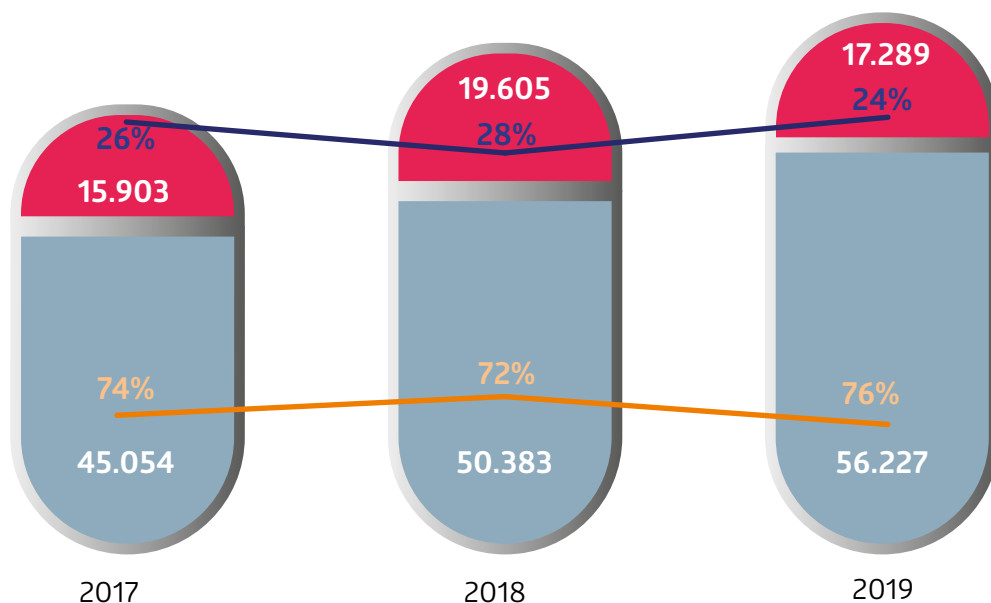
SOLVÊNCIA - Capacidade de Cobertura



Adicionalmente, demonstramos a seguir o percentual de recursos já integralizado e quanto precisa ser integralizado para fazer frente às obrigações totais do plano:

RECURSOS PARA COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES

■ Valor Integralizado Valores em R\$ mil ■ Valor a Integralizar Valores em R\$ mil ■ Integralizado % ■ A Integralizar %



RESULTADOS

Demonstrativo de Investimentos

Valores em R\$

	%	Valor
Renda Fixa	85,74%	48.212.092,36
Títulos Públicos	46,17%	25.959.481,32
Títulos Privados	12,85%	7.225.237,08
Fundos de Investimento	26,72%	15.027.373,96
Empréstimo	14,26%	8.018.044,98
Empréstimos a Participantes	14,26%	8.018.044,98
Total dos Investimentos	100,00%	56.230.137,34

Gestão de carteiras (Própria e Terceirizada)

Valores em R\$ MM

	%	Valor
Gestão Própria	73,28%	41,2
Gestão Terceirizada	26,72%	15,0
Total dos Recursos	100,00%	56,2

Gestão Terceirizada

Valores em R\$

Aplicações	%	Valor
BB DTVM	69,65%	10.466.977
BRAM	21,71%	3.261.787
Votorantim Asset Management	8,13%	1.221.158
Santander Brasil Gestão de Recursos	0,52%	77.414
BTG Pactual	0,00%	40
Total dos Investimentos	100,00%	15.027.374



Custos com administração dos investimentos - valores em R\$

Gestão Direta	Total	Gestão Indireta	Total
Custeio Administrativo	54.611,01	Taxa de Administração/ Gestão	13.983,41
Taxa de Custódia	2.989,30	Taxa de Custódia	6.273,41
		Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	1.735,42
		Outras Despesas	1.214,86
Total dos Custos com Investimentos	57.600,31	Total dos Custos com Investimentos	23.207,10
Total dos Investimentos	41.202.763,38	Total dos Investimentos	15.027.373,96
% dos Custos sobre os Investimentos	0,14%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,15%

¹ Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima e afins

Enquadramento dos Investimentos

Limites de Alocação	Patrimônio dez/19 Valores em R\$	dez/19	Limite Legal	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior
Renda Fixa	48.553.686,06	85,84%	100,00%	65,00%	81,00%	100,00%
Renda Variável			70,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Estruturados			20,00%	0,00%	5,00%	10,00%
Imobiliário			20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	8.007.497,88	14,16%	15,00%	0,00%	14,00%	15,00%
Investimentos no Exterior			10,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Política de Investimentos

Segmento	Alocação Objetivo 2020	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	85,5%	75%	100%	100%
Investimentos Estruturados	0,0%	0%	10%	20%
Operações com Participantes	14,5%	0%	15%	15%
Total	100,0%			

Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	INPC + 4,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 4,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano



Rentabilidade dos Investimentos

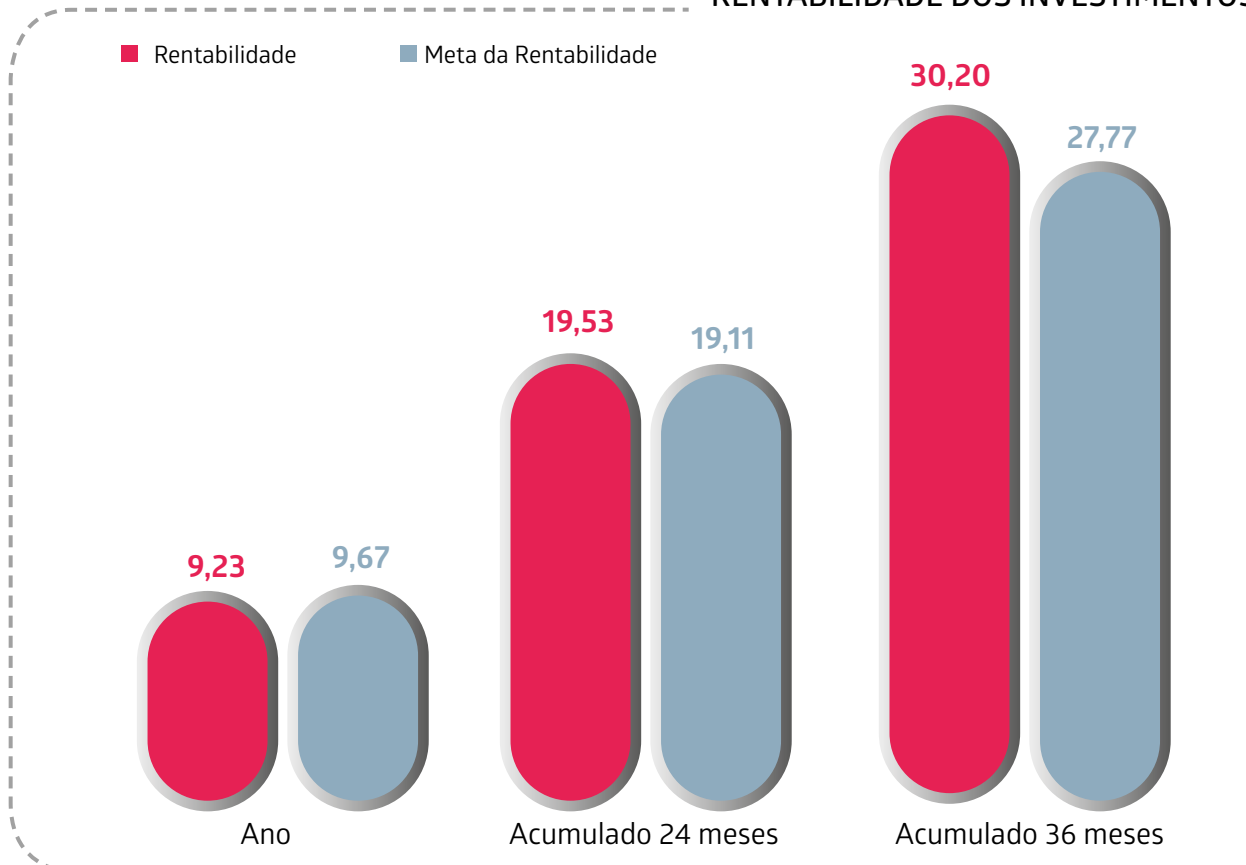
Segmento	Part. (%)	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade ¹	Acumulada 2019	
				Meta	Rentabilidade ²
Patrimônio Consolidado	100%	56.230	INPC + 5,00% ao ano	9,67%	9,23%
Renda Fixa	85,7%	48.212	INPC + 5,00% ao ano	9,67%	9,29%
Títulos Públicos	46,2%	25.959			9,85%
Títulos Privados	12,8%	7.225			15,45%
Fundos de Investimento	26,7%	15.027			5,48%
Operações com Participantes ³	14,3%	8.018	INPC + 5,00% ao ano	9,67%	8,89%

¹ Meta de rentabilidade de cada segmento estabelecida na Política de Investimentos 2019.

² Rentabilidade apurada pela acumulação dos resultados mensais.

³ Início do segmento Operações com Participantes: 11/2016.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS



GRUPO C

Regulamento Geral

PARTICIPANTES

11.461



MODALIDADE

Benefício Definido

PÚBLICO

Empregados admitidos a partir de 13 de maio de 1974 do extinto Banco Nossa Caixa S.A. contratados pelo regime CLT.

Patrimônio acumulado

R\$ 4.877.973 mil



Contribuições no ano

R\$ 237.352 mil



Pagamento de benefícios no ano

R\$ 523.772 mil



Total da carteira de empréstimos

R\$ 81.612 mil



ESTRUTURA E GESTÃO

O plano está estruturado na modalidade Benefício Definido - BD, ou seja, no momento da contratação, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições podem ser ajustadas ao longo do tempo para garantir esse pagamento.

O plano Regulamento Geral (Grupo C) compreende os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por tempo de serviço ou por idade;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;

- Pecúlio por morte e invalidez;
- Auxílio-doença ou acidente de trabalho;
- Auxílio-adicional; e
- Auxílio-reclusão.

Desde 2006, encontra-se saldado e fechado para novas adesões, sendo considerado pelo órgão regulador como um plano “em extinção”.

Em dezembro/2019, o plano contava com uma população total de 11.461 participantes, segregados da seguinte forma:

	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Quantidade	3.043	7.846	572	11.461
Idade média	52,98	65,66	64,52	

Participantes não optantes pelo saldamento

Quantidade	21
Idade média	55,95
Tempo médio de plano	27,81
Tempo médio de empresa	29,17
Tempo médio de serviço futuro	2,43

Participantes Saldados

Quantidade	3.011
Idade média	52,95

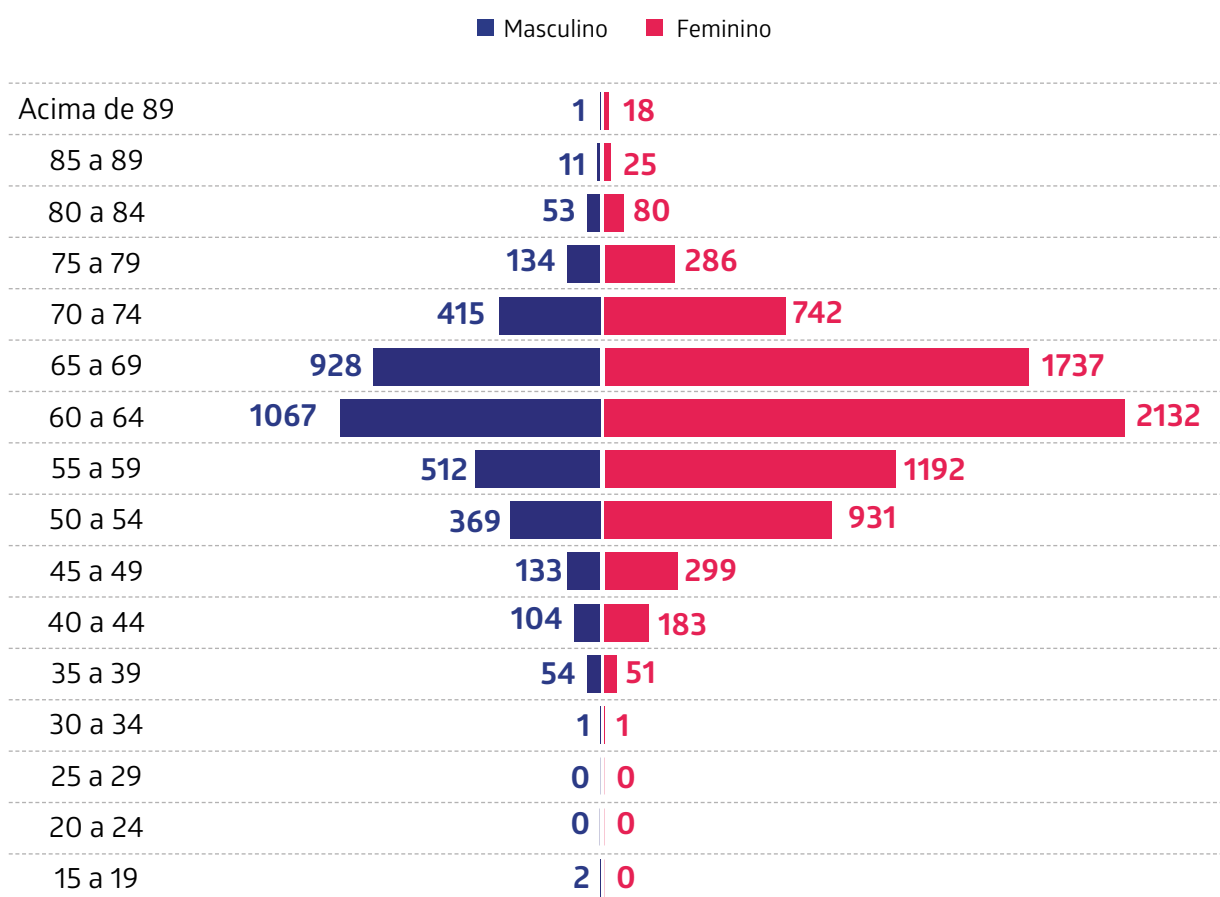
Participantes BPD

Quantidade	11
Idade média	56,83

Assistidos

Tipo de benefício	Quantidade	Idade média	Benefício médio (R\$)	Folha mensal (R\$)
Aposentadoria por tempo de serviço ou por idade	7.365	65,61	4.983,70	36.704.939,98
Aposentadoria por invalidez	481	66,44	4.166,58	2.004.125,15
Pensão por morte	572	64,52	4.356,32	2.532.110,45
Total/Média	8.418	65,58	4.894,38	41.241.175,58

PIRÂMIDE ETÁRIA



O plano fechou o ano de 2019 com um patrimônio acumulado de **R\$ 4.877.973 mil**. Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, o total de contribuições arrecadadas foi de **R\$ 237.352 mil** e o dispêndio com a folha de pagamento de benefícios totalizou **R\$ 523.772 mil**, sendo que R\$ 4.363 mil se referem à concessão de 245 benefícios. Além disso,

12 participantes optaram pelo resgate de suas contribuições, totalizando o montante de R\$ 266 mil.

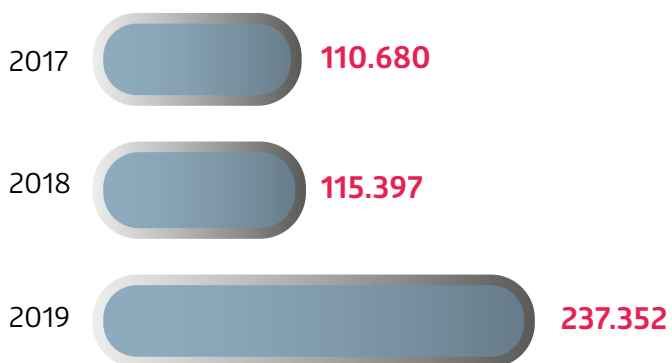
Importante ressaltar que, em abril de 2019, foi implementado o plano de equacionamento do déficit de 2017, aumentando o volume de contribuição arrecadada em 105,68% em relação ao ano anterior.



No que diz respeito à folha de pagamento de benefícios, observa-se um acréscimo de 4,64% em relação a 2018.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS

Valores em R\$ mil



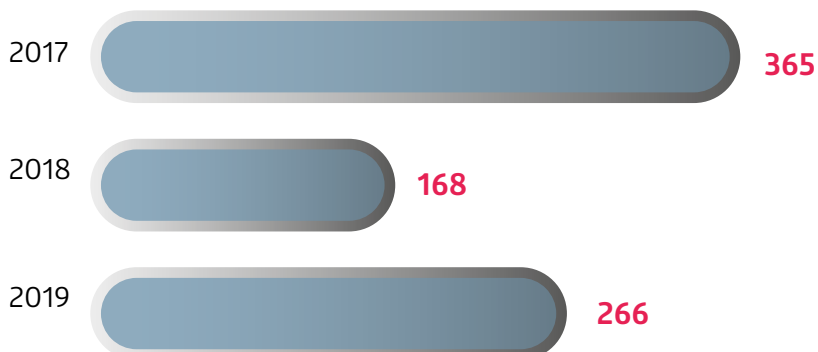
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil



RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES

Valores em R\$ mil

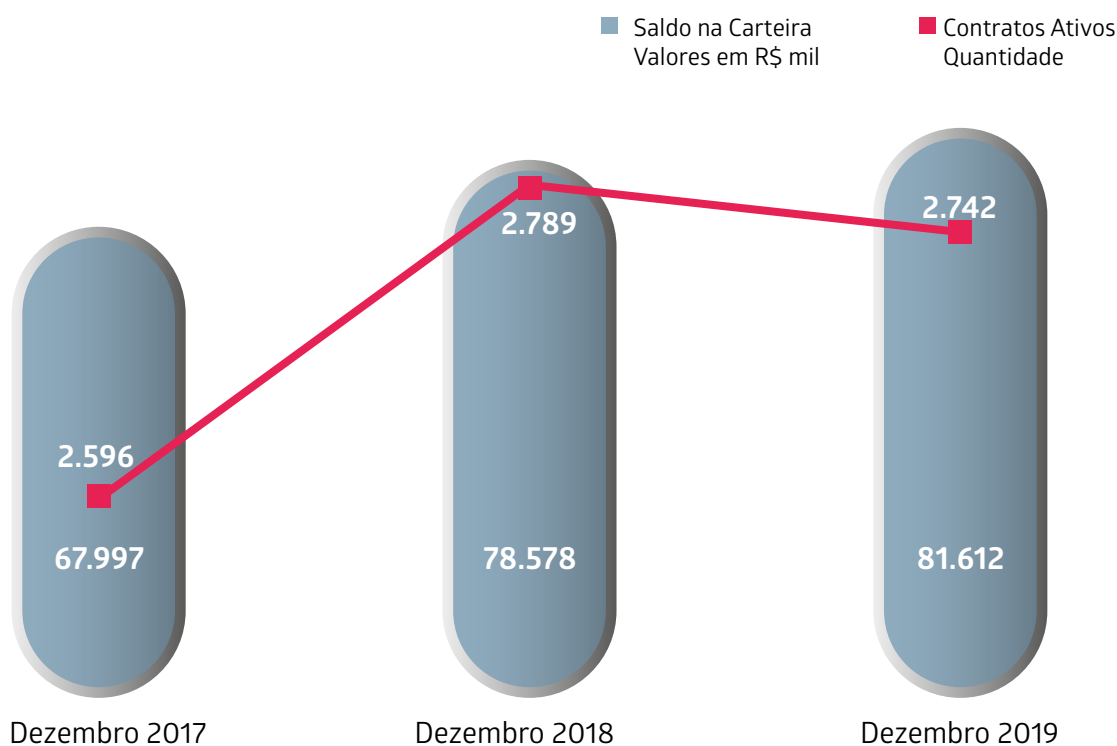


OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Os participantes deste plano podem solicitar empréstimos com pagamento em até 120 meses e uma taxa de juros anual de INPC + 8,26%, sendo que o valor máximo está limitado a R\$ 160 mil.

No final do exercício de 2019, com 2.742 contratos ativos, o saldo total da carteira representava **R\$ 81.612 mil**, perfazendo um crescimento de 3,86% em relação ao ano anterior.

EMPRÉSTIMOS

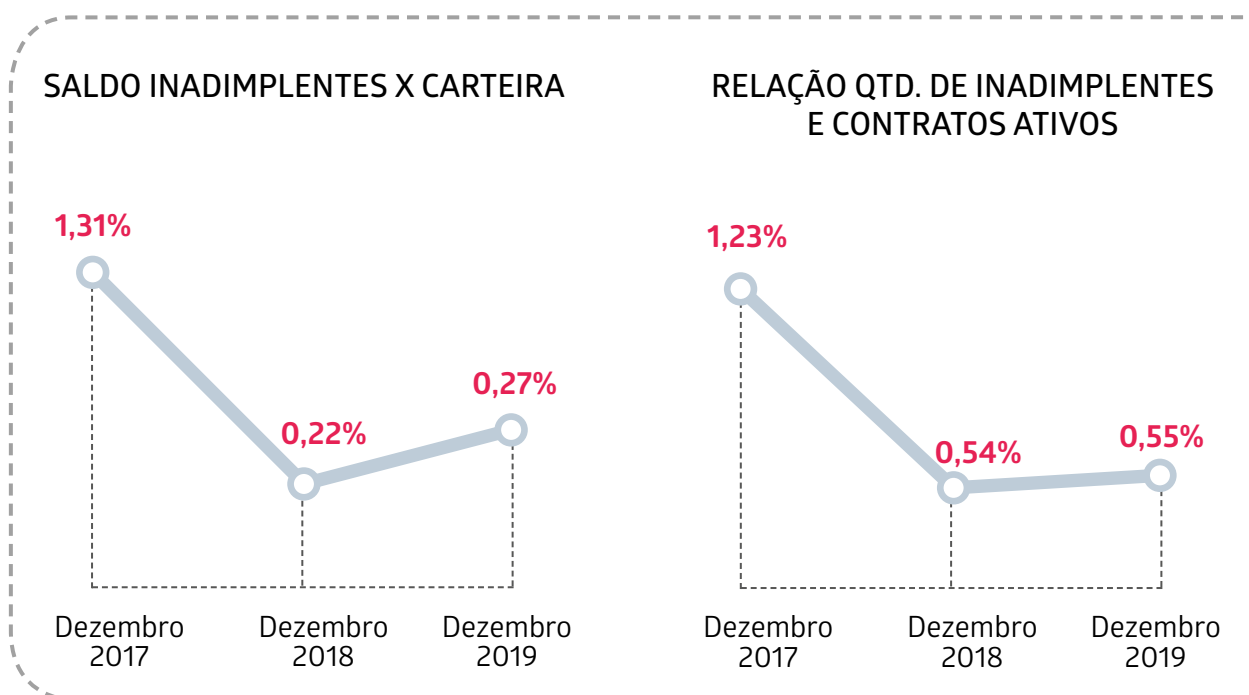


94

Durante o ano de 2019, a carteira de empréstimos sofreu atualizações, como o aumento do prazo máximo de parcelamento, de 96 para 120 meses, e redução da taxa de juros, conforme apresentado a seguir:

Composição da taxa	De		Para	
	Mensal	Anual	Mensal	Anual
Taxa de Juros Líquida	0,565%	7,00%	0,554%	6,85%
Taxa de Juros Bruta	0,688%	8,56%	0,655%	8,15%

A seguir, apresentamos a evolução da inadimplência da carteira de empréstimos:



HIPÓTESES ATUARIAIS

No Plano Regulamento Geral (Grupo C), houve alteração das seguintes hipóteses atuariais:

- “Taxa de juros”;
- “Entrada em Auxílio-doença”; e
- “Entrada em aposentadoria”.

“Taxa de juros” ■ Foi reduzida de 5,85% ao ano para 5,50% ao ano. Apesar de não ser obrigatória, avaliando as expectativas dos agentes de mercado, pautadas pela Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ, os cenários econômicos e probabilidades a eles atribuídas, a expectativa é de que a “taxa de juros” do Plano Regulamento Geral (Grupo C) poderia ficar acima do limite superior dos novos parâmetros de taxa de juros que serão divulgados pela Previc em 2020. Com isso, com o ganho obtido pela aprovação da reforma da previdência, vislumbrou-se a oportunidade de reduzir a taxa real anual de juros e demais hipóteses, tendo em vista que mantê-la naquele patamar poderia tornar-se insustentável no curto/médio prazo.

“Entrada em Aposentadoria” ■ Esta hipótese foi implementada na avaliação atuarial do exercício de 2014, pois, historicamente, os participantes postergavam o pedido de benefício no plano. Assim, no cálculo das provisões matemáticas, passou-se a considerar o efeito tanto das antecipações quanto das postergações de requerimento do benefício.

Contudo, nos últimos anos, o número de concessões de aposentadoria aumentou, provocando a necessidade de frequente alteração nesta premissa para se adequar ao novo comportamento da massa avaliada.

Diante deste cenário, foi aprovada a retirada da tábua “Entrada em Aposentadoria” e, assim, o cálculo da obrigação atuarial passa a considerar que todos os participantes saldados se aposentarão ao atingirem os requisitos de elegibilidade.

“Entrada em Auxílio Doença” ■ Tendo em vista que a tábua “Exp-Economus 2008-2017”, utilizada na avaliação atuarial de 2018, foi rejeitada no estudo técnico de aderência realizado em 2019, foi necessária sua substituição pela tábua “Exp-Economus 2012-2018”.



Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de 2019 deste plano, comparativamente às vigentes em 2018:

Hipóteses	De 2018	Para 2019
Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 M&F (Suavizada em 10%)	Inalterada
Mortalidade de Inválidos	MI-85 Female	Inalterada
Entrada em Invalidez	TASA 1927	Inalterada
Entrada em Auxílio-Doença	Exp. Economus 2008 - 2017	Exp. Economus 2012 - 2018
Entrada em Aposentadoria	Exp. Gama / Economus 2011 a 2016	Tábua retirada
Rotatividade	Gama/Rot Exp. Economus 2007-2016	Inalterada
Fator de Capacidade	0,9846	Inalterada
Taxa de Juros	5,85% ao ano	5,50% ao ano

RESULTADO ATUARIAL

O plano Regulamento Geral (Grupo C) encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) superavitário de R\$ 49.162 mil, conforme demonstrado a seguir:

Item	Avaliação Atuarial Anual (Valores em R\$ mil)		
	Dezembro/2018 (a)	Dezembro/2019 (b)	Varição (b)/ (a)-1
A) Benefícios Concedidos	6.255.354	6.408.882	2,45%
B) Benefícios a Conceder	580.160	648.444	11,77%
C) Provisões a Constituir	-2.198.899	-2.228.515	1,35%
D) Total das Provisões Matemáticas (= A + B + C)	4.636.615	4.828.812	4,15%
E) Patrimônio de Cobertura do Plano	4.518.218	4.877.973	7,96%
F) Equilíbrio Técnico (= E - D)	-118.398	49.162	-141,52%
F.1) Deficit Técnico Acumulado	-423.346	-263.306	-37,80%
F.2) Resultados a Realizar	304.949	312.467	2,47%
G) Ajuste de Precificação	83.656	100.360	19,97%
H) Equilíbrio Técnico Ajustado (= F + G)	-34.741	149.521	-530,39%
I) Limite de Deficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática	-405.704	-383.891	-5,38%



A variação das Provisões Matemáticas (D) deve-se, principalmente, à alteração de premissas atuariais (R\$ 376 milhões) e ao reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais (R\$ 25 milhões), atenuada pelo impacto provocado pela Emenda Constitucional nº 103/19 (R\$ -344 milhões), em especial, à redução do valor do benefício de pensão por morte.

Além disso, a rentabilidade auferida no exercício, de 16,62%, superou a meta atuarial no período, de 10,59%, gerando um ganho técnico atuarial de 5,44% e contribuindo com a redução do deficit acumulado.

Adicionalmente, registramos, na conta contábil “Resultados a Realizar”, com amparo no Ofício nº 2206/SPC/GAB, de 09/06/2006, o valor de R\$ 312.467 mil, em 31/12/2019. Este valor é registrado no grupo de contas “Equilíbrio Técnico”, reduzindo o deficit técnico do plano.

Assim, o Equilíbrio Técnico (F) deficitário, de R\$ 118.398 mil em 31/12/2018, passou para R\$ 49.162 mil superavitário em 31/12/2019.

Conforme disposto no art. 15 da Resolução CNPC nº

30/2018, no que diz respeito à destinação e utilização do superavit, considerando a duração do passivo no exercício, calculado em 11,95 anos, o Limite da Reserva de Contingência foi de R\$ 1.059.924 mil, correspondente a 21,95% das Provisões Matemáticas. Desta forma, não foi constituída Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios.

A título de informação, conforme disposto no art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, o Limite de Deficit Técnico Acumulado (I) do Plano foi de R\$ 383.891 mil, correspondente a 7,95% das Provisões Matemáticas.

Ademais, de acordo com a referida resolução, observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 100.360 mil, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) superavitário de R\$ 149.521 mil. Vale informar que, no caso de destinação de superavit, o equilíbrio técnico ajustado considerará somente o ajuste de títulos negativo.

A seguir, apresentamos a evolução do resultado acumulado do plano nos três últimos exercícios:

Valores em R\$ mil

Exercício	Superavit/ Deficit Acumulado	Superavit/ Deficit no Exercício	Reserva de Contingência	Reserva Especial	Ajuste de Precificação
2017	(1.600.618)	(1.246.494)	0	0	66.648
2018	(118.398)	1.482.221	0	0	83.656
2019	49.162	167.559	49.162	0	100.360

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A maturidade de um plano de benefícios representa a fase em que ele se encontra, isto é, se há predominância de participantes ativos ou de assistidos.

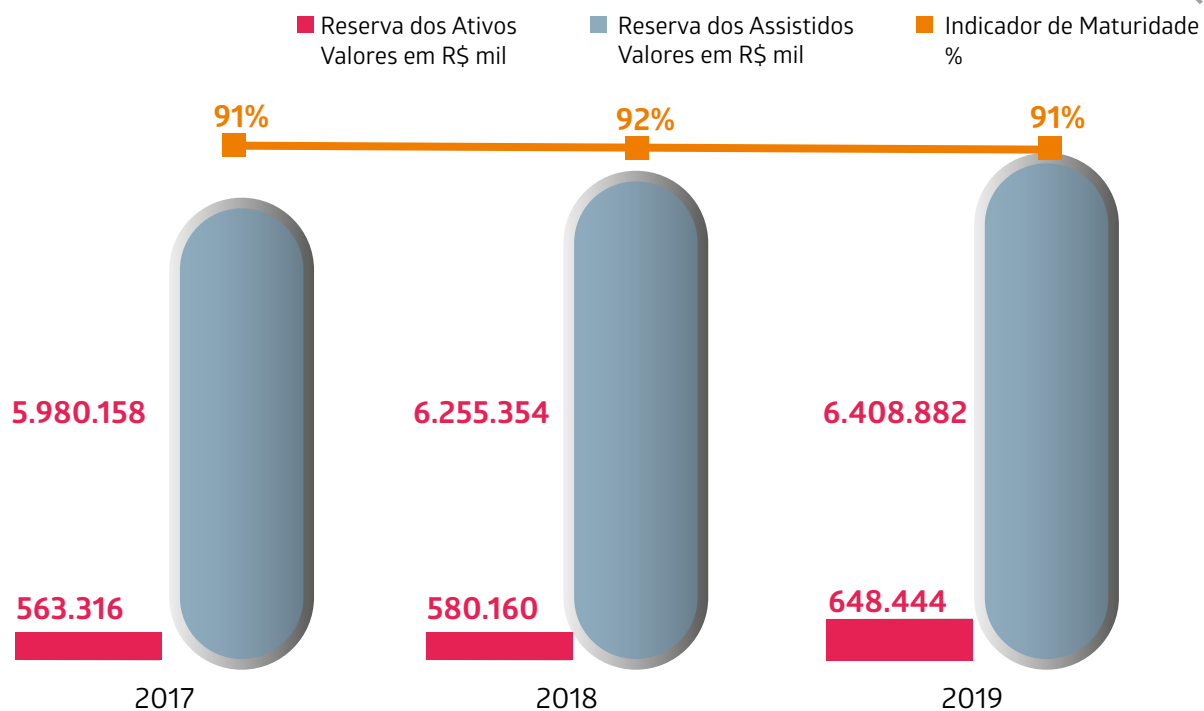
A primeira fase destaca-se pela acumulação de recursos, onde o volume de arrecadação é maior frente aos dispêndios com pagamentos. Ao iniciar a segunda fase, ocorrem os pagamentos de bene-

fícios e, conseqüentemente, o resgate dos recursos acumulados, podendo reduzir o volume dos ativos investidos.

Sob a “Perspectiva Financeira”, o Plano Regulamento Geral (Grupo C) apresenta um índice de maturidade de 91%, ou seja, a reserva dos assistidos do plano representa 91% das obrigações totais.

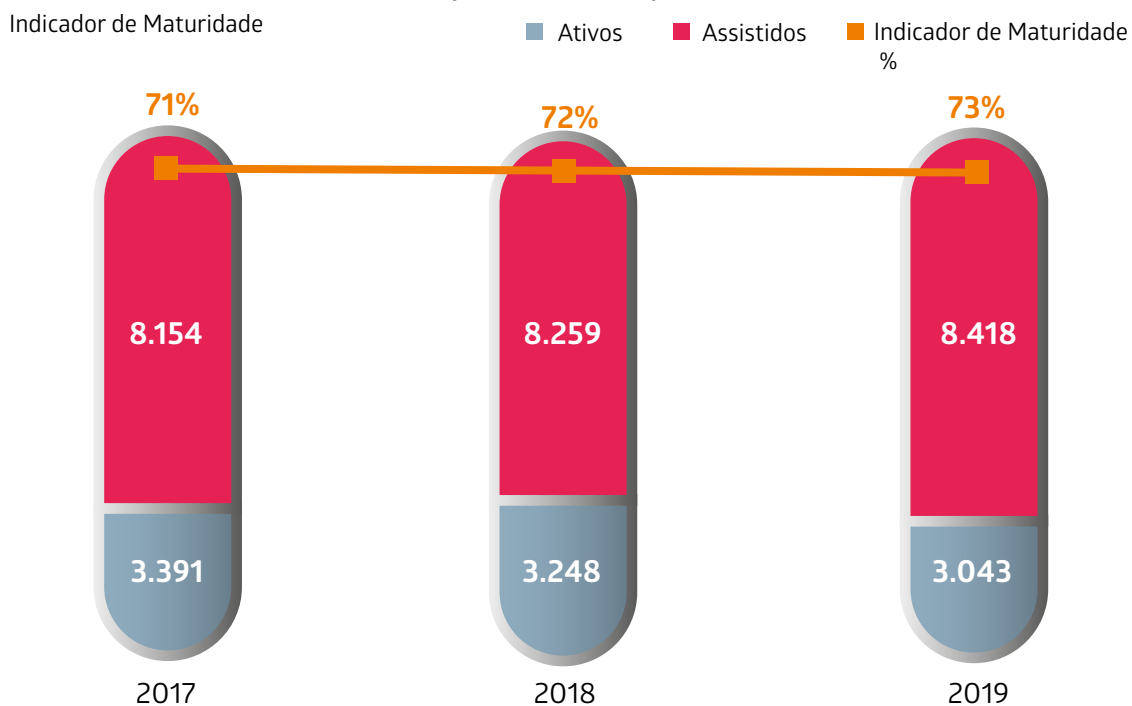


MATURIDADE DO PLANO - Perspectiva Financeira



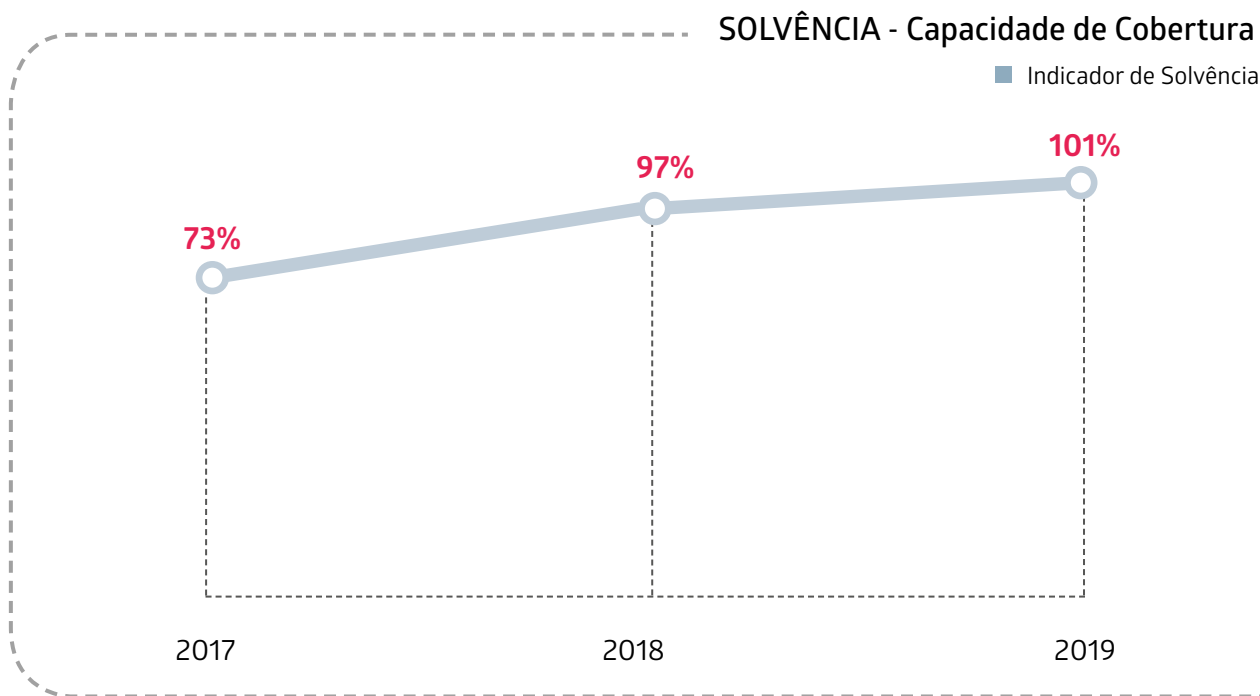
A "Perspectiva Participantes" refere-se à comparação entre a quantidade de participantes ativos e assistidos, ou seja, quanto maior o indicador, mais maduro é o plano. No caso do Plano Regulamento Geral (Grupo C) o índice é de 73% de assistidos, configurando um plano maduro:7

MATURIDADE DO PLANO - Perspectiva Participantes

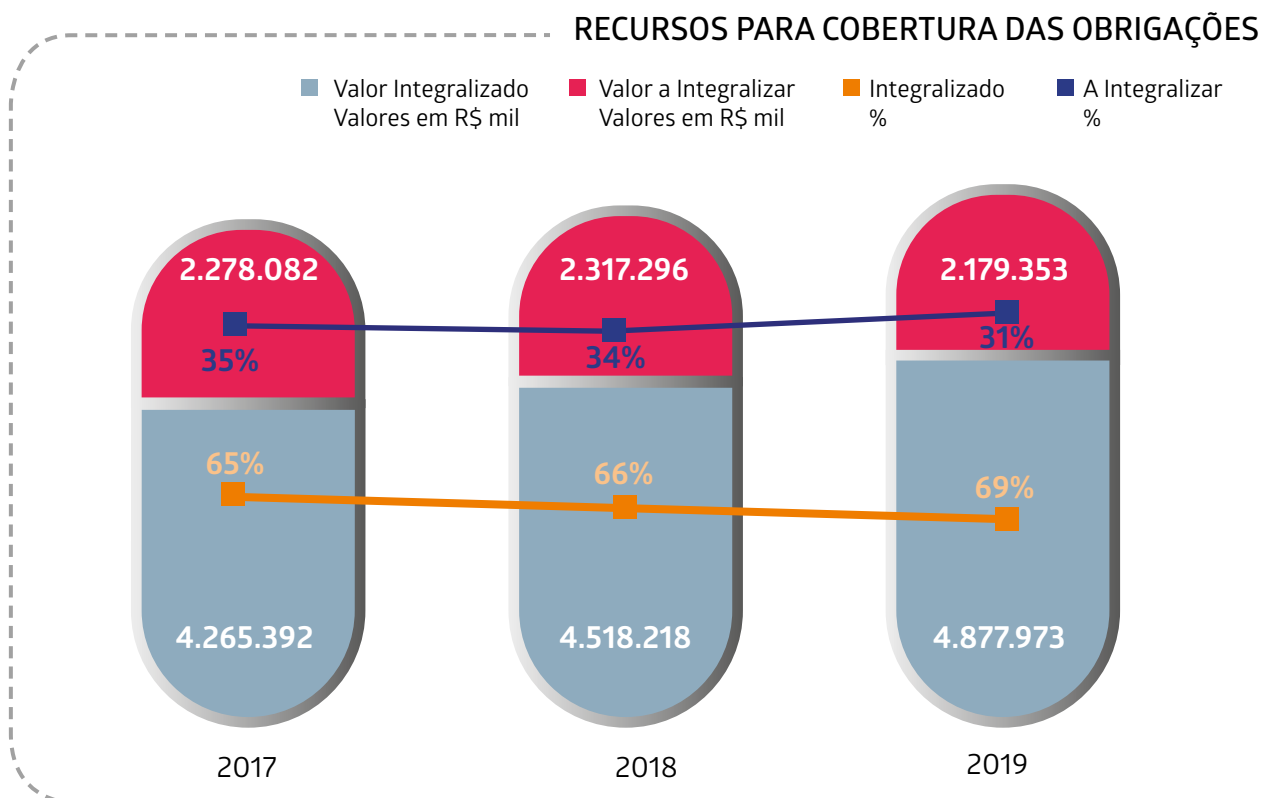


O “Índice de Solvência” ou “Capacidade de Cobertura” representa a relação entre o valor dos ativos do Plano e a Provisão Matemática, isto é, quanto maior o índice, mais solvente é o plano.

O plano Regulamento Geral (Grupo C) apresenta 101% de solvência, considerando a provisão matemática total e incluindo, neste caso, a provisão matemática a constituir, ou seja, o deficit equacionado.



Adicionalmente, demonstramos a seguir o percentual de recursos já integralizado e quanto precisa ser integralizado para fazer frente às obrigações totais do plano:



EVENTOS FUTUROS QUE PODERÃO AUMENTAR A PROVISÃO MATEMÁTICA DO PLANO

Ações Judiciais ■ Existem ações trabalhistas movidas por participantes contra o patrocinador e/ou Economus em andamento. Se o pleito desses participantes for atendido, impactará o valor do benefício de aposentadoria;

Taxa de Juros ■ Diante da perspectiva de queda da taxa básica de juros no Brasil, o Economus vem acompanhando as expectativas dos agentes de mercado, pautadas pela Estrutura a Termo da Taxa de Juros – ETTJ, os cenários econômicos e probabilidades a eles atribuídas, visando a redução gradativa da taxa de juros.

RESULTADOS

Demonstrativo de Investimentos

Valores em R\$

	%	Valor
Renda Fixa	77,77%	3.596.825.596,24
Títulos Públicos	70,84%	3.276.079.030,84
Títulos Privados	4,11%	189.975.658,70
Fundos de Investimento	2,83%	130.770.906,70
Renda Variável	13,04%	603.096.812,58
Fundos de Ações	10,52%	486.356.651,58
Ações à Vista	2,52%	116.740.161,00
Estruturado	3,22%	148.789.916,03
FIP (Participações)	3,22%	148.789.916,03
Imobiliário	4,21%	194.563.249,67
Aluguéis e Renda	3,00%	138.785.000,00
FI (Imobiliário)	1,21%	55.778.249,67
Empréstimos	1,76%	81.389.964,04
Empréstimos a Participantes	1,76%	81.389.964,04
Total dos Investimentos	100,00%	4.624.665.538,56

Gestão de carteiras (Própria e Terceirizada) - valores em R\$ MM

	%	Valor
Gestão Própria	82,23%	3.803,0
Gestão Terceirizada	17,77%	821,7
Total dos Recursos	100,00%	4.624,7



Gestão terceirizada

Valores em R\$

Aplicações	%	Valor
BB DTVM	53,39%	438.717.052
BRAM	16,51%	135.645.516
Pátria Investimentos	5,33%	43.777.741
Coin Valores	3,21%	26.408.932
The Carlyle Group	2,75%	22.574.145
Neo Investimentos	2,45%	20.157.561
2B Capital	2,39%	19.608.125
Claritas Investimentos	2,24%	18.405.175
Itaú Asset Management	1,96%	16.068.060
Franklin Templeton Investimentos Brasil	1,86%	15.251.124
Copa Investimentos	1,62%	13.312.745
Rio Bravo Investimentos	1,33%	10.964.142
Votorantim Asset Management	1,29%	10.626.717
Kinea Investimentos	1,12%	9.229.457
CRP Cia de Participações	0,92%	7.583.643
BRZ Investimentos	0,67%	5.546.001
Angra Partners	0,60%	4.941.223
Angra Partners e Mare Investimentos	0,25%	2.049.662
Santander Brasil Gestão de Recursos	0,08%	673.665
Sul América Investimentos	0,02%	144.897
Valora Gestão de Investimentos	0,00%	9.615
BTG Pactual	0,00%	527
Total dos Investimentos	100,00%	821.695.724



Custos com administração dos investimentos- valores em R\$

Gestão Direta	Total	Gestão Indireta	Total
Custeio Administrativo	5.108.526,55	Taxa de Administração/ Gestão	6.257.494,20
Taxa de Custódia	311.528,70	Taxa de Custódia	347.715,73
		Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	242.982,84
Taxa de Corretagem	79.048,28		
		Outras Despesas	877.900,32
Total dos Custos com Investimentos	5.499.103,53	Total dos Custos com Investimentos	7.726.093,09
Total dos Investimentos	3.802.969.814,58	Total dos Investimentos	821.695.723,98
% dos Custos sobre os Investimentos	0,14%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,94%

¹ Despesas Cetip, Selic, CBLIC, CVM, Anbima e afins

Enquadramento dos Investimentos

Limite de Alocação	Patrimônio dez/19 valores em R\$	dez/19	Limite Legal	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior
Renda Fixa	3.600.395.993,68	77,89%	100,00%	75,00%	80,00%	95,00%
Renda Variável	596.587.769,01	12,91%	70,00%	0,00%	10,00%	15,00%
Investimentos Estruturados	148.789.915,97	3,22%	20,00%	0,00%	6,00%	10,00%
Imobiliário	195.233.923,09	4,22%	20,00%	0,00%	2,00%	5,00%
Operações com Participantes	81.296.499,49	1,76%	15,00%	0,00%	2,00%	6,00%
Investimentos no Exterior			10,00%	0,00%	0,00%	2,00%



Política de Investimentos

Segmento	Alocação Objetivo 2020	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	78,0%	50%	100%	100%
Renda Variável	12,0%	0%	20%	70%
Investimentos Estruturados	4,0%	0%	10%	20%
Invest. Exterior	0,0%	0%	2%	10%
Imobiliário	4,0%	0%	8%	20%
Operações com Participantes	2,0%	0%	10%	15%
Total	100,0%			

Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	INPC + 5,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano
Renda Variável	IBrX 100
Invest. Estruturados - FIP	IPCA + 8,13% ao ano
Invest. Estruturados - FIM	125,50% SELIC
Investimentos no Exterior	Variação Cambial (USD/BRL)
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 6,50% ao ano



Rentabilidade dos Investimentos

Segmento	Part. (%)	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade ¹	Acumulada 2019	
				Meta	Rentabilidade ²
Patrimônio Consolidado	100%	4.624.666	INPC + 6,00% ao ano	10,72%	16,62%
Renda Fixa	77,8%	3.596.826	INPC + 6,00% ao ano	10,72%	14,54%
Títulos Públicos	70,8%	3.276.079			15,19%
Títulos Privados	4,1%	189.976			11,30%
Fundos de Investimento	2,8%	130.771			5,39%
Renda Variável	13,0%	603.097	IBrX 100	33,39%	30,95%
Carteira Própria ⁴	2,5%	116.740			32,43%
Fundos de Ações	10,5%	486.357			31,69%
Invest. Estruturados	3,2%	148.790	INPC + 8,00% ao ano	12,81%	15,33%
FII (Imobiliário) ³	-	-			0,00%
FIP (Participações)	3,2%	148.790			15,33%
Imobiliário	4,2%	194.563	INPC + 6,00% ao ano	10,72%	18,87%
Imóveis - Aluguel e Renda	3,0%	138.785			22,95%
FII (Imobiliário) ³	1,2%	55.778			9,82%
Operações com Participantes	1,8%	81.390	INPC + 6,00% ao ano	10,72%	9,97%

¹ Meta de rentabilidade de cada segmento estabelecida na Política de Investimentos 2019.

² Rentabilidade apurada pela acumulação dos resultados mensais.

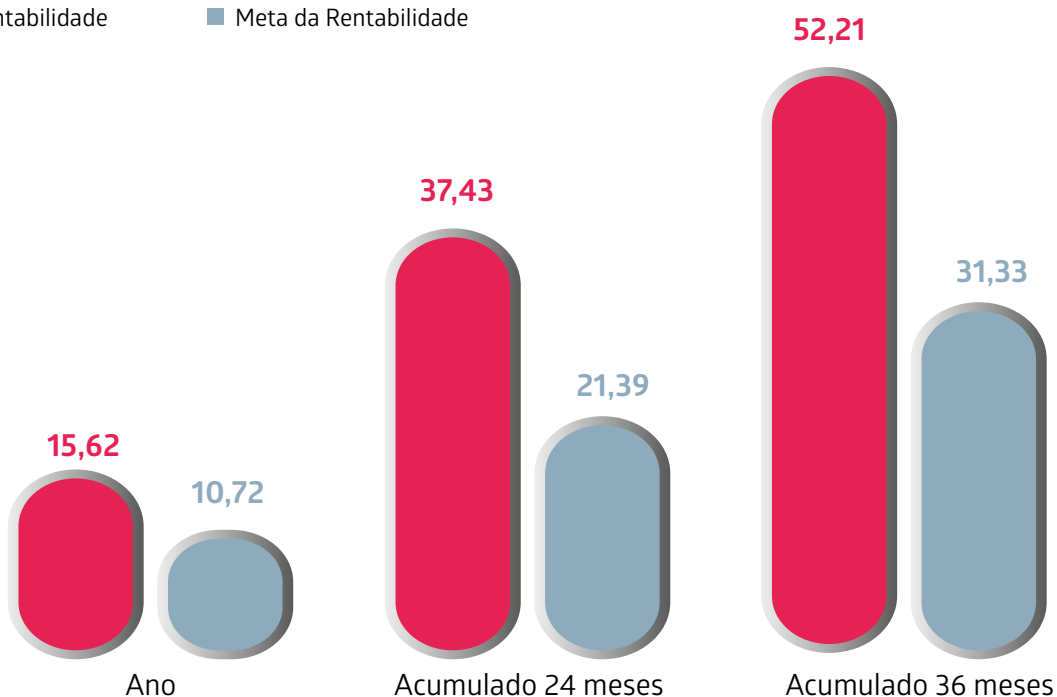
³ Realocação dos FI Imobiliário, conforme Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018.

⁴ Início da Carteira Própria de Ações em 11/2018.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

■ Rentabilidade

■ Meta da Rentabilidade



Imóveis

Imóveis	Endereço	Valor Patrimonial (R\$)	Locatário
Ed. Francisco Lopes Cj. 31	Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, Vila Olímpia, São Paulo, SP.	4.144.000	15º Tabelião de Notas
Ed. Francisco Lopes Cj. 41		4.144.000	Thomson Reuters
Ed. Francisco Lopes Cj. 42		4.144.000	Thomson Reuters
Ed. Francisco Lopes Cj. 141		4.144.000	Thomson Reuters
Ed. Francisco Lopes Cj. 142		4.144.000	Thomson Reuters
Ed. Francisco Lopes Cj. 151		4.144.000	Infracommerce
Ed. Francisco Lopes Cj. 152		7.160.000	Infracommerce
Ed. Economus	Rua Quirino de Andrade, 185, Centro, São Paulo, SP.	8.643.000	Economus
Ed. Bela Cintra Corporate	Rua Bela Cintra, 763, Consolação, São Paulo, SP.	64.801.000	Caixa Econômica Federal
Ed. Cd Prates Cj. 15B	Rua Líbero Badaró, 293, Centro, São Paulo, SP.	862.000	Banco do Brasil
Ed. Cd Prates Cj. 17A		862.000	Banco do Brasil
Ed. Cd Prates Cj. 17D		862.000	Vago
Agência Vila Mariana	Rua Domingos de Morais, 896, Vila Mariana, São Paulo, SP.	15.072.000	Banco do Brasil
Agência Pinheiros	Rua Teodoro Sampaio, 1600, Pinheiros, São Paulo, SP.	12.213.000	Banco do Brasil
Agência Bragança Paulista	Praça Raul Leme, 212, Centro, Bragança Paulista, SP.	3.446.000	Banco do Brasil
Total		138.785.000	



PREVMAIS

Regulamento Geral

PARTICIPANTES
10.630



MODALIDADE
Contribuição Variável

PÚBLICO

Único Plano aberto a novas adesões

Patrimônio acumulado

R\$ 2.049.319 mil



Contribuições no ano
R\$ 129.293 mil



Pagamento de benefícios no ano
R\$ 72.464 mil



Total da carteira de empréstimos
R\$ 140.199 mil



ESTRUTURA E GESTÃO

O plano está estruturado na modalidade Contribuição Variável – CV, na qual a aposentadoria (benefício programado) apresenta as características das modalidades de Benefício Definido - BD e Contribuição Definida - CD, pois o participante pode escolher um benefício de renda vitalícia ou financeira.

Desta forma, cada participante possui uma conta individual, onde são incluídas as suas contribuições normais e as do patrocinador, corrigidas pela rentabilidade dos investimentos, e na hora da aposentadoria é possível escolher entre uma renda financeira, que será subtraída do saldo de conta individual acumulado, até acabar o saldo, ou uma renda vitalí-

cia. Neste último caso, será formado um fundo mútuo, onde o risco é assumido pelo plano.

Já os benefícios de risco do plano têm seu valor previamente estabelecido, sendo o custeio determinado atuarialmente.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Benefício de aposentadoria;
- Auxílio-doença ou acidente de trabalho;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Auxílio-funeral.

Em dezembro/2019, o plano contava com uma população total de **10.630** participantes, segregados da seguinte forma:

	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Quantidade	7.961	2.546	123	10.630
Idade média	46,61	59,97	55,35	

Participantes	
Quantidade	7.546
Idade média	46,62
Tempo médio de empresa	19,84
Tempo médio de plano	11,26
Tempo médio de serviço futuro	7,72
Participantes Optantes pelo Autopatrocínio	
Quantidade	57
Idade média	42,93
Participantes Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido	
Quantidade	10
Idade média	45,66
Outros Participantes *	
Quantidade	348
Idade média	47,01

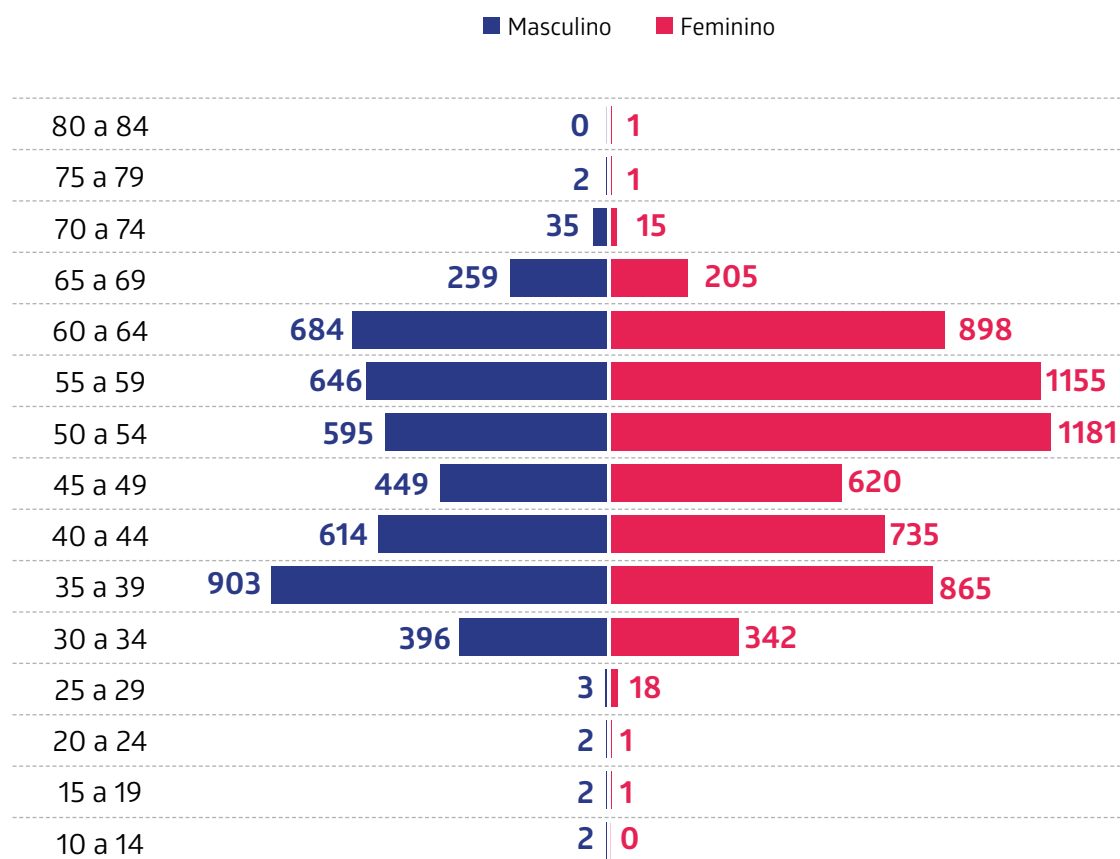
*Participantes que estão em alguma das seguintes situações: desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligado do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão de instituto; ou falecido e sem beneficiário.



Assistidos (Aposentados + Pensionistas)

Tipo de benefício	Quantidade	Idade média	Benefício médio (r\$)
Aposentadoria - estruturado na modalidade de benefício definido	201	61,06	969,65
Aposentadoria - estruturado na modalidade de contribuição definida	2.194	59,85	1.507,53
Aposentadoria por invalidez	151	60,26	4.992,75
Pensão por morte - estruturado na modalidade de benefício definido	102	55,02	5.024,53
Pensão por morte - estruturado na modalidade de contribuição definida	21	56,94	837,23
Total/média	2.669	59,75	1.793,33

PIRÂMIDE ETÁRIA



O plano fechou o ano de 2019 com um patrimônio acumulado de **R\$ 2.049.319 mil**. Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, o total de contribuições arrecadadas foi de **R\$ 129.293 mil** e o dispêndio com a folha de pagamento de benefícios totalizou **R\$ 72.464 mil**, sendo que R\$ 16.837 mil se referem à concessão de 282 benefícios.

Em relação ao ano anterior, nota-se um acréscimo de 1,17% no valor arrecadado e de 11,20% na folha de pagamento de benefícios. Abaixo, apresentamos a movimentação financeira dos últimos três anos:

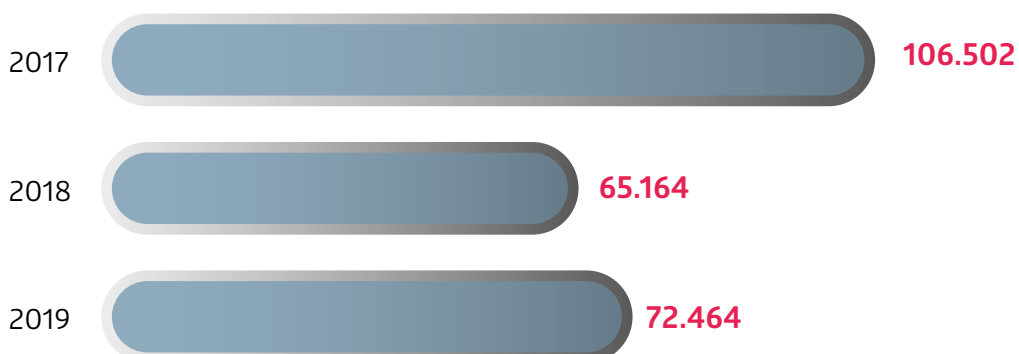
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS

Valores em R\$ mil



PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil



CAMPANHA DE CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

No Plano PrevMais, a qualquer momento, o participante pode também realizar contribuições adicionais, com o objetivo de aumentar o saldo acumulado e, conseqüentemente, sua renda futura.

Após a campanha, realizada ao longo de 2019, por meio de Facebook, e-mail marketing e site, foram realizadas 97 contribuições adicionais, no valor total de R\$ 1.019 mil, o que representa um aumento de 84,79% no montante arrecadado, em comparação ao ano de 2018.

CAMPANHA DE ALTERAÇÃO DE PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO

Anualmente, no mês de novembro, os participantes do PrevMais também podem alterar o seu percentual de contribuição ao plano.

Estimulamos que todos utilizem a contribuição máxima, de 8% do salário, visando o aumento da reser-

va financeira, já que o patrocinador contribui de forma paritária ao participante, respeitadas as regras do regulamento, com os mesmos 8%.

Além disso, há ainda o benefício fiscal, pois é possível abater até 12% da renda tributável anual do Imposto de Renda.

Para fomentar esta campanha, fizemos a publicação de uma matéria em nosso site, envios de e-mails marketings em duas datas distintas, além de uma postagem no Facebook.

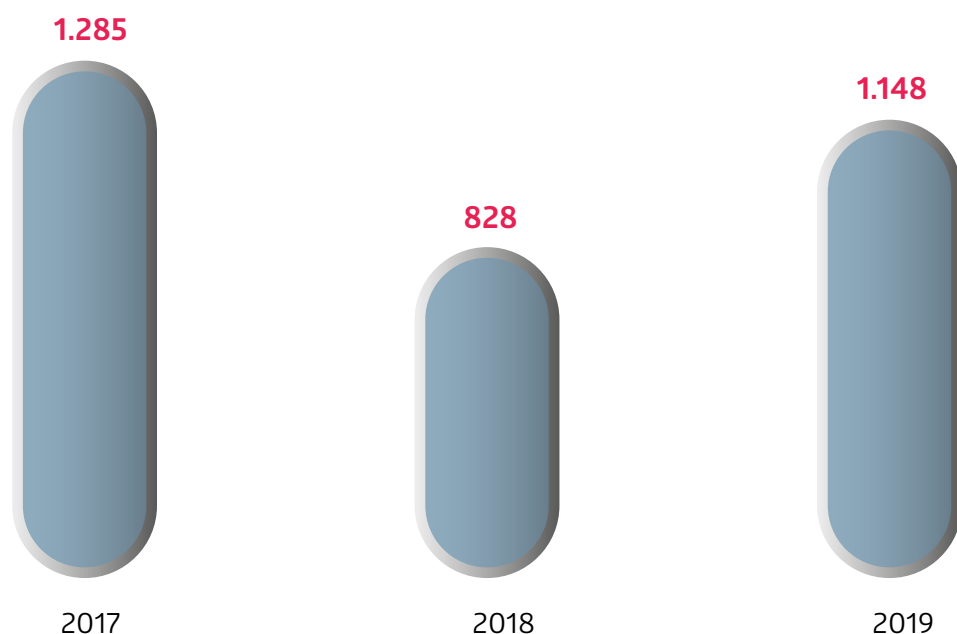
Ao todo, 346 participantes aumentaram o percentual de contribuição ao PrevMais, o que representa um crescimento de 22,26% em comparação ao ano de 2018.

RESGATE E PORTABILIDADE

Durante o ano, 28 participantes optaram pelo resgate de suas contribuições e três optaram por portar seus recursos para outra Entidade de Previdência Complementar, totalizando os montantes de R\$ 538 mil e R\$ 527 mil, respectivamente. A seguir, apresentamos o histórico dos últimos três anos:

RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES

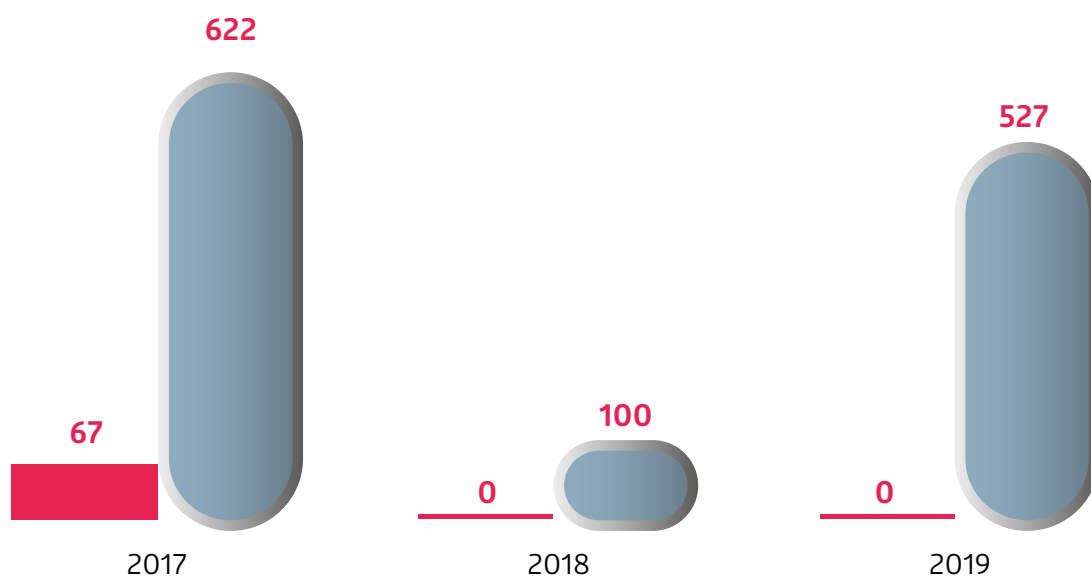
Valores em R\$ mil



PORTABILIDADE DE RECURSOS

Valores em R\$ mil

■ Entrada ■ Saída



OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

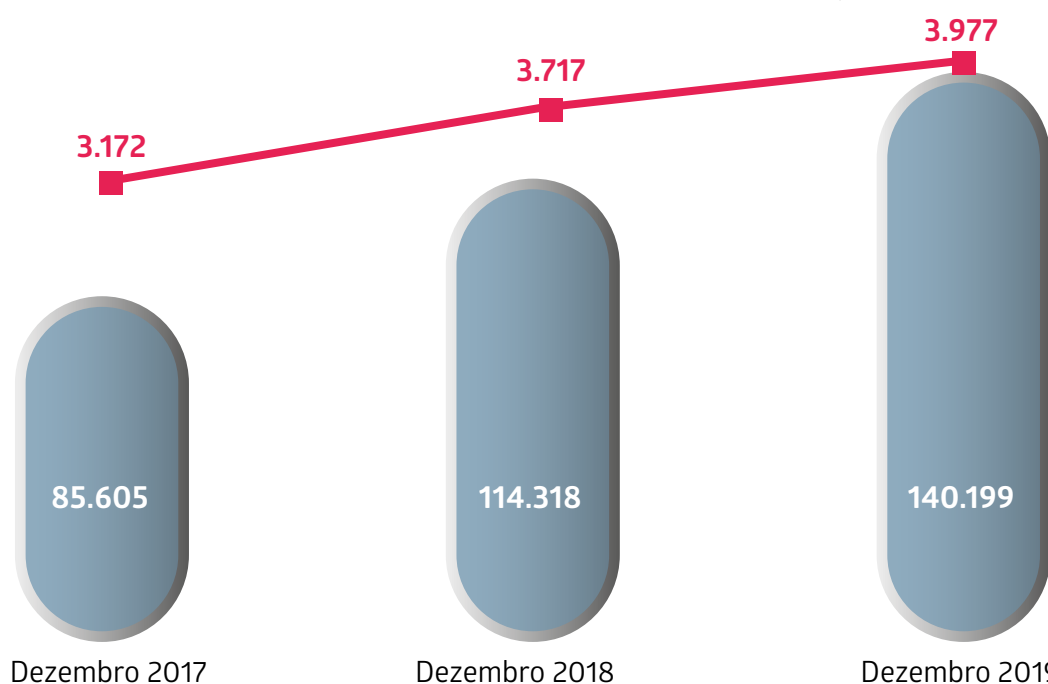
Os participantes deste plano podem solicitar empréstimos com pagamento em até 96 meses e taxa de juros anual de SELIC + 2,49%, sendo que o valor máximo está limitado a R\$ 160 mil.

No final do exercício de 2019, com 3.977 contratos ativos, o saldo total da carteira de empréstimos representava **R\$ 140.199 mil**, perfazendo um crescimento de 22,64% em relação ao ano anterior.

PREVMAIS

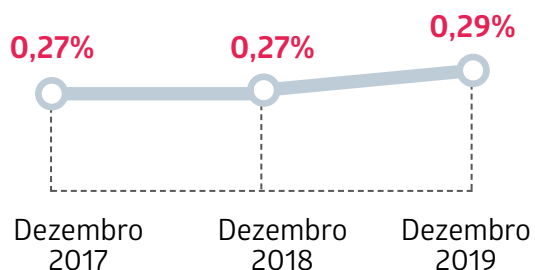
■ Saldo na Carteira
Valores em R\$ mil

■ Contratos Ativos
Quantidade

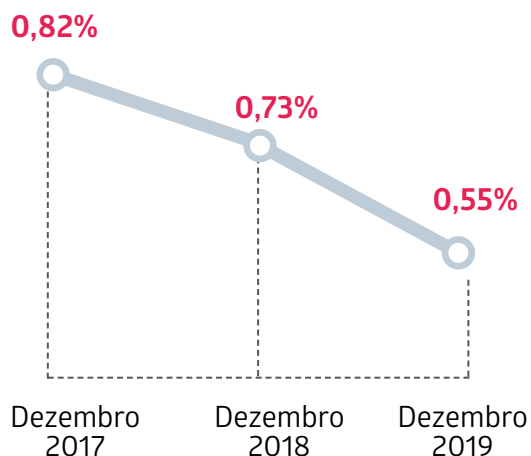


A seguir, apresentamos a evolução da inadimplência da carteira de empréstimos:

SALDO INADIMPLENTES X CARTEIRA



RELAÇÃO QTD. DE INADIMPLENTES E CONTRATOS ATIVOS



HIPÓTESES ATUARIAIS

No Plano PrevMais, houve alteração apenas do “Crescimento Real de Salários”, que passou de 1,40% ao ano para 1,16% ao ano, conforme resultado apresentado no estudo técnico de aderência.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de 2019 deste plano, comparativamente às vigentes em 2018:

Hipóteses	De 2018	Para 2019
Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 Female	Inalterada
Mortalidade de Inválidos	MI-85 Female	Inalterada
Entrada em Invalidez	TASA 1927	Inalterada
Entrada em Auxílio-Doença	Exp. Economus 2008 - 2017	Inalterada
Rotatividade	Gama/Rot Exp. Economus 2007-2016	Inalterada
Crescimento Real de Salários	1,40% ao ano	1,16% ao ano
Fator de Capacidade	0,9849	Inalterada
Taxa de Juros	4,25% ao ano	Inalterada



RESULTADO ATUARIAL

O plano PrevMais encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) superavitário de R\$ 98.779 mil, conforme demonstrado a seguir:

Item	Avaliação Atuarial Anual (Valores em R\$ mil)		
	Dezembro/2018 (a)	Dezembro/2019 (b)	Variação (b)/(a)-1
A) Benefícios Concedidos	503.754	533.651	5,93%
B) Benefícios a Conceder	1.265.940	1.416.889	11,92%
D) Total das Provisões Matemáticas (= A + B + C)	1.769.694	1.950.541	10,22%
E) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.844.296	2.049.319	11,12%
F) Equilíbrio Técnico (= E - D)	74.602	98.779	32,41%
F.1) Reserva de Contingência	74.602	86.299	15,68%
F.2) Reserva Especial	-	12.479	100,00%
G) Ajuste de Precificação	41.958	43.696	4,14%
H) Equilíbrio Técnico Ajustado (= F + G)	116.560	142.475	22,23%
I) Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% * duração do passivo)] x Provisão Matemática	87.660	86.299	-1,55%

A variação do total das Provisões Matemáticas (D) deve-se, principalmente, pelo ingresso de novas contribuições e pelo o retorno dos investimentos aos saldos de contas dos participantes.

A rentabilidade dos ativos destinados à cobertura dos Benefícios de Risco auferida no exercício, de 10,65%, superou a meta atuarial (INPC 2019, de 4,48%, + taxa de juros 4,25% ao ano), de 8,92%, gerando um ganho técnico atuarial de 1,58%.

Assim, o Equilíbrio Técnico (F) superavitário, de R\$ 74.602 mil em 31/12/2018, passou para R\$ 98.779 mil em 31/12/2019, representando uma elevação de 32,41% em relação ao valor apurado na Avaliação Atuarial do ano anterior.

Conforme disposto no art. 15 da Resolução CNPC nº

30/2018, no que diz respeito à destinação e utilização do superavit, considerando a duração do passivo no exercício, calculado em 13,07 anos, o Limite da Reserva de Contingência foi de R\$ 86.299 mil, correspondente a 23,07% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, o que implicou na constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios, no montante de R\$ 12.479 mil.

Ademais, de acordo com a referida resolução, observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 43.696 mil, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) superavitário de R\$ 142.475 mil. Vale informar que, no caso de destinação de superavit, o equilíbrio técnico ajustado considerará somente o ajuste de títulos negativo.



A seguir, apresentamos evolução do resultado acumulado do plano nos três últimos exercícios:

Valores em R\$ mil

Exercício	Superavit/ Deficit Acumulado	Superavit/ Deficit no Exercício	Reserva de Contingência	Reserva Especial	Ajuste de Precificação
2017	51.544	32.272	51.544	0	27.919
2018	74.602	23.058	74.602	0	41.958
2019	98.779	24.177	86.299	12.479	43.696

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A maturidade de um plano de benefícios representa a fase em que ele se encontra, isto é, se há predominância de participantes ativos ou de assistidos.

A primeira fase se destaca pela acumulação de recursos, onde o volume de arrecadação é maior frente aos dispêndios com pagamentos. Ao iniciar a segun-

da fase, ocorrem os pagamentos de benefícios e, conseqüentemente, o resgate dos recursos acumulados, podendo reduzir o volume dos ativos investidos.

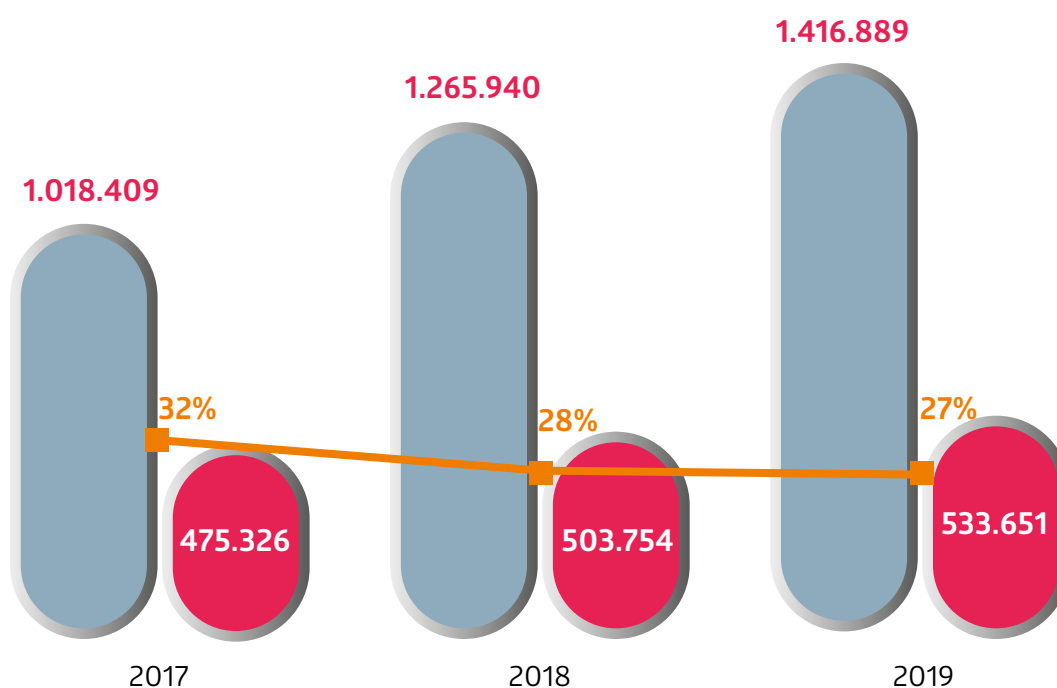
Sob a "Perspectiva Financeira", o plano PrevMais apresenta um índice de maturidade de 27%, ou seja, a reserva dos assistidos do plano representa 27% das obrigações totais.

MATURIDADE DO PLANO - Perspectiva Financeira

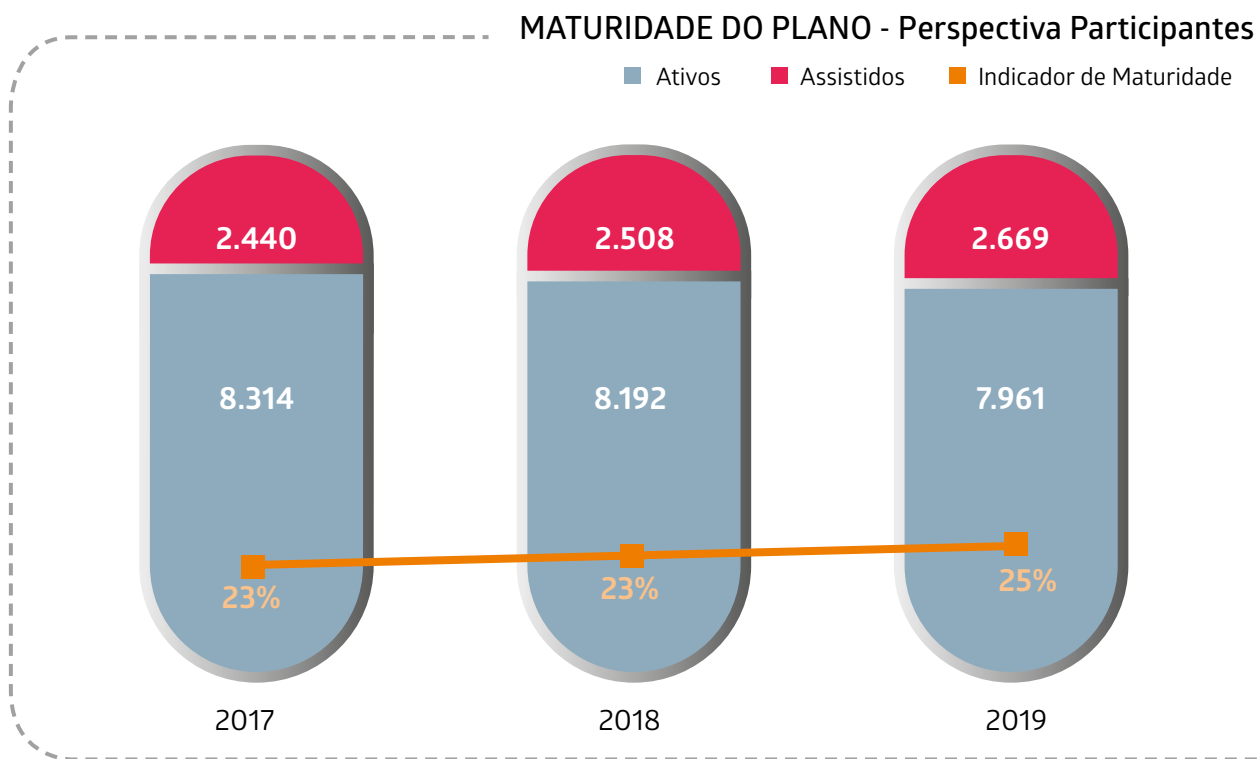
■ Reserva dos Ativos
Valores em R\$ mil

■ Reserva dos Assistidos
Valores em R\$ mil

■ Indicador de Maturidade
%

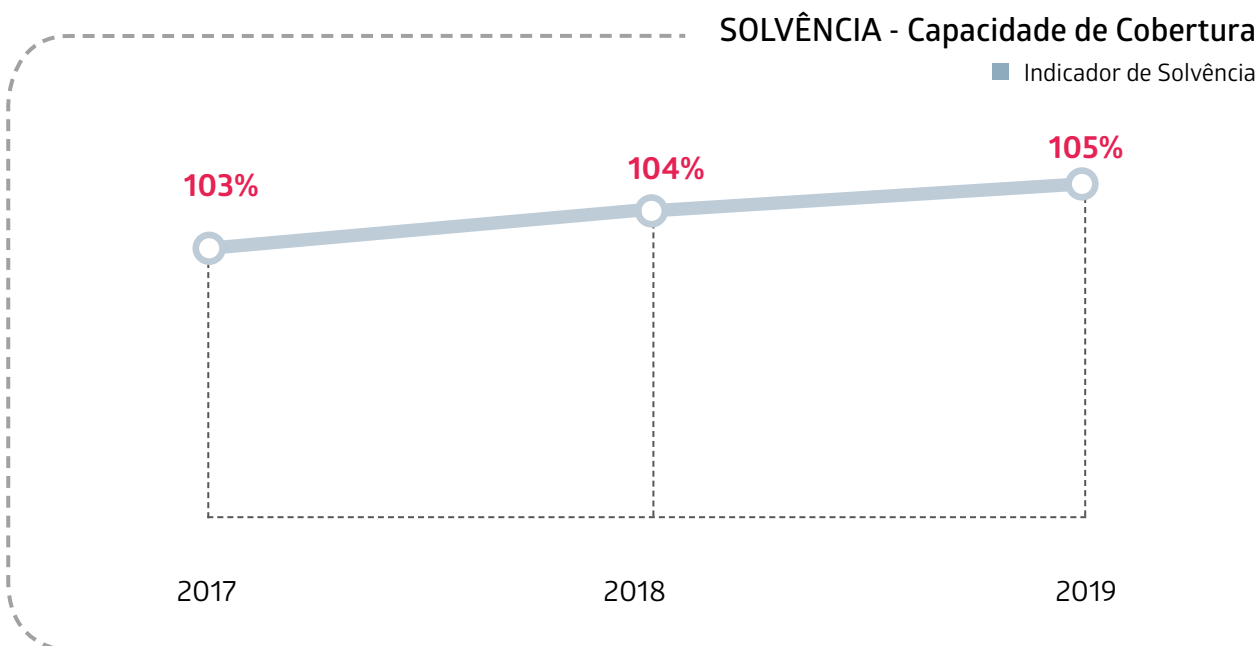


A “Perspectiva Participantes” se refere à comparação entre a quantidade de participantes ativos e assistidos, sendo que, quanto maior o indicador, mais maduro é o plano. No caso do PrevMais, há somente 25% de assistidos, configurando um plano jovem.



O “Índice de Solvência” ou “Capacidade de Cobertura” representa a relação entre o valor dos ativos do plano e a Provisão Matemática, isto é, quanto maior o índice, mais solvente é o Plano.

O PrevMais apresenta 105% de solvência, considerando a provisão matemática total.

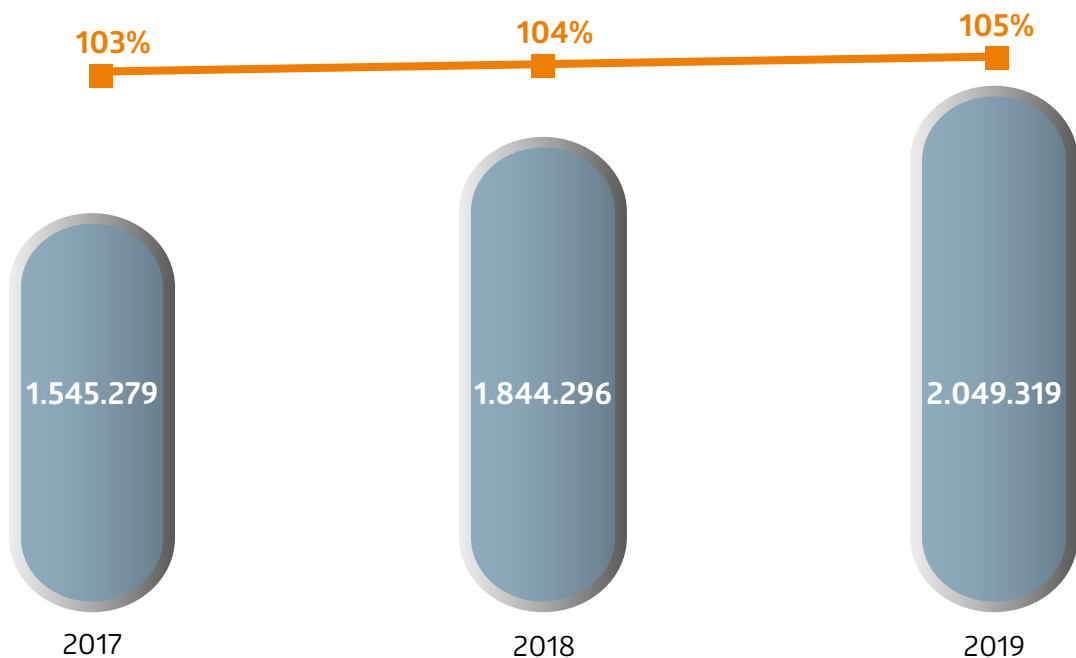


Adicionalmente, demonstramos a seguir o percentual de recursos já integralizado para fazer frente às obrigações totais do plano:

RECURSOS PARA COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES

■ Valor Integralizado
Valores em R\$ mil

■ Integralizado
%



RESULTADOS

Demonstrativo de Investimentos

Valores em R\$

	%	Valor
Renda Fixa	86,96%	1.801.106.686,50
Títulos Públicos	14,24%	294.995.386,76
Títulos Privados	23,04%	477.169.453,95
Fundos de Investimento	49,68%	1.028.941.845,79
Renda Variável	6,03%	124.979.261,50
Fundos de Ações	6,03%	124.979.261,50
Estruturado	0,26%	5.327.407,18
FIP (Participações)	0,26%	5.327.407,18
Empréstimos	6,75%	139.794.921,71
Empréstimos a Participantes	6,75%	139.794.921,71
Total dos Investimentos	100,00%	2.071.208.276,89



Renda Programada

Valores em R\$

	%	31/12/2019
Renda Fixa	84,99%	1.369.112.140,80
Títulos Privados	24,34%	392.159.896,73
Fundos de Investimento	60,65%	976.952.244,07
Renda Variável	6,33%	102.022.860,20
Fundos de Ações	6,33%	102.022.860,20
Empréstimos	8,68%	139.794.921,71
Empréstimos a Participantes	8,68%	139.794.921,71
Total dos Investimentos	100,00%	1.610.929.922,71

Benefício de Risco

Valores em R\$

	%	31/12/2019
Renda Fixa	93,86%	431.994.545,70
Títulos Públicos	64,09%	294.995.386,76
Títulos Privados	18,47%	85.009.557,22
Fundos de Investimento	11,30%	51.989.601,72
Renda Variável	4,99%	22.956.401,30
Fundos de Ações	4,99%	22.956.401,30
Estruturado	1,16%	5.327.407,18
FIP (Participações)	1,16%	5.327.407,18
Total dos Investimentos	100,00%	460.278.354,18

Gestão de carteiras (Própria e Terceirizada)

Valores em R\$ MM

	%	Valor
Gestão Própria	44,03%	912,0
Gestão Terceirizada	55,97%	1.159,2
Total dos Recursos	100,00%	2.071,2



Gestão terceirizada

Valores em R\$

Aplicações	%	Valor
BB DTVM	68,31%	791.833.334
BRAM	23,02%	266.885.598
Votorantim Asset Management	7,07%	81.956.179
Santander Brasil Gestão de Recursos	0,45%	5.195.494
Itaú Asset Management	0,36%	4.130.246
Franklin Templeton Investimentos Brasil	0,34%	3.920.255
2B Capital	0,20%	2.334.301
Pátria Investimentos	0,18%	2.090.292
CRP Cia de Participações	0,08%	902.815
Total dos Investimentos	100,00%	1.159.248.514

Custos com administração dos investimentos

Valores em R\$

Gestão Direta	Total
Custeio Administrativo	2.171.403,36
Taxa de Custódia	70.405,70
Total dos Custos com Investimentos	2.241.809,06
Total dos Investimentos	911.959.762,42
% dos Custos sobre os Investimentos	0,25%

Gestão Indireta	Total
Taxa de Administração/ Gestão	1.808.436,63
Taxa de Custódia	470.762,43
Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	157.169,14
Outras Despesas	85.942,55
Total dos Custos com Investimentos	2.522.310,75
Total dos Investimentos	1.159.248.514,47
% dos Custos sobre os Investimentos	0,22%

¹ Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima e afins



Enquadramento dos Investimentos

Limites De Alocação	Patrimônio dez/19 Valores em R\$	dez/19	Limite Legal	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior
Renda Fixa	1.801.691.883,91	87,04%	100,00%	40,00%	86,50%	100,00%
Renda Variável	123.343.376,86	5,96%	70,00%	0,00%	4,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	5.327.407,16	0,26%	20,00%	0,00%	1,50%	5,00%
Imobiliário			20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	139.568.596,34	6,74%	15,00%	0,00%	8,00%	15,00%
Investimentos no Exterior			10,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Política de Investimentos

PrevMais

Segmento	Alocação Objetivo 2020	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	87,0%	40%	100%	100%
Renda Variável	5,5%	0%	40%	70%
Operações com Participantes	7,0%	0%	15%	15%
Investimentos Estruturados	0,5%	0%	5%	20%
Total	100,0%			

PrevMais - Benefício de Risco

Segmento	Alocação Objetivo 2020	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	90,0%	75%	100%	100%
Renda Variável	8,0%	0%	15%	70%
Investimentos Estruturados	2,0%	0%	10%	20%
Total	100,0%			

PrevMais – Renda Programada

Segmento	Alocação Objetivo 2020	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	86,0%	40%	100%	100%
Renda Variável	5,0%	0%	45%	70%
Oper. com Participantes	9,0%	0%	15%	15%
Total	100,0%			



PrevMais

Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado do PrevMais	74% SELIC + 21% INPC + 4,25% ao ano + 5% IBrX 100
Renda Fixa	76% SELIC + 24% INPC + 4,25% ao ano
Renda Variável	IBrX 100
Investimentos Estruturados - Fundo Multimercado	125,50% SELIC
Investimentos Estruturados - FIP	IPCA + 8,13% ao ano
Operações com Participantes	SELIC + 1,00% ao ano

Perfil	Renda Fixa e Operação com Participantes	Renda Variável	Meta de Rentabilidade
Conservador	100%	0%	100% da SELIC
Moderado	85%	15%	85% SELIC + 15% IBrX 100
Agressivo	70%	30%	70% SELIC + 30% IBrX 100
Super Agressivo	55%	45%	55% SELIC + 45% IBrX 100

Rentabilidade dos Investimentos

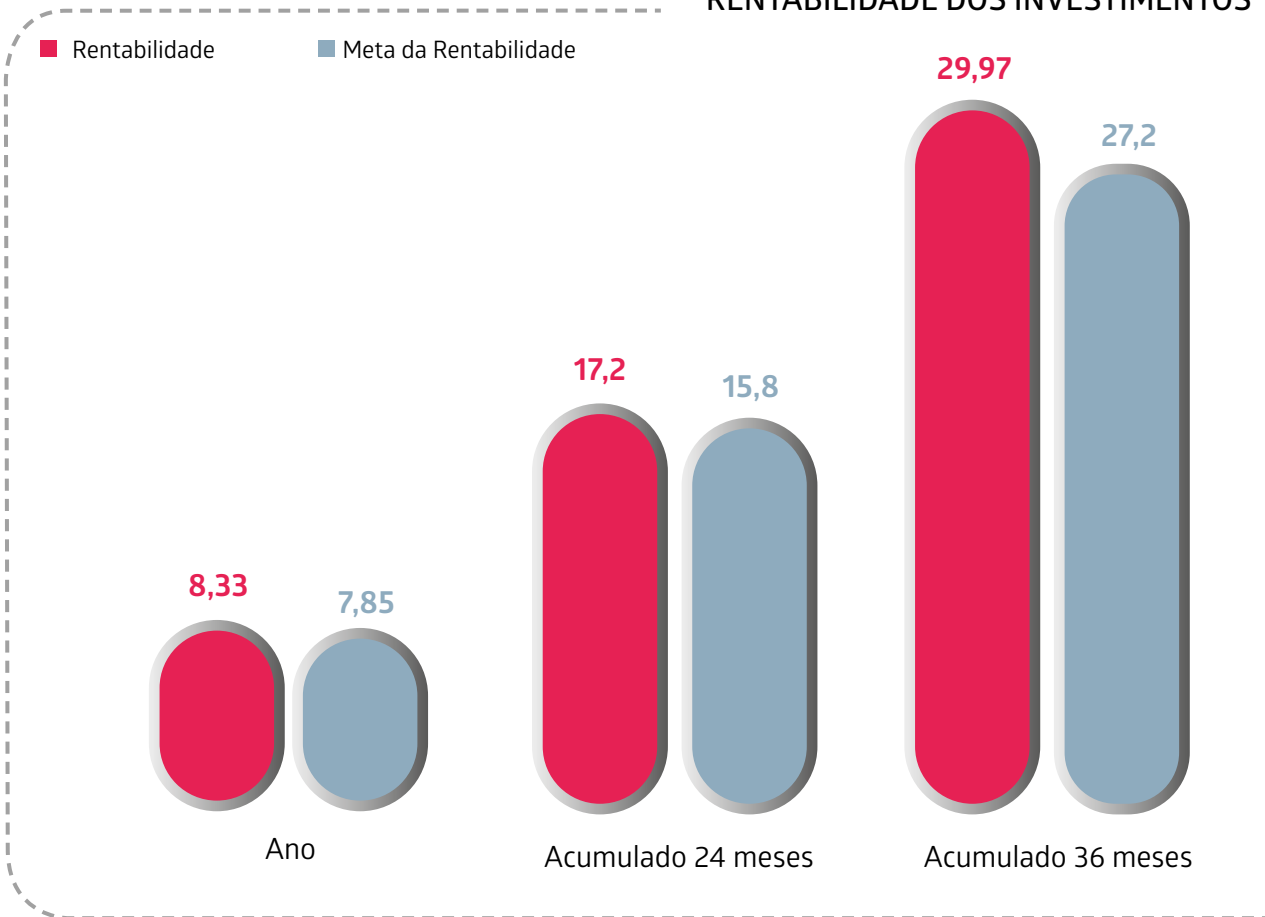
Segmento	Part. (%)	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade ¹	Acumulada 2019	
				Meta	Rentabilidade ²
Patrimônio Consolidado	100%	2.071.208	73% (CDI) + 4% (IBrX 100) + 23% (INPC + 5% ao ano)	7,85%	8,33%
Renda Fixa	87,0%	1.801.107	77% (CDI) + 23% (INPC + 5% ao ano)	6,82%	7,13%
Títulos Públicos	14,2%	294.995			9,80%
Títulos Privados	23,0%	477.169			8,38%
Fundos de Investimento	49,7%	1.028.942			5,80%
Renda Variável	6,0%	124.979	IBrX 100	33,39%	32,00%
Investimentos Estruturados	0,3%	5.327	INPC + 8,00% ao ano	12,81%	15,36%
Oper. com Participantes	6,7%	139.795	CDI	5,97%	7,12%

¹ Meta de rentabilidade de cada segmento estabelecida na Política de Investimentos 2019.

² Rentabilidade apurada pela acumulação dos resultados mensais.



RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS



Campanha de Alteração de Perfil de Investimento - três vezes ao ano, em janeiro, maio e setembro, é possível alterar a opção de perfil de investimento. A campanha foi realizada nestes meses para orientar os participantes do plano sobre as características de cada perfil e auxiliá-los na tomada de decisão.

Para isso, disponibilizamos em nosso site os seguintes materiais:

- [Cartilha dos Perfis de Investimento](#) - traz informações sobre as composições de renda fixa e renda variável, e de indicadores de desempenho;
- Resultados detalhados de cada um dos perfis de investimento;
- [Teste de Perfil do Investidor](#).



7 Planos de Saúde: Gestão, Rede Credenciada e Resultados

Maria Mendonça Teixeira é a beneficiária mais longeva do Economus, com 109 anos.
Possui nosso plano de saúde desde 13/04/1994



42.076
beneficiários



9 planos



3.781
Credenciados
diretos

R\$ 360,9
milhões
em despesas
assistenciais



15.600
Credenciados
indiretos



791 mil
transações médicas
analisadas

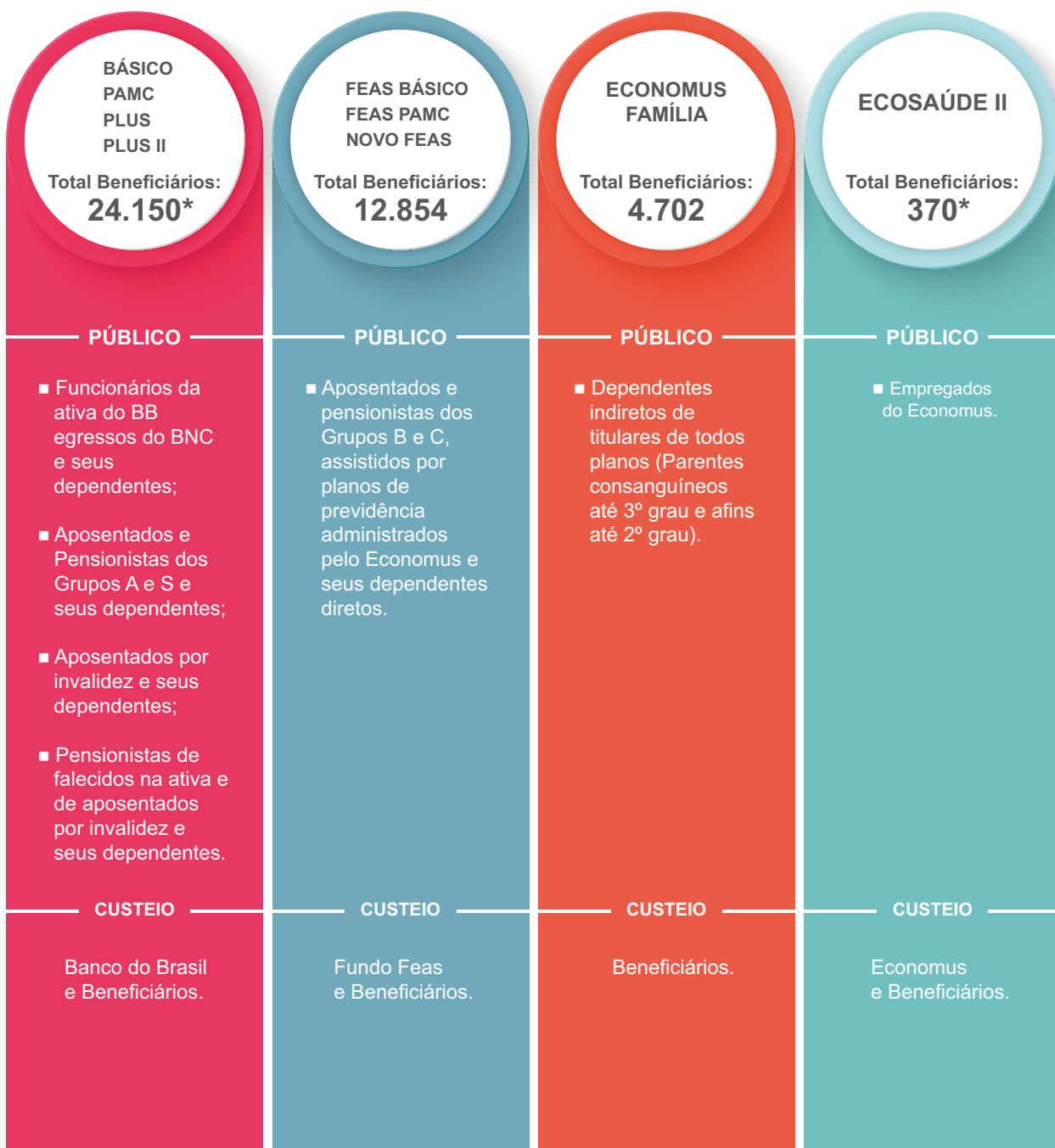


R\$ 293,3 milhões
em contribuições
assistenciais



Planos Administrados

Administramos nove planos de saúde, com **42.076** beneficiários inscritos, entre empregados ativos e aposentados, oriundos do Banco Nossa Caixa S.A. e do próprio Economus, assim como seus dependentes e familiares, distribuídos da seguinte forma:



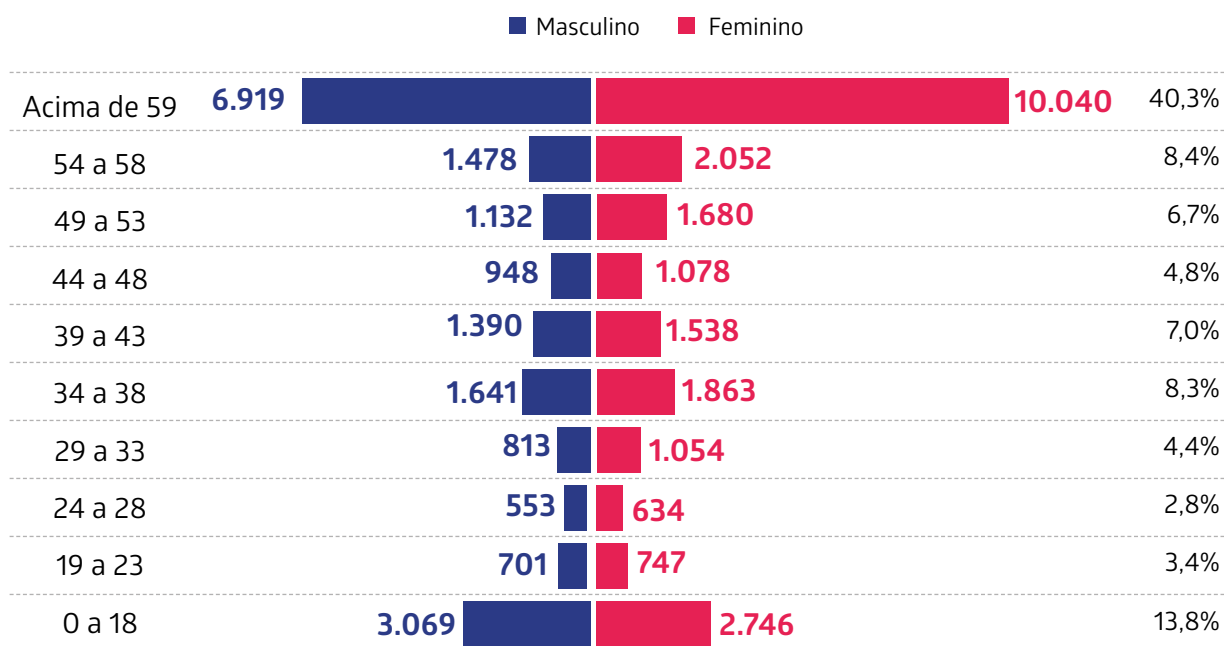
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS: 42.076

*9 beneficiários do plano Plus, 1 do Plus II e 1 do Ecosauúde II são autossustentáveis



Destaca-se que a base de beneficiários do Instituto apresenta uma distribuição etária bastante diferente da verificada no país e também no estado de São Paulo. O Economus tem 40,3% dos beneficiários com mais de 59 anos, enquanto que o Brasil tem 13,6%, e o estado de São Paulo 16,5% da população acima dessa idade.

PIRÂMIDE ETÁRIA



Guiados pelo nosso Programa de Eficiência e Otimização Operacional ([Capítulo 3 - Gestão Estratégica e Administrativa](#)), temos adotado melhorias constantes nos processos de trabalho, sobretudo com a implementação de novas rotinas fundamentais na busca pelo equilíbrio entre despesas e receitas. Essas ações visam obter maior eficiência operacional e proporcionar assistência à saúde com qualidade para satisfação dos nossos beneficiários.

Assim, dentre as estratégias e ações de gestão realizadas em 2019, destacamos:

- Redimensionamento da rede credenciada para substituição de prestadores com custos onerosos, sempre prezando pela qualidade e adequado atendimento dos nossos beneficiários. Tal medida gerou uma economia de aproximadamente R\$ 1,3 milhões/ano;
- Adoção de novos modelos de remuneração para a rede credenciada, com negociação por pacotes em substituição à chamada “conta aberta”, a fim de garantir maior previsibilidade dos gastos assistenciais;
- Para maior facilidade de acesso aos beneficiários, foi lançado o Aplicativo Economus, no qual estão disponíveis rede credenciada, autorizações, carteirinha virtual e o extrato de utilização de despesas médicas;
- Redefinição do processo de contas médicas, por meio de programa de isenção de guias, que reduziu 24% do volume de documentos físicos, além de contribuir com a redução de custos envolvidos como impressão, manuseio, correios, armazenagem, etc.;
- Otimização, de forma sistêmica, da análise e pagamento da rede credenciada, em consonância com as disposições regulamentares, na busca permanente da eficiência operacional;
- Atuação de médicos auditores para desospitalizar pacientes que não requerem mais cuidados intensivos.

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PLANOS DE SAÚDE VINCULADOS AO FUNDO FEAS

O Fundo Economus de Assistência Social – Feas foi constituído em 1989 para receber recursos advindos dos resultados das empresas Economus Administradora e Corretora de Seguros S/C Ltda e da Economus Prestadora de Serviços S/C Ltda (encerrada em março de 1997), com a finalidade de prestar assistência social aos funcionários aposentados da Caixa Econômica do Estado de São Paulo. Naquela ocasião, foram instituídos e vinculados ao Feas os planos de saúde Feas Básico e Feas Pamc para prestação de serviços médico-hospitalares aos participantes do Economus, aposentados pertencentes aos grupos B e C, bem como seus respectivos dependentes.

A partir de dezembro/2005, quando a Economus Administradora e Corretora de Seguros S/C Ltda suspendeu suas atividades por determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, o Feas deixou de receber novos recursos e as despesas dos planos passaram a ser cobertas pelo Fundo e pela arrecadação das coparticipações do plano Feas Pamc.

Em dezembro/2009, estudos atuariais demonstraram que, dado o perfil etário dos beneficiários e as receitas advindas apenas das aplicações financeiras e coparticipações, não seria sustentável, no médio e longo prazos, a manutenção da cobertura assistencial dos planos Feas. Assim, foi instituída a contribuição mensal de 4,72% per capita sobre os proventos (benefício + INSS) do titular, com início a partir de janeiro/2010 e deixaram de ser cobradas as coparticipações dos beneficiários do Feas Pamc.

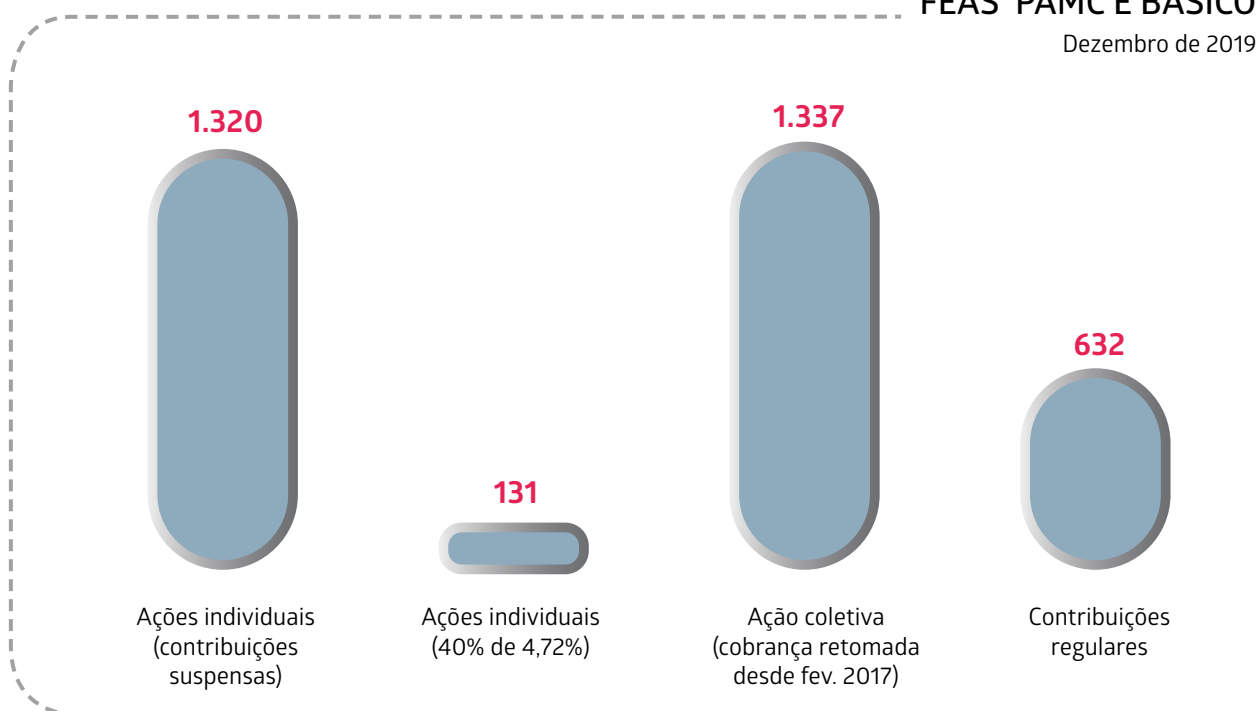
Após a implementação do custeio para os planos Feas, um expressivo contingente de beneficiários



ingressou com ações judiciais, coletivas, em grupo e individuais, em face do Economus e do Banco do Brasil, reivindicando condições diferenciadas e obtendo decisões judiciais, tais como, a manutenção da condição de não contribuição mensal, vigente para 1.320 beneficiários. Outros 1.337 beneficiários, partes integrantes de uma ação coletiva, também obtiveram decisão judicial que suspendeu os pagamentos das contribuições até fevereiro de 2017.

FEAS PAMC E BÁSICO

Dezembro de 2019



Ações individuais
(contribuições
suspensas)

Ações individuais
(40% de 4,72%)

Ação coletiva
(cobrança retomada
desde fev. 2017)

Contribuições
regulares

Considerando que as mencionadas decisões judiciais atribuem solidariamente condenações ao Banco do Brasil e ao Economus, o Instituto solicitou aos escritórios jurídicos que o defendem nestes processos pareceres quanto ao adequado cumprimento das decisões judiciais pelo Economus. Tais pareceres apontam que o cumprimento adotado pelo Instituto está em conformidade com o disposto no artigo 264 do Código Civil, bem como no artigo 275 do mesmo, evidenciando que esses dispositivos legais são aplicáveis nas decisões em que não há direcionamento quanto ao devedor.

Diante do cenário, em julho/2013, foi criado o plano Novo Feas, com o objetivo de uniformizar o regime de custeio, da cobertura assistencial e da rede credenciada para todos os beneficiários inscritos nos planos Feas Básico e Feas Pamc, estabelecendo um

custeio de 4,73% sobre os proventos de aposentadoria (benefício + INSS + Prevmias + 13º salário) do titular, por grupo familiar, com valor mínimo de R\$ 150,00 e coparticipação de 10% sobre os procedimentos de baixo custo.

Além dos fatos e fatores relatados, há outros possíveis motivos que contribuíram para a situação de esgotamento dos recursos do fundo Feas, tais como: a maior longevidade dos beneficiários; o envelhecimento dos beneficiários com prevalência de doenças crônicas e maior frequência de internações; o descasamento entre os índices de reajuste dos planos e da inflação do segmento de saúde; o aumento dos custos decorrentes da inovação tecnológica e a ampliação dos procedimentos constantes do rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Assim, em julho/2018, com base no resultado da



avaliação atuarial que, considerando o modelo contributivo vigente à época, indicou o esgotamento do Fundo Feas em 2023, mesmo incluindo o valor dos depósitos judiciais em indisponibilidade, foi aprovada a atualização dos pisos para cobrança das mensalidades, de R\$ 150,00 para R\$ 300,00 per capita nos planos Feas Básico e Feas Pamc, e de R\$ 600,00 para o grupo familiar no plano Novo Feas, com implementação a partir de janeiro/2019.

Com a implementação dos pisos, foi estimado que os recursos do Feas se esgotariam em 2025, ou seja, 2 anos a mais que a estimativa verificada na situação anterior. Porém, se considerada a indisponibilidade do valor dos depósitos judiciais, a suficiência dos recursos do Feas terminaria em meados de 2023.

A gestão dos planos vinculados ao Feas tem sido objeto de acompanhamento e tratativas contínuas pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo, demonstrando a preocupação e a diligência dos dirigentes com relação ao tema. Nesse contexto, foi aprovado, em novembro/2019, outro reajuste no custeio dos planos, com vigência a partir de janeiro/2020, definindo novos percentuais de contribuição e coparticipação, além da implantação de valor máximo de contribuição (teto) de R\$ 1.600,00 mensais.

Os reajustes implementados até aqui são medidas preliminares prudenciais e emergenciais que buscam equilibrar as despesas e receitas e, assim, proporcionar uma maior longevidade ao fundo Feas. Não obstante, estão sendo empreendidos estudos técnicos para a reformulação dos planos Feas, buscando garantir a sustentabilidade no médio e longo prazos. Ainda, de acordo com as recomendações previstas em pareceres jurídicos e atuariais, a adoção efetiva de ações estruturantes deverá ser precedida de amplos debates e diálogos com beneficiários e entidades representativas e órgão regulador.

NOVOS DESAFIOS PARA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA 2020

Os desafios para gestão da assistência à saúde, abaixo descritos, estão inseridos em nosso Planejamento Estratégico e possuem os objetivos de aprimorar os controles dos custos assistenciais e administrativos, estabelecer maior celeridade no tratamento das informações requeridas pelos beneficiários, coibir desvios éticos, e combater excessos na gestão dos planos de saúde:

- Definição de um programa de Atenção Integral à Saúde, proporcionando atenção primária, secundária e terciária à pessoa, com foco em resolução, organização dos fluxos dos usuários por diversos pontos da saúde e responsabilização pela saúde destes, em quaisquer pontos que estejam;
- Atualização cadastral da rede credenciada para permitir o redimensionamento da rede e garantir a suficiência de atendimento por distribuição geográfica;
- Intensificação na revisão dos processos de auditoria técnica de leito e de contas hospitalares;
- Implementação do processo de auditoria *in loco* de internações;
- Otimização e automatização dos processos de pedidos de autorizações médico-hospitalares;
- Automação dos processos de arrecadação das mensalidades dos planos de assistência à saúde.

Estas ações reforçam o dever de diligência da Governança do Economus, que visa manter uma assistência médica de qualidade, com o adequado equilíbrio financeiro dos planos administrados.



SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS divulgou, em setembro/2019, o resultado final do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar – IDSS 2018 (ano-base 2017). O Economus obteve nota de 0.7021, ficando entre as três melhores Autogestões, na modalidade “Operadora de planos ambulatoriais e hospitalares de 20.000 a 99.999 beneficiários”.

Essa pesquisa tem o objetivo de aferir o nível de qualidade da assistência à saúde oferecida e o IDSS é a avaliação de desempenho das operadoras de

planos de saúde, fazendo parte do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar, definido pela ANS. Esse índice é constituído por indicadores que compõem uma nota de 0 (pior) a 1 (melhor), distribuídos em quatro dimensões: Qualidade em Atenção à Saúde – IDQS; Garantia de Acesso – IDGA; Sustentabilidade no Mercado – IDSM; e Gestão de Processos e Regulação – IDGR. As notas do Economus foram: IDQS 0,6163; IDGA 0,4186; IDSM 1,0000 e IDGR 0,9166.

IDSS da operadora 2018 (Ano-base 2017)



0.7021

Pontuação para operadora acreditada: Operadora não Acreditada

Indicador bônus Operadora não pontuada

1 - IDQS - QUALIDADE EM ATENÇÃO À SAÚDE

Avaliação do conjunto de ações em saúde que contribuem para o atendimento das necessidades de saúde dos beneficiários, com ênfase nas ações de promoção, prevenção e assistência à saúde prestada.



2 - IDGA - GARANTIA DE ACESSO

Condições relacionadas à rede assistencial que possibilitam a garantia de acesso abrangendo a oferta de rede de prestadores.



0,4186

3 - IDSM - SUSTENTABILIDADE NO MERCADO

Monitoramento da sustentabilidade da operadora, considerando seu equilíbrio econômico-financeiro, passando pela satisfação do beneficiário e compromissos com prestadores.



1,0000

4 - IDGR - GESTÃO DE PROCESSOS E REGULAÇÃO

Entre outros indicadores, essa dimensão afere o cumprimento das obrigações técnicas e cadastrais das operadoras junto à ANS.



0,9166



Rede Credenciada

Fechamos o ano de 2019 com 3.781 credenciados diretos no estado de São Paulo e mais 15.600 prestadores na rede indireta, distribuídos geograficamente conforme demonstrado a seguir.



3.781

Credenciados diretos



15.600

Credenciados indiretos

QUANTIDADE DE PRESTADORES POR REGIÃO DE SAÚDE



Novos Credenciados em 2019

Ranking	Região de Saúde ANS	Quantidade de Prestadores	%
1	Grande São Paulo	22	45,8%
2	Taubaté	8	16,7%
3	Campinas	5	10,4%
4	Sorocaba	4	8,3%
5	Ribeirão Preto	3	6,3%
6	Baixada Santista	2	4,2%
7	Bauru	2	4,2%
8	Piracicaba	2	4,2%
Total Geral		48	100,0%

Perfil da Rede Credenciada

Tipo de Prestador	Quantidade
Especialidades Médicas e Terapêuticas	2.767
Exames e Tratamentos Clínicos	616
Hospitais e Maternidades	308
Cooperativas	28
Atendimento Domiciliar	24
Remoção	18
Hospitais de Retaguarda	13
Hospital-dia	5
Reciprocidade	2
Total Geral	3.781



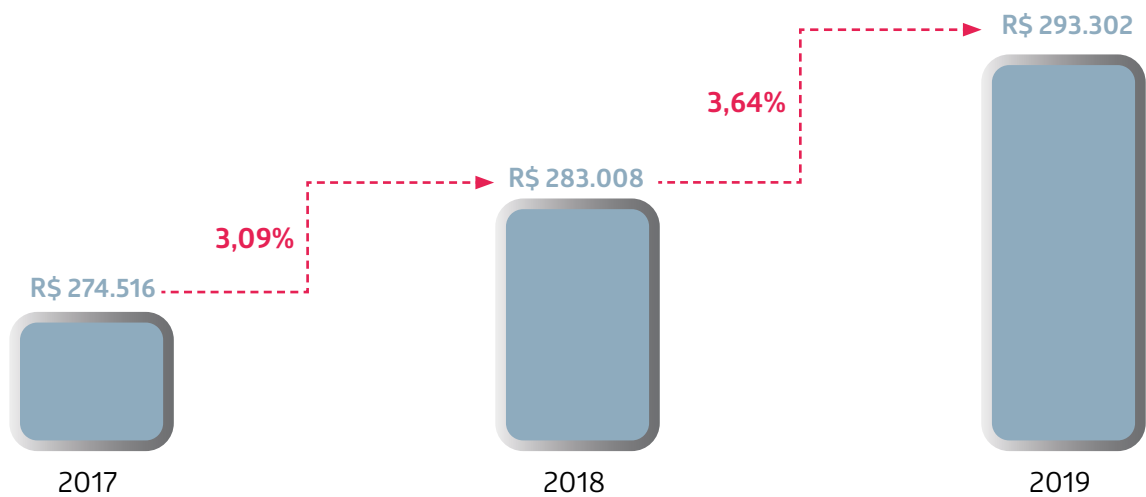
Resultados Consolidados

RECEITAS

Veja, abaixo, informações referentes às receitas assistenciais em 2019, bem como os comparativos em relação aos dois anos anteriores:

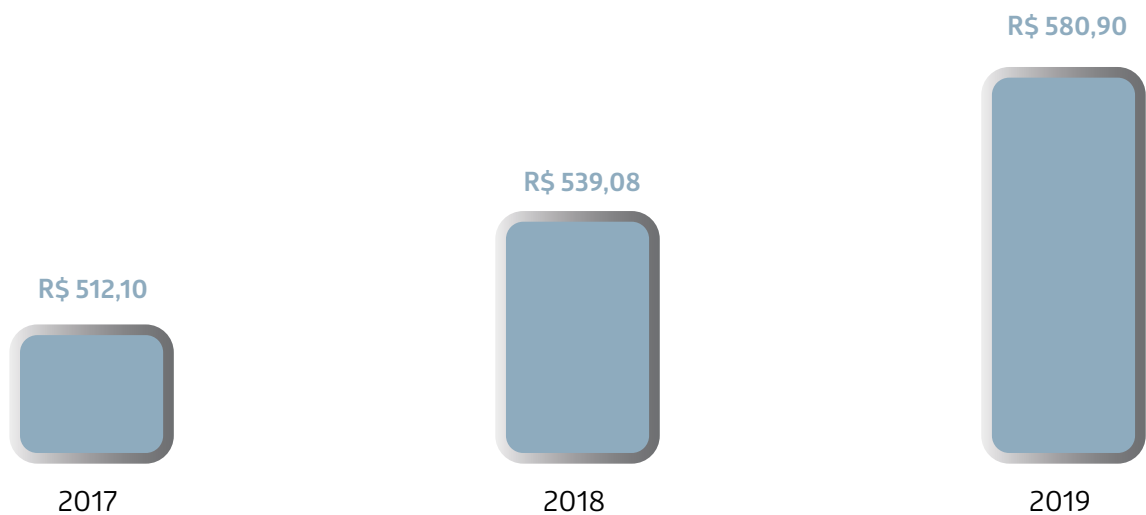
TOTAL DE RECEITAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



RECEITA MÉDIA MENSAL POR BENEFICIÁRIO

Valores em Reais

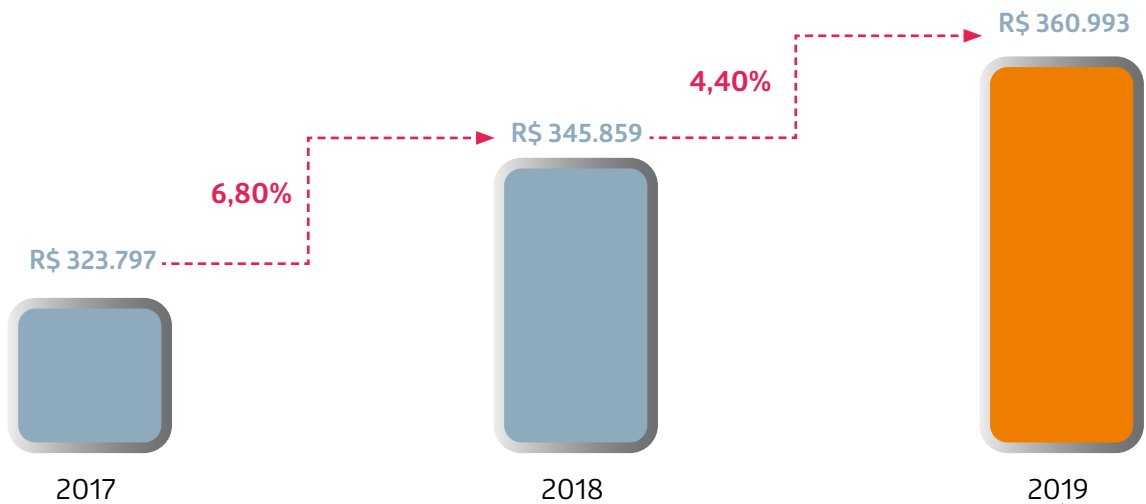


DESPESAS

A seguir, detalhes sobre as despesas assistenciais ao longo de 2019 e comparações em relação aos dois anos anteriores.

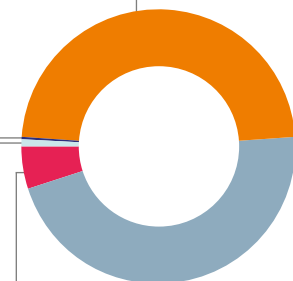
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS EM 2019

Exames Clínicos e Laboratoriais	R\$ 166.880.094	46,23%
*Sistema Único de Saúde - SUS	R\$ 1.453.444	0,40%
**Outras Despesas	R\$ 2.623.586	0,84%
Consultas	R\$ 17.524.106	4,85%
Internações	R\$ 172.112.208	47,68%



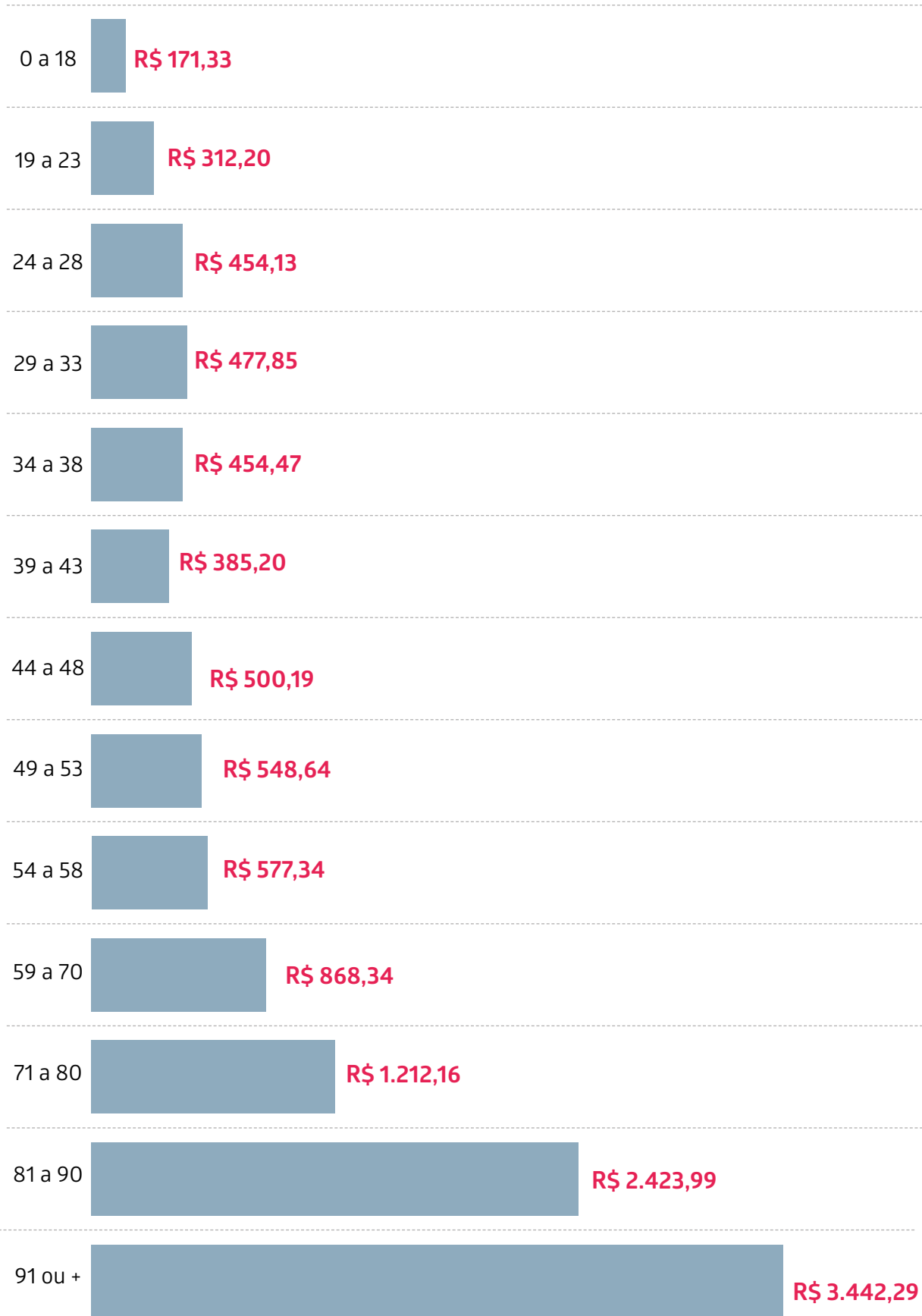
*Resarcimento ao SUS referente as despesas dos beneficiários do Economus na rede pública.

**Despesas com reembolsos e honorários médicos.

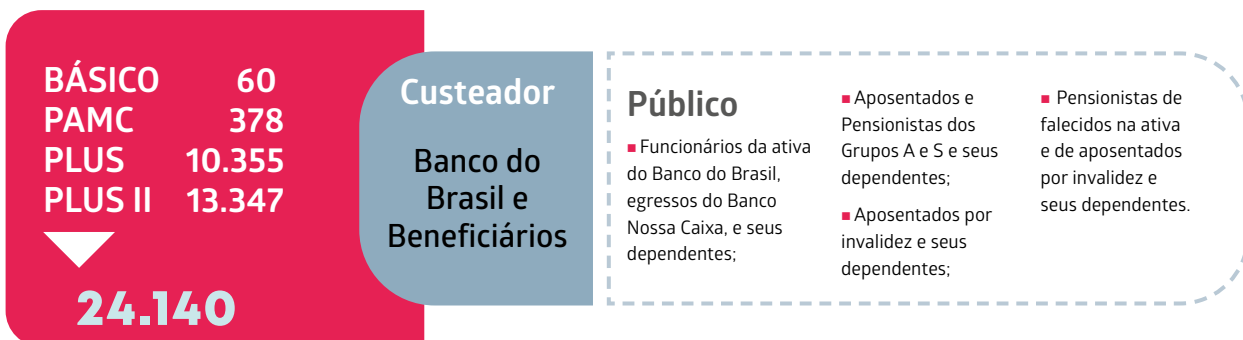


RECEITA MÉDIA POR BENEFICIÁRIO - Por faixa etária em 2019

Valores em Reais

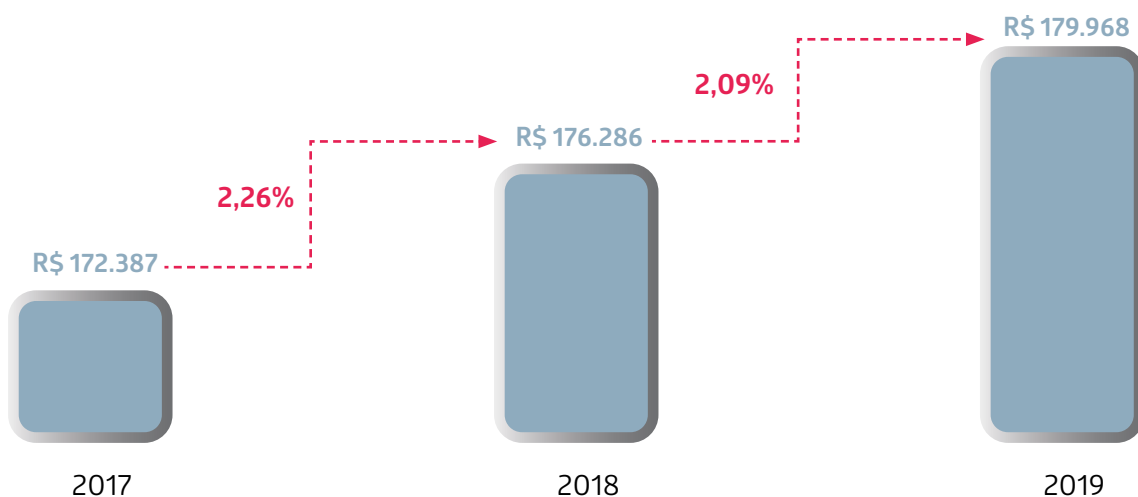


Resultados por Planos



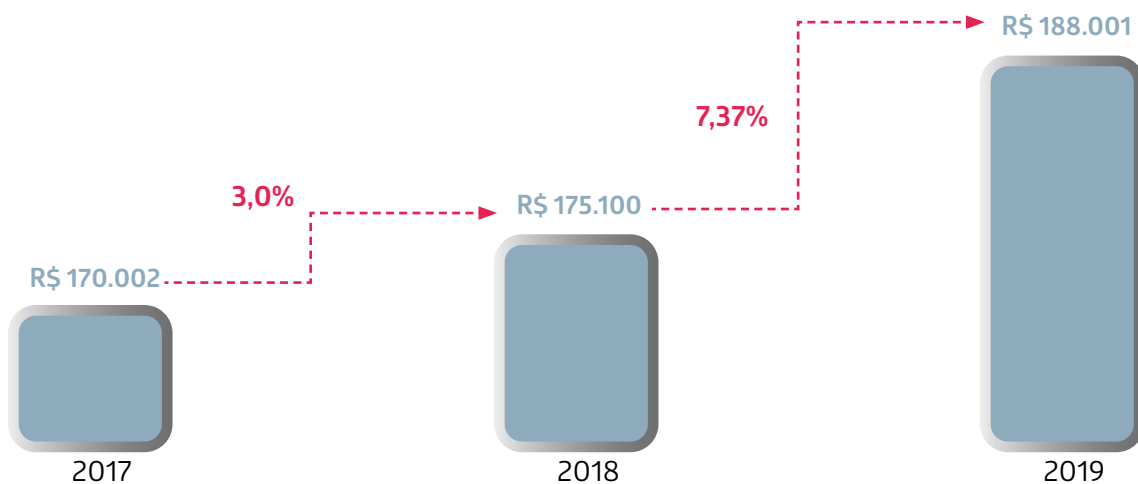
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



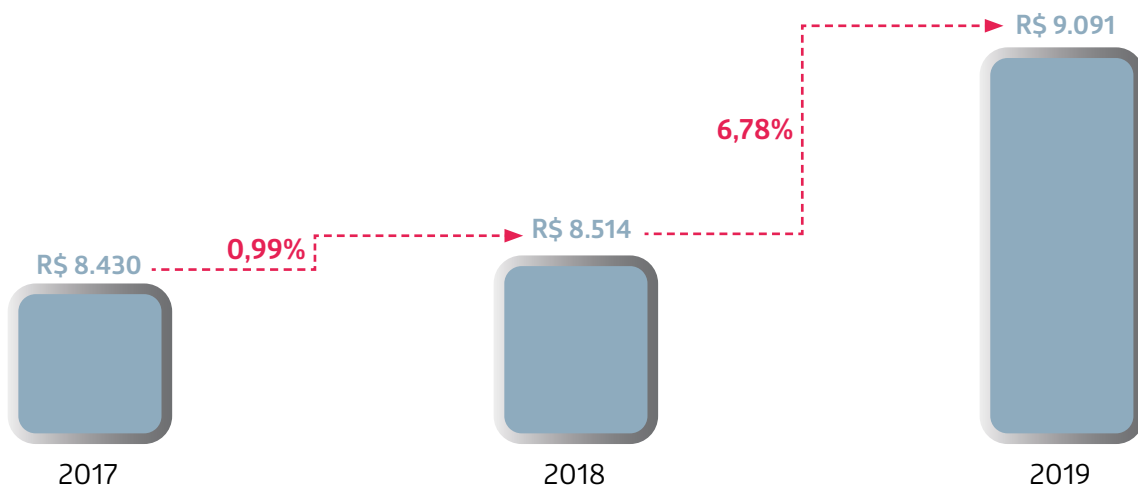
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



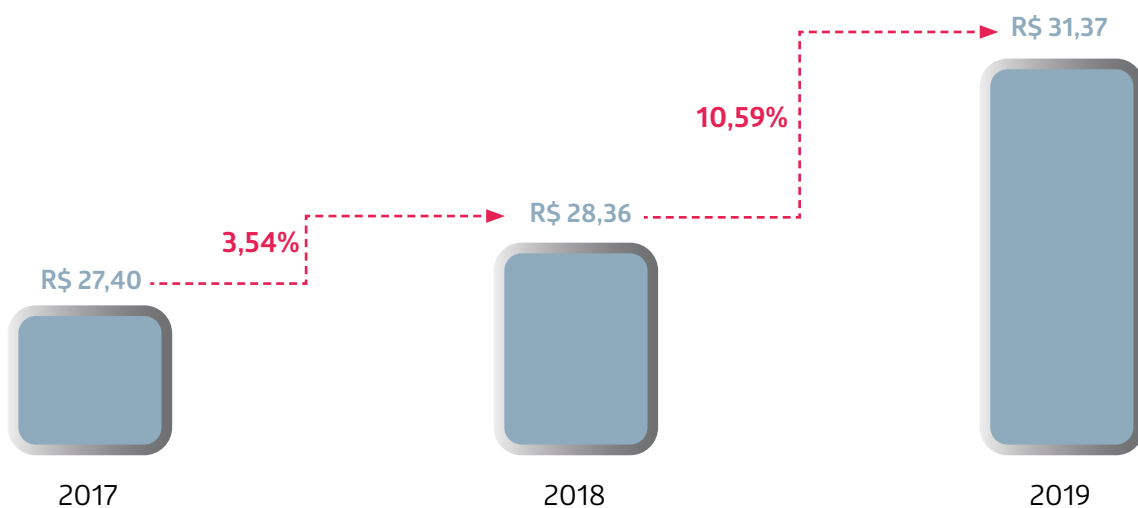
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em R\$ milhões



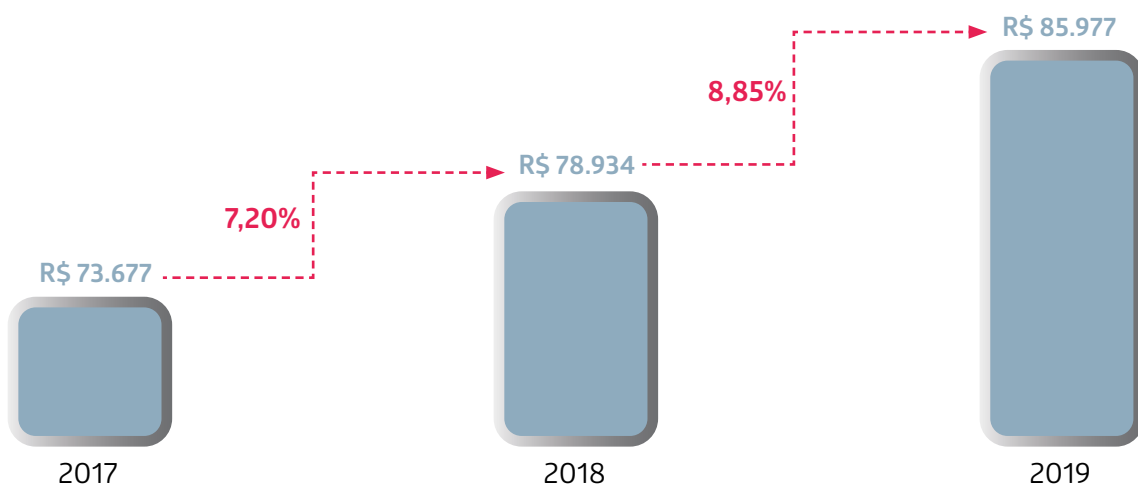
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em Reais



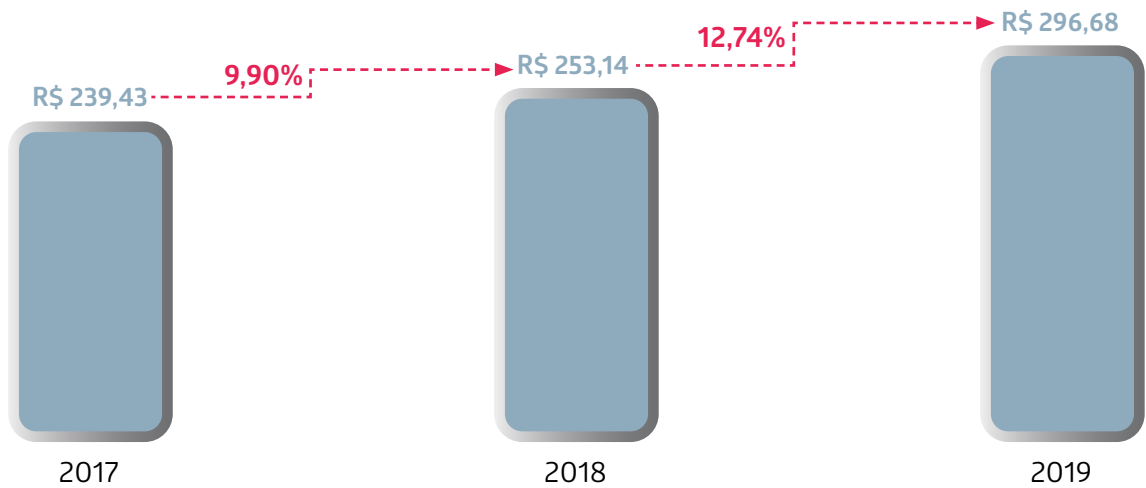
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em R\$ milhões



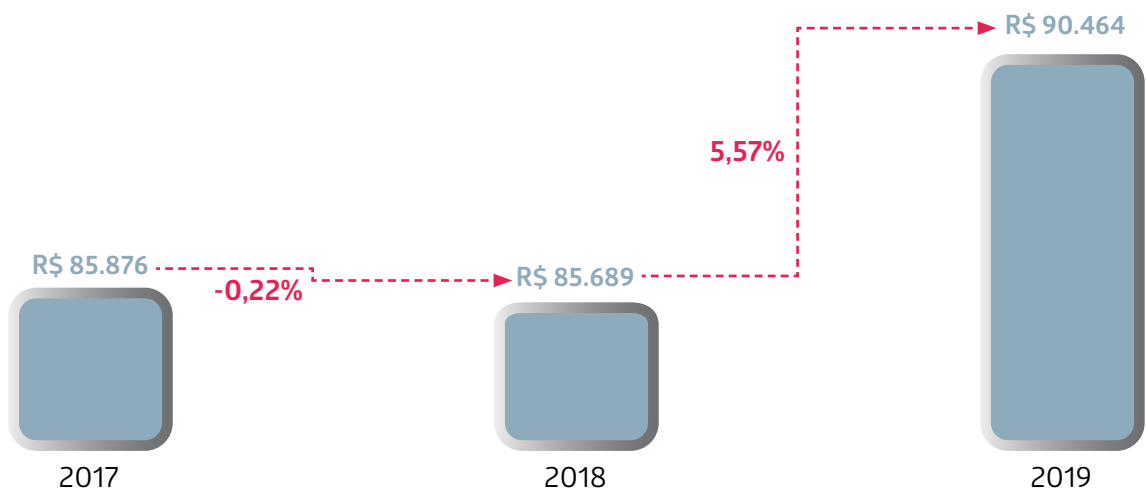
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em Reais



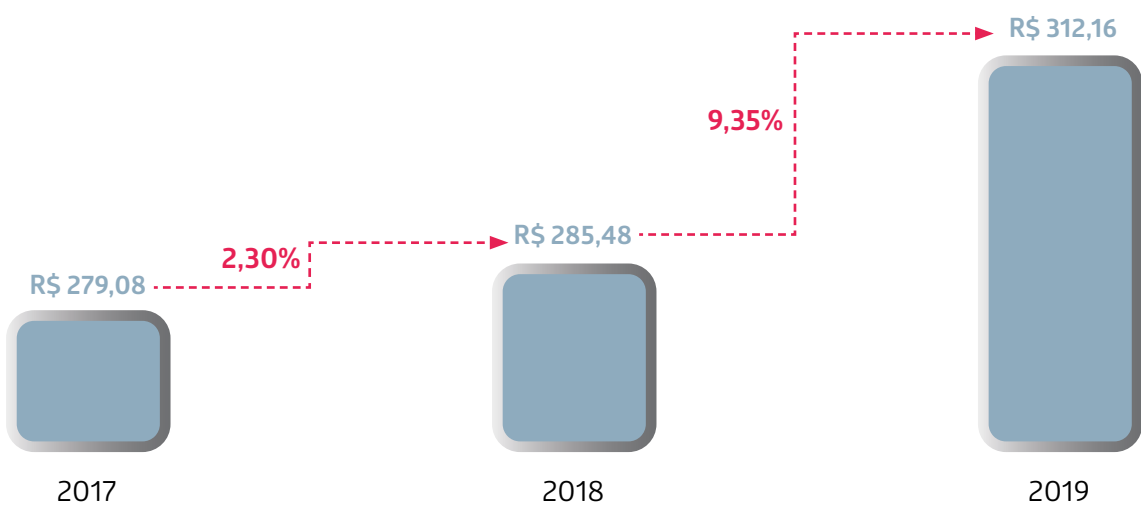
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

Valores em R\$ milhões



CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

Valores em Reais



FEAS BÁSICO 414
FEAS PAMC 3.006
NOVO FEAS 9.434

12.854

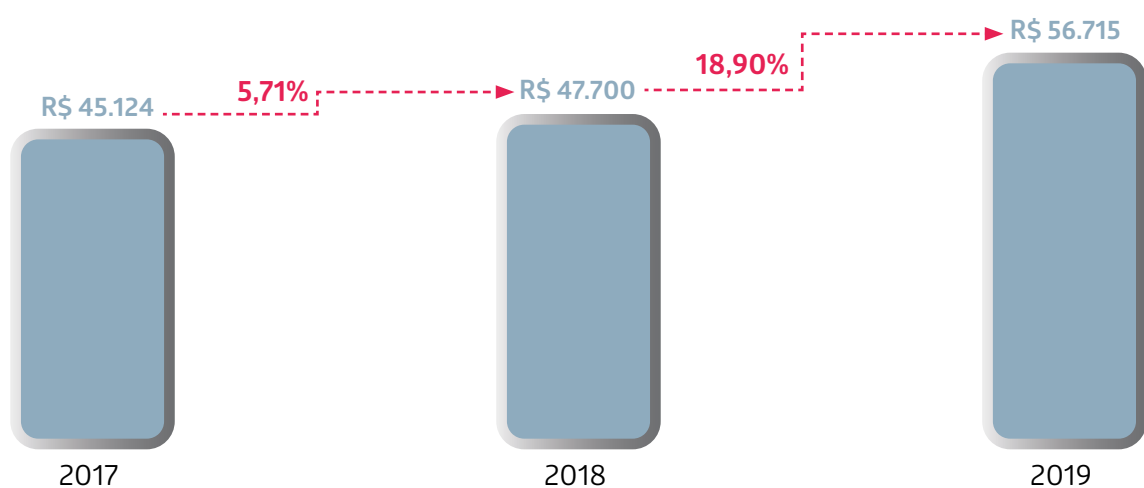
Custeador
Feas e
Beneficiários

Público

■ Aposentados e Pensionistas dos Grupos B e C, assistidos por planos de previdência administrados pelo Economus, e seus dependentes diretos.

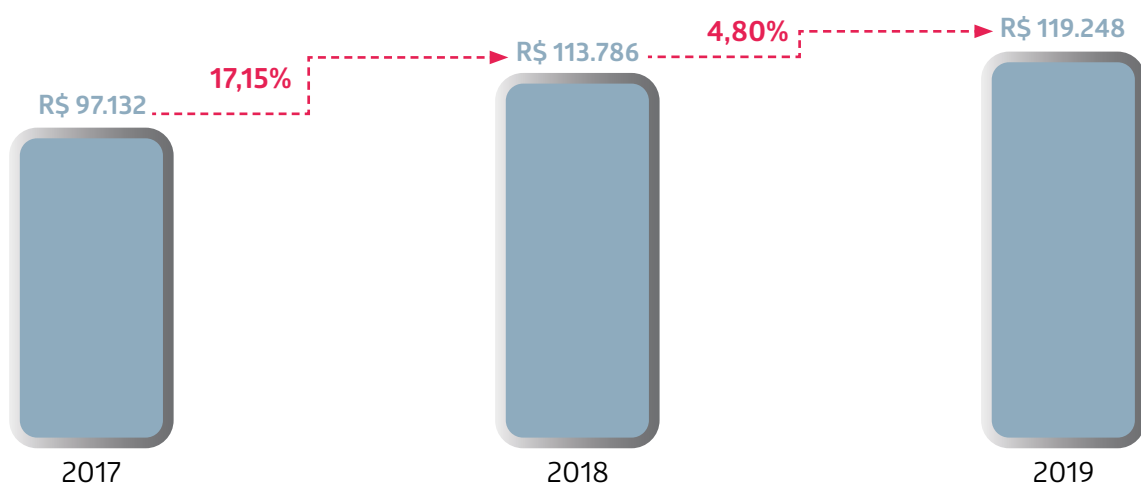
EVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



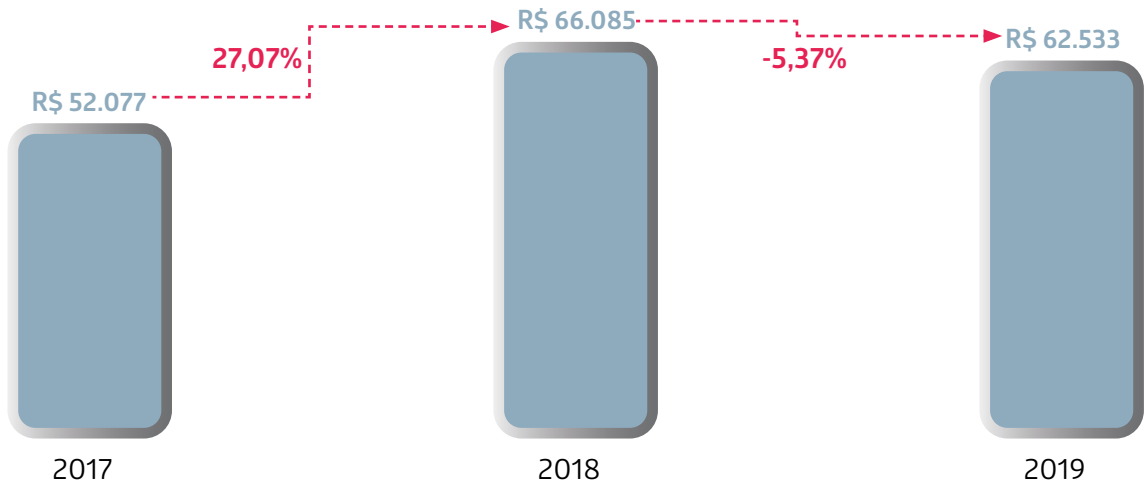
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



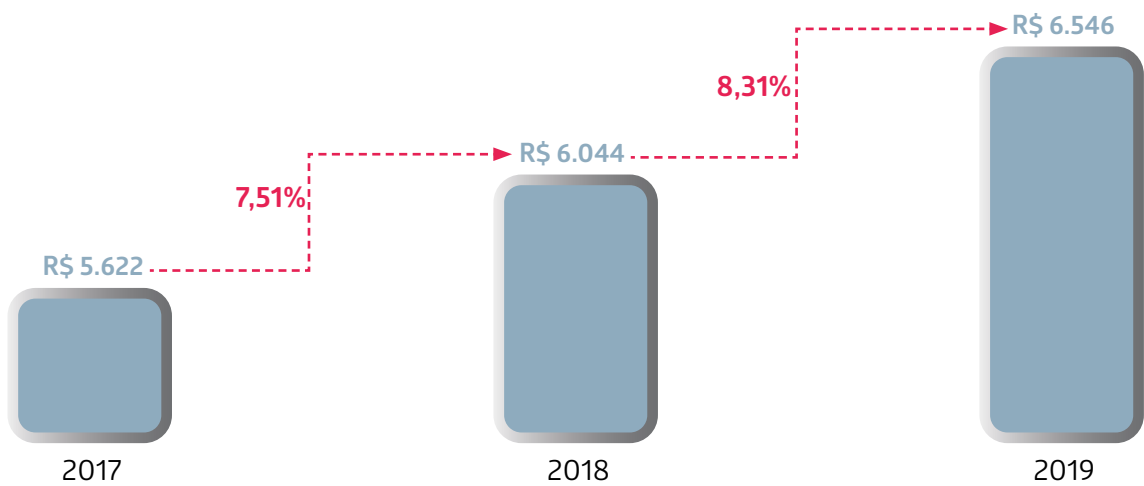
EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO FUNDO FEAS - Despesas Assistenciais

Valores em R\$ milhões



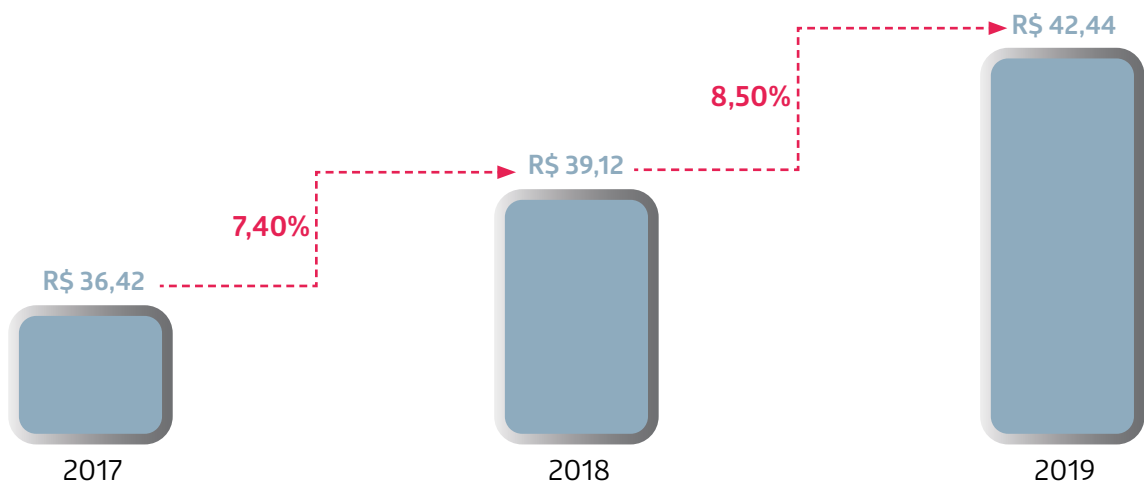
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em R\$ milhões



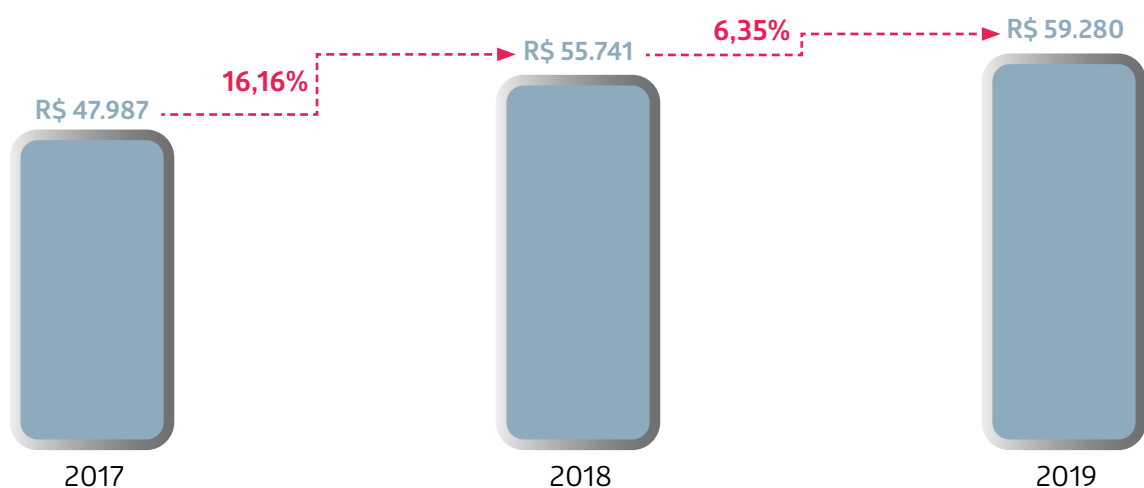
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em Reais



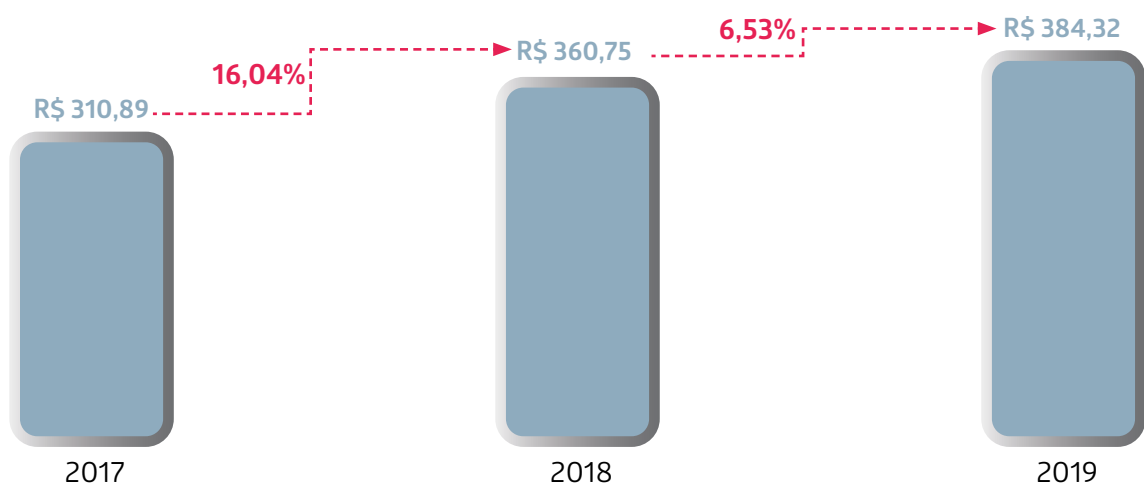
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em R\$ milhões



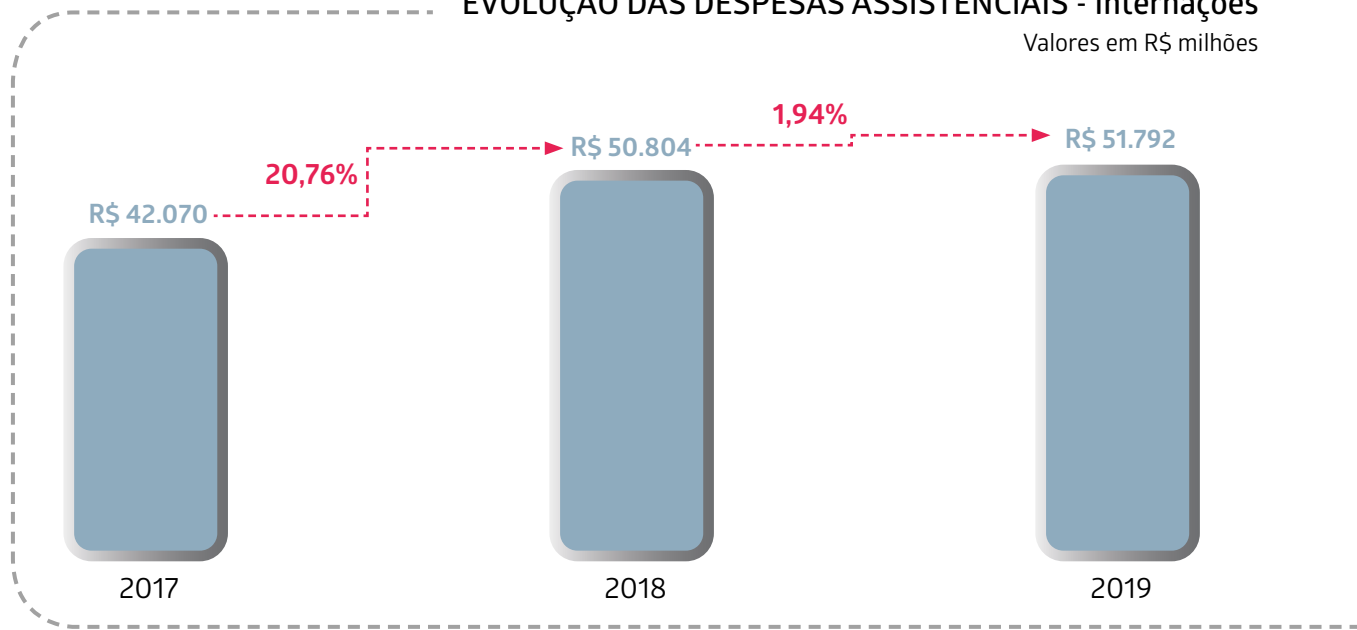
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em Reais



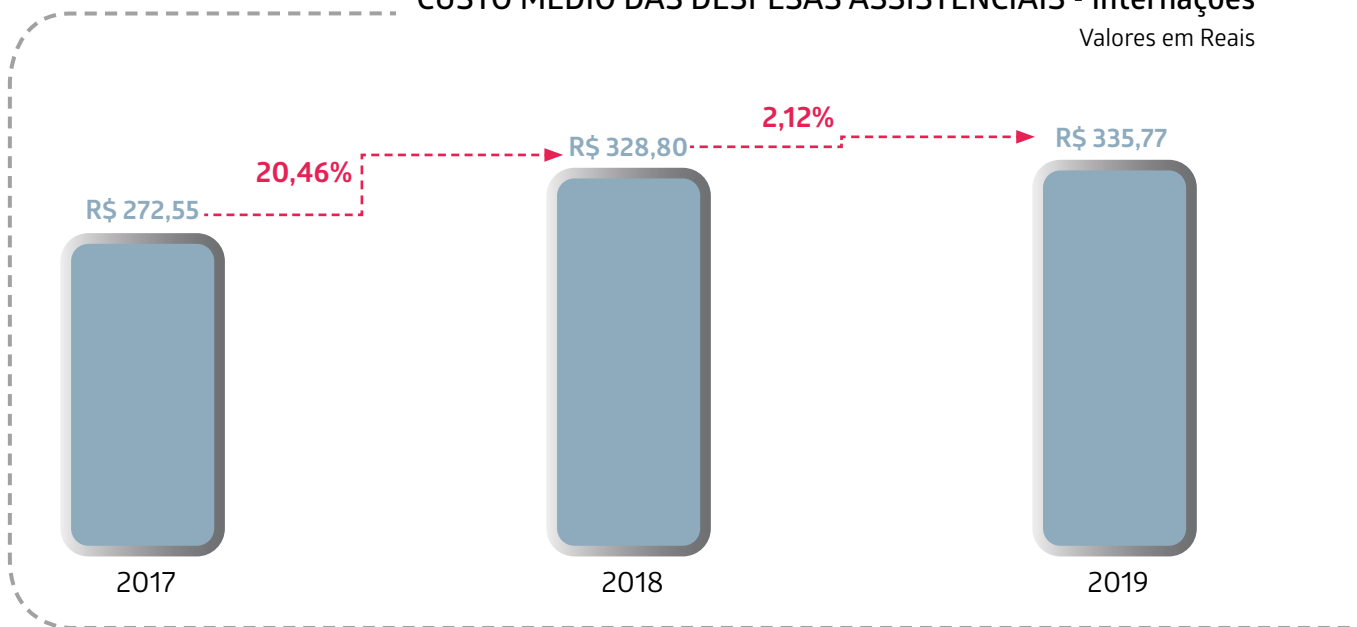
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

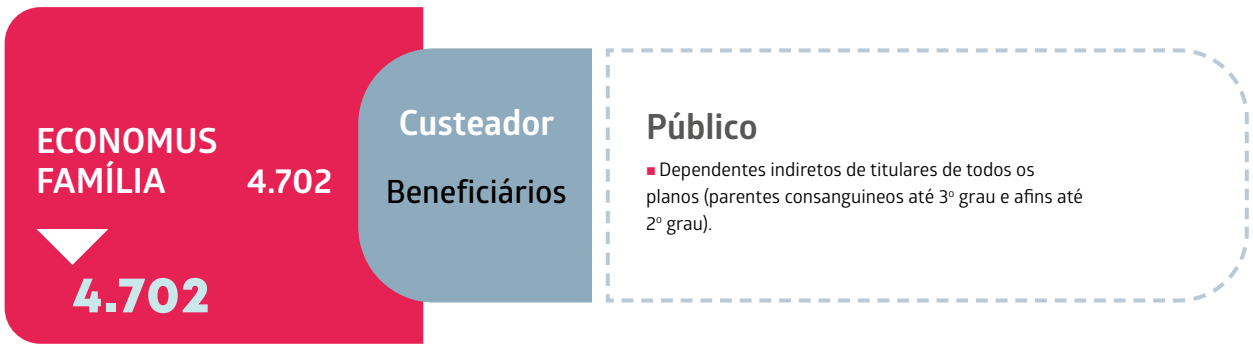
Valores em R\$ milhões



CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

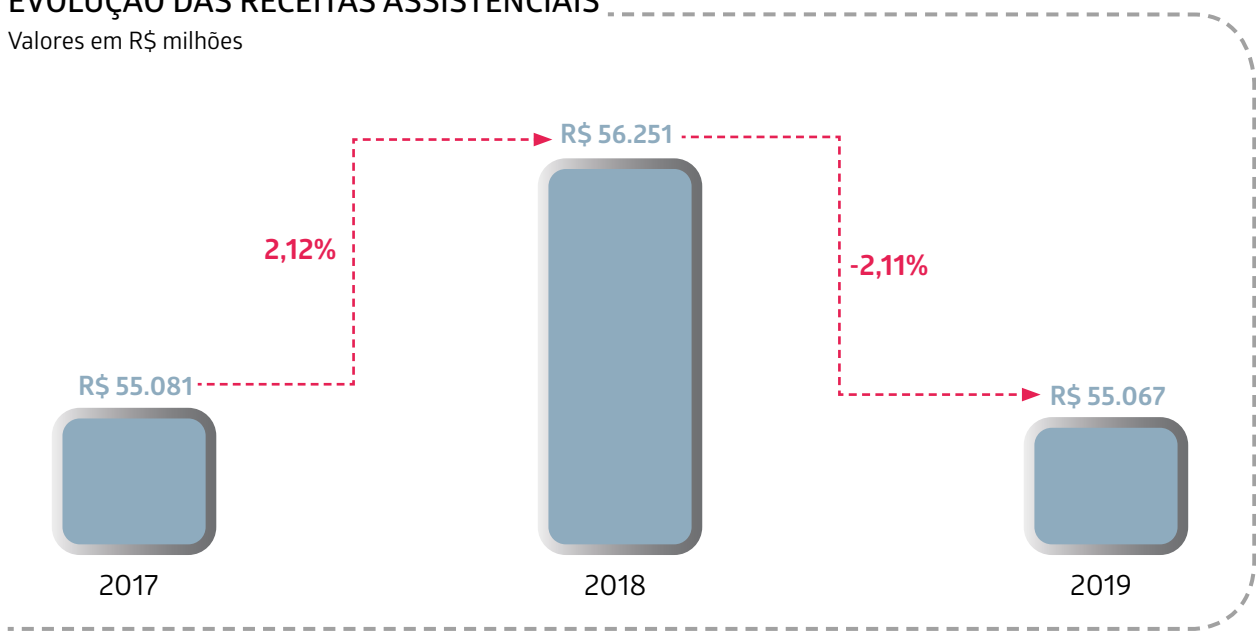
Valores em Reais





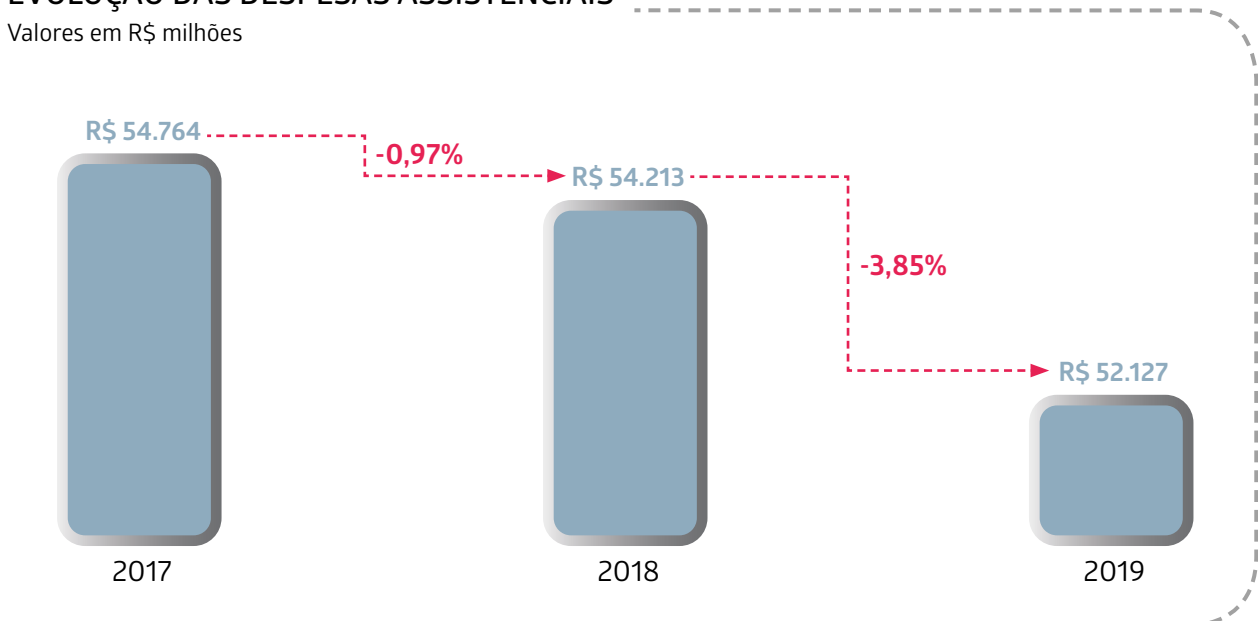
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



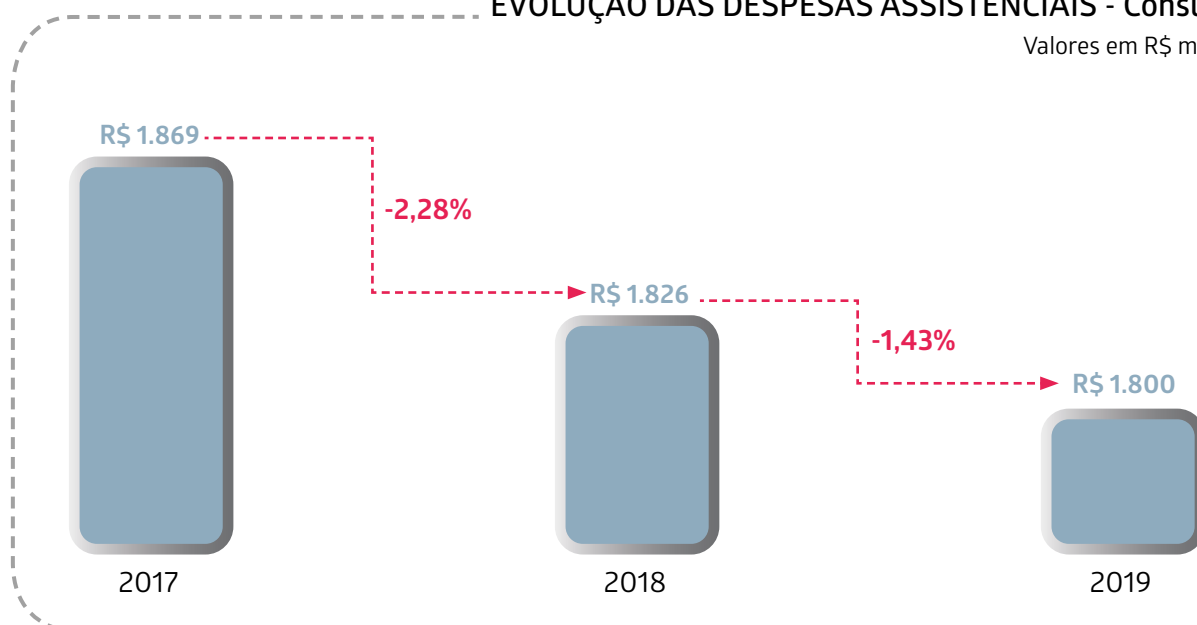
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



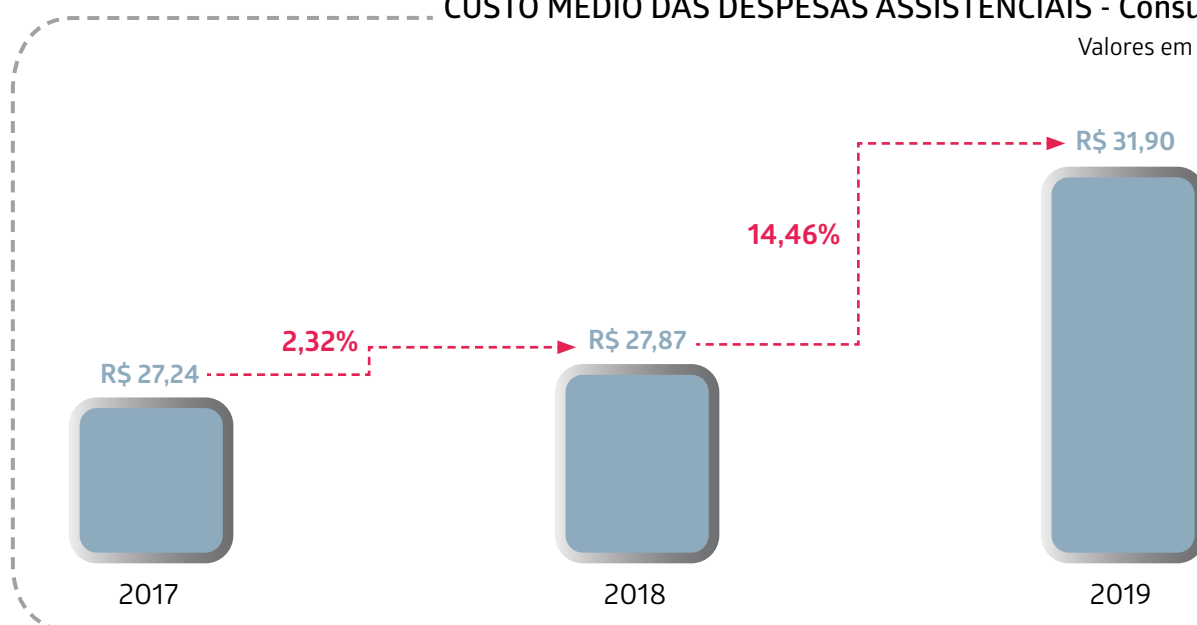
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em R\$ milhões



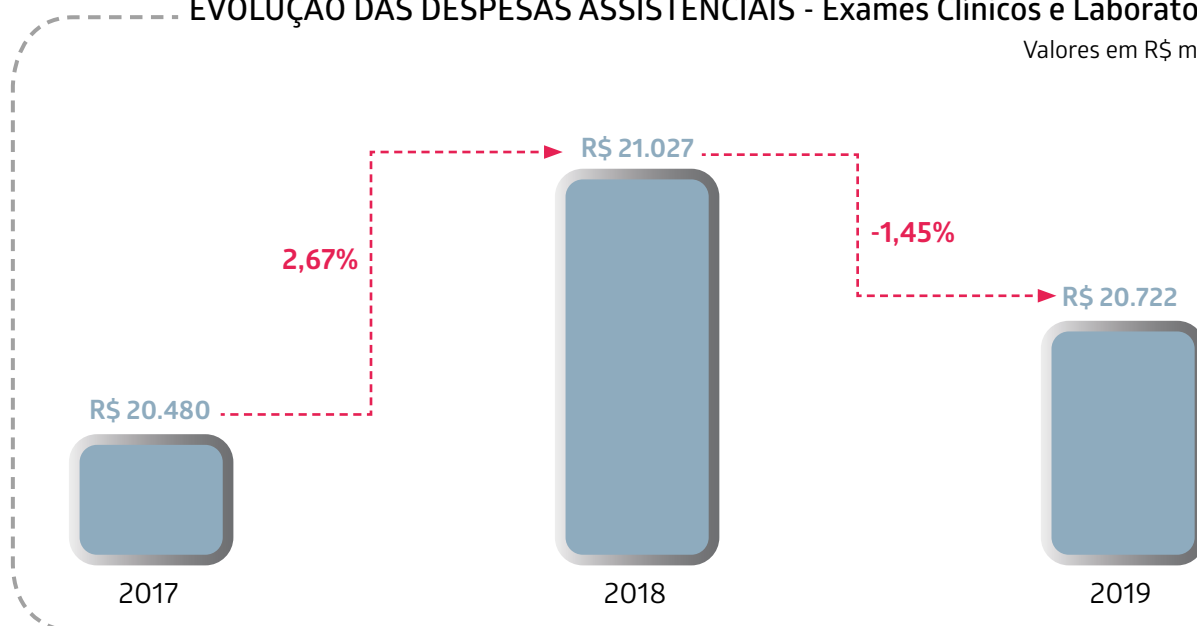
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em Reais



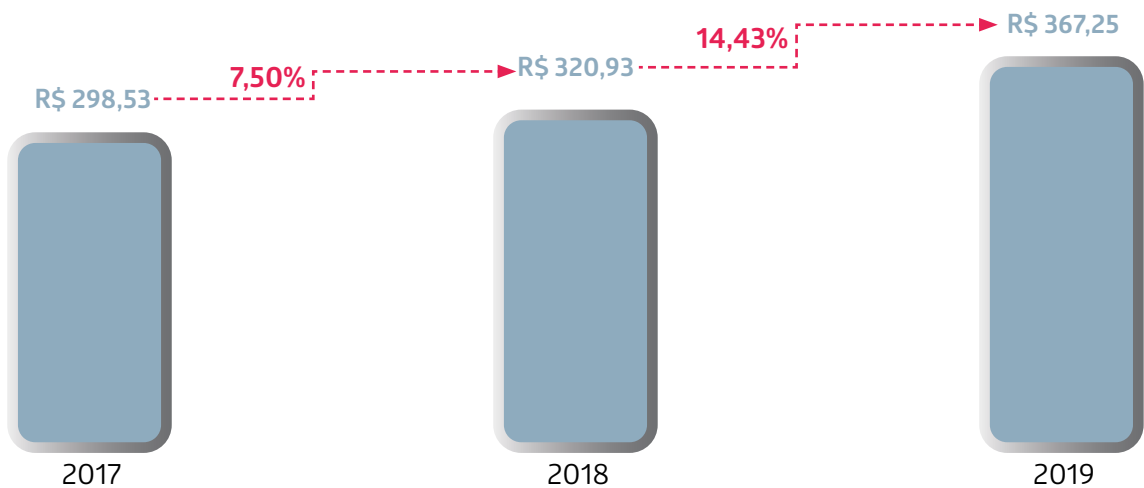
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em R\$ milhões



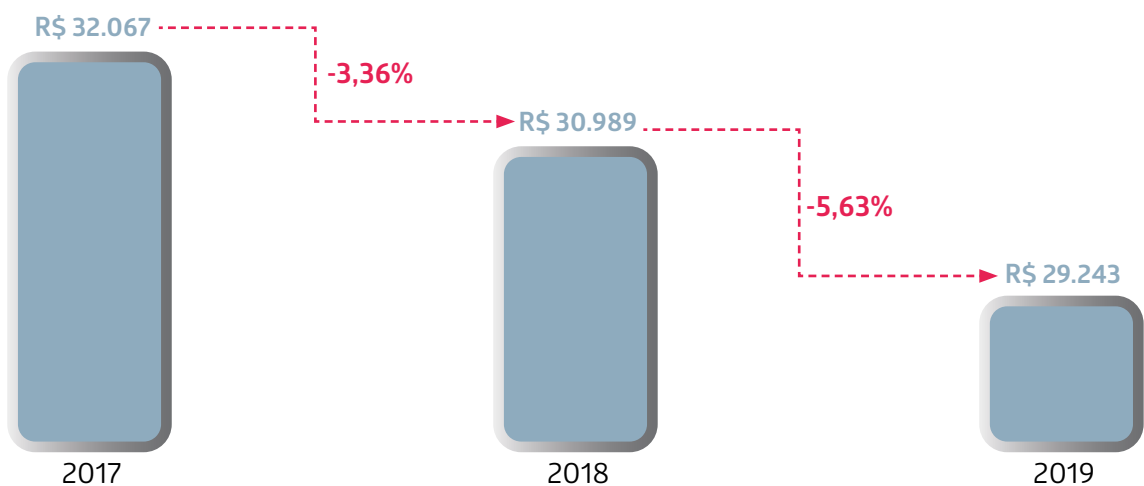
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em Reais



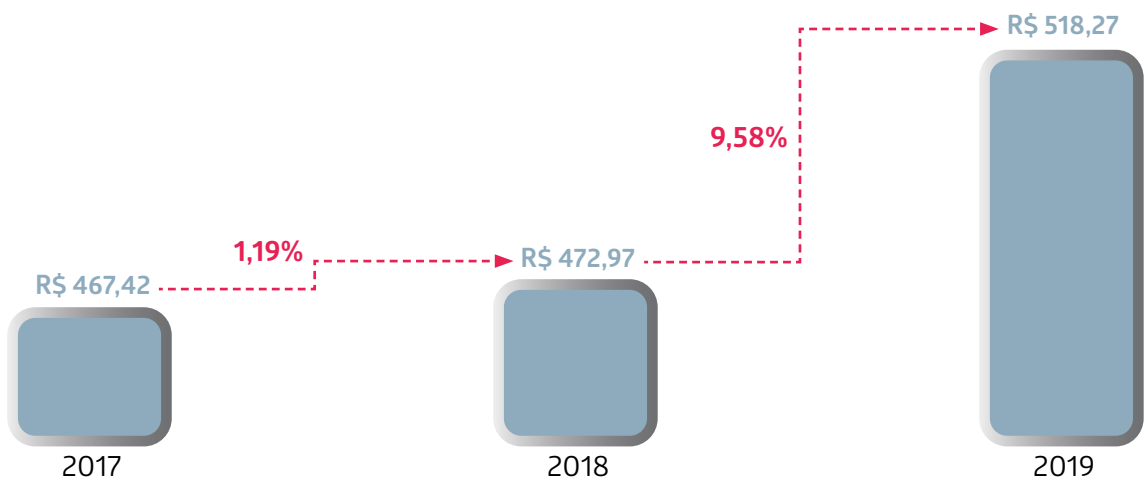
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

Valores em R\$ milhões



CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

Valores em Reais



ECOSAÚDE II 369

369

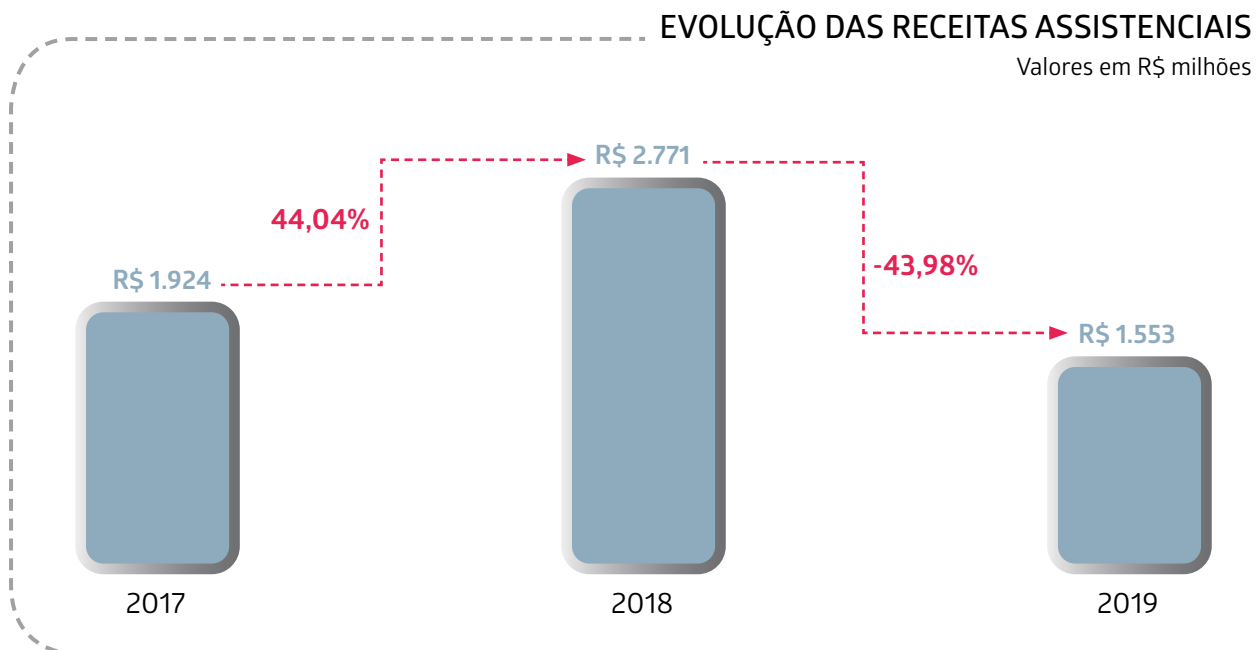
Custeador
Economus e
Beneficiários

Público

■ Empregados do Economus.

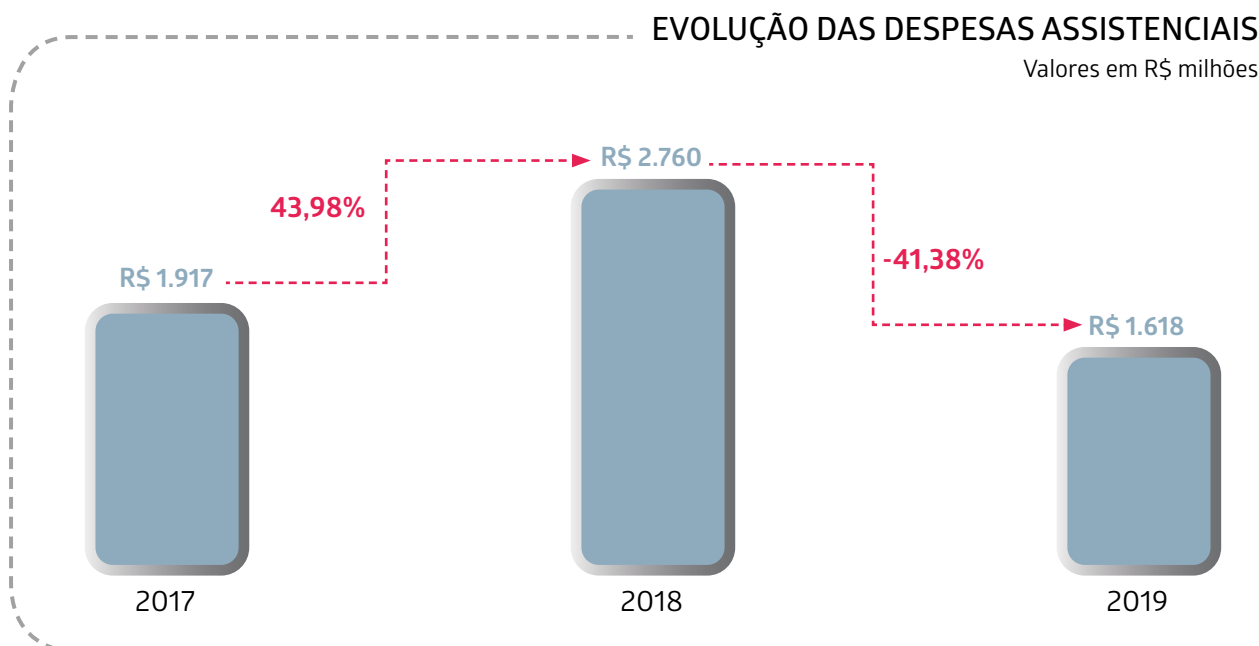
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



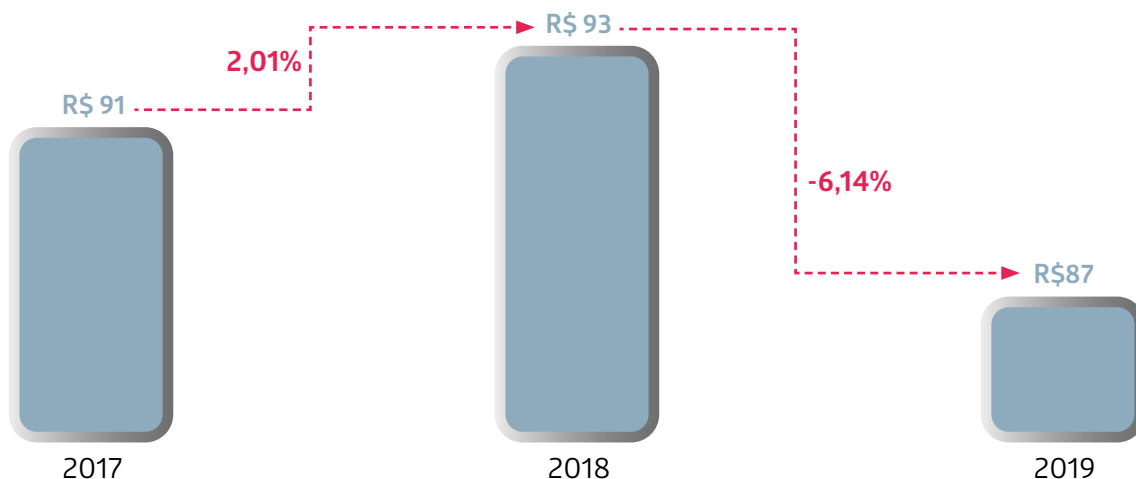
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões



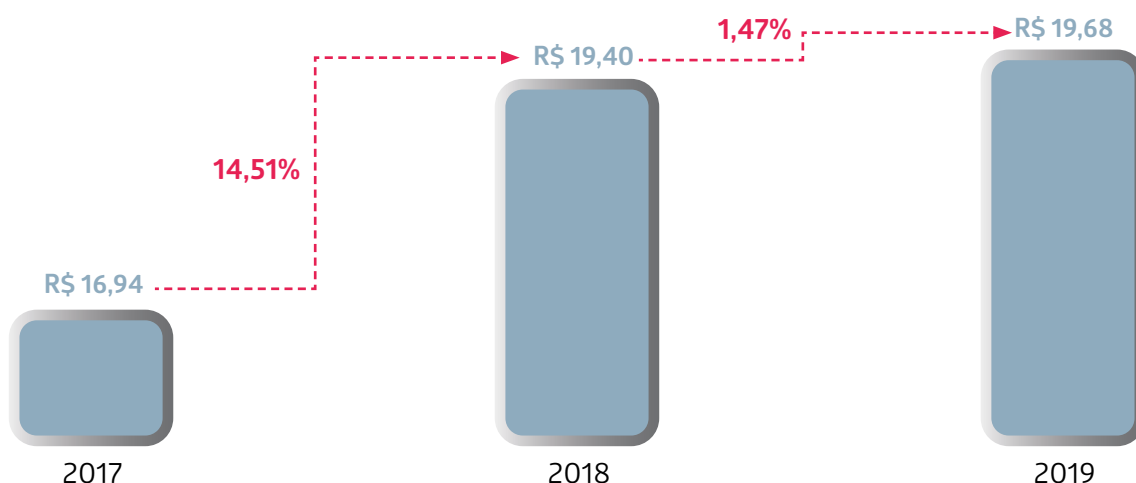
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em R\$ milhares



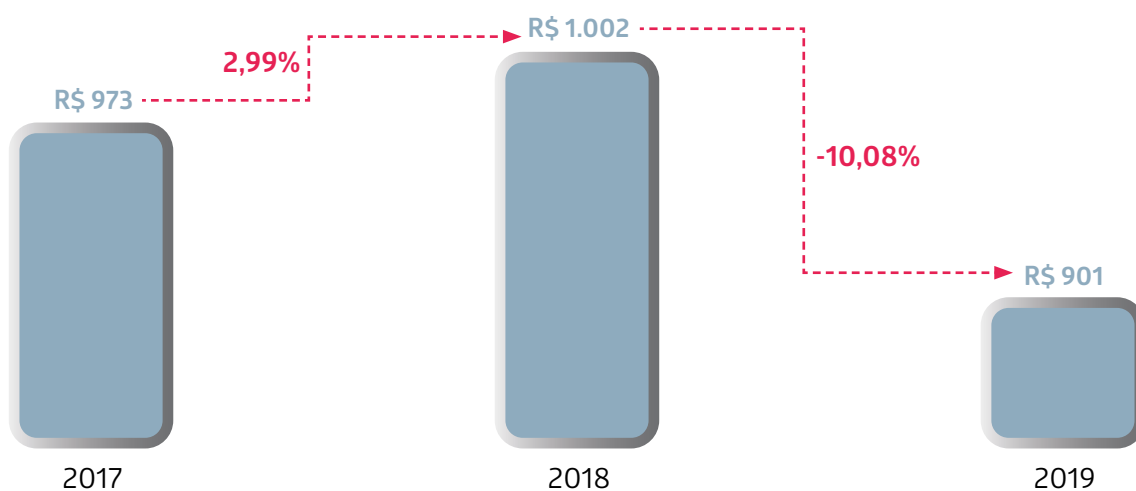
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Consultas

Valores em Reais



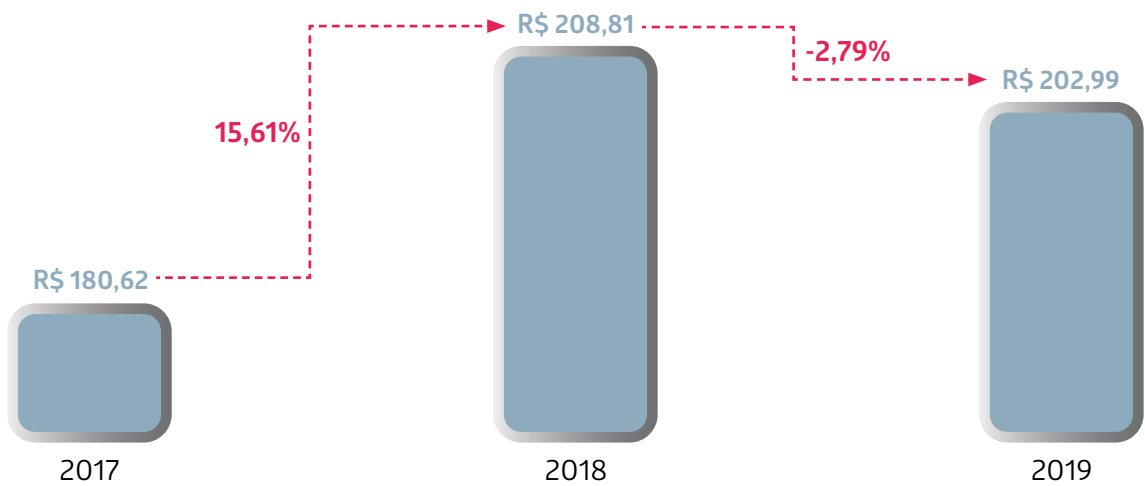
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em R\$ milhões



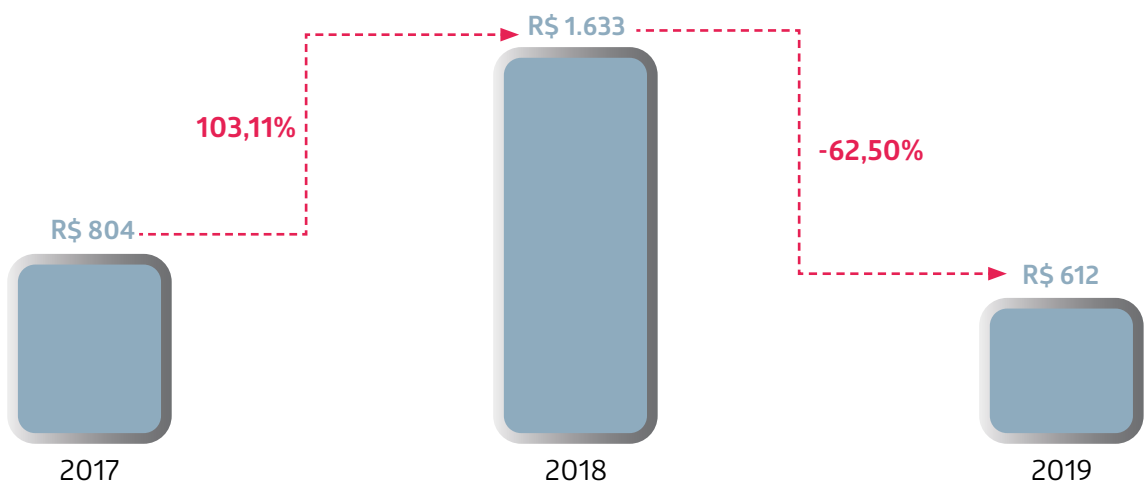
CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Exames Clínicos e Laboratoriais

Valores em Reais



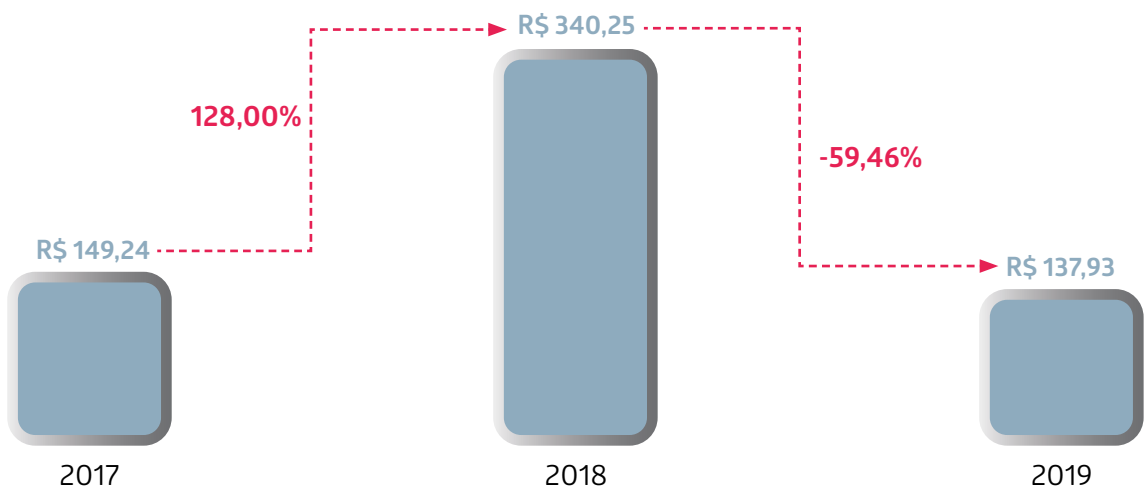
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

Valores em R\$ milhões



CUSTO MÉDIO DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS - Internações

Valores em Reais



8

Comunicação, Relacionamento e Ouvidoria

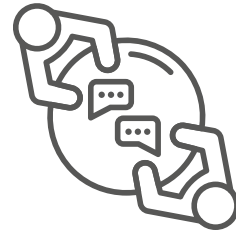
Participantes Virginia Lucia A. C. de Cristo (esquerda), Maria Augusta Paes de Souza (centro) e Rosana Rossi Cascapera (direita) no Terraço Economus



1.319.082
visualizações
no site



142.524
atendimentos
realizados



Pesquisa de Satisfação

Nos preocupamos com a manutenção da qualidade e com o contínuo aprimoramento dos serviços oferecidos aos nossos participantes e beneficiários. Por isso, nada melhor do que ouvir quem utiliza nossos canais para ser atendido ou obter informações. Desta forma, realizamos, em março/2019, uma pesquisa de satisfação, conduzida pelo Grupo Datacenso, empresa com mais de 23 anos de experiência no segmento, feita por amostragem, com 601 pessoas, escolhidas aleatoriamente, entre participantes ativos, aposentados e pensionistas, com os seguintes objetivos:

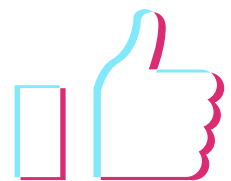
- Aferir o grau de satisfação em relação ao Economus de maneira geral;
- Mapear a utilização dos canais de Relacionamento;
- Mensurar a satisfação quanto aos canais de Relacionamento;
- Examinar a utilização dos canais de Comunicação;
- Medir a satisfação quanto aos canais de Comunicação;
- Determinar a qualidade da informação publicada.

A margem de erro geral da pesquisa foi de 4% e o grau de confiança, 95%.

ÍNDICE GERAL DE SATISFAÇÃO
COM A QUALIDADE
DOS PRODUTOS OFERECIDOS
E SERVIÇOS PRESTADOS
PELO ECONOMUS

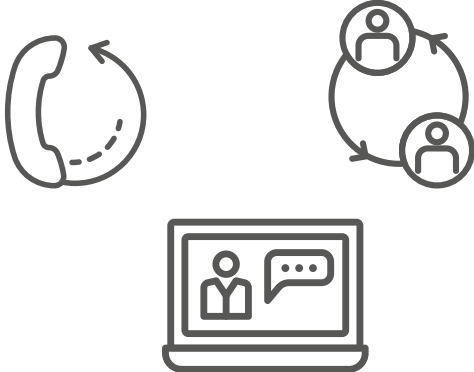


80% entre
SATISFEITOS
e MUITO SATISFEITOS.



NOSSOS CANAIS DE RELACIONAMENTO E DE COMUNICAÇÃO

CENTRAL DE RELACIONAMENTO – TELEFONE
ATENDIMENTO PRESENCIAL
ATENDIMENTO ELETRÔNICO - E-MAIL
AUTOATENDIMENTO DO SITE



SITE
FACEBOOK
E-MAIL MARKETING
APLICATIVO



RESULTADOS SOBRE COMUNICAÇÃO

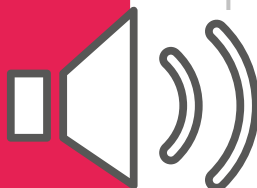
CANAL DE COMUNICAÇÃO
MAIS UTILIZADO
PARA OBTER INFORMAÇÕES:
SITE 80%



COMPARATIVO
PESQUISA ANTERIOR X ATUAL:
70% X 80%.

CRESCIMENTO DE 10%

GRAU MÉDIO DE SATISFAÇÃO
COM A COMUNICAÇÃO
DO ECONOMUS:
72% ENTRE
BOA E ÓTIMA



COMPARATIVO
PESQUISA ANTERIOR X ATUAL:
67% X 72%.

CRESCIMENTO DE 5%



RESULTADOS SOBRE RELACIONAMENTO

64%

DOS PARTICIPANTES

UTILIZOU ALGUM DE NOSSOS
CANAIS DE RELACIONAMENTO
NOS ÚLTIMOS 12 MESES



COMPARATIVO
PESQUISA ANTERIOR X ATUAL:
71% X 64%.

QUEDA DE 7%

A queda na utilização dos canais de Relacionamento pode ser explicada, em partes, por melhorias e avanços tecnológicos, que permitem que participantes e beneficiários resolvam algumas de suas solicitações por conta própria, sem a necessidade de entrar em contato conosco:

- Implantação de versão responsiva no autoatendimento;

- Inclusão de novas funcionalidades no autoatendimento, como no simulador de aposentadoria;
- Melhorias na Unidade de Resposta Audivel - URA da Saúde para possibilitar que o beneficiário consiga resolver mais solicitações por conta própria;
- Reestruturação do site do Economus, facilitando o acesso a informações.

GRAU MÉDIO DE SATISFAÇÃO
COM OS CANAIS DE
RELACIONAMENTO
E COM O ATENDIMENTO RECEBIDO:

91% ENTRE
**SATISFEITOS
E MUITO SATISFEITOS**



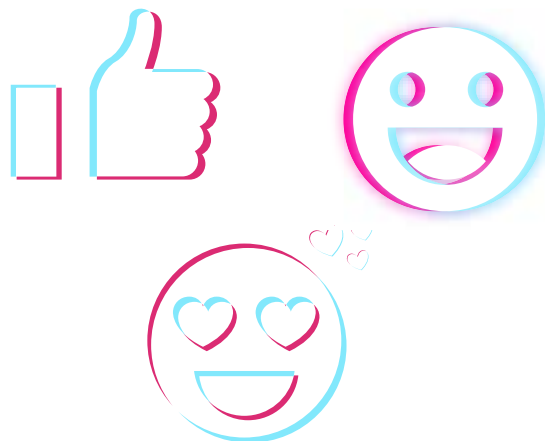
COMPARATIVO
PESQUISA ANTERIOR X ATUAL:
88% X 91%.

MELHORIA DE 3%

88% ESTÃO SATISFEITOS COM O
TEMPO DE RESPOSTA ÀS CONSULTAS

95% ESTÃO SATISFEITOS COM O
RESPEITO, CORDIALIDADE E EMPATIA
DOS PROFISSIONAIS

92% ESTÃO SATISFEITOS COM O
CONHECIMENTO TÉCNICO E RESOLUTIVIDADE
DOS PROFISSIONAIS



Comunicação

Nosso processo de comunicação é planejado e desenvolvido de maneira personalizada para atender e alcançar cada um de nossos variados públicos-alvo, respeitando suas peculiaridades e necessidades.



CONHECENDO OS PÚBLICOS E SUAS PREFERÊNCIAS

Além de compreender melhor o comportamento e as preferências de nossos públicos-alvo, por meio de pesquisas e análises, também estamos atentos às tendências e aos avanços tecnológicos. Desta forma, buscamos aprimorar, continuamente, nossos canais de comunicação, ampliar o alcance de nossas publicações, e transmitir, de maneira trans-

parente e lúdica, as informações adequadas a cada um dos públicos de interesse.

Para isso, realizamos constantes pesquisas de *benchmark* com outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar e participamos de fóruns e grupos de trabalho, em instituições como Unidas e Abrapp.



SITE: NOSSO PRINCIPAL CANAL DE COMUNICAÇÃO

Conforme apontado na Pesquisa de Satisfação, nosso site é a principal fonte de informações. Após rigorosas análises e estudos comparativos, detectamos que ele não atendia de maneira satisfatória aos nossos objetivos.

Assim, em março/19, lançamos um novo portal, contendo informações detalhadas sobre nossos planos e produtos, notícias, acesso à rede credenciada, clube de benefícios, e publicações, tudo apresentado de forma mais moderna, organizada e intuitiva.

Além disso, nosso novo site é responsivo, ou seja, pode ser acessado de qualquer dispositivo (celula-

res, *tablets*, notebooks e etc.), sem que a navegação e a visualização sejam prejudicadas.

O autoatendimento também está mais fácil de ser localizado. Assim, você pode conhecer todos os serviços disponíveis e conseguirá resolver diversas de suas solicitações rapidamente, por conta própria, sem a necessidade de contatar o Instituto.

Para acompanhar o lançamento do novo portal, nossa marca também passou por uma modernização, trazendo cores mais leves e um logo revitalizado, seguindo as tendências de mercado, mas sem perder nossa identidade.



VISUALIZAÇÕES NO SITE: **1.319.082**



VISUALIZAÇÕES ÚNICAS: **936.429**



MÉDIA/DIA:

2.565

MATÉRIAS PUBLICADAS:

93



INSTITUCIONAL: **47**

SAÚDE: **27**

PREVIDÊNCIA: **16**

ELEIÇÕES: **3**

MÉDIA/MÊS:

CERCA DE **8**



APLICATIVO ECONOMUS

Em 2018, a Pesquisa de Satisfação apontou que 62% dos participantes considerava importante que tivéssemos um aplicativo para smartphone.

Desta forma, em junho/19, lançamos o Aplicativo Economus, para as plataformas Android e iOS, contemplando, inicialmente, apenas serviços relacionados aos planos de saúde:

- Carteirinha virtual;
- Busca da rede credenciada;
- Autorizações médicas;
- Informações financeiras.

Para o primeiro semestre de 2020, está previsto o lançamento da segunda fase, com a inserção de serviços relacionados à previdência.

INSTALAÇÕES



ANDROID:
3.970



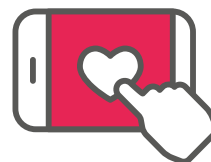
IOS:
1.523

TOTAL:
5.493

PÁGINA OFICIAL NO FACEBOOK

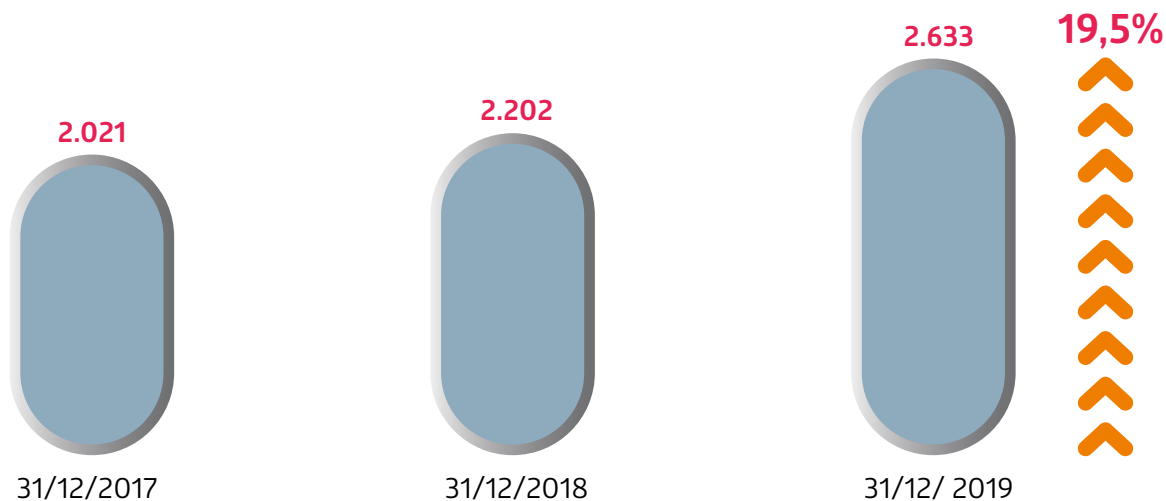


CURTIDAS NA PÁGINA: **2.633**
POSTAGENS: **145**



[CURTA NOSSA PÁGINA OFICIAL NO FACEBOOK](#)

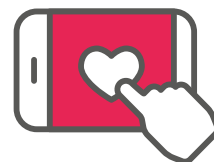
QUANTIDADE DE CURTIDAS



CANAL NO YOUTUBE



INSCRITOS NO CANAL: **1.006**



VÍDEOS PUBLICADOS EM 2019: **4**



[CURTA NOSSO CANAL OFICIAL NO YOUTUBE](#)

BOLETINS MENSAIS DE RESULTADOS

Mensalmente, publicamos e enviamos por e-mail os [Boletins de Resultados](#), que trazem informações dos planos de previdência e saúde, além dos retornos dos investimentos.

Em 2019, repaginamos este material, tornando-o interativo, em formato de revista digital, e alinhado à nossa nova identidade visual.



Relacionamento

ALÉM DO ATENDIMENTO

Mais do que atender, a Central de Relacionamento do Economus se empenha em acolher de forma tempestiva e qualificada as demandas recepcionadas em cada canal de contato. Para isso, contamos

com uma equipe multidisciplinar, preparada para prestar assistência sobre temas relacionados à previdência, saúde, empréstimos e outros serviços.

Atendemos:



Para viabilizar os atendimentos, existem os canais: presencial, telefônico e eletrônico (e-mail e Fale Conosco).

Atendemos em horário comercial e, para urgências e emergências médicas, há o serviço de plantão, que funciona 24 horas:

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA:

- das 7h às 19h - atendimentos telefônicos;
- das 9h às 18h - atendimentos eletrônicos;
- das 9h às 17h - atendimentos presenciais;
- das 19h às 7h - plantão para urgências e emergências médicas.

SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS:

- 24 horas - plantão para atendimentos exclusivos de urgências e emergências médicas.

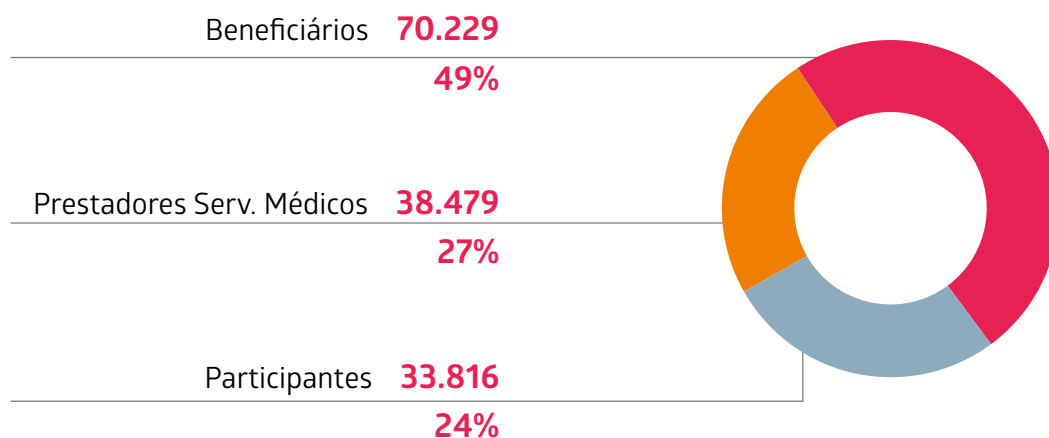


DADOS QUE FALAM SOBRE NÓS

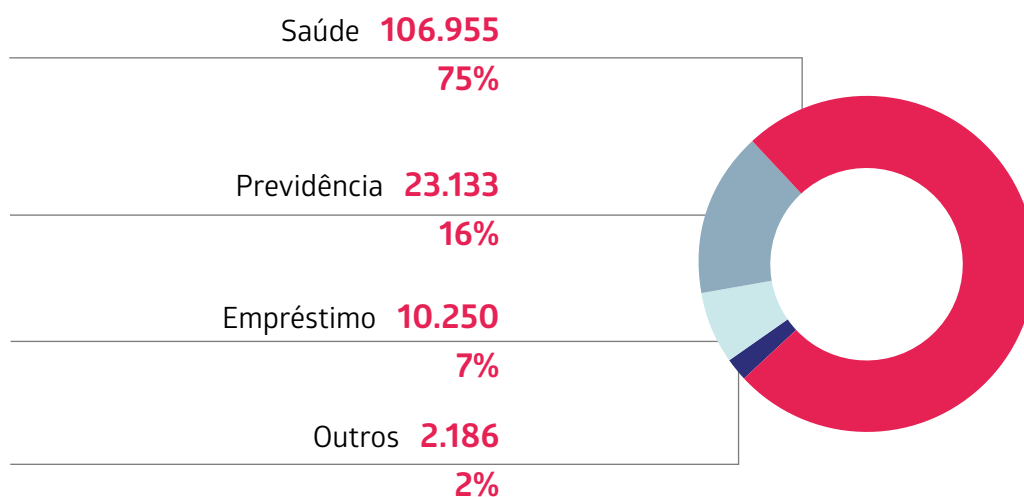
Ao todo, em 2019, a Central de Relacionamento realizou **142.524** atendimentos, o que representa uma média de 11,8 mil por mês.

Deste montante, 38.479 (27%) foram atendimentos a prestadores de serviços da rede credenciada; 33.816 (24%) a participantes dos planos de previdência; e 70.229 (49%) a beneficiários de nossos planos de saúde.

TOTAL ATENDIMENTOS POR PÚBLICO



TOTAL ATENDIMENTOS POR SEGMENTO



Considerando os segmentos de saúde e previdência, elencamos a seguir os principais motivos de acionamento, que representam 55% do total de atendimentos realizados ao longo do ano:

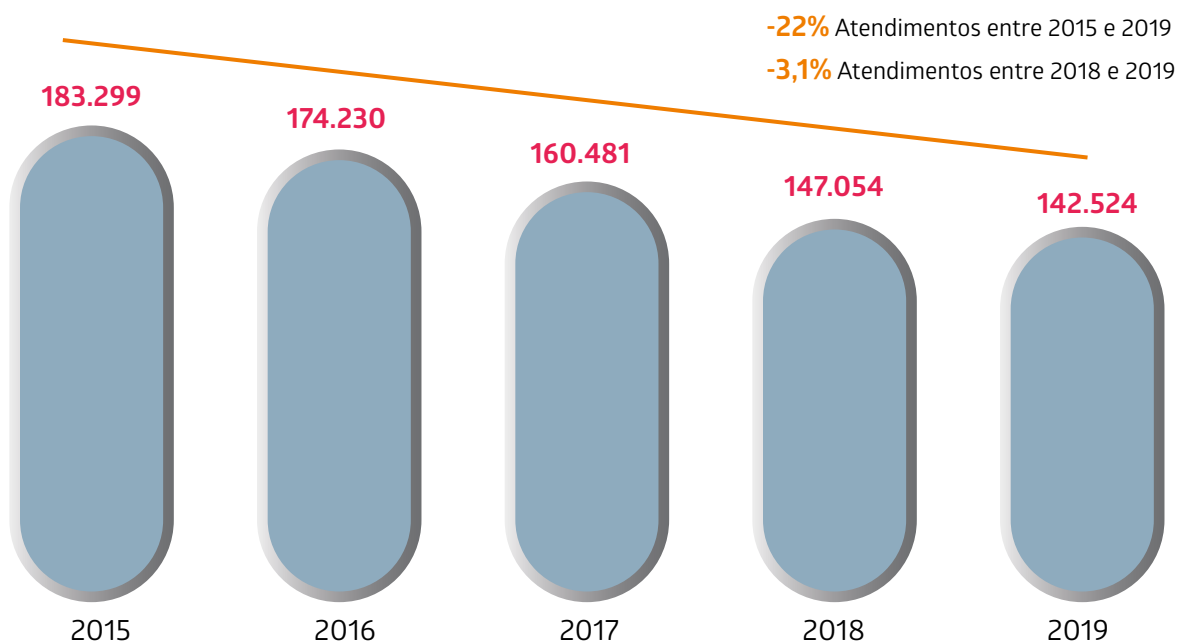
Segmento	Principais Temas Atendidos por Segmento	Volume
Saúde	Autorizações de procedimentos, como exames, internações e terapias	32.898
	Cadastro: inclusões, carteirinhas e cancelamentos	12.397
	Mensalidade dos planos de saúde: cobrança e esclarecimentos	8.288
	Indicação de rede credenciada	5.547
	Total	59.130
Previdência	Adesão, simulação, concessão e renovação de crédito	6.346
	Imposto de Renda: Informes de Rendimentos	3.582
	Simulações para concessão de benefícios	3.359
	Saldo devedor, parcelas e quitação de empréstimos	2.978
	Folha de benefícios previdenciários e holerites	2.935
	Total	19.200

Como consequência de melhorias empreendidas nos últimos anos em várias frentes, como processos de trabalho, plataformas de autoatendimento e intensificação das ações de comunicação e relacio-

namento, em 2019, o volume de acionamentos foi 3,18% menor em relação ao ano anterior.

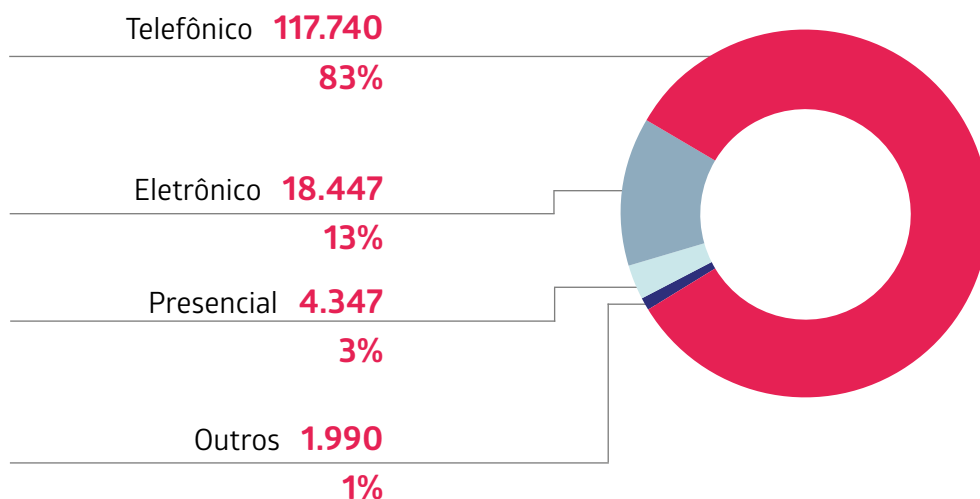
No gráfico a seguir é possível observar a redução ao longo dos últimos anos:

TOTAL DE ATENDIMENTOS POR ANO



Conheça agora os principais números em cada canal de relacionamento:

CANAIS DE RELACIONAMENTO



CANAL TELEFÔNICO

Com 83% do total de atendimentos realizados, este continua sendo o canal mais utilizado, principalmente por aposentados e pensionistas, além dos prestadores da rede credenciada.

Contatos receptivos

Dos 117.740 atendimentos realizados no canal telefônico, 107.685 foram chamadas receptivas.

Contatos ativos

Em 2019, foram realizadas 10.055 ligações aos participantes e/ou beneficiários, para antecipar informações ou orientá-los sobre os mais variados produtos ou serviços.

CANAIS ELETRÔNICOS

Com o avanço das tecnologias, os participantes estão mais familiarizados com as ferramentas digitais, usando-as cada vez mais para encaminhar suas solicitações.

Em 2019, tivemos 18.447 consultas por e-mail, o que representa 13% do total de atendimentos, sendo cerca de 1.537 acionamentos por mês. Responderemos 82% dos e-mails recebidos no prazo de até 24h.

Fale Conosco

Em nosso site, existe uma área exclusiva para o relacionamento com os participantes. Trata-se do serviço [Fale Conosco](#), que também oferece respostas rápidas às dúvidas mais comuns.

Essa funcionalidade permite o imediato direcionamento do assunto à equipe especializada, agregando mais eficiência ao processo de atendimento.

Em 2020, o Fale Conosco deverá substituir definitivamente o atendimento realizado por e-mail.



CANAL PRESENCIAL

O atendimento presencial, realizado na sede do Economus, presta informações e consultorias gerais sobre planos de previdência, saúde, empréstimos, entre outros.

Em 2019, recebemos 4.347 visitantes. Esse volume representa 3% do total de atendimentos.

Agendamento

Na aba de Relacionamento de nosso site, também é possível [agendar um horário para atendimento](#). O interessado define o horário e o tema que vai tratar conosco e nossa equipe se prepara antecipadamente para recebê-lo.

Esta iniciativa beneficia, principalmente, os participantes ativos que, por trabalharem em horário comercial, precisam de um atendimento programado.

CONTROLAMOS A QUALIDADE DO ATENDIMENTO

Para manter os níveis de qualidade, há um rigoroso acompanhamento do serviço prestado. Conheça, a seguir, os principais indicadores de desempenho de nossa Central de Relacionamento:

Tempestividade

94% do total de acionamentos foram solucionados em até 24 horas.

Resolutividade

84% das demandas são solucionadas no primeiro nível de atendimento, ou seja, na própria Central.

Os casos que não podem ser resolvidos no primeiro nível de atendimento precisam ser encaminhados para avaliação técnica das áreas de negócios, mas as respostas são dadas respeitando-se rigorosamente os prazos previstos na legislação.

CAPACITAÇÃO

Trabalhamos, continuamente, na capacitação dos profissionais, investindo na qualificação da equipe, a fim de oferecer um atendimento personalizado, humanizado e resolutivo.

Em 2019, os profissionais da área de Relacionamento participaram de cursos que viabilizam a construção de relacionamentos positivos com os nossos participantes, entre outros assuntos fundamentais para o trabalho diário, somando um total de 2.191 horas de treinamento.

QUALIDADE E SATISFAÇÃO

A Central de Relacionamento possui um trabalho de monitoria da qualidade, que avalia o desempenho individual e coletivo dos profissionais, com o intuito de garantir a qualidade e a eficiência dos processos.

Por meio de pesquisa existente na plataforma multi-canal do Economus, a cada contato realizado, o interlocutor tem a oportunidade de avaliar o profissional que o atendeu e a qualidade da informação prestada.

Dos que registraram sua percepção quanto ao atendimento em cada canal:

95% ESTÃO **SATISFEITOS** COM O ATENDIMENTO TELEFÔNICO



89% CONSIDERAM

O ATENDIMENTO ELETRÔNICO

ÓTIMO E BOM



99,8% CONSIDERAM

O ATENDIMENTO PRESENCIAL

ÓTIMO E BOM



Ouvidoria

A Ouvidoria acolhe manifestações de beneficiários, participantes, empregados e terceiros que interagem conosco, em relação a casos que não tenham sido solucionados na Central de Relacionamento, possibilitando registros de reclamações e solicitações de reanálises de procedimentos de saúde.

No entanto, para acionamento da Ouvidoria, é necessário estar enquadrado em uma das situações a seguir:

- A solicitação não foi solucionada dentro do prazo estipulado; ou
- A resposta recebida não foi satisfatória.

Este canal tem como principal atribuição representar os legítimos interesses de nossos públicos, na busca de soluções às suas demandas, trabalhando de forma transparente, imparcial, clara e proativa. Observa rigorosamente as determinações legais, regulamentares e normativas que regem os serviços e benefícios ofertados por nós, garantindo, ainda, o direito de resposta às mani-

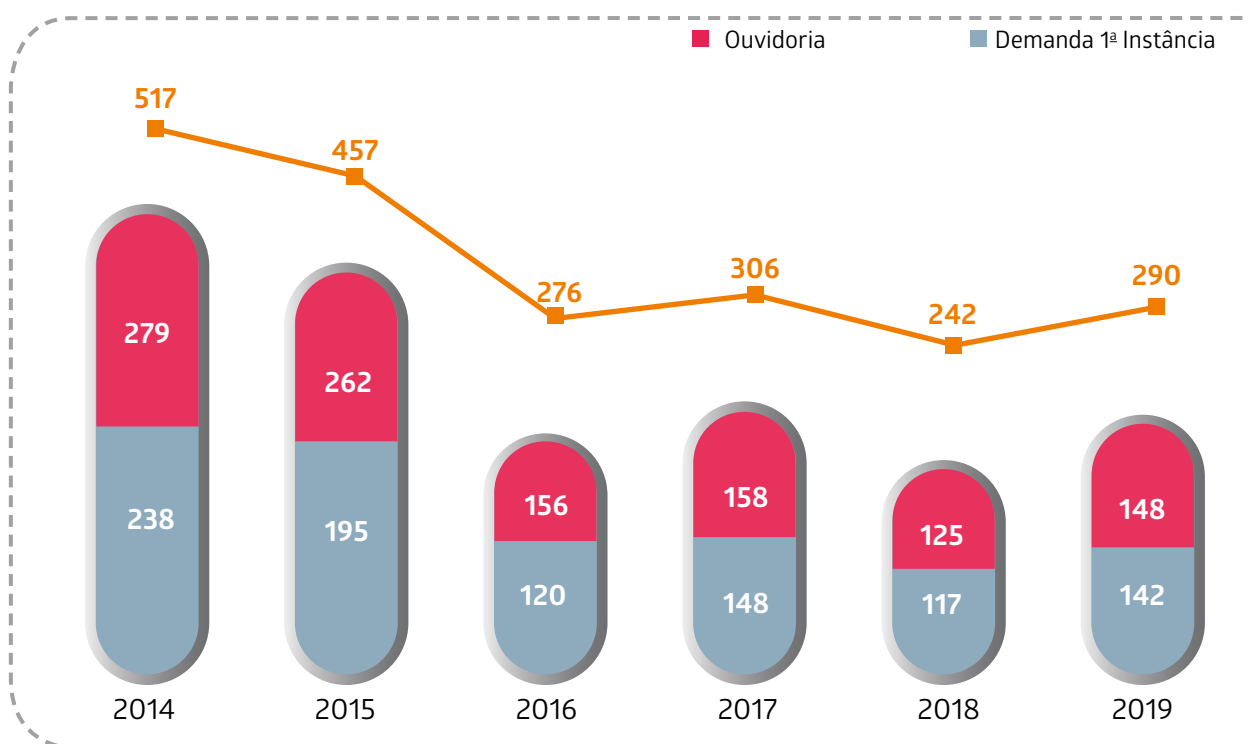
festações dentro do prazo legal, preconizado na Resolução Normativa nº 323/2013 da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Com base nas reclamações e sugestões, a Ouvidoria elabora recomendações de melhorias para as áreas do Instituto, visando aprimorar o relacionamento, os processos, os produtos e os serviços prestados. Estas ações visam estabelecer um ciclo de melhoria contínua, que agregue valor ao Economus e, consequentemente, aos nossos públicos.

Por meio deste canal, ainda é possível enviar elogios, sugestões ou denúncias relacionadas aos serviços prestados por nós e pela rede credenciada.

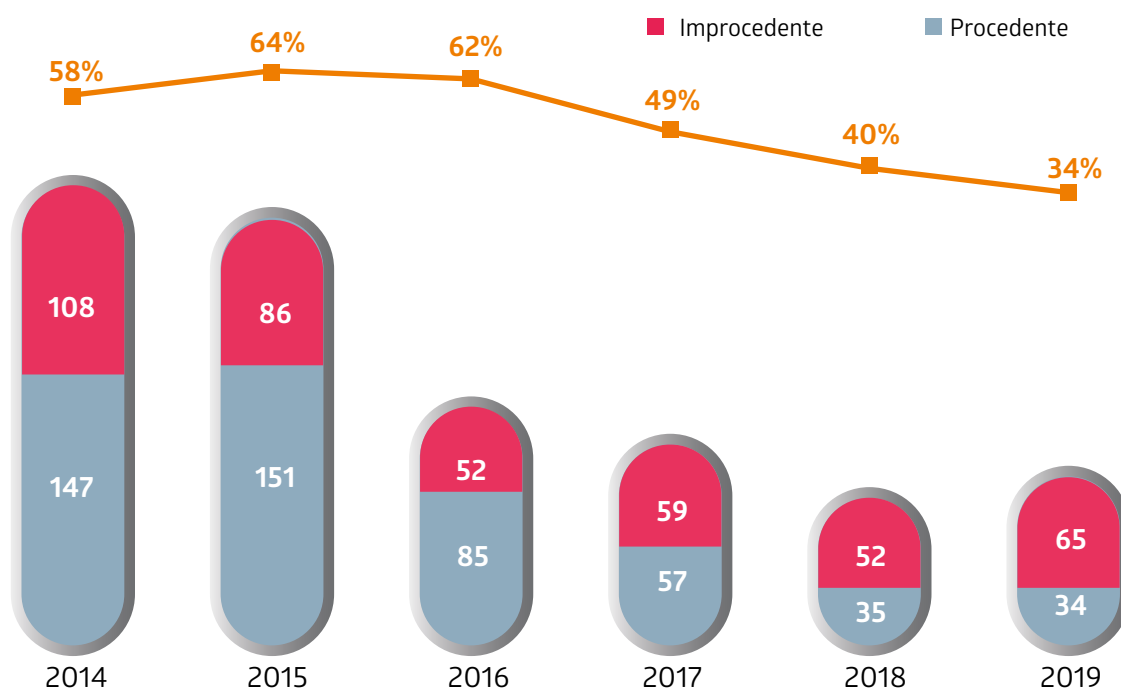
EVOLUÇÃO

No ano de 2019, foram recepcionadas 290 manifestações, sendo 142 consideradas como 1ª Instância e encaminhadas para a Central de Relacionamento, e 148 tratadas como Ouvidoria.



Das 148 Ouvidorias, 99 foram classificadas como Reclamação, porém somente 34 foram procedentes. Ressaltamos que todas as demandas foram so-

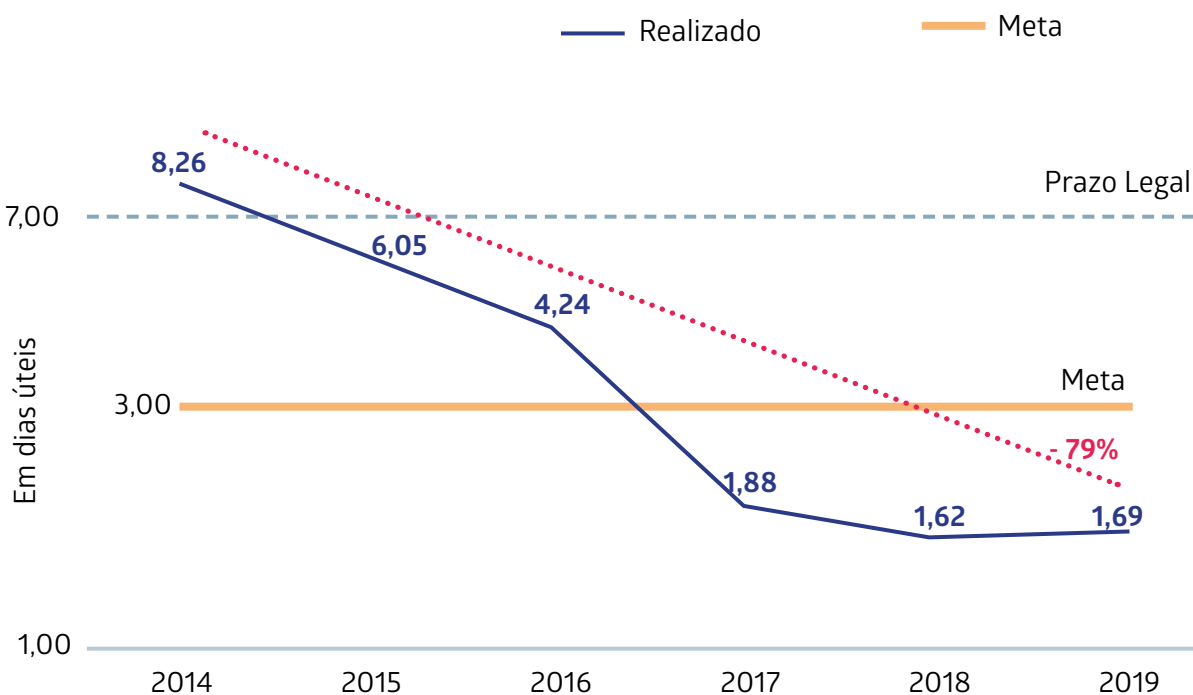
lucionadas pontualmente e, conforme procedimento, são objeto de recomendações, após análise com a área responsável.

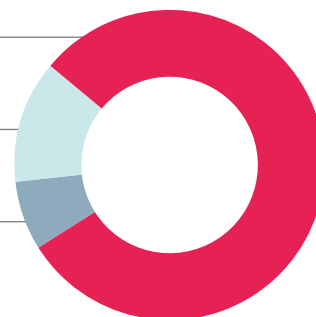
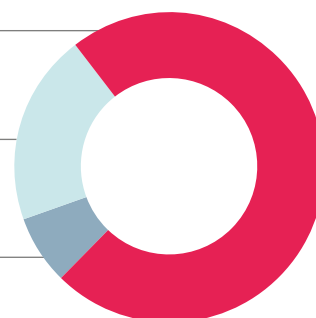
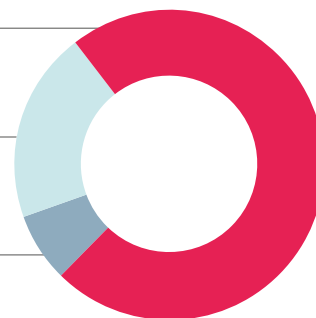
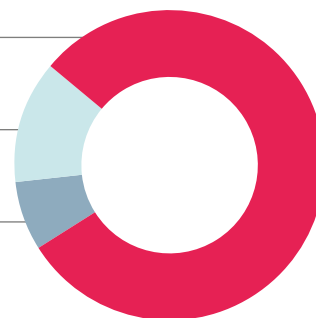


Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo, alcançando o tempo médio de resposta de 1,69 dias úteis. Após significativa redução do tempo para resolução das demandas, foi possível manter a média abaixo da meta estipulada internamente por nós, de três dias úteis. Cabe lembrar que o prazo

legal determinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar é de sete dias úteis.

Em 2019, foi mantida a Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria, como forma de mensurar a percepção dos públicos em relação a este canal, atingindo o índice 93% para Ótimo/Bom.



**ATENDIMENTO (93%)**Ótimo **80%**Bom **13%**Ruim **7%****TEMPO DE RESPOSTA (93%)**Ótimo **73%**Bom **20%**Ruim **7%****QUALIDADE DA INFORMAÇÃO (93%)**Ótimo **73%**Bom **20%**Ruim **7%****GRAU DE SATISFAÇÃO (93%)**Ótimo **80%**Bom **13%**Ruim **7%**

9

Responsabilidade Socioambiental

Participantes Rodrigo Cristiano Machado (esquerda), Rosana Rossi Cascapera (centro) e Celso Augusto Meireles (direita) no Economus



Educonomus: educação financeira e previdenciária

Com o intuito de facilitar o entendimento e ampliar o conhecimento acerca do complexo sistema de previdência complementar, e cientes de nossa responsabilidade em contribuir para a elaboração de planejamentos financeiros e, conseqüentemente, fases pós-laborais mais seguras, temos o Educonomus, nosso Programa de Educação Financeira e Previdenciária.

Por meio dele, estimulamos a responsabilidade e a consciência na organização das finanças, para auxiliar nossos participantes a terem uma aposenta-

doria tranquila. Desta maneira, estamos também contribuindo com a construção de uma sociedade mais sustentável.

Em 2019, foi criada uma [página exclusiva do Educonomus em nosso site](#), reunindo notícias sobre o tema, vídeos sobre educação previdenciária, apresentando conceitos e características dos planos, além de dois cursos online e totalmente gratuitos, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV:

- Como organizar o orçamento familiar;
- Como planejar a aposentadoria.



PLANTÃO DE DÚVIDAS E ADESÃO AO PREVMAIS

Pensando em atender os funcionários que estão na ativa no patrocinador e que, por trabalharem em horário comercial, geralmente não têm disponibilidade para comparecer à sede do Instituto, levamos equipes em sete unidades de prédios administrati-

vos do Banco do Brasil. Além de esclarecer dúvidas, nove empregados, que eram elegíveis, mas ainda não possuíam o PrevMais, aderiram ao plano e passaram a investir em seu futuro.

Nestes eventos, foram realizados 126 atendimentos.



CONSULTORIAS PREVIDENCIÁRIAS PERSONALIZADAS

Realizamos ainda consultorias personalizadas sobre os planos de previdência e concessão de benefícios. Participantes que já se preparam para a aposentadoria são o principal público deste serviço.

Para isso, dispomos de especialistas, que os auxiliam a calcular o benefício futuro, a fazer um planejamento financeiro e a organizar seus gastos na fase pós-laboral.

A consultoria pode ser presencial ou por telefone, bastando fazer o agendamento pelo site do Economus: <https://www.economus.com.br/sagp/>.

Em 2019, foram realizadas 104 consultorias previdenciárias personalizadas para nossos participantes dos planos de previdência.



CAMPANHA DE ALTERAÇÃO DE PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO AO PLANO PREVMAIS

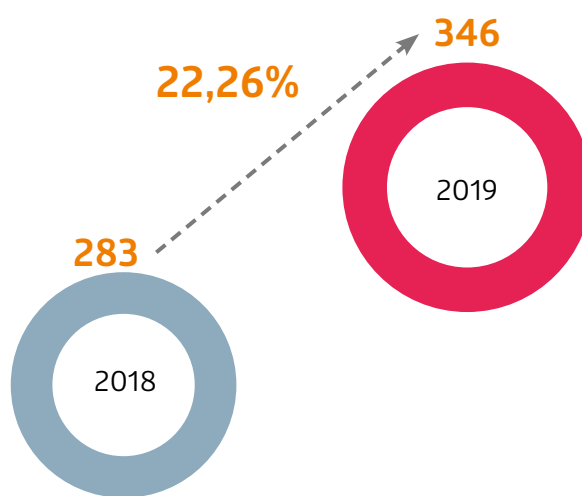
Anualmente, no mês de novembro, os participantes do PrevMais podem alterar o seu percentual de contribuição ao plano.

Estimulamos que todos utilizem a contribuição máxima, de 8% do salário, visando o aumento da reserva financeira, já que o patrocinador contribui de forma paritária ao participante, respeitadas as regras do regulamento, com os mesmos 8%.

Além disso, há ainda o benefício fiscal, pois é possível abater até 12% da renda tributável anual do Imposto de Renda.

Para fomentar esta campanha, fizemos a publicação de uma matéria em nosso site, envios de e-mails marketings em duas datas distintas, além de uma postagem no Facebook.

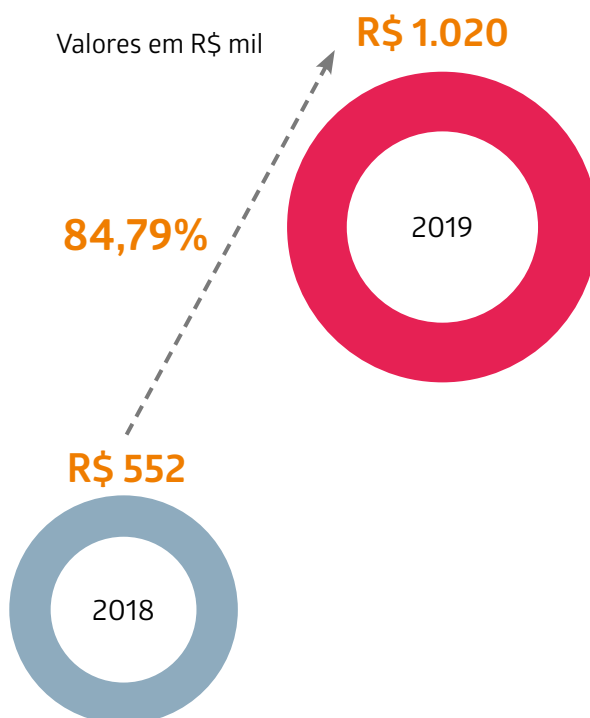
Ao todo, 346 participantes aumentaram o percentual de contribuição ao PrevMais, o que representa um crescimento de 22,26% em comparação ao ano de 2018.



CAMPANHA DE INCENTIVO À CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

No Plano PrevMais, a qualquer momento, o participante pode também realizar contribuições adicionais, com o objetivo de aumentar o saldo acumulado e, conseqüentemente, sua renda futura.

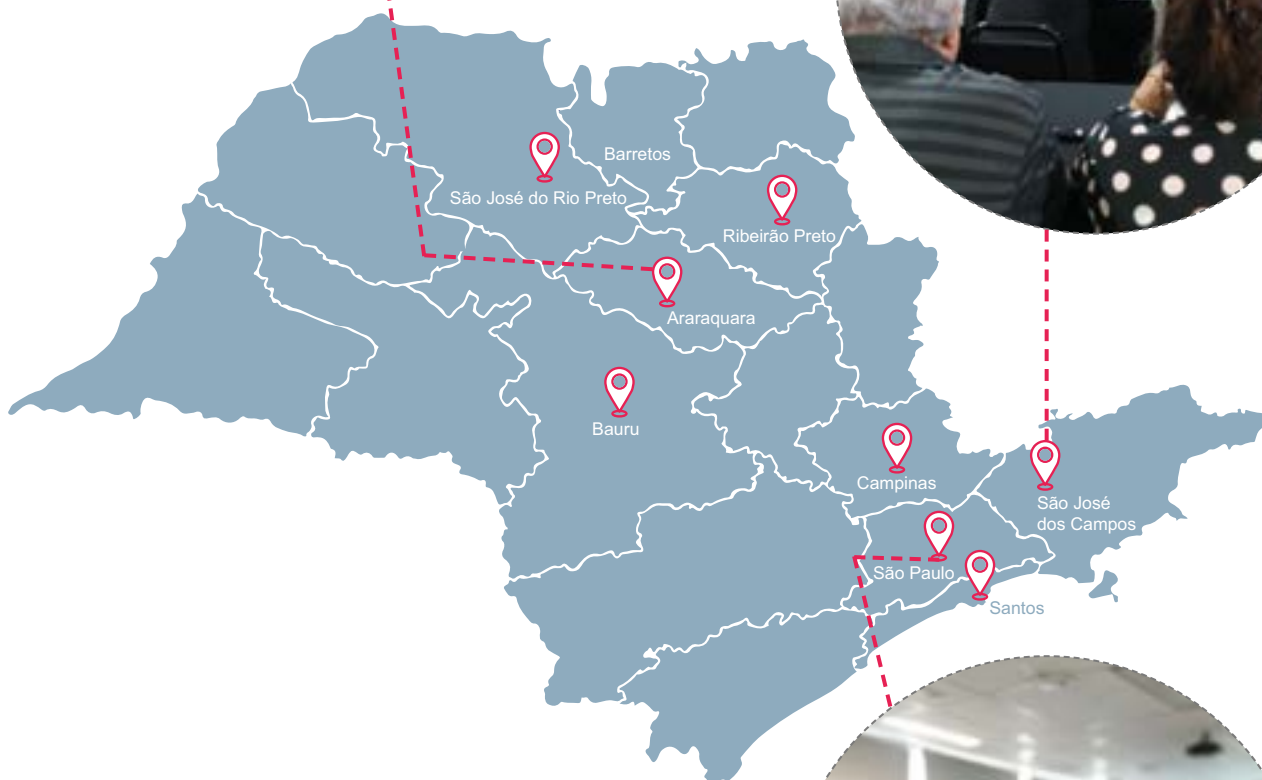
Após a campanha, realizada ao longo de 2019, por meio de Facebook, e-mail marketing e site, foram realizadas 97 contribuições adicionais, no valor total de R\$ 1.019.552,99, que representa um aumento de 84,79% no montante arrecadado, em comparação ao ano de 2018.



ENCONTROS COM PARTICIPANTES 2019

Para tratar de temas relacionados à previdência e saúde e apresentar os resultados dos planos, nossa Diretoria Executiva realizou dez Encontros

com Participantes em 2019, na capital (dois eventos) e em outras oito cidades do interior do estado de São Paulo:



Ao todo, os eventos somaram mais de 30 horas e, para mensurar a satisfação dos participantes em relação à iniciativa, lançamos uma pesquisa, cujos resultados apontam que a comunidade não apenas aprova, mas considera este tipo de ação de suma importância:

PARTICIPARIA DE EVENTO
SEMELHANTE
NO PRÓXIMO ANO

SIM **93,1%**



NÃO **6,9%**



DOMÍNIO DO ASSUNTO
PELOS PALESTRANTES



ÓTIMO/BOM **98,3%**

REGULAR **1,7%**



“ Gostei muito das explicações pelos Diretores, **esclareceu muitas dúvidas**, parabéns à equipe muito boa. ”

“ Realização deste tipo de evento deve ser feita todo ano. **Diretoria próxima dos participantes**, esclarecendo e tirando suas dúvidas. ”

“ Assuntos revestidos de intensa complexidade, porém **discorridos/esplanados de maneira muito didática e esclarecedora.** ”



Programa #MinhaSaúde



Em março/2019, lançamos o [#MinhaSaúde](#), nosso programa voltado à prevenção de doenças, promoção da saúde e ao uso consciente dos planos assistenciais.

Por meio dele, realizamos diversas ações ao longo do ano, com destaque para:

ENTREVISTAS

- Foram **cinco** entrevistas com médicos, publicadas em nosso site, sobre importantes temas:
- Dia Mundial da Diabetes;
 - Dia Nacional de Prevenção à Obesidade;
 - Dia Mundial da Saúde Digestiva;
 - Dia Mundial da Luta contra o Câncer; e
 - Dia da Saúde e Nutrição.

PALESTRAS

- Tivemos **seis** palestras, ministradas por médicos, acerca de:
- Dia Mundial da voz;
 - Hipertensão;
 - Dia Nacional de Combate ao Colesterol;
 - Dia Mundial do Coração;
 - Outubro Rosa; e
 - Novembro Azul.

Ainda, foram feitas 25 postagens em nossa [página oficial no Facebook](#), sobre temas ligados à saúde e bem-estar.



CARTILHA DE USO CONSCIENTE DOS PLANOS DE SAÚDE

Complementarmente, lançamos, em julho/2019, a [Cartilha de Uso Consciente dos Planos de Saúde](#), que reúne diversas dicas e orientações, visando a conscientização e a união de todos na busca pela redução dos custos e pela manutenção da qualidade dos serviços prestados.



CAMPANHA DE VACINAÇÃO

Em abril/2019, realizamos a campanha de vacinação contra a gripe para todos os empregados. A vacina oferecida possuía duas cepas de linhagem A e duas cepas de linhagem B. Tratava-se, portanto, de uma evolução recomendada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) da antiga composição trivalente,

com a inclusão de mais uma cepa de linhagem B. Desse modo, tivemos um aumento no espectro de proteção desse importante tipo de influenza, responsável por mais de 40% dos casos de gripe em todo o mundo.



Cuidado com o meio ambiente

COLETA SELETIVA

Em parceria com a empresa 2A Reciclagem, realizamos, diariamente, os processos de coleta seletiva, por meio de lixeiras coloridas e específicas, instaladas em todos os andares e nas áreas comuns do Edifício Economus, e de destinação correta dos resíduos

A referida empresa está cadastrada no departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP e está autorizada a exercer os serviços de coleta e transporte de Grandes Geradores de Resíduos Sólidos, estando em conformidade com as leis exigidas pela PMSP. Ademais, as medidas adotadas pela empresa são atestadas por meio do relatório de resíduos e do certificado de destinação correta do lixo reciclável.

O principal benefício da coleta seletiva é a redução da extração dos recursos naturais e redução de envio de resíduos ao aterro sanitário. Os resíduos recicláveis são encaminhados às cooperativas, a fim de serem reaproveitados. Já os lixos não recicláveis, são levados aos aterros sanitários, para a realização do descarte. Ainda, as lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias também recebem descarte apropriado e responsável.

CAMPANHA

DE REDUÇÃO DO USO DE PLÁSTICO

Mais do que meramente estimular e possibilitar a coleta seletiva de materiais, ao longo de 2019, realizamos uma campanha de conscientização com os empregados sobre o consumo de plástico no país. Para finalizar a ação, distribuímos canecas reutilizáveis, a fim de substituir a utilização de copos plásticos no Economus.

A partir daí, o consumo foi reduzido em 75% por empregado.



O CONSUMO DE PLÁSTICO NO BRASIL

Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos – Abrelpe, estima-se que são consumidos no Brasil cerca de 720 milhões de copos descartáveis por dia, o que corresponde a 1.500 toneladas de resíduos plásticos produzidos diariamente.

De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU, o plástico representa 80% do lixo no oceano e pode causar a morte de diversas espécies marinhas, que confundem os resíduos plásticos com alimentos e acabam ingerindo-os. Para se ter uma ideia, um simples copinho pode demorar mais de 100 anos para se decompor na natureza.

Além disso, a produção de copos descartáveis emite gás carbônico e outros gases nocivos na atmosfera.

O uso consciente e o descarte adequado do plástico são responsabilidades de todos. Preserve o meio ambiente!

 **economus**
GEPAT/DIPES



REDUÇÃO NA DESPESA COM IMPRESSÕES

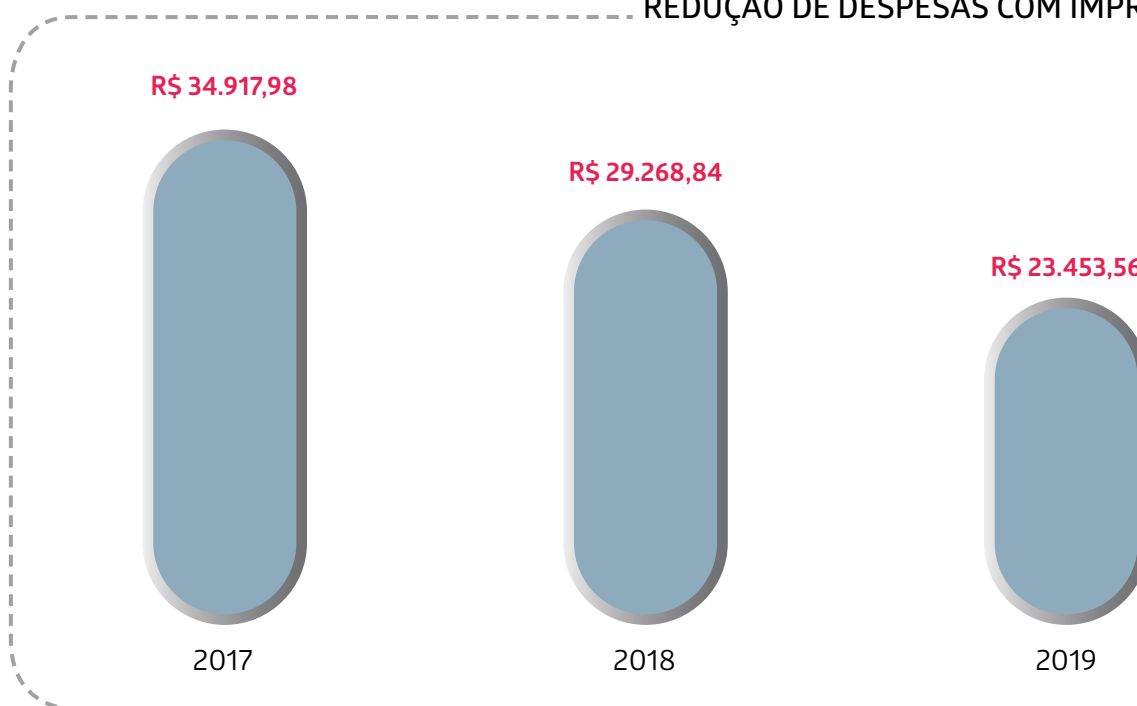
Anualmente, temos reduzido o número de impressões e, conseqüentemente as despesas.

Internamente, reforçamos a conscientização e a responsabilidade de todos os empregados neste sentido.

Externamente, para compensar a extinção de mate-

riais impressos, seguindo uma tendência mercadológica, investimos na melhoria de nossos canais de comunicação digitais, como site, aplicativo, Boletins de Resultados, página no Facebook e e-mails marketing ([Capítulo 8 - Comunicação e Relacionamento](#)).

REDUÇÃO DE DESPESAS COM IMPRESSÕES



INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

Desde 2008, o Economus é signatário do *Principles for Responsible Investments* – PRI, ou Princípios para Investimentos Responsáveis, em português, ratificando a sustentabilidade como um dos valores que regem sua atuação. Criado em 2006, o PRI é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU para garantir e fomentar a incorporação das melhores práticas relacionadas à sustentabilidade dos investimentos, baseadas em três pilares: am-

biental, social e governança corporativa. Ao integrar este grupo, que atualmente conta com mais de 1.800 integrantes do mundo todo, o Economus reforça sua preocupação em buscar, de maneira constante, as melhores práticas e diretrizes para gestão dos investimentos, em busca de um sistema financeiro global sustentável, cujos resultados, em longo prazo, tragam benefícios ao meio ambiente e à sociedade.



10

Demonstrações Contábeis

Participantes Virginia Lucia A. C. de Cristo (esquerda) e Rosana Rossi Cascapera (direita) no Economus



**Demonstrações Contábeis
e Notas Explicativas 2019 –
Gestão Previdencial**

**Demonstrações Contábeis
e Notas Explicativas 2019 –
Gestão Assistencial**



Pareceres e Auditoria

Participante Maria Augusta Paes de Souza no “Espaço do Saber”, ambiente de treinamentos e capacitação do Economus



Parecer Atuarial – Plano Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Parecer Atuarial – Plano Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Parecer Atuarial – Plano Regulamento Geral (Grupo C)

Parecer Atuarial – Plano PrevMais

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Parecer do Conselho Fiscal

Manifestação do Conselho Deliberativo



